Tribunal de Contas do Estado do Pará

ISSN 2179-4618

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO DAS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

EXERCÍCIO 2010

Processo n° 2011/50965-1

Relator:IVAN BARBOSA DA CUNHA
Conselheiro Corregedor

Belém - Pará
Maio / 2011

Tribunal de Contas do Estado do Pará
COPYRIGHT © 2012 TCEPA

PEDIDOS E CORRESPONDÊNCIAS:
Tribunal de Contas do Estado do Pará
Palácio Serzedello Corrêa
Travessa Quintino Bocaiuva, 1585.
CEP 66035-903 Belém - Pará - Brasil

Telefone: (91) 3210-0520 / 3210-0555
Fax: (91) 3210-0521
E-mail: biblioteca@tce.pa.gov.br

Permite-se a reprodução desta publicação, no todo ou em parte, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Capa
Marcela Bruna Costa Lima

Editoração
Douglas Gabriel Domingues Junior e
Sergio Henrique Faciola Coelho de Souza

Fotos
Marcela Bruna Costa Lima, paraense, estudante do curso de Design da Universidade do Estado do Pará, fotografada por Rodrigo Ferreira Lima (TCEPA), na Praça Santuário (Belém/PA), saboreando um dos mais conhecidos pratos típicos do Pará: o Tacacá.

Revisão de Texto
Gisele Teixeira Morelli Bernardes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Ministro Benedito Frade)

P221r

Pará. Tribunal de Contas do Estado

Relatório e Parecer Prévio das Contas Anuais do Governo do Estado do Pará: exercício 2010 / Tribunal de Contas do Estado do Pará. – Belém: TCE/PA, 2012.

304p. – (Relatório e Parecer Prévio das Contas Anuais do Governo do Estado do Pará)

ISSN 2179-4618

1. Tribunal de Contas – relatório e parecer - Pará. 2. Controle Externo - orçamento. 3. Ivan Barbosa da Cunha. I. Título.

CDD - 341.385

Publicação disponível em meio eletrônico no site: www.tce.pa.gov.br

Tribunal de Contas do Estado do Pará

Conselheiros

Cipriano Sabino de Oliveira Junior- Presidente
Luis Cunha Teixeira - Vice-Presidente
Ivan Barbosa da Cunha - Corregedor
Nelson Luiz Teixeira Chaves
Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Diretorias Gerais

Secretaria
José Tuffi Salim Júnior

Chefia de Gabinete da Presidência
Emilia Dora Sisnando da Costa Sobral

Diretoria de Administração
Augusto José Alencar Gambôa

Diretoria de Controle Externo
Álvaro Alves da Rocha Neto

Diretoria de Informática
Carlos Alberto Bezerra Lauzid Júnior

Consultoria Jurídica
Marta Maria Vinagre Bembom

Coordenadoria de Controle Interno
Luiz Gonzaga Moraes Neto

Tribunal de Contas do Estado do Pará

Comissão de Análise da Prestação de Contas da Governadora do Estado

Ivan Barbosa da Cunha - Conselheiro Relator

Carlos Edilson Melo Resque - Coordenador
Manoel José Pandolfo Ramos - Membro
Sônia Abreu da Silva Elias - Membro

Grupo de Apoio Técnico

Alberto Vieira de Souza Junior
Douglas Gabriel Domingues Junior
Estélio Girão Sobrinho
Erika Lima de Andrade
Helena Yuri Saito
Gisele Teixeira Morelli Bernardes
Maria de Fátima Martins Leão
Maria do Socorro Lobão da Silva
Maria do Socorro da Silva Santana
Mauro Brito Fernandes
Nilzete da Conceição Guimarães Barros
Paulo Sérgio Batista Ramos
Raul da Silva Ventura Filho
Reinaldo dos Santos Valino
Ruth Helena Delgado Bastos
Sergio Henrique Faciola Coelho de Souza
Shirley Viana Marques

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO IVAN CUNHA

O exercício da relatoria do processo de Prestação de Contas do Governo do Estado é uma das mais importantes tarefas desenvolvidas pelos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Nosso métier, no dia a dia da Corte de Contas, é o exercício das competências elencadas no art. 116 da Constituição Estadual:

1. apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador;
2. julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos do Estado;
3. apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
4. realizar, por iniciativa própria ou da Assembléia Legislativa, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
5. fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;
6. fiscalizar a aplicação das quotas entregues pela União ao Estado, referentes ao Fundo de Participação estabelecido no art. 159 da Constituição Federal;
7. prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, ou por qualquer de suas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
8. aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei;
9. assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
10. sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa;
11. representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Como se vê, inúmeras e igualmente importantes são as atribuições da Corte, porém não é à toa que a apreciação das contas anuais do Governo do Estado figura, na Carta Magna, como a primeira delas. Ao analisar as referidas contas e, em conseqüência, emitir o

Parecer Prévio em cada exercício, o que fazemos é cumprir nossa missão constitucional de recomendar ao Parlamento ou a aprovação, com ou sem ressalvas, ou a rejeição das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, o que é feito mediante a análise global das mesmas, de natureza técnica e informativa, realizada nesta Casa. O Parecer Prévio serve de base para o julgamento político-administrativo, cuja atribuição, conforme determina a Constituição do Estado, é do **Poder Legislativo**.

Em decorrência do Princípio da Responsabilidade, aqui entendido como "obrigação de prestar contas" ou *accountability*, a prestação de contas dos recursos geridos é dever indelegável de todo e qualquer agente, gestor ou servidor público. O termo *accountability*, de origem anglo-saxã, pode ser entendido, em sua essência, como a obrigação inerente aos "homens públicos", que exercem funções de importância na sociedade, de explicar rotineiramente seus atos: o que, como e por que fazem, quanto e de onde arrecadam, quanto e no que gastam, etc.

Porém, se para o agente público a prestação de contas é um dever, para a sociedade é um direito irrenunciável, destaque-se que dos mais importantes, intrinsecamente relacionado ao exercício do Controle Social.

No Estado Democrático de Direito brasileiro, o Controle Social se constitui em um relevante instrumento de cidadania, uma vez que do povo se origina o recurso público entregue aos governos e somente em prol dele deve ser empregado, portanto, para ele, em primeiro lugar, deve-se prestar contas.

Nesse contexto, os agentes políticos deveriam inserir nos seus planos de ação o comprometimento junto à sociedade de apresentar permanentemente o resultado dos julgamentos técnico e político de suas prestações de contas, proporcionando maior controle pelos cidadãos e elevando-se a confiabilidade entre estes e o estado.

Inquestionavelmente, prestar contas é um dever, mas, como fazê-lo? O formato tradicional da prestação de contas encontra-se em franca evolução. A necessidade dos que devem ou queiram apreciá-la já não se esgota tão-somente em matérias orçamentárias, financeiras, patrimoniais ou mesmo operacionais. Passam a existir preocupações com questões de **ética, responsabilidade social e sustentabilidade** das atividades desenvolvidas pelos agentes públicos, cujos beneficiários querem, e têm direito a isto, de ser informados de todos os aspectos da gestão. Dessa forma, a prestação de contas deve deixar de ser exclusivamente voltada aos órgãos de controle, externo e interno, para ganhar um público mais alargado – a sociedade civil organizada em geral. Além do cidadão, que quer saber no que seu dinheiro foi gasto, a prestação de contas, sob os novos enfoques demandados, interessa aos mais diversos segmentos, como ONGs, sindicatos, associações

civis, imprensa, universidades, Ministério Público, Poder Judiciário, etc. Este novo formato constitui, certamente, uma imposição para os que pretendem adotar conduta de gestão responsável.

No panorama da Administração Pública, esta inovação significa ampliar o conceito de prestação de contas de modo a incluir não só o caráter técnico-legal e político como também a evidenciação dos mais variados aspectos que interessam a todos quantos são influenciados pelas decisões tomadas pelos gestores. Assim, o agente público responsável, ou *accountable*, deve, essencialmente, explicar suas decisões e sujeitá-las à discussão com os que são por elas afetados, colocando a gestão em contínuo escrutínio público.

Foi assim, diante da importância da atuação do Tribunal de Contas na análise da prestação de contas do Governo do Estado, que, com muita honra, orgulho e alegria, nos incumbimos, pelo segundo ano consecutivo, do papel de Relator, desta vez do processo que agasalha a Prestação de Contas do último ano de mandato da Exma. Sra. Ana Julia de Vasconcelos Carepa, Governadora do Estado do Pará no período de 2007 a 2010.

Este fato nos possibilitou acompanhar de perto o monitoramento das recomendações que formulamos na Resolução nº 17.859, de 26/05/2010, que consubstanciou o Parecer Prévio das Contas do Governo do exercício de 2009, da qual também fomos Relator. O resultado deste trabalho encontra-se descrito no Capítulo 7 do relatório da Comissão encarregada de proceder à análise da prestação de contas do exercício de 2010.

O que se observa é que ainda estamos no caminho de estabelecer um padrão ideal para o ciclo de monitoramento, pois, apesar da determinação contida na resolução citada para que, em cento e oitenta dias após sua publicação, o Governo do Estado informasse a este Tribunal de Contas as providências já adotadas em cumprimento as recomendações exaradas no Parecer Prévio das Contas de Governo de 2009, tal não aconteceu, precisando ser instado pela Corte, por meio de ofícios, para que assim o fizesse.

Ressalte-se que o cumprimento das recomendações oriundas do Tribunal tem o condão de aperfeiçoar a atividade a cargo do poder público, razão pela qual os órgãos instados deveriam cumpri-las informando a Corte sem a necessidade de se estabelecer prazo e de se exigir o seu cumprimento. De todo modo, alguns avanços têm sucedido, no entanto é preciso caminhar em direção ao cidadão, fazendo-o conhecer as ações públicas e seus resultados.

Como dito alhures, os agentes governamentais têm a responsabilidade objetiva de explicar suas decisões, se não diretamente à sociedade, mas obrigatoriamente ao órgão fiscalizador, este, embora integrante da própria administração pública, é incumbido de

exercer o controle externo, constituindo-se, por assim dizer, em representante legal da sociedade no controle dos recursos dos quais é proprietária.

Portanto, o Tribunal de Contas, na relação sociedade/estado, assume outro papel não menos importante, além daqueles atribuídos constitucionalmente, na medida em que poderá se constituir num verdadeiro canal de informação aos cidadãos, levando ao conhecimento da sociedade os planos de governo e o destino dado aos recursos confiados ao Estado, abstraindo-se o linguajar técnico a fim de que as informações sejam expostas de forma simplificada.

A nosso ver, o Tribunal de Contas, em razão de sua própria natureza funcional, atrai para si a missão de tornar permanente o exercício da *accountability*, sendo indubitavelmente parte essencial na viabilização do controle social.

Relator: IVAN BARBOSA DA CUNHA
Conselheiro Corregedor



RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO ESTADO

O candidato, ao governo, em campanha política, deveria inserir em sua plataforma administrativa o seguinte: “comprometo-me a exibir aos meus concidadãos, anualmente, o resultado dos julgamentos técnico e político de minha prestação de contas”.

(Ivan Barbosa da Cunha – Conselheiro Corregedor e Relator do TCEPA)

SUMÁRIO DO RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO 1
2. PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA 4
3. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL 11
4. PLANEJAMENTO E CONTROLE GOVERNAMENTAL 32
5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO 57
6. DIAGNÓSTICO AÇÃO METRÓPOLE 157
7. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES 172
8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 194
9. ANEXOS 214

ÍNDICE ANALÍTICO 224

ÍNDICE DE FIGURAS 228

ÍNDICE DE GRÁFICOS 229

ÍNDICE DE TABELAS 230

1. INTRODUÇÃO

Dispõe o presente relatório, elaborado em atenção ao contido no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará – RITCEPA, art. 125, § 4º, sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado do Pará referente ao exercício de 2010, sob a responsabilidade da Exma. Sra. Ana Julia de Vasconcelos Carepa, ex-Governadora do Estado.

Inicialmente as análises e os exames necessários para subsidiar a apreciação das Contas em comento, foram realizados pela Comissão presidida pelo Exmo. Conselheiro Relator, Ivan Barbosa da Cunha e constituída pelos servidores Márcia Tereza Assis da Costa (coordenadora), Ruth Helena Delgado Bastos e Manoel José Pandolfo Ramos, designados pela Portaria nº 24.591, de 28-09-2010. Em 23-02-2011, por meio da Portaria nº 25.007, foi designada nova comissão, sob a mesma presidência, composta pelos servidores: Carlos Edilson Melo Resque (coordenador), Sônia Abreu da Silva Elias e Manoel José Pandolfo Ramos.

A Comissão contou com o auxílio, em seus trabalhos, do Grupo de Apoio Técnico formado pelos servidores: Alberto Vieira de Souza Junior, Douglas Gabriel Domingues Junior, Estélio Girão Sobrinho, Erika Lima de Andrade, Helena Yuri Saito, Gisele Teixeira Morelli Bernardes, Maria de Fátima Martins Leão, Maria do Socorro Lobão da Silva, Maria do Socorro da Silva Santana, Mauro Brito Fernandes, Nilzete da Conceição Guimarães Barros, Paulo Sérgio Batista Ramos, Raul da Silva Ventura Filho, Reinaldo dos Santos Valino, Ruth Helena Delgado Bastos, Sérgio Henrique Faciola Coelho de Souza e Shirley Viana Marques.

O Governo do Estado, cumprindo o prazo estabelecido na Constituição do Estado do Pará, art. 135, inciso XIX, fez ingressar tempestivamente neste Tribunal de Contas, em 04-04-2011, a Prestação de Contas do exercício de 2010, consolidada no Balanço Geral do Estado do Exercício de 2010 – BGE, composta dos seguintes elementos:

- Relatório do Mapa da Exclusão Social;
- Relatório Técnico Contábil;
- Relatório de Controle Interno;
- Balanços e Demonstrativos;
- Anexos da Lei nº 4.320/64;
- Anexos Complementares por Poder.

Na forma prevista na Constituição Estadual, art. 116, inciso II, importa destacar que a

apreciação das contas anuais consolidadas, não exime os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado da obrigatoriedade de apresentação junto a este Tribunal, das respectivas prestações de contas referentes ao exercício de 2010.

A apreciação das contas prestadas teve como objetivo coletar dados e produzir informações acerca dos aspectos a seguir relacionados, cujos resultados constituem o conteúdo deste relatório:

- Elaboração dos balanços, em conformidade com a legislação pertinente;
- Observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos;
- Cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas;
- Consonância dos referidos programas com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Execução financeira e orçamentária, incluindo a arrecadação da receita, a realização da despesa e as operações de crédito;
- Gestão fiscal do Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, art. 56.

As fontes de consultas utilizadas para subsidiar os trabalhos foram: BGE 2010, dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, ofícios, memorandos e outros documentos encaminhados por diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Tendo como parâmetro o exercício de 2010 e para evitar distorções causadas pelo processo inflacionário, as análises e apreciações relativas às séries históricas apresentadas nas tabelas e gráficos tomaram por base valores reais, ou seja, corrigidos monetariamente pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, à exceção dos valores nominais expressamente indicados no texto.

A apreciação da Prestação de Contas levada a cabo pela Comissão e pelo Grupo de Apoio Técnico, consubstanciada no estudo, no resultado dos levantamentos, nas análises e exames procedidos, encontra-se disposta neste relatório, em capítulos, da seguinte forma:

- Ensaio: “Portais de Transparência”
- Mapa da Exclusão Social
- Planejamento e Controle Governamental
- Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Estado
- Diagnóstico de Ações Governamentais: AÇÃO METRÓPOLE
- Monitoramento de Recomendações Anteriores
- Conclusão e Recomendações

2. PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

Para melhor compreensão acerca dos valores sociais protegidos pelas inovações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 131/2009 - Lei da Transparência, adotou-se a abordagem de traçar uma visão de transparência pública a partir de ideais basilares da organização política do estado brasileiro: república e democracia.

Partindo da noção de república, como a organização política de um estado onde os representantes são eleitos, de forma direta ou indireta, para exercícios de mandatos com vista a servir à coisa pública e à concretização do interesse comum, e avançando pela noção de democracia, como o regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, no qual o regime de governo se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, e pela divisão dos poderes, e também pelo controle da autoridade e dos poderes de decisão e de execução, depreende-se que a concepção contemporânea de democracia enseja, em si, forte presença da questão da legitimidade da ação estatal - da garantia de que a ação do estado seja não apenas legal, mas precipuamente legítima - como requisito indispensável para concretização do bem comum almejado pela república.

Nesse sentido, dentre os diversos mecanismos existentes na Constituição da República relacionados com a legitimidade do estado, destacam-se as normas de universalidade e obrigatoriedade do voto. Normas essas que estabelecem a todos os cidadãos brasileiros o direito ao voto e o dever de votar, objetivando não apenas a construção de maioria entre os eleitores, mas também, a concretização de representatividade que confira legitimidade prévia ao mandato dos agentes políticos eleitos e, por conseguinte, à ação do estado.

Entretanto, a legitimidade prévia da ação estatal não decorre unicamente da realização de um processo eleitoral. Existem hipóteses na organização do estado brasileiro em que a legitimidade prévia decorre da observância de um processo formal de investidura do agente político, como os previstos para os membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.

Porém, para que a democracia alcance grau maior de maturidade, a ação estatal não pode basear-se unicamente na legitimidade prévia, conferida no momento da investidura dos agentes políticos que representam os Poderes e Órgãos constituídos.

É necessário que a legitimidade da ação estatal também possa ser controlada pela sociedade durante todo o exercício da função pública.

Dessa forma, não basta que o controle seja autorreferenciado – exercido unicamente

pelo próprio Estado por intermédio da repartição de poderes ou mediante o sistema estatal de controle interno e externo. No Brasil, são hipóteses em que o controle técnico e o judicial atuam preponderantemente na esfera da legalidade, e o controle político somente é exercido em momentos de grave ruptura institucional, resultando em grande perturbação social e forte apoio popular à concretização de um julgamento político, surgindo assim, a necessidade da ação estatal estar submetida a controle que não seja autorreferenciado e, portanto, excludente, o que se torna indispensável, tanto para o aperfeiçoamento da democracia quanto para a concretização do bem comum, a submissão do Estado ao controle capaz de aferir a legitimidade de suas ações - ao controle social, exercido diretamente pelos detentores do poder do qual deriva o próprio estado.

Nesse cenário, descortina-se o relevante papel destinado à transparência pública como instrumento para o exercício do controle social - controle político exercido diretamente pelo cidadão sobre a legitimidade da ação do Estado. Controle que somente pode ser realizado sobre a ação estatal praticada publicamente, às claras e de forma transparente, de maneira a viabilizar o exame prévio e concomitante à sua realização pelo Estado, não sendo possível então, conceber o exercício de controle social da ação estatal praticada de forma obscura, às escondidas, de maneira secreta, inviabilizando o exame prévio e concomitantemente à sua concretização pelo Estado.

A ação estatal velada possibilita apenas a responsabilização posterior do agente que deu causa ao dano ao patrimônio público, quando revelado, surgindo aí, a responsabilização posterior de caráter punitivo, cujo efeito dissolutório tem consequência ineficaz, pois os prejuízos sociais, econômicos e financeiros decorrentes do dano causado, não apenas ao patrimônio público, mas à sociedade, dificilmente são sanados ou mitigados e seu enfrentamento implica em mais dispêndios ao Estado, tempo de espera para sociedade e frustração à população.

Buscando evitar as consequências indesejáveis oriundas desse efeito perverso, diversos países, por intermédio de convenções internacionais de organismos multilaterais, têm envidado esforços no sentido de adotar a transparência pública como instrumento, não apenas de combate, mas precipuamente de prevenção à prática de corrupção.

Dentre eles, o Brasil, que a partir da promulgação da Constituição da República passou a ratificar instrumentos internacionais de prevenção e combate à corrupção, sendo a mais antiga a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, vinculada a OEA, e a mais abrangente, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Embora a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção seja mais abrangente e mais objetiva ao abordar o tema da transparência dos estados como instrumento de

prevenção à prática de corrupção, por sua anterioridade, a Convenção Interamericana Contra a Corrupção foi pioneira em influenciar as iniciativas brasileiras no âmbito da transparência pública.

Dessa forma, em obediência aos compromissos oriundos da ratificação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção, dentre outras medidas adotadas pela União, destaca-se a intitulada promoção da transparência pública - no âmbito do Governo Federal é de responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU).

Nesse sentido, foi criado em 2004 pela CGU o Portal da Transparência com o intuito de permitir a qualquer cidadão brasileiro acompanhar as contas do Governo Federal pela internet, sendo utilizado o endereço <www.portaldatransparencia.gov.br> para disponibilizar informações sobre:

- transferências para os Estados, Distrito Federal, Municípios, bem como a descentralização direta aos cidadãos;
- despesas realizadas pelo Governo Federal, por meio dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional;
- gastos efetuados com Cartão de Pagamentos do Governo Federal.

Além do Portal da Transparência, também foram instituídas, por intermédio do Decreto Federal nº 5.482, de 30-06-2005, as Páginas de Transparência Pública, que são espaços onde cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal divulga pela internet informações sobre a execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, convênios, diárias e passagens. Atualmente estão no ar 112 Páginas da Transparência Pública de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Assim como as Páginas de Transparência Pública, o Portal de Transparência, em seu conteúdo original, foi medida de iniciativa do Governo Federal aplicável apenas no âmbito do Poder Executivo da União. Contudo, paulatinamente, iniciativas assemelhadas também foram adotadas no âmbito dos demais Poderes e Órgãos da União.

Embora algumas iniciativas possam ser identificadas em alguns estados e municípios brasileiros que dispõem de maior capacidade econômica, a utilização de Páginas de Transparência Pública, nos moldes adotados pela União, não é uma prática amplamente utilizada pelos demais entes da Federação brasileira.

Essa realidade colide com os compromissos multilaterais assumidos pelo Brasil que preveem a adoção da transparência como instrumento de prevenção à prática de corrupção, uma vez que convenções firmadas vinculam não apenas a União, mas também os Estados, Distrito Federal e os Municípios.

Contudo, registra-se a existência de medida anterior, de maior abrangência, aplicável a todos os entes da federação, oriunda do Poder Legislativo que resultou na Lei Federal nº 9.755/1998 que dispõe sobre a divulgação de informações relativas a orçamento, tributo, contratos e compras - da administração direta ou indireta - na internet, por intermédio do endereço <www.contaspublicas.gov.br> conferindo ao Tribunal de Contas da União o dever de observar o fiel e uniforme cumprimento da citada norma.

Embora a Lei Federal nº 9.755/1998 ainda continue em vigor, a ausência de dispositivo contendo sanção efetiva aplicável aos entes da Federação que ensejassem o seu descumprimento, fez com que ela não produzisse efeitos concretos.

Outro fator que contribuiu para a baixa aderência às disposições contidas na Lei Federal nº 9.755/1998 foi a tentativa de instituir obrigação de remessa de informações pelos Estados, Municípios e Distrito Federal ao portal mantido pelo Tribunal de Contas da União para controle de matérias que originalmente não eram de competência daquela Corte de Contas.

Dessa forma, atualmente, o principal papel desempenhado pela Lei Federal nº 9.755/1998 é servir como um marco, o qual ilustra que a estratégia de utilizar a tecnologia da informação e a internet como instrumento para propiciar transparência da ação estatal não é uma iniciativa recente e nem representa, por si só, uma garantia de sucesso.

Com o advento da Lei Complementar Federal n° 131, em 27-05-2009, novo instrumento - conhecido como Lei da Transparência - passou a fazer parte do arsenal de normas existentes para prevenir e combater a corrupção no setor público brasileiro mediante o exercício do controle social, contribuindo para atrair mais atenção internamente sobre a questão da transparência.

A Lei da Transparência introduziu mudanças na Lei Complementar Federal nº 101, de 4-05-2000, a qual, dispõe precipuamente sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal da administração pública, razão pela qual também se tornou conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentre as principais inovações introduzidas pela Lei da Transparência, a que obteve maior atenção foi a obrigação instituída à União, Estados, Distrito Federal e Municípios de disponibilizar, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a respectiva execução orçamentária e financeira mediante utilização de meios eletrônicos de acesso público.

Em decorrência do *vacatio legis* de um ano para que as inovações introduzidas se tornassem cogentes no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com mais de 100.000 habitantes, os efeitos da nova lei passaram a ser percebidos pela sociedade somente após 27-05-2010.

Entretanto, somente após o decurso de mais um ano - a partir de 27-05-2011 - as inovações introduzidas pela Lei da Transparência se tornarão cogentes para os municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes, e dois anos mais tarde - a partir de 27-05-2013, para os municípios com população até 50.000 habitantes.

Com base nos dados do CENSO[1], em 2010 - excetuando a União, 26 Estados e o Distrito Federal - apenas 268 municípios brasileiros com população superior a 100.000 habitantes estavam sujeitos às novas regras introduzidas pela Lei da Transparência, o que corresponde a 4,82% dos municípios e 53,26% da população brasileira.

Utilizando o critério acima definido, ao final de maio de 2011, mais 336 municípios brasileiros - com população entre 50.000 e 100.000 habitantes - estarão sujeitos às inovações introduzidas pela Lei da Transparência, o que corresponde a 6,04% dos municípios e 12,51% da população brasileira.

Por conseguinte, somente em 2013 estarão sujeitos aos critérios estabelecidos pela Lei da Transparência os 4.961 municípios restantes - com população inferior a 50.000 habitantes - correspondendo a 89,15% dos municípios e 34,23% da população brasileira.

Examinando a distribuição dos percentuais relativos à população e municípios progressivamente alcançados pelos efeitos da Lei da Transparência, é possível identificar proporções que se aproximam das especificadas pelo Princípio de Pareto, ou seja, que atua como indicador de concentrações a partir da premissa que aproximadamente 80% das consequências advém de 20% das causas.

De fato, considerando os dados do CENSO 2010, 1.113 municípios brasileiros com maior população - ou 20% dos municípios existentes - abrigam 75,77% da população brasileira, cerca de 148.570.170 habitantes. Os demais 4.452 municípios com população inferior a 28.265 habitantes correspondem a 80% dos municípios existentes e abrigam 24,33% restante da população brasileira, aproximadamente 37.142.543 habitantes.

Da mesma forma, quando considerados os dados relativos ao PIB dos municípios brasileiros em 2007 divulgados pelo IBGE, foi possível apurar que os 450 municípios com maior PIB, os quais representam 8,09% do total de municípios nacionais, concentram 80,02% do PIB municipal brasileiro. Cabendo aos demais 4.004 municípios restantes, que constituem 81,91% dos municípios no Brasil, o correspondente a 19,98% do PIB municipal.

Com base no cenário exposto, é possível definir como premissa que o cumprimento das obrigações estabelecidas pela Lei da Transparência será mais difícil nos municípios

[1] Publicado no Diário Oficial da União pelo IBGE em 4-11-2010

com menor população/PIB, pois embora constituam a grande maioria dos municípios brasileiros, geralmente dispõem de menos recursos materiais, humanos e tecnológicos.

A segunda inovação introduzida pela Lei da Transparência, consiste na adoção pelos entes da federação de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. Essa medida visa possibilitar a disponibilização, a qualquer pessoa física ou jurídica, o acesso às informações referentes à despesa e receita.

No que diz respeito à despesa, devem ser divulgados todos os atos praticados pelas unidades gestoras durante a execução da despesa, no momento da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

No tocante à receita, devem ser divulgados o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A terceira inovação instituída pela Lei da Transparência, trata da estipulação de sanção que sujeita o ente da Federação a não receber transferências voluntárias no caso do não cumprimento das determinações contidas na lei até o prazo por ela estipulado.

Contudo, como as transferências voluntárias relativas às ações de educação, saúde e assistência social serão excetuadas no momento da aplicação da sanção correspondente, na prática, a eficácia dessa medida poderá ser significativamente mitigada.

A quarta inovação introduzida pela Lei da Transparência confere aos cidadãos, partidos políticos, associações ou sindicatos a legitimação para representar junto ao respectivo Tribunal de Contas ou ao órgão competente do Ministério Público, contra atos dos entes responsáveis pelo descumprimento das disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sejam estes referentes à transparência fiscal ou demais disposições contidas na lei.

Embora grande ênfase seja dada às alterações introduzidas pela Lei da Transparência, não pode ser desconsiderado que a redação original da Lei de Responsabilidade Fiscal já inseriu duas importantes regras relativas à transparência no âmbito da gestão fiscal.

A primeira determina a divulgação de versão integral e versão simplificada, inclusive por meios eletrônicos de acesso público, de Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias, Prestações de Contas, Parecer Prévio das Prestações de Contas, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório da Gestão Fiscal; e

a segunda dispõe sobre o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias, demonstrando assim, que apesar das inovações introduzidas pela Lei da Transparência terem ampliado os mecanismos de legitimação estatal existentes na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta já dispunha, desde sua criação, de mecanismos de controle social e participação popular.

Entretanto, mesmo transcorridos aproximadamente 11 anos de vigência de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que determinam o incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, ou seja, a utilização de mecanismos que propiciem o controle social durante o processo de elaboração do planejamento governamental, tal prática ainda não foi plenamente incorporada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros.

Contudo, a característica compartilhada pelas mais distintas modalidades de regimes é a necessidade de exercer controle sobre os recursos existentes. Em nenhum regime os detentores do poder admitem o desvio, o desperdício ou a subtração dos recursos existentes para atingir as suas finalidades.

A adequação dessa premissa aos termos da Constituição da República conduz à seguinte conclusão: durante a vigência de regime democrático, o povo jamais admitirá o desvio, o desperdício ou a subtração dos recursos existentes, destinados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, da redução das desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Pelos motivos de grande relevância social aqui expostos, os Tribunais de Contas, no momento da avaliação das prestações de contas dos governos devem analisar as iniciativas relacionadas à participação popular, à realização de audiências públicas e à transparência estatal. Pois, agindo dessa forma, estarão contribuindo simultaneamente, para a prevenção da prática de corrupção no setor público, para o aperfeiçoamento da democracia e o fortalecimento do controle social e do sentimento republicano no Brasil.

3. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição Federal de 1988 - CF/88 trouxe alguns dispositivos que remetem ao tratamento da igualdade social. A Carta Magna enfatiza em seu preâmbulo a garantia dos valores de “igualdade, bem-estar, justiça e direitos sociais”. Os artigos 1º e 3º dispõem como princípios fundamentais a “dignidade da pessoa humana”, “erradicar a pobreza” e “promover o bem de todos”, respectivamente.

As citadas prescrições constitucionais relacionam-se diretamente com o tema “exclusão social”, o qual está presente na realidade da maioria da população brasileira, constituindo um grande desafio para o estado elaborar e manter constantemente políticas públicas direcionadas a suprir as necessidades básicas dessa população, oferecendo a todas as pessoas acesso e meios de exercitarem seus direitos, com ênfase especial aos direitos fundamentais, como aponta a Constituição Federal.

A CF/88 ergue, no artigo 3º, a igualdade, em várias de suas manifestações, como objetivo fundamental da República. Os quatro incisos desse artigo são explícitos em determinar os aspectos que devem constituir a prioridade da atuação pública e privada para a consolidação do Estado Democrático de Direito:

> Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A razão de ser do estado brasileiro é revestida por tais objetivos, e os direitos fundamentais são os meios utilizados para alcançá-los. O sistema jurídico, na íntegra, garante os modos ao necessário atingimento. Portanto, não se trata apenas de normas programáticas, destinadas simplesmente a pacificar o conflito social existente, e sim de direitos nelas inscritos cuja ausência de efetividade não pode ser objeto de puro conformismo da sociedade. Esses objetivos fundamentais da República constituem espaço de resultado que o poder público e a sociedade devem conjuntamente buscar.

A efetiva aplicação dos objetivos fundamentais nos remete à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, assim como o estabelecimento de direitos à vida, à

liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, em todas as suas formas e meios descritos na Constituição Federal, art. 5º.

A Constituição também impõe ao Poder Público, explicitamente constante do artigo 23, inciso X, competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: "combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos". Esse dispositivo estabelece não somente implementar medidas de redução ou alívio da pobreza, mas adotar e implementar políticas efetivas que combatam as causas que as provocam, assim como os fatores que favorecem a marginalização, aliando a isso o dever de promover a integração social dos setores desfavorecidos.

O estado, no âmbito do fenômeno da Exclusão Social, exerce papel importante face às demandas sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar a responsabilidade direta do estado frente ao surgimento ou agravamento desse fenômeno, além da necessidade constitucional do estado em intervir, tendo em vista a recuperação e a viabilização de direitos fundamentais violados no contexto de exclusão. O estado, se não perseguir políticas voltadas ao bem-estar social, pode ser considerado como o principal culpado do processo de Exclusão Social em dado momento, pois ele é o grande responsável pelas intervenções positivas diretas, bem como na condução da mobilização da sociedade em prol da discussão do problema.

A extensão e as consequências do processo de Exclusão Social, então, devem ser minimizadas pelo poder público, por meio de ações preventivas e reguladoras, inserindo a sociedade na discussão e ampliando os mecanismos de inclusão e proteção daqueles que, a princípio, são deixados à margem dos direitos consagrados constitucionalmente.

O Mapa da Exclusão Social, instituído no Estado do Pará em 13-02-2006, mediante a Lei n° 6.836, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) n° 30.623, de 14-02-2006, consiste em metodologia de construção de dados socioeconômicos para conhecer as desigualdades e condições das cidades ou regiões que compõem o Pará. Os dados devem servir de base para ações políticas que visem diminuir as diferenças e promover a qualidade de vida da população paraense e, consequentemente, em atender aos ditames constitucionais que tratam sobre o tema.

3.2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Dispõe a Lei nº 6.836/2006, art. 4º, que o PPA deve contemplar as metas de melhoria dos indicadores sociais e as estratégias a serem adotadas para esse fim.

O PPA 2008-2011 não cumpriu tais exigências, mesmo em sua revisão ocorrida em 2009, sendo por isso, objeto de reiterada recomendação desde a análise da prestação de contas do exercício de 2008. Para o exercício de 2010, como não houve revisão do PPA, não foi cumprido o que estabelece a lei.

Também é determinado pela Lei nº 6.836/2006, art. 5º, que o projeto de lei orçamentária anual, de iniciativa do Poder Executivo, apresente o Anexo de Metas Sociais, contendo as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa da Exclusão Social a serem atingidas no ano seguinte, bem como, a discriminação das ações que seriam desenvolvidas para a realização dessas metas, quantificadas financeira e fisicamente sempre que possível. Essa determinação também não foi observada, ensejando reiteradas recomendações nos Pareceres Prévios anteriores.

Em análise à Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, bem como no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2010, verifica-se novamente, o não atendimento ao disposto na Lei nº 6.836/2006, por não constar o Anexo de Metas Sociais.

3.3. RELATÓRIO DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL 2010

Cumprindo ao que dispõe a Lei nº 6.836/2006, o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP e a Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF elaboraram o Mapa da Exclusão Social, constante do Balanço Geral do Estado - BGE, referente ao exercício de 2010.

Como vem ocorrendo em exercícios anteriores, o Governo do Estado por meio do IDESP/SEPOF declara novamente encontrar dificuldades em cumprir *ipsis literis* às determinações da Lei que dispõe sobre o Mapa, por ser a mesma inexequível e inaplicável em função de se estabelecer indicadores que não estão disponíveis pelas principais fontes de informações sociais no país para o mesmo ano de referência da prestação de contas e nos níveis de desagregação.

Em função do estorvo citado no parágrafo anterior, e com o fim de desembaraçar tal situação, o TCEPA recomendou ao Governo que incluísse no rol das atividades do IDESP a efetiva coleta, direta ou indireta, de dados e a elaboração de indicadores que reflitam tempestivamente o Quadro de Exclusão Social do Estado, em atendimento à Lei nº 6.836/2006.

Percebe-se, dentre as providências para tentar solucionar esse problema, que o Governo vem discutindo com órgãos estaduais e com o Poder Legislativo, as dificuldades identificadas na elaboração de indicadores que reflitam o quadro tempestivo de Exclusão

Social do Estado, de maneira a substituir os indicadores apresentados na Lei nº 6.836/2006, em função da impossibilidade do cumprimento imediato ao término de cada exercício e em decorrência da ausência de disponibilidade das informações no período e na regionalização exigida.

Para suprir tais dificuldades de acesso aos dados junto às fontes de informações, o IDESP vem utilizando informações secundárias na construção dos Mapas e atualizando-os de acordo com a disponibilidade dos dados secundários. Com a finalidade de se buscar a solução definitiva para tal impasse, o IDESP estuda propostas de alteração, ou substituição, da lei atualmente em vigor, pelo acompanhamento de indicadores de desenvolvimento social capazes de serem desagregados, com representatividade municipal de maneira a possibilitar a análise dos dados sociais em suas várias dimensões como: educação, saúde, renda, segurança, etc.

O TCEPA, cumprindo seu papel orientador, função fundamental para que a Administração Pública possa atuar com eficiência e eficácia, formulou recomendação no exercício anterior, no intuito de que o Governo alcance o verdadeiro objeto da vontade da Lei, que é o de traçar um diagnóstico da realidade social paraense e, por conseguinte, elaborar e implementar políticas públicas que permitam atenuar a situação de exclusão em que vive a sociedade.

Quanto aos indicadores previstos na lei, o IDESP/SEPOF mencionou cada um dos nove temas sociais ali descritos. As séries históricas apresentadas em tabelas e gráficos, em maioria referem-se aos períodos compreendidos entre 2006 a 2009, o que ratifica os empecilhos encontrados na elaboração do Mapa.

Em suma, o diagnóstico foi apresentado com dados originários de fontes provenientes do IDESP, SEPOF e DATASUS de forma detalhada, os nove indicadores exigidos pela Lei nº 6.836/2006, de modo a refletir, mesmo que em exercícios anteriores à prestação de contas ora analisada, a situação da exclusão social no Estado do Pará, conforme se observa a seguir:

3.3.1. EXPECTATIVA DE VIDA

Este dado social indica o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas num dado momento. O período observado se ateve aos anos 2006 a 2009, cujo resultado registrou modesto aumento na expectativa de vida do paraense, em 0,39 ano, ou seja, passou de 72,45 anos no primeiro ano, para 72,84 no último. O percentual de crescimento foi inferior a expectativa de vida brasileira, a qual aumentou aproximadamente em um ano (0,98), no mesmo período.

Em relação as 12 (doze) Regiões de Integração que compõem o Estado do Pará, a melhor taxa de expectativa de vida continua sendo a região do Marajó com 77,90, bem acima da segunda melhor região (Rio Caeté) que registrou a taxa de 74,95. As menores taxas, assim como se verificou no ano anterior, continua sendo das regiões de Carajás (69,43) e Lago Tucuruí (70,82).

3.3.2. RENDA

A definição legal deste indicador é o Produto Interno Bruto - PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local, com indicadores de concentração de renda e número de pessoas abaixo da linha da pobreza. O PIB *per capita* retrata a soma dos bens e serviços finais produzidos num espaço geográfico para um ano de referência, dividido pela população.

O IBGE é o órgão que representa a fonte oficial, além de dados ajustados ao custo de vida local disponibilizados pelo IDESP/SEPOF, porém, com a dependência das disponibilidades de outras pesquisas para o cálculo, e ainda com defasagem de dois anos no período de análise. Dessa forma, o indicador foi trabalhado no período de 2006 a 2008.

Verifica-se, conforme dados apresentados, que em 2006 o Pará possuía renda *per capita* no valor de R$5.892,00, passando em 2008 para R$7.096,00, ainda assim, bem abaixo da média nacional, ficando mais de 50% abaixo do PIB nacional, em 2008 (R$14.760,00).

Foi aplicado, no mesmo período, o Coeficiente de *Gini* para medir o grau de desigualdade existente na distribuição de renda de um local ou de indivíduos, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade, a 1 (um), quando a desigualdade é máxima, ou seja, apenas um local/indivíduo detém toda a renda da sociedade. Os números demonstram que o Estado do Pará obteve uma pequena elevação no grau de concentração que era 0,76 em 2006 e 2007, passando para 0,77 em 2008.

Analisando os dados nas Regiões de Integração, os menores níveis de desigualdade, em 2008, ocorreram no Marajó (0,30) e Araguaia (0,38). Já as regiões do Carajás (0,78), Metropolitana (0,68) e Tocantins (0,68) registraram os mais elevados índices de desigualdade. As que mais aumentaram seu grau de concentração entre 2007 e 2008 foram Carajás (0,04), Rio Capim (0,02) e Guamá (0,02). As regiões que reduziram foram Araguaia e Marajó (0,02 cada).

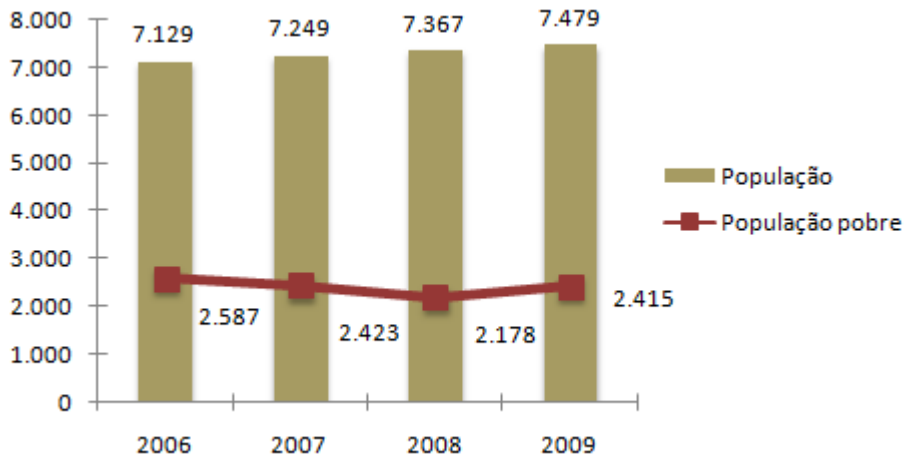
Foram consideradas em estado de pobreza absoluta, as pessoas que convivem em família com renda mensal inferior a ½ salário mínimo *per capita*, na qual a partir da fixação

de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, se definiu uma linha ou limite de pobreza e se determinou a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível.

A metodologia adotada pelo IDESP sob esse enfoque, foi o resultado apresentado pelo Grupo de Trabalho "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", coordenado pela Rede IPEA/ANIPES com a participação de 10 unidades federadas, entre elas o Pará. Em decorrência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD I, ou seja, não possibilita desagregação no nível municipal, o indicador foi apresentado para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém - RMB.

Em 2009, o Estado do Pará alcançou o número de 2,4 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, representando 32,29% da população do Estado. Esse número quebrou a sequência de reduções verificadas nos anos anteriores, portanto, aumentando o número de paraenses vivendo nessas condições em 10,88% em relação a 2008.

Gráfico 3.1 - Linha de Pobreza do Pará 2006-2009



Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 4.3 do Balanço Geral do Estado 2010.

3.3.3. DESEMPREGO

A taxa de desemprego representa o percentual da população economicamente ativa desocupada e as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período da pesquisa. Foi utilizado o conceito de "Desocupação", pelo fato de inexistir fontes disponíveis para o Estado ou informação que atendesse ao conceito de

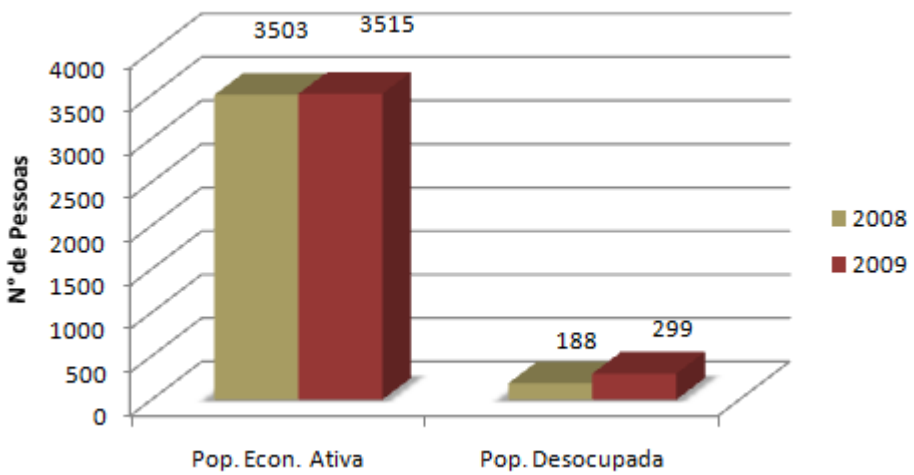
"desemprego". Em função da desagregação da PNAD o indicador foi apresentado para o Brasil, Região Norte, Pará e RMB. O período analisado compreende os exercícios de 2006 a 2009 e as fontes são do IBGE, IDESP e SEPOF.

O Estado do Pará registrou uma elevação na taxa de desocupação passando de 5,36% em 2008, para 8,51%, em 2009, o que representa alta de 3,15 p.p., representando o número de 111 mil pessoas a mais desocupadas, demonstrando uma situação adversa em relação a 2008, quando se obteve a marca de aproximadamente 49 mil trabalhadores que passaram a possuir carteira de trabalho assinada.

O maior crescimento na taxa de desocupação ocorreu na zona urbana, onde passou de 6,5% para 9,9%, acréscimo de 3,4 p.p. No meio rural a alta foi de 2,3 p.p., saindo de 2,2% em 2008 para 4,5%, em 2009.

O acréscimo da desocupação e, consequentemente, da população pobre, de 2009 em relação a 2008, em parte, sofreu os efeitos da crise econômica mundial, com reflexos na economia nacional e estadual, tanto que o Estado do Pará apresentou decréscimo na geração de empregos formais, na produção física industrial e nas exportações.

Gráfico 3.2 –Taxa de desocupação 2008-2009



Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 5.1 do Balanço Geral do Estado 2010.

A taxa de desocupação, segundo o gênero, apresentou elevação nos dois gêneros. O número de mulheres desocupadas cresceu de 7,8% para 11,6% em 2009. Entre os homens, a taxa subiu de 3,8% para 6,4%, o que significa alta de 2,6 p.p., de 2009 em relação a 2008.

Os números apresentados no indicador, segundo a raça, registraram também crescimento tanto para os brancos quanto para os pretos/pardos. A taxa de desocupação dos brancos paraenses subiu de 5,4% para 7,9%, acrescendo 2,5 p.p., e entre os pretos e pardos a taxa passou de 5,2% para 8,4%, registrando aumento de 3,2 p.p.

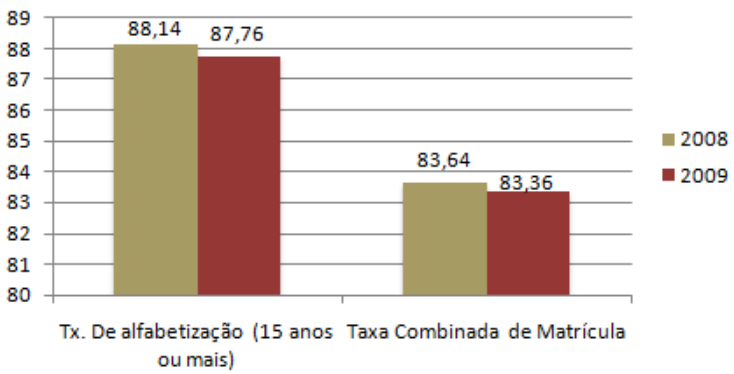
Cabe novamente enfatizar a influência da crise econômica que atingiu todas as esferas do mercado de trabalho brasileiro, regional, estadual e microrregional. No Pará o impacto foi maior que nas outras regiões examinadas, sendo que a População Economicamente Ativa - PEA da zona urbana, feminina e preta/parda foram as que apresentaram as maiores taxas de desocupação.

3.3.4. EDUCAÇÃO

A razão entre a taxa de alfabetização de adultos (15 anos ou mais) e a taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino em relação à população na faixa de 6 a 22 anos de idade (faixa em que as pessoas deveriam estar cursando os respectivos níveis), constitui a média que resulta nos números apresentados neste indicador.

As variáveis envolvidas no cálculo possuem como fonte de atualização a pesquisa PNAD/IBGE, estando o indicador, neste estudo, desagregado para o Brasil, Região Norte, Pará e RMB. Ressalte-se que esse indicador já vinha sendo utilizado nos mapas anteriores, porém, foi novamente calculado para o ano de 2008, em função da alteração realizada pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, na idade dos alunos que compõem o ensino fundamental, com a criação do 9º ano.

Gráfico 3.3 - Taxa de Alfabetização e Taxa Combinada de Matrícula no Ensino Fundamental, Médio e Superior para o Estado do Pará 2008-2009



Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 6.1 do Balanço Geral do Estado 2010.

Percebe-se na ilustração dos números que a proporção de alfabetizados reduziu em 2009, apresentando variação negativa de 0,38 p.p., contrastando com a variação positiva

(0,14 p.p.) obtida em 2008. Quanto à taxa combinada de matrícula para os níveis fundamental, médio e superior, as taxas praticamente se equivaleram, já que em 2008 foi 83,64 e em 2009, 83,36. Registre-se que as taxas de alfabetização de 2008 (95,83) e 2009 (95,53) na RMB, obtiveram taxas superiores ao País, à Região Norte e ao próprio Estado.

Por situação de domicilio, verifica-se grande diferença entre a taxa de alfabetização da área urbana e área rural em todos os níveis geográficos do estudo. O maior percentual de alfabetizados encontra-se na área urbana, tanto em 2008 como em 2009, registrando índices acima dos 90% de alfabetizados na população alvo, enquanto que na área rural os percentuais alcançados foram de 79,9%, em 2008, e 79,7% em 2009.

Quanto às taxas de raça/cor, o Estado do Pará apresentou em 2009 queda de 0,5% na taxa de alfabetizados dos indivíduos pretos/pardos, em relação a 2008.

3.3.5. SAÚDE

Para medir o comportamento da saúde no Estado foram utilizados os indicadores sociais destacados em subitens próprios a seguir. As fontes oficiais são de dados obtidos do DATASUS, IDESP e SEPOF, e o período analisado foi entre 2008 e 2010. Registre-se que é o primeiro indicador que contempla o exercício de 2010, período de análise objeto da presente prestação de contas.

3.3.5.1. NÚMERO DE POSTOS E CENTROS DE SAÚDE POR 10.000 HABITANTES

Este indicador representa, em parte, as disponibilidades de recursos físicos na área da saúde, sendo apresentado a quantidade de postos e centros de saúde relativizados pelo total de habitantes e expressa a cada dez mil habitantes para o Estado do Pará e as Regiões de Integração.

O Pará manteve, nos últimos três anos, praticamente a mesma disponibilidade de postos e centros de saúde, ou seja, em média 2,24 para cada grupo de 10.000 habitantes. Analisando as Regiões de Integração - RI, o Guamá foi a que apresentou, desde 2008, maior proporção sendo 3,84 em 2010. Por outro lado, a RMB obteve a menor proporção com menos de um posto ou centro de saúde para cada grupo de dez mil habitantes, apesar do contínuo crescimento de seus índices, desde 2008.

É importante observar que, de 2009 para 2010, ocorreu queda nas proporções de praticamente todas as Regiões. No entanto, chamou a atenção o crescimento verificado na região do Tapajós, que em 2009 possuía 1,82 posto ou centro de saúde para cada grupo de

dez mil habitantes, passando para 2,34 em 2010. A RMB também apresentou aumento no indicador.

Em 2010, a maioria das regiões apresentaram médias superiores a do Estado. As maiores quantidades de postos e centros de saúde, em relação à população, foi observada na RI Guamá com 3,84, mantendo-se na mesma posição verificada em 2009; e na região do Baixo Amazonas com 3,24. Em contrapartida, as regiões Metropolitana e Carajás apresentaram as menores taxas, com 0,75 e 2,15, respectivamente.

3.3.5.2. NÚMERO DE LEITOS POR 1.000 HABITANTES

O número de leitos por 1.000 habitantes no Estado do Pará, após três anos consecutivos no mesmo nível (2,21), apresentou discreto aumento em sua proporção no ano de 2010, passando para 2,23 leitos hospitalares.

Analisando o indicador por RI, a Metropolitana destaca-se com os maiores índices desde 2008, alcançando em 2010 a marca de 3,27 leitos hospitalares para cada grupo de 1.000 habitantes. Por outro lado, a Região do Marajó vem se mantendo como a de menor índice no mesmo período, com menos de 1 leito hospitalar para cada grupo de 1.000 habitantes.

A disparidade verificada na Região do Marajó é preocupante, não só em função do resultado desse indicador, mas por repetidamente apresentar os piores índices sociais, denotando carência de bens e serviços públicos praticamente em todas as áreas estudadas.

Cabe ressaltar quanto a esse aspecto, que o comportamento negativo verificado na prestação de contas do exercício 2007 da Região do Marajó, foi motivo de recomendação deste Tribunal para que o Governo implementasse urgentes políticas públicas no sentido de reduzir,a médio e a longo prazo, os níveis de exclusão social da região.

Apesar das obras e ações do governo no combate à exclusão social, elencadas na prestação de contas de 2008 e, embora tenha se observado uma leve melhoria nos indicadores em 2009, a Região do Marajó volta a se destacar de forma negativa, demonstrando carência de bens e serviços públicos, principalmente quanto aos indicadores já analisados como o PIB *per capta*, Concentração de Renda (Coeficiente de Gini) e Número de leitos por 1.000 habitantes, bem como à taxa de mortalidade infantil, como se verá mais adiante.

3.3.5.3. NÚMERO DE AGENTES COMUNITÁRIOS POR 1.000 HABITANTES

A representação desse indicador são as disponibilidades de recursos humanos na área da saúde, na figura dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para cada 1.000 habitantes, vinculados às políticas de atenção básica, tendo como principal atuação no programa federal Saúde da Família, que atende em grande parte à população mais carente. A análise se ateve ao Estado do Pará e às Regiões de Integração, no período 2009-2010.

No Estado do Pará verifica-se que vem ocorrendo incremento no indicador desde 2008, quando então apresentava uma proporção de 1,81 de ACS para cada grupo de 1.000 habitantes. Em 2010, esse número passou para 1,99 agentes comunitários, registrando discreto aumento. O destaque ficou com a região do Rio Caeté, que obteve a média de 2,69 ACS por 1.000 habitantes.

3.3.5.4. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

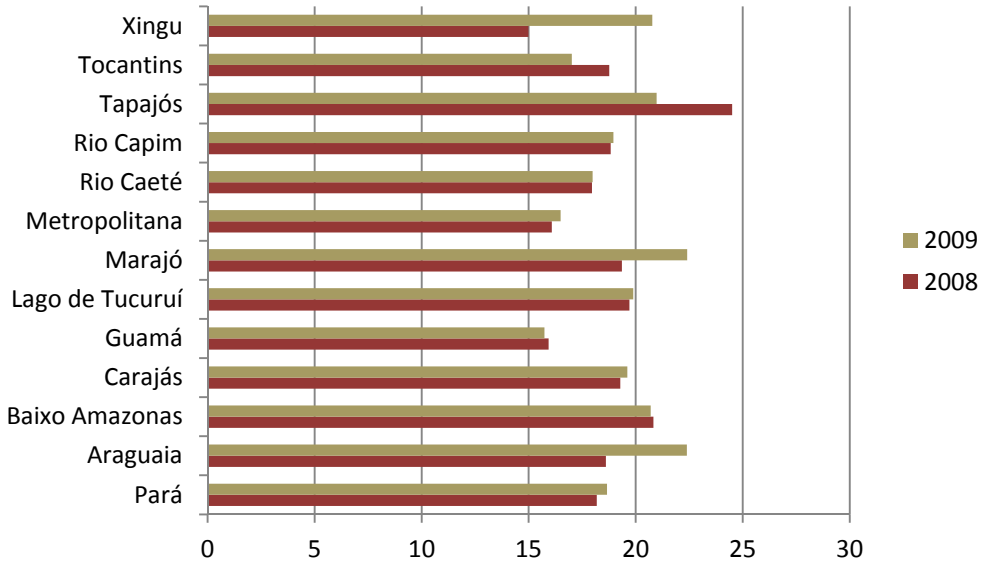
O número de óbitos de crianças durante o primeiro ano de vida, em confronto com o número de nascidos vivos do mesmo período, é a metodologia utilizada para se encontrar a taxa desse indicador, a qual está diretamente relacionada à qualidade de vida da população frente às condições de saúde e saneamento. O DATASUS, fonte dos dados de óbitos e nascidos vivos, disponibilizou informações de 2009 como as mais atualizadas. O Mapa apresentou dados para o Estado do Pará e Regiões de Integração.

Os números constantes do Mapa demonstram que o Pará obteve quedas consecutivas nos exercícios de 2006 a 2008, porém em 2009 apresentou crescimento na taxa com 18,66, enquanto que em 2008 a taxa foi 18,18, ou seja, aumentou o número de óbitos infantis para cada 1.000 nascidos vivos, porém, abaixo da média nacional que em 2009 foi de 20,6, de acordo com pesquisa publicada em abril de 2011 pelo Banco Mundial denominada de “Indicadores do Desenvolvimento Mundial”.

O destaque negativo, novamente, coube à Região do Marajó, registrando a maior taxa entre as RI’s, atingindo a marca de 22,41 óbitos infantis para cada 1.000 nascidos vivos. Logo atrás aparece a região do Araguaia com 22,39. Em termos percentuais, a região que obteve o maior aumento na taxa em relação a 2008 foi Xingu, crescendo 38,6%, passando de 14,99 para 20,78.

A taxa de mortalidade infantil do Estado do Pará e suas regiões, nos anos de 2008 e 2009, encontra-se melhor visualizada no gráfico a seguir:

Gráfico 3.4 - Taxa de Mortalidade Infantil 2008-2009



Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 7.3 do Balanço Geral do Estado 2010.

3.3.6. SANEAMENTO BÁSICO

A Lei nº 6.836/2006 define, para aferição, o percentual de domicílios com água tratada, coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo. Entretanto, os indicadores utilizados foram os percentuais de domicílios com abastecimento de água em rede geral, esgotamento sanitário e coleta de lixo, cuja pesquisa refere-se ao período de 2006 a 2009.

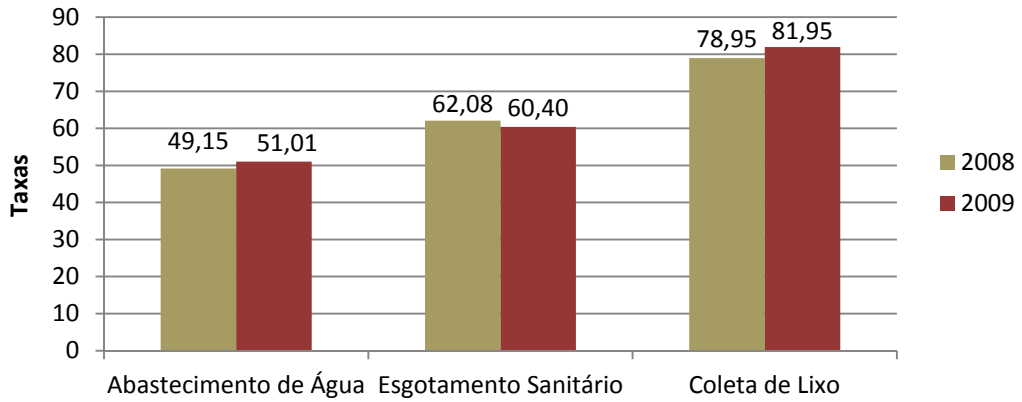
O Governo informa que considerando a não disponibilidade da informação dos referidos indicadores, foram utilizados dados da PNAD/IBGE, desagregados para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém.

O Estado do Pará em 2009 atingiu o percentual de 51,01% do total de seus domicílios com abastecimento de água; 60,4% com esgotos sanitários; e 81,95% com regular coleta de lixo. Nesse último ano foi verificado o maior crescimento, com 3 p.p. em relação a 2008 (78,95%).

Quanto ao abastecimento de água via rede geral, verifica-se a necessidade de se priorizar ações e políticas públicas voltadas ao acesso da população a este serviço, pois percebe-se que desde 2006 tal indicador não apresenta evoluções satisfatórias.

Com relação a proporção de domicílios com coleta de lixo (direta e indiretamente), merece destaque a Região Metropolitana de Belém, cujo expressivo resultado - o maior dentre as regiões em análise – atingiu 97,03% dos domicílios particulares com permanente coleta de lixo, de acordo com os dados do IBGE.

Gráfico 3.5 - Percentual de Domicílios Atendidos no Pará 2008-2009



Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 8.1 do Balanço Geral do Estado 2010.

3.3.7. HABITAÇÃO

O déficit habitacional, segundo a lei, é medido pelo número de pessoas que vivem em loteamentos irregulares, destacando-se as áreas de risco. A periodicidade de análise foi 2008-2009, e o estudo baseia-se nos dados do IBGE que considera como déficit habitacional a necessidade de construção de novas moradias, a existência de domicílios improvisados, cedidos, alugados e coabitados, bem como a depreciação ocorrida nos imóveis próprios.

Novamente, o Mapa não disponibilizou o indicador conforme definido pela lei, pois o Governo informa não dispor dos dados de “pessoas que vivem em loteamento irregulares”, porém, trabalhou o indicador déficit habitacional utilizando a metodologia sugerida pela Fundação João Pinheiro (1995) no trabalho “Déficit habitacional no Brasil”, cujo estudo foi atualizado pela Fundação, em 2007, em parceria com o Ministério das Cidades, o BID e o PNUD, tendo o IBGE/PNAD como fonte de dados. Tal metodologia se baseia em duas vertentes: o déficit habitacional e a inadequação dos domicílios. Esses indicadores foram desagregados para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém, como detalhado na tabela a seguir:

Tabela 3.1 - Déficit Habitacional 2008-2009

(Em %)

INDICADORES	BRASIL		NORTE		PARÁ		METROPOLITANA	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
REPOSIÇÃO DE ESTOQUE- Déficit	1,9	1,7	4,2	4,6	4,0	4,4	0,9	0,6
INCREMENTO DE ESTOQUE- Déficit	15,7	18,1	15,9	17,5	15,8	17,4	13,7	15,5
DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL	**17,6**	**19,8**	**20,1**	**22,1**	**19,9**	**21,8**	**14,6**	**16,1**

Fonte: Adaptação da tabela 9.1 do Balanço Geral do Estado 2010.

3.3.7.1. DÉFICIT HABITACIONAL

Conforme menciona o mapa, o indicador é constituído pela necessidade de novas moradias, que corresponde à existência de domicílios improvisados, cedidos, alugados (domicílios com renda inferior a três salários mínimos) e domicílios coabitados (mais de uma família residindo no domicílio), e pela necessidade de reposição no estoque, equivalente a depreciação de alguns domicílios próprios com parede e/ou cobertura não-durável.

Reposição e Incremento de Estoque são as necessidades que compõem o indicador Déficit Habitacional. Em 2009, o Estado do Pará aumentou o déficit em 1,9 p.p. em relação a 2008, passando de 19,9% para 21,8%.

Analisando as variáveis apresentadas, observa-se que a Região Metropolitana de Belém foi a que apresentou os menores números desse indicador, tanto em acréscimo em relação ao ano anterior, como em taxa de déficit. Em 2009, acresceu 1,5 p.p., atingindo 16,1% de déficit. Também como ocorrido nas outras regiões, o déficit de incremento por novas moradias (15,5%) foi o responsável pelo acréscimo no déficit habitacional da Região Metropolitana.

No Pará, a necessidade de reposição de estoque aumentou em 0,4 p.p., saindo de 4,0% em 2008 para 4,4% em 2009. Em relação a necessidade de incremento de estoque, este indicador contribuiu com 79,81% para a composição do déficit habitacional em 2009, já que do total (21,8%), 17,4 p.p. representa incremento de estoque e 4,4 p.p., reposição de estoque.

3.3.7.2. INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Como complemento ao item habitação também foram calculados indicadores de inadequação dos domicílios, os quais correspondem aos problemas na qualidade de vida dos moradores, em função da inadequação nas especificidades internas das moradias, acessos a serviços básicos e/ou de propriedade do imóvel.

As inadequações analisadas no mapa estão assim apresentadas:

- Carência de Infraestrutura (domicílios que não dispõem de pelo menos um dos seguintes serviços básicos: energia elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo);
- Inadequação Fundiária (domicílios onde pelo menos um dos moradores declara ter a propriedade da moradia, mas informa não possuir a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal do terreno, no caso de apartamento, em que se localiza);
- Adensamento excessivo de moradores por dormitório (foram considerados aqueles em que o número médio de moradores foi superior a três por dormitório).

Considerando algumas diferenças metodológicas em relação ao trabalho da Fundação João Pinheiro, não é recomendado comparar resultados entre os mesmos. A desagregação foi para o Brasil e o Pará, nos períodos de 2008 e 2009, conforme se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 3.2 - Inadequação de Domicílios 2008-2009

(Em %)

INDICADORES	BRASIL		PARÁ	
	2008	2009	2008	2009
CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	32,8	33,2	64,8	64,8
INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	5,3	5,7	4,9	4,2
ADENSAMENTO EXCESSIVO	4,5	4,4	10,2	9,9

Fonte: Tabela 9.2 do Balanço Geral do Estado 2010.

No Estado do Pará, o indicador de Carência de Infraestrutura permaneceu inalterado nesse período, o que não indica situação favorável, pois ainda representa sério problema, uma vez que equivale ao dobro da média nacional (33,2%), refletindo, assim, a ausência de pelo menos um dos serviços básicos como: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

Em relação ao indicador Inadequação Fundiária, o Pará registrou redução nesse índice de 0,7 p.p., sendo 4,2% de domicílios particulares permanentes próprios no Estado que não tinham parcialmente ou integralmente a posse do terreno no ano de 2009.

Segundo o relatório do IBGE (SIS 2010), o indicador de Adensamento Excessivo de Moradores, no âmbito estadual, obteve discreta redução, passando de 10,2%, em 2008, para 9,9% em 2009.

Os resultados apresentados referentes ao Déficit Habitacional e a Inadequação dos Domicílios demonstram claramente a necessidade de priorização de políticas públicas em tais áreas. Como exemplo, o Governo elencou algumas medidas cabíveis para elevar os padrões de habitação e qualidade de vida da população, tais como: intervir em áreas degradadas ou de risco, ocupadas por sub-habitações; construir unidades habitacionais em terrenos regularizados, dotados de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, entre outras.

São medidas, segundo o Governo, que contribuem de forma efetiva para diminuir o déficit habitacional, além de adequar as habitações existentes no Estado do Pará. Assim, este Tribunal, como forma de contribuir para que a gestão pública possa atuar com eficiência e eficácia, segundo os ditames da legalidade, reforçará a intenção do governo em priorizar a implantação e implementação de tais políticas, recomendando esforços nesse sentido.

3.3.8. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO

Quanto a esse indicador, o Governo Estadual não dispôs de informações referentes à "população em situação de risco nas ruas", assim, utilizou-se como aproximação dessa situação, o número de pessoas vivendo em domicílios improvisados, por se tratar também de pessoas em situação de vulnerabilidade domiciliar total. Então, o indicador é obtido pela razão entre o número de pessoas vivendo em domicílios improvisados e o total de pessoas no Estado. A desagregação apresentada foi para o Brasil, Região Norte, Pará e RMB, para o período 2008-2009.

Tabela 3.3 - Proporção de Pessoas Vivendo em Domicílios Improvisados 2008-2009

(Em %)

REGIÕES	2008	2009
BRASIL	0,17	0,11
NORTE	0,62	0,12
PARÁ	0,09	0,14
RMB	0,10	0,02

Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 10.1 do BGE 2010.

Percebe-se na tabela anterior que a proporção de pessoas vivendo em domicílios improvisados diminuiu de forma significativa no Brasil, Região Norte e RMB, em 2009. Porém, em sentido contrário, o Pará apresentou aumento significativo de pessoas vivendo em domicílios improvisados (55,55%) em relação a 2008, atingindo o índice de 0,14% em 2009.

Ressalte-se que o percentual de 0,14% sobre o total da população (7.065.573), representa 9.892 paraenses vivendo em domicílios improvisados e portanto, submetidos à exclusão social em vários aspectos como: desemprego, falta de acesso à educação, condições inadequadas de moradia, etc., o que enseja a necessidade de adoção de políticas públicas prioritárias que permitam a inclusão dessa parcela da população à condição de cidadania plena.

3.3.9. SEGURANÇA

A Lei nº 6.836/2006, de forma restrita, define a medição desse indicador somente pelo número de ocorrências policiais *per capta*. Os números apresentados no Mapa referem-se às ocorrências policiais em relação à população, expressa por 100.000 habitantes. Entende-se por ocorrências aquelas que geraram Boletim de Ocorrência Policial - BOP, independentemente se o objeto for crime, extravio, ou outro afim.

Os dados utilizados provêm da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP e da Secretaria de Estado de Integração Regional - SEIR, para o período 2009-2010, com indicadores do Estado do Pará e das Regiões de Integração.

3.3.9.1. NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS *PER CAPTA*

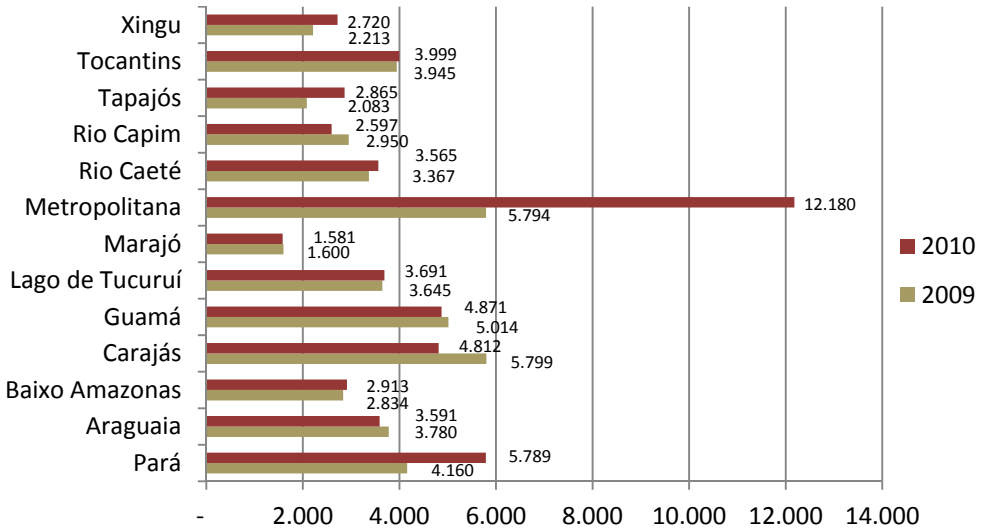
De acordo com os dados apresentados, nos anos 2009 e 2010, o número absoluto de ocorrências policiais registrados no Estado do Pará, cresceu de 310.204 para 430.916, havendo também evolução no número de ocorrências para cada 100.000 habitantes, passando de 4.160 em 2009 para 5.789 em 2010, representando aumento em torno de 39%, tanto nos números absolutos, quanto nas taxas.

Em 2010, dentre os números das regiões de integração apresentados no mapa, chama a atenção o número de ocorrências policiais da região Metropolitana de Belém, chegando próximo a 100% de acréscimo em relação ao ano anterior, com 241.766 registros. Em contraposição, a região de Carajás reduziu em 13,74% o número de ocorrências policiais, atingindo 26.583 contra 30.818 em 2009.

Quanto aos percentuais de participação das regiões sobre o total das ocorrências policiais registrado no Estado, a Metropolitana ficou com a maior participação (56,08%), seguida das regiões Guamá e Tocantins com 6,86% e 6,78%.

Os números de ocorrências policiais *per capita* segundo as regiões de Integração, no período 2009-2010, encontram-se demonstrados no gráfico a seguir:

Gráfico 3.6 - Ocorrências Policiais *Per Capita* 2009-2010



Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 8.1 do Balanço Geral do Estado 2010.

3.3.9.2. CRIMES VIOLENTOS

A lei que dispõe sobre o mapa da exclusão social do Estado do Pará não contempla esse indicador, porém, para ampliar os cálculos do indicador Segurança, o Governo adicionou ao mapa o indicador Crimes Violentos, que compreende homicídios, tentativa de homicídio, latrocínio, roubo, estupro, por 100.000 habitantes, ocorridos em 2009 e 2010, utilizando a fonte SEGUP/CEI.

Os dados constantes da tabela 11.2, às fls. 81 do BGE, vol. I, mostram que em 2010 ocorreu redução de 11% no número de ocorrências referentes a esses tipos de crimes no Estado do Pará, passando de 682 para 608 crimes violentos, por 100.000 pessoas.

Das doze regiões que integram o Estado, em 2010, oito reduziram o número de registros, com destaque para Carajás, que em 2009 registrou 391 ocorrências e em 2010 o número baixou para 211, representando queda de 46,03%. Em contraposição, a região Baixo Amazonas apresentou o maior aumento percentual, 49,38%.

3.3.10. INCLUSÃO DIGITAL

Em atendimento à recomendação deste Tribunal, o Governo do Estado incluiu no mapa novo indicador, o qual permite medir o número de indivíduos submetidos à exclusão digital no Estado do Pará. Para isto, foi considerada a proporção de domicílios com posse de computadores ligados à rede mundial de computadores. Não foram inseridos os acessos por outros meios (escola, *Cyber Café...)*, pois seria necessário a realização de pesquisa de campo, conforme informado no BGE 2010, às fls. 83, vol. I.

O período analisado foi compreendido entre os exercícios de 2007 e 2009, com os dados oriundos do IBGE e elaboração do IDESP/SEPOF.

Cabe informar que Inclusão Digital ou Infoinclusão é o processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Inclusão digital é também simplificar a rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. A inclusão digital, para acontecer, precisa de três instrumentos básicos: computador, acesso à rede e o domínio dessas ferramentas, pois não basta apenas o cidadão possuir um simples computador conectado à internet para incluí-lo no indicador. Ele precisa saber o que fazer com essas ferramentas, ou seja, usufruir desse suporte para melhorar as suas condições de vida (Wikipédia, 2011).

Tabela 3.4 - Percentual de domicílios particulares permanentes com posse de computador e acesso à Internet - Brasil, Norte, Pará e RMB - 2007-2009

ANO	COM POSSE DE COMPUTADOR				COM ACESSO À INTERNET			
	RMB	PARÁ	NORTE	BRASIL	RMB	PARÁ	NORTE	BRASIL
2007	20,2	10,7	13,5	26,5	14,2	6,2	8,2	20,0
2008	25,7	14,5	17,2	31,2	17,9	8,2	10,6	23,8
2009	28,1	16,2	20,3	34,7	20,3	10,3	13,2	27,4

Fonte: Dados consolidados a partir da tabela 12.1 do Balanço Geral do Estado 2010.

Pelos dados dessa tabela, percebe-se que o número de domicílios com posse de computador vem aumentando em todas as regiões estudadas, com destaque para a região Norte que apresentou taxa de 20,3%, obtendo o maior aumento (3,1 p.p), com o incremento de 18% em relação a 2008.

Quanto aos domicílios com acesso à internet, observa-se que o Brasil, em 2009, registrou o maior percentual, 27,4%. Já o Pará registrou a menor taxa das regiões analisadas (10,3%). Apesar disso, obteve o maior crescimento percentual de domicílios com acesso à internet, 25,6%, em comparação a 2008.

Sobre os dados apresentados, verifica-se que o Estado do Pará conseguiu avançar nos últimos três anos analisados, mas, ainda assim, os índices da exclusão digital precisam melhorar, principalmente, o acesso à internet, onde o Estado atinge percentual, proporcional à população, quase três vezes menor que a média nacional.

Visando reduzir esse problema, um importante passo foi dado com a implantação do Programa NAVEGAPARÁ que disponibiliza o acesso gratuito e em alta velocidade à internet por meio de redes sem fio espalhadas por diversos pontos, em várias cidades do Pará. Ressalte-se que tal benefício é encontrado em poucas cidades brasileiras.

O NAVEGAPARÁ foi tema específico abordado no relatório de análise da prestação de contas do governo do exercício de 2009, onde foi destacada a importância desse programa para a sociedade paraense no que diz respeito ao indicador Inclusão Digital. A primeira fase já foi implantada, atendendo escolas, hospitais, postos de saúde, órgãos de segurança pública, instituições públicas de ensino e pesquisa, demais secretarias de governo estadual e municipal e instituições do terceiro setor, visando à interligação das unidades de governo. Portanto, é importante a continuidade dos investimentos no Programa NAVEGAPARÁ, a fim de que os índices de exclusão social desse indicador continuem crescendo.

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como antes já proferido, os direitos fundamentais das pessoas, prescritos na Constituição, estão diretamente relacionados a exclusão social, fenômeno, este, que deve ser minimizado pelo poder público, com a implementação de ações preventivas e reguladoras, favorecendo a inclusão e a proteção dos cidadãos que vivem à margem dos direitos consagrados constitucionalmente.

O Mapa da Exclusão Social serve como instrumento de diagnóstico anual e regionalizado da realidade da vida social das pessoas que vivem no Estado do Pará. Portanto, constitui ferramenta importante à tomada de decisão para o chefe do Poder Executivo, no direcionamento das políticas públicas focadas para os indivíduos que vivem à margem de uma vida social digna e, consequentemente, oferecem subsídios para atender aos ditames constitucionais que tratam dos direitos fundamentais das pessoas.

Sobre os dados apresentados no mapa da presente prestação de contas, é inevitável mencionar novamente que, desde a edição inicial do Mapa da Exclusão Social, em 2006, observa-se que a sua construção obedece a dados intempestivos ou a dados que a lei não os contempla, incorrendo, ano após ano, no descumprimento às determinações legais, deixando, assim, de alcançar de forma integral os objetivos pretendidos, que é o de demonstrar a realidade atual, conforme a vontade do legislador, ficando assim comprometida uma análise mais apropriada por parte deste Tribunal.

Sobre os instrumentos de planejamento, especialmente o PPA e o Projeto de Lei Orçamentária, as análises confirmaram novamente o que já se tinha constatado em 2009, ou seja, o não atendimento à Lei nº 6.836/2006, pois não se fez constar as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa de Exclusão Social e as estratégias a serem adotadas para sua elaboração, bem como o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010, que não trouxe o Anexo de Metas Sociais e, por isso, não atendeu ao disposto na Lei nº 6.836/2006.

Os números apresentados no mapa são preocupantes, pois revelam o aumento da taxa de desocupação em relação à média nacional, a redução na taxa de alfabetizados no Estado, o crescimento da taxa de mortalidade infantil, e, principalmente, o aumento de 10,88% no número de paraenses vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, 237.000 pessoas vivendo com renda média de meio salário mínimo.

Ao desmembrar as regiões, verificou-se algumas disparidades. A Região do Marajó continua no cenário estadual, alcançando em grande parte, os piores índices sociais, revelando carência de bens e serviços públicos, principalmente quanto aos indicadores do PIB *per capta*, concentração de renda (Coeficiente de *Gini*), número de leitos por 1.000 habitantes e mortalidade infantil. A análise do mapa referente aos exercícios anteriores revelou o mesmo desempenho negativo nas taxas alcançadas por aquela Região, conforme se observa na tabela 3.5:

Tabela 3.5 - Indicadores sociais da região do Marajó comparados com a média estadual 2007-2009

INDICADOR	2007	2008	2009	SITUAÇÃO
PIB *PER CAPITA*	R$5.537,10	R$2.647,22	-	PIOR ÍNDICE
COEFICIENTE DE GINI (CONCENTRAÇÃO DE RENDA)	0,32	0,30	-	MENOR ÍNDICE
NÚMERO DE LEITOS POR 1.000 HABITANTES	0,88	0,85	0,89	PIOR ÍNDICE
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (%)	20,61%	19,36%	22,41%	PIOR ÍNDICE

Fonte: Dados consolidados do Balanço Geral do Estado 2010.

Com os índices apresentados na tabela, fica claro que a Região do Marajó, especificamente, precisa ter maior atenção do Governo do Estado para que a qualidade de vida dos moradores daquela região possa melhorar.

Em suma, diante do cenário apresentado no Mapa da Exclusão Social torna-se evidente a necessidade da implementação de políticas públicas a fim de minimizar as desigualdades sociais verificadas, ocasionando, assim, uma melhor expectativa de desenvolvimento do Estado, respeitando os fundamentos básicos da Constituição Federal.

4. PLANEJAMENTO E CONTROLE GOVERNAMENTAL

4.1. INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO

O exercício da função do planejamento é dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo no setor privado, conforme fundamenta a Constituição Federal, art. 174.

O planejamento governamental se materializa, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 165, e a Constituição Estadual, art. 204, por meio de três instrumentos: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

A lei que institui o PPA deve apresentar, de forma setorizada e regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA tem vigência de quatro anos e é nele que o plano de governo se materializa em programas, e estes em ações.

À LDO cabe, anualmente, definir as diretrizes para elaboração e execução do orçamento, compreendendo, dentre outras, as metas e prioridades da administração, as disposições sobre as alterações na legislação tributária, a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e as disposições relativas à despesa com pessoal.

Dessa forma, a LDO orienta a direção e o sentido dos gastos públicos, sendo o elo entre o PPA e a LOA.

A LOA tem a função de estimar as receitas e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro, viabilizando a execução dos programas de governo previstos no PPA, obedecendo às disposições da LDO.

A Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ao introduzir novos elementos à LDO e à LOA, dentre eles a gestão fiscal responsável pelos Poderes, veio de certa maneira reforçar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento.

Nos sítios eletrônicos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (www.alepa.pa.gov.br) e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (www.sepof.pa.gov.br) estão disponíveis os instrumentos de planejamento utilizados pelo Estado para apresentar os planos e os programas de trabalho do exercício de 2010.

4.1.1. PLANO PLURIANUAL – PPA

Denominado “Construindo o Pará de Todas e Todos” o Plano Plurianual referente ao quadriênio 2008-2011 foi instituído pela Lei Estadual n° 7.077 de 28-12-2007, tendo sido revisado para o ano-base de 2009 pela Lei Estadual nº 7.238 de 31-12-2008.

A revisão do Plano para o ano-base 2010, obrigatória por força do art. 6º da lei não ocorreu. A ausência do procedimento pode ser confirmada pelo Ofício n° 0326/2011-GS/SEPOF, de 16-03-2011.

Objetivando o aperfeiçoamento contínuo do PPA e de seus programas, a Lei nº 7.077/2007 estabeleceu procedimentos de monitoramento e avaliação. Dentre estes procedimentos destaca-se:

a) a necessidade da participação da sociedade civil organizada na avaliação dos programas;

b) a obrigação dos órgãos do Poder Executivo em registrar tempestivamente no Sistema de Gestão de Programa do Estado do Pará (GP Pará) as informações referentes à execução física das ações constantes dos programas sob sua responsabilidade, bem como a elaboração de relatório de avaliação dos referidos programas e de seus resultados nas políticas setoriais;

c) a incumbência das Câmaras Setoriais em conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) de elaborar o Relatório de Avaliação dos Programas do Plano.

Com base nessas obrigações, verificou-se que a participação da sociedade civil organizada não ocorreu na avaliação dos programas constantes do PPA.

Quanto à obrigação dos órgãos do Poder Executivo de registrarem, tempestivamente no GP Pará, as informações referentes à execução física dos programas sob sua responsabilidade, constata-se, em verificação realizada no sistema, que a maioria deles tiveram sua execução física registrada, contudo, alguns, apesar de possuírem execução financeira, não apresentaram registro de execução física.

A tabela 4.1 apresenta 05 (cinco) programas, por tipologia, que possuem execução financeira registrada no GP Pará, contudo não apresentam registro do andamento físico.

Tabela 4.1–Programas por Tipologia sem Registro de Execução Física

(Em R$ milhares)

TIPOLOGIA / PROGRAMA	FINANCEIRA	FÍSICA
PROGRAMA FINALÍSTICO		
Extrativismo Vivo	1.699	0
Habitar Melhor	115.047	0
Pará Minha Terra, Minha Escola	3.345	0
Tacacá Social	1	0
PROGRAMA DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE SERVIÇOS AO ESTADO		
Capacitação e Valorização dos Servidores	6.334	0

Fonte: Sistema de Gestão de Programa do Estado do Pará (GP Pará).

Igualmente é possível observar no GP Pará, que algumas ações e mecanismos de operacionalização do programa no alcance dos objetivos pretendidos, também não apresentaram registro físico do seu andamento, apesar de se constatar no sistema execução de despesas nele alocadas.

Assim, conclui-se que o procedimento incompleto quando da alimentação no GP Pará das metas físicas alcançadas por programa, prejudica a elaboração, pelos órgãos do Poder Executivo, dos relatórios de avaliação dos referidos programas e de seus resultados nas políticas setoriais.

Quanto à obrigação das Câmaras Setoriais em conjunto com a SEPOF de elaborarem o Relatório de Avaliação dos Programas do Plano, referente ao Poder Executivo, esta foi cumprida com relação ao ano-base 2010, em conformidade com a Lei nº 7.077/2007, art. 13. O relatório apresenta a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram o PPA, bem como o resultado dos índices previstos dos indicadores de resultado de cada programa e das metas relacionadas a cada ação desenvolvida.

Quanto à avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas, o relatório apresenta os resultados do setor industrial, das vendas do comércio varejista, da balança comercial, do mercado de trabalho formal e encerra comentando a dinâmica social a partir da análise da linha de pobreza.

De acordo com o relatório de avaliação, todas as variáveis macroeconômicas apresentadas tiveram resultado positivo no ano de 2010 com relação ao ano de 2009, conforme apresentado na tabela 4.2.

Tabela 4.2–Expansão das Variáveis Macroeconômicas do Estado do Pará 2010

(Em R$ milhares)

VARIÁVEL MACROECONÔMICA	EXPANSÃO 2010
SETOR INDUSTRIAL	9,4%
COMÉRCIO VAREJISTA	12,7%
BALANÇA COMERCIAL	54,7%
MERCADO DE TRABALHO FORMAL	608,6%

Fonte: Relatório do Plano Plurianual 2008 - 2011.

Quanto à dinâmica social, os dados apresentados relativos à linha de pobreza são referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008, não constando informações sobre o ano-base do relatório.

Com relação à avaliação dos índices previstos dos indicadores de resultado de cada programa, conforme metodologia de elaboração do PPA 2008-2011, somente os 50 (cinquenta) programas do tipo finalísticos apresentaram indicadores de resultado, sendo facultado aos programas de apoio às políticas públicas e de serviços ao estado e de apoio administrativo a apresentação de indicadores. Os indicadores possibilitam avaliar a efetividade no alcance dos objetivos perseguidos por cada programa de governo.

Dentre os programas finalísticos do PPA, 46 (quarenta e seis) estão sob a gestão do Poder Executivo, contudo no relatório de avaliação foram incluídos 2 (dois) programas de apoio às políticas públicas e de serviços ao estado nessa categoria: Pará Integrado e Valorização dos Servidores de Defesa Social. Ao mesmo tempo, o programa finalístico Tacacá Social foi tratado no relatório como programa de apoio às políticas públicas e de serviços ao estado.

Na análise do Relatório de Avaliação dos Programas do Plano, ano-base 2010, constata-se que os indicadores relacionados aos programas finalísticos não apresentaram os índices alcançados em 2010, o que inviabilizou a avaliação da efetividade dos resultados por programa, alcançados no período.

Também constata-se que dentre as 644 (seiscentas e quarenta e quatro) metas relacionadas aos 62 (sessenta e dois) programas gerenciados pelo Poder Executivo, propostas para o exercício em questão, não constam informações sobre o andamento de 294 (duzentas e noventa e quatro), o que equivale a 45,65% do total.

Com relação as 350 (trezentos e cinquenta) metas com informações apresentadas no relatório, observa-se que 137 (cento e trinta e sete) foram atingidas ou superadas e 213 (duzentas e treze) não foram alcançadas.

Assim, com base no Relatório de Avaliação dos Programas do Plano, pode-se concluir que somente 21,28% das metas previstas no PPA para o ano-base 2010 foram atingidas, demonstrando baixo desempenho na execução do Plano.

A lei do PPA, art. 14, assegura ainda, transparência a todo processo de monitoramento e de avaliação por meio da obrigação delegada à SEPOF, de:

a) disponibilizar à sociedade civil, módulo específico do GP Pará para consulta;

b) divulgar, pela internet, o Relatório de Avaliação dos Programas do Plano.

Considerando tais obrigações, constata-se que até a presente data, transcorridos três anos de entrada em vigor do PPA, ainda não foi criado o módulo de acesso público do GP Pará. A SEPOF por meio do Ofício n° 0326/2011-GS/SEPOF informa que o módulo em questão dever ser implantado a partir do mês de abril do presente ano.

Quanto ao Relatório de Avaliação dos Programas do Plano, ano-base 2010, conforme já comentado, este foi elaborado e se encontra divulgado na internet no sítio eletrônico da SEPOF, contudo sua divulgação, bem como o encaminhamento aos deputados estaduais ocorreu fora do prazo estabelecido na Lei nº 7.077/2007, art. 12, § 2º(15 de março).

Conclui-se dessa forma que a transparência do processo de planejamento pretendida pela Lei nº 7.077/2007 encontra-se parcialmente comprometida pelo descumprimento em parte do dispositivo previsto no art. 14.

A compatibilidade entre o PPA, a LDO e a LOA é norma constitucional, sendo esta reforçada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A própria dinâmica de funcionamento do modelo planejamento-orçamento, prevista na Constituição Federal de 1988, demonstra essa necessidade de compatibilidade, pois, os programas aprovados no Plano Plurianual, só podem ser operacionalizados se programados na Lei Orçamentária Anual e esta, não pode apresentar programas diferentes daqueles aprovados no Plano.

As metas financeiras aprovadas na Lei nº 7.077/2007 não são limites à programação da despesa na LOA, conforme dispõe a lei do PPA, art. 5º. Todavia a comparação dos valores dos programas entre os dois instrumentos possibilita aferir a maior ou menor qualidade no processo de planejar (PPA) e de programar (LOA).

Assim, a tabela 4.3 apresenta os 73 (setenta e três) programas do PPA com seus respectivos valores aprovados na revisão ano-base 2009, para o triênio 2009-2011, bem como os valores previstos para o exercício de 2010 e as dotações iniciais da Lei Orçamentária para o exercício de 2010.

Tabela 4.3–PPA 2009-2011 x PPA Programação 2010 x LOA Dotação Inicial por Programa 2010

(Em R$ milhares)

PROGRAMAS	A - PPA 2009/2011	B - PPA 2010	% B/A	C - LOA 2010	% C/B
PROGRAMA FINALÍSTICO	**24.924.302**	**8.639.356**	**34,66**	**3.814.444**	**44,15**
ÁGUA PARA TODOS	1.530.877	480.538	31,39	189.556	39,45
ATENDIMENTO DAS AÇÕES EVENTUAIS	8.918	2.973	33,34	2.431	81,77
BOLSA TRABALHO	332.287	122.414	36,84	46.961	38,36
CAMINHOS DA PARCERIA	3.962.214	1.240.636	31,31	286.258	23,07
CAMPO CIDADÃO	108.846	35.048	32,20	13.448	38,37
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	342.103	118.135	34,53	62.516	52,92
COMUNICAÇÃO PÚBLICA	63.606	20.893	32,85	7.442	35,62
CULTURA PARÁ TODOS	177.636	44.549	25,08	24.565	55,14
CULTURA SUSTENTÁVEL	15.507	5.063	32,65	2.219	43,83
DEFESA DA SOCIEDADE	599.295	199.327	33,26	201.097	100,89
DESENVOLVE PARÁ	747.605	228.964	30,63	77.886	34,02
DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUICULTURA SUSTENTÁVEIS	16.583	5.516	33,26	2.915	52,85
DOAR É VIDA	13.804	4.585	33,22	3.859	84,17
EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARÁ TODOS	3.742.312	1.244.701	33,26	1.108.074	89,02
EFICIÊNCIA E QUALIDADE NA GESTÃO MUNICIPAL	186.915	37.436	20,03	34.254	91,50
ENERGIA É DESENVOLVIMENTO	5.276.242	2.214.710	41,98	26.225	1,18
ESPORTE PARTICIPATIVO	148.174	48.186	32,52	21.749	45,14
EXTRATIVISMO VIVO	9.397	3.558	37,86	800	22,48
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL	207.116	68.878	33,26	55.449	80,50
GRÃO PARÁ LER	3.215	1.070	33,28	417	38,97
HABITAR MELHOR	766.229	339.333	44,29	92.615	27,29
HEMOVIDA	77.120	8.605	11,16	17.673	205,38
IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL	11.341	3.727	32,86	1.936	51,95
JUSTIÇA AO ALCANCE DE TODOS	539.657	182.676	33,85	193.989	106,19
MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO	105.041	35.017	33,34	9.434	26,94
ORDENAMENTO TERRITORIAL	153.725	49.015	31,88	12.085	24,66
PARÁ FLORESTAL	20.898	5.371	25,70	2.516	46,84
PARÁ MINHA TERRA, MINHA ESCOLA, MINHA PAZ	31.641	10.061	31,80	9.865	98,05
PARÁ VIVER	67.066	4.900	7,31	3.979	81,20
PARÁ, TERRITÓRIO DA JUVENTUDE	11.695	22.254	190,29	28.695	128,94
PRESERV. DA MEMÓRIA, IDENTIDADES E DIVERSIDADE CULTURAL DO ESTADO	91.018	30.205	33,19	12.417	41,11
PROG.REDUÇÃO DA POBREZA E GEST. DOS REC. NAT. - PARÁ RURAL	153.386	70.318	45,84	11.682	16,61
PROMOÇÃO DA CIDADANIA	27.806	7.427	26,71	73.010	983,03
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	42.875	14.284	33,32	6.570	46,00
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	74.452	24.182	32,48	17.784	73,54
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	68.807	20.263	29,45	13.489	66,57
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL	1.015.142	341.616	33,65	48.583	14,22
RECONQUISTANDO A CIDADANIA	455.673	125.813	27,61	33.622	26,72
REGISTRO MERCANTIL EM AÇÃO	5.074	1.609	31,71	1.435	89,19
RENOVAÇÃO DO TURISMO PARAENSE	73.362	21.358	29,11	11.812	55,30
RESOLUTIVIDADE NA SAÚDE	1.999.475	648.129	32,41	663.273	102,34
SAÚDE ESSENCIAL	358.867	120.332	33,53	85.850	71,34
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	13.685	4.654	34,01	886	19,04
SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONTROLE SOCIAL	11.528	3.831	33,23	1.729	45,13
SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS	10.443	1.277	12,23	3.050	238,84
SEGURANÇA PARA TODAS E TODOS	812.526	270.838	33,33	130.971	48,36
SENTINELA SAÚDE	69.431	23.024	33,16	20.255	87,97
SOCIAL COMUNITÁRIO	23.500	8.200	34,89	8.200	100,00
TACACÁ SOCIAL	1.093	364	33,30	36	9,89

PROGRAMAS	A - PPA 2009/2011	B - PPA 2010	% B/A	C - LOA 2010	% C/B
UNIVERSIDADE PÚBLICA COM QUALIDADE	339.092	113.493	33,47	128.882	113,56
PROGRAMA DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE SERVIÇOS AO ESTADO	**2.794.137**	**926.205**	**33,15**	**841.550**	**90,86**
CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	29.640	10.183	34,36	7.920	77,78
CONTROLE EXTERNO	224.287	74.623	33,27	71.641	96,00
CONTROLE INTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	270	90	33,33	290	322,22
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	2.597	859	33,08	0	0,00
EDUCAÇÃO NA SAÚDE	60.057	19.914	33,16	19.861	99,73
FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	152.851	50.083	32,77	50.572	100,98
GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ	3.377	1.126	33,34	898	79,75
GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	125.293	41.703	33,28	45.108	108,16
GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	16.682	5.538	33,20	1.180	21,31
GESTÃO FAZENDÁRIA	124.340	36.643	29,47	31.676	86,44
GESTÃO INTELIGENTE E INTEGRADA	109.311	36.082	33,01	22.986	63,70
GESTÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA DO ESTADO	266.822	87.071	32,63	4.078	4,68
GOVERNO CIDADÃO	33.637	11.403	33,90	6.440	56,48
INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	33.928	11.004	32,43	6.968	63,32
LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	55.121	18.356	33,30	15.992	87,12
PARÁ INTEGRADO	38.548	13.300	34,50	4.265	32,07
PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO	92.212	30.331	32,89	30.331	100,00
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE EM OBRAS PÚBLICAS - PARÁ OBRAS	1.445	466	32,25	66	14,16
QUALIDADE SOCIAL DO SERVIÇO PÚBLICO	489.902	162.648	33,20	178.046	109,47
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	23.223	7.654	32,96	4.226	55,21
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	642.717	216.657	33,71	275.143	126,99
VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DE DEFESA SOCIAL	267.878	90.471	33,77	63.863	70,59
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	**8.599.647**	**2.874.539**	**33,43**	**2.914.410**	**101,39**
APOIO ADMINISTRATIVO	8.599.647	2.874.539	33,43	2.914.410	101,39
TOTAL	**36.318.086**	**12.440.100**	**34,25**	**7.570.404**	**60,85**

Fonte: Lei de Revisão do Plano Plurianual e SIAFEM 2010.

A análise da tabela 4.3 permite observar que do total programado para o triênio 2009-2011 no PPA (R$36,3 bilhões), 34,25% correspondem ao exercício de 2010, o que equivale a R$12,4 bilhões, sendo que somente 60,85% desse valor foi estimado na LOA/2010, resultando no total de R$7,5 bilhões.

Do conjunto dos 50 (cinquenta) programas finalísticos, 9 (nove) tiveram valores programados acima do previsto no PPA para o exercício de 2010, com destaque para o programa Promoção da Cidadania que apresentou dotação inicial na LOA, 883,03% maior do que o previsto no Plano.

Os demais 41 (quarenta e um) programas tiveram sua programação fixada na LOA abaixo do planejado no PPA. Dentre os programas finalísticos, o mais prejudicado foi Energia e Desenvolvimento, que no PPA para o ano-base 2010, tinha previsão de aplicação de 41,98% do total de seus recursos, enquanto na LOA, esse percentual de execução previsto diminuiu para 1,18%.

Na análise dos 22 (vinte e dois) programas de apoio às políticas públicas e de serviços ao estado, o intitulado Cooperação Internacional não foi programado na Lei

Orçamentária e 6 (seis) foram fixados acima do valor aprovado no PPA. Dentre esses, destacou-se o programa Controle Interno da Gestão dos Recursos Públicos que recebeu na LOA, recursos superiores aos previstos no PPA, equivalentes a 222,22%.

Dos 15 (quinze) programas restantes do grupo em questão e que tiveram recursos programados na LOA abaixo dos previstos no PPA, o mais prejudicado foi Gestão Mobiliária e Imobiliária do Estado, com percentual de execução previsto de 4,68% do valor original.

Quanto ao programa de apoio administrativo, este praticamente manteve na LOA o valor de sua previsão original contida no PPA, tendo sua programação fixada em 1,39% (R$39,8 milhões) acima do previsto.

Conclui-se, portanto, que dos 73 (setenta e três) programas do Plano Plurianual, ano-base 2010, 1 (um) não foi programado na LOA, 56 (cinquenta e seis) foram estimados em valores inferiores e 16 (dezesseis) em valores superiores aos do PPA, demonstrando significativo descompasso entre o programado no Plano e o estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

A análise da distribuição de recursos por tipologia de programas, busca verificar se o planejamento da ação governamental está mais voltado para a geração de bens ou serviços a serem oferecidos diretamente à sociedade, por meio dos programas finalísticos, ou para serviços típicos de Estado, os quais geram bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, incluindo neste caso despesas de natureza tipicamente administrativas, como os programas de apoio às políticas públicas e de serviço ao estado e de apoio administrativo.

A distribuição dos recursos por tipologia de programa está demonstrada na tabela a seguir, que apresenta os valores aprovados no PPA para o triênio 2009-2011, conforme revisão ocorrida para o ano-base 2009, os valores previstos para o exercício de 2010 e as dotações iniciais da Lei Orçamentária para o exercício de 2010.

Tabela 4.4–PPA 2009-2011 x PPA Programação 2009 x LOA Dotação Inicial por Tipologia de Programa

(Em R$ milhares)

TIPO DE PROGRAMA	PPA 2009/2011	% PART.	PPA 2010	% PART.	LOA 2010	% PART.	% PART.
PROGRAMA FINALÍSTICO	24.924.302	68,63	8.639.356	69,45	3.814.444	50,38	33,94
PROGRAMA DE APOIO ÁS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE SERVIÇOS AO ESTADO	2.794.137	7,69	926.205	7,44	841.550	11,12	7,49
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.599.647	23,68	2.874.539	23,11	2.914.410	38,50	25,94
TOTAL POR PROGRAMAS	**36.318.086**	**100,00**	**12.440.100**	**100,00**	**7.570.404**	**100,00**	**-**
ENCARGOS	-	-	-	-	3.667.232	-	32,63
TOTAL	**36.318.086**		**12.440.100**		**11.237.636**		**100,00**

Fonte: Lei de Revisão do Plano Plurianual e SIAFEM 2010.

Pode-se constatar conforme tabela 4.4, que a revisão do PPA estabeleceu que 68,63% do total de recursos programados no triênio 2009-2011 seriam destinados a programas finalísticos, sendo que no ano de 2010 este percentual seria de 69,45%. Entretanto, a LOA contemplou somente aplicação de 50,38%, reduzindo em 19,07 p.p. em relação ao PPA.

Com relação aos programas de apoio às políticas públicas e de serviço ao estado e de apoio administrativo ocorreu o inverso, sendo estes estipulados na LOA em valores superiores aos previstos no PPA. Os programas de apoio às políticas públicas e de serviço ao estado estimado em 7,44% foram fixados em 11,12% (acréscimo de 3,68 p.p.) e o de apoio administrativo inicialmente previsto para 23,11% do total de recursos, atingiu 38,50% (acréscimo de 15,39 p.p.).

Observa-se assim que houve maior direcionamento de recursos para os programas de apoio administrativo e para os de apoio às políticas públicas, em detrimento aos programas que resultam em bens e serviços disponibilizados à população (programas finalísticos).

Ao agregarmos à análise as despesas referentes aos Encargos Especiais (despesas orçamentárias em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins), percebe-se que essas despesas consomem recursos equivalentes aos destinados aos programas finalísticos.

Por fim cabe ressaltar que, devido às despesas com Encargos Especiais programadas na LOA (R$3,6 bilhões) não estarem previstas no PPA, grande parte dos recursos que deixaram de ser direcionados para os programas do Plano acabaram sendo consumidos por estas na programação da LOA.

4.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

As diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 foram estabelecidas na Lei n° 7.291, de 27-07-2009, publicada no DOE n° 31.477, de 06-08-2009 e republicada no DOE n° 31.554, de 27-11-2009, devido a rejeição, pela Assembleia Legislativa do Estado, do veto ao art. 17, § 5º.

No processo de elaboração e discussão da LDO retro citada, não houve a realização de audiência pública, conforme estabelece a LRF, art. 48, parágrafo único, inciso I. A ausência do procedimento é confirmada pelo Ofício n° 0281/2011-GS/SEPOF, de 22-02-2011.

Com relação à conformidade da composição da LDO com as disposições constitucionais e legais, a lei cumpriu as exigências previstas na Constituição Estadual, art. 204, § 3°, e art. 208, contendo:

a) prioridades e metas da administração pública estadual;

b) orientações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;

c) disposições sobre as alterações na legislação tributária;

d) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO também dispôs sobre: concessão de vantagem, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras e admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração estadual, cumprindo-se, portanto, a exigência disposta na Constituição Estadual, art. 208, § 1º, inciso II.

O texto e os anexos que integraram a LDO atenderam, ainda, as seguintes exigências contidas na LRF:

EXIGÊNCIA	BASE LEGAL	LDO
Dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas.	art. 4º, inciso I, alínea a	art. 3º, inciso I
Dispor sobre critérios e forma de limitação de empenho, a serem efetivados nas hipóteses de risco de não-cumprimento das metas fiscais ou de ultrapassagem do limite da dívida consolidada.	art. 4º, inciso I, alínea b	art. 36
Dispor sobre normas relativas ao controle de custos.	art. 4º, inciso I, alínea e	art. 26
Dispor sobre normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	art. 4º, inciso I, alínea e	arts. 47 e 48
Dispor sobre demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	art. 4º, inciso I, alínea f	arts. 20 e 21
Conter Anexo de Metas Fiscais.	art. 4º, § 1º	demonstrativo I, anexo I
Conter avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.	art. 4º, § 2º, inc. I	demonstrativo II, anexo I
Conter demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.	art. 4º, § 2º, inciso II	demonstrativo III, anexo I
Conter evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.	art. 4º, § 2º, inciso III	demonstrativos IV e VIII, anexo I
Conter avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos.	art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a	demonstrativo V, anexo I

EXIGÊNCIA	BASE LEGAL	LDO
Conter demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.	art. 4º, § 2º, inciso V	demonstrativo VI e VII, anexo I
Conter Anexo de Riscos Fiscais.	art. 4º, § 3º	anexo II
Estabelecer forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, de "Reserva de Contingência".	art. 5º, inciso III	art. 22
Designar o índice de preços cuja variação limitará a variação do principal da dívida mobiliária refinanciada no exercício de referência.	art. 5º, § 3º	Não apresenta
Definir os termos sob os quais será estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, até 30 dias após a publicação da lei orçamentária.	art. 8º, caput	art. 35
Indicar as despesas que, além das constitucionais e legais e das com o serviço da dívida, não devam ser objeto da limitação de empenho e movimentação referida no art. 9º e no art. 31. § 1º, II.	art. 9º, § 2º	art. 36, incisos IV e V
Dispor, complementarmente, sobre condições a serem atendidas para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.	art. 14, caput	Não apresenta
Estabelecer conceito de despesa irrelevante, para efeito de sua exclusão do disposto no art. 16, que trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação que acarrete aumento de despesa.	art. 16, § 3º	art. 25, parágrafo único
Estabelecer situações nas quais será possível contratar hora-extra, quando a despesa total com pessoal estiver excedendo 95% do limite estabelecido para tal.	art. 22, parágrafo único, inciso V	art. 50, inciso V
Estabelecer, complementarmente à LRF, exigências para a realização de transferências voluntárias.	art. 25, § 1º	art. 19
Estabelecer os termos sob os quais serão incluídos projetos novos na lei orçamentária, respeitando o "adequado" atendimento dos "em andamento" e o atendimento das despesas de conservação do patrimônio público.	art. 45, caput	art. 18

Desta feita, verifica-se que a composição da LDO foi estruturada observando as exigências contidas na Constituição Estadual e demais legislações que disciplinam a matéria. Constaram da lei, ainda, normas concorrentes que tinham por objetivo nortear a condução da política fiscal do Estado.

Quanto ao conteúdo, a lei de diretrizes, no art. 2º, estabeleceu para 2010 as prioridades e metas do Estado balizadas em três macro-objetivos estabelecidos no PPA 2008-2011:

a) qualidade de vida para todas e todos;

b) inovação para o desenvolvimento;

c) gestão participativa e descentralizada de valorização e respeito aos servidores públicos.

Constaram em Anexo as metas relativas à programação de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas, as quais poderiam ser

alteradas por ocasião da revisão do PPA (Lei nº 7.077/2007, art. 6º), conforme disposição estabelecida na LDO, art. 2º, § 1º.

Dentre os principais dispositivos constantes da LDO pode-se destacar:

DISPOSITIVO	
Exigência do encaminhamento da proposta orçamentária contendo anexo com a regionalização das dotações orçamentárias.	art. 5º, § 9º
Necessidade de realização de plenárias regionais por meio do processo de planejamento estratégico participativo durante o processo de elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária.	art. 14, § 1º
Necessidade de divulgação à sociedade, em tempo real, por meio eletrônico de acesso público, das informações, pormenorizadas, da execução orçamentária e financeira.	art. 14, § 1º, inciso I
Definição dos procedimentos para realização das audiências públicas previstas no §4º do art. 9º da LRF.	art. 14, §§ 7º e 8º
Restrição à utilização pelo Poder Executivo das receitas provenientes da dívida tributária em despesas de caráter continuado.	art. 16
Restrição da utilização da reserva de contingência somente para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, e eventos fiscais imprevistos conforme disposto na LRF, art.5º, inciso III, alínea b.	art. 22, § 1º
Obrigação da consignação dos recursos orçamentários destinados ao Plano de Custeio do Regime Estadual de Previdência no IGEPREV.	art. 27
Vedação à destinação de recursos para pagamento por serviços a título de consultoria ou assistência técnica a servidores da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.	art. 28, inciso III
Vedação à utilização de recursos provenientes de contribuições, auxílios e subvenções sociais para o pagamento de pessoal da entidade beneficiada.	art. 28, inciso IV
Vedação à destinação de recursos do orçamento à previdência complementar.	art. 28, inciso V
Vedação à descentralização de crédito orçamentário para atender despesas que não sejam de atribuição do órgão ou entidade concedente ou quando não puderem ser incorporados ao patrimônio do órgão cedente.	art. 29, § 3º
Obrigação dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes, de recolherem, até o trigésimo dia do mês subseqüente, à Conta Única do Estado, a diferença do Imposto de Renda - Pessoa Física, retido na fonte, incidente sobre a remuneração de seus servidores e prestadores de serviços.	art. 37
Obrigação do detalhamento das ações (projetos/atividades/operações especiais) do Poder Executivo no Sistema GP Pará a quando do empenho das despesas.	art. 39
Obrigação das empresas estatais integrantes do Orçamento de Investimentos das Empresas disponibilizarem na internet, demonstrativo das receitas e despesas realizadas, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.	art. 46
Obrigação dos órgãos do Poder Executivo em fornecer os dados de execução física das ações de governo, bem como outras informações complementares da execução de cada programa via Sistema GP Pará.	art. 47, § 2º
Procedimentos a serem observados na avaliação dos programas de governo constantes no PPA 2008-2011.	art. 48
Autorização para a realização de concurso público.	art. 52
Obrigatoriedade dos Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes em publicar, até o vigésimo dia do mês subsequente ao bimestre, a remuneração do pessoal ativo e inativo, na forma de demonstrativo constante na Lei.	art. 53
Regras sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício.	art. 62
Autorização para parcelamento dos débitos de exercícios anteriores.	art. 63

O Anexo de Metas Fiscais aponta resultado primário superavitário para os exercícios de 2010 (R$21,7 milhões), de 2011 (R$94,2 milhões) e de 2012 (R$316,2 milhões), o que possibilita o equilíbrio orçamentário para os períodos em questão.

Por sua vez, o resultado nominal estabelecido (R$311,7 milhões) indica o crescimento do endividamento do Estado no exercício de 2010, e para os exercícios de 2011 e 2012 apresenta, respectivamente, tendência de redução da Dívida Consolidada Líquida equivalente a 3,02% e crescimento de 10,77%.

Quanto à conformidade dos demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais com o Manual de Demonstrativos Fiscais estabelecido na Portaria STN nº 462, de 05-08-2009, constatam-se as seguintes situações:

DEMONSTRATIVO	INCONSISTÊNCIA	SITUAÇÃO
Metas Anuais	As contas apresentadas no campo especificação não estão de acordo com as definidas no Manual.	Não conformidade
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	As contas apresentadas no campo especificação não estão de acordo com as definidas no Manual.	Não conformidade
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	As contas apresentadas no campo especificação não estão de acordo com as definidas no Manual.	Não conformidade
Evolução do Patrimônio Líquido	-	Conformidade
Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	-	Conformidade
Avaliação da Situação Financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	Conformidade
Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Não apresenta projeção para no mínimo 75 anos, conforme estabelecido na Portaria MPAS nº 4.992 de 05-02-1999, acolhida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais. O exercício inicial de projeção (2007) é anterior ao definido pelo Manual.	Não conformidade
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	Não foi elaborado seguindo o modelo definido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, deixando de apresentar a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e os setores, programas e beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita. As medidas a serem tomadas a fim de compensar a renúncia de receita prevista não estão de acordo com a LRF, art. 14.	Não conformidade
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	O cálculo da Margem Líquida, conforme memória de cálculo apresentada, está incorreto devido: - o valor referente à conta Aumento Permanente da Receita considerar receitas que não crescem por	Não conformidade

DEMONSTRATIVO	INCONSISTÊNCIA	SITUAÇÃO
	elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, como as receitas patrimoniais, outras receitas correntes e receitas de capital. Também no cálculo do Aumento Permanente da Receita foi considerada a conta transferências correntes, contudo, não é possível identificar se a espécie (constitucional, legal ou voluntária) utilizada está de acordo com a LRF, art. 17, § 3º; - o valor referente à conta Saldo Utilizado da Margem Bruta considerar despesas como a dívida estadual, precatórios e despesas de capital, que não atendem aos requisitos da LRF, art. 17, caput, como Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC). A memória de cálculo não apresenta como foi apurado o valor da conta Redução Permanente de Despesa.	

Quanto ao Anexo de Riscos Fiscais, apresentado por meio do Demonstrativo de Riscos e Providências, verificam-se as seguintes situações:

a) o demonstrativo não guarda conformidade com a Portaria STN nº 462/2009, já que não apresenta os valores a serem gastos com cada providência a ser tomada no caso de concretização do risco fiscal apontado;

b) o saldo de precatórios do IGEPREV, no valor de R$ 42,8 milhões, compõe indevidamente o demonstrativo, pois não se enquadra no conceito de risco, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 100, § 1º;

c) não foram apontados, no Anexo, riscos relacionados à estimativa da receita, restituição de tributos, fixação da despesa e variações da taxa de juros e de câmbio.

4.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

O Orçamento Geral do Estado – OGE, referente ao exercício financeiro de 2010, teve seus valores aprovados pela Lei nº 7.370, de 30-12-2009 (Lei Orçamentária Anual – LOA), nos termos do disposto na Constituição Estadual, art. 204, § 5º, tendo sido publicado no suplemento nº 1 do DOE nº 31.576, de 31-12-2009.

No processo de elaboração e discussão do OGE não houve a realização de audiência pública conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48, parágrafo único, inciso I, e a LDO, art. 14, § 5º, bem como não ocorreram as plenárias regionais, por

meio de processo de planejamento estratégico participativo, conforme também determina a LDO, art. 14, § 1º. A ausência do procedimento é confirmado pelo Ofício n° 0281/2011-GS/SEPOF, de 22-02-2011.

A LOA estimou a receita e fixou a despesa em R$11,4 bilhões, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e o de Investimento das Empresas para o exercício de 2010.

A composição do Orçamento Geral do Estado, quanto à estrutura e organização, seguiu as determinações da LDO, contudo, verifica-se que os valores da despesa fixada do orçamento fiscal e da seguridade social divergem dos apresentados no texto da LOA.

Na tabela 4.5 demonstra-se a composição do OGE, considerando-se os valores referentes à soma do detalhamento da programação dos órgãos, contida no Anexo da lei.

Tabela 4.5–Orçamento Geral do Estado 2010

(Em R$ milhares)

ORÇAMENTO	RECEITA PREVISTA(A)	%	DESPESA FIXADA(B)	%	(A-B)
Fiscal	9.739.159	85,29	7.776.375(2)	68,10	1.962.784
Seguridade Social	1.498.477(1)	13,12	3.461.261(2)	30,31	- 1.962.784
SUBTOTAL	**11.237.636**	**98,42**	**11.237.636**	**98,42**	**0**
Investimento das Empresas	180.839	1,58	180.839	1,58	0
TOTAL	**11.418.475**	**100,00**	**11.418.475**	**100,00**	**0**

Fonte: Lei nº 7.370/2009 (Lei Orçamentária Anual) - Deduzida a contribuição de R$1.494.724 ao FUNDEB
Nota: (1) Já Inclusa no Orçamento da Seguridade Social a Receita Corrente Intraorçamentária.
(2) Valores referentes à soma do detalhamento da programação dos órgãos, apresentados no Anexo da LOA.

Com base na tabela 4.5 pode-se observar que a participação dos orçamentos na composição do OGE apresenta a seguinte distribuição: Orçamento Fiscal, 85,29% da receita e 68,10% da despesa; Orçamento da Seguridade, 13,12% da receita e 30,31% da despesa; e Orçamento de Investimento das Empresas, 1,58% tanto da receita quanto da despesa.

O superávit do Orçamento Fiscal (R$1,9 milhão) deu cobertura ao déficit do Orçamento da Seguridade Social em igual valor, contribuindo para manutenção do equilíbrio orçamentário em sua totalidade.

A LOA, quanto ao conteúdo, guarda conformidade com o que estabelece a Constituição Estadual, art. 204, § 13.

Cabe destacar que a LOA, art. 6º, inciso II, possibilita a criação de grupos de natureza de despesa não incluídos nos projetos, atividades e operações especiais dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio de créditos adicionais suplementares (destinados a reforço de dotação orçamentária), porém, esse dispositivo não guarda conformidade com a legislação que rege a matéria, Lei nº 4.320/64, pois, tendo a

programação de trabalho do OGE sido aprovada até ao nível de grupo de natureza de despesa, a criação de novos grupos só pode ocorrer por meio de créditos especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica).

Quanto à classificação da despesa no OGE, deve-se ressaltar que no programa de trabalho do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN e da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - FUNCAP, o projeto/atividade “Implantação do Gerenciamento de Unidades de Abastecimento do Estado” encontra-se associado de maneira incorreta à função “Encargos Especiais”, pois, conforme a Portaria do Ministério do Planejamento nº 42/99, art. 1º, § 2º, a função "Encargos Especiais" engloba apenas despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins.

Com relação à receita prevista e à programação da despesa fixada por fonte de recursos integrantes do OGE, estas apresentaram equilíbrio quanto a sua totalidade, entretanto deixaram de observar a correlação entre a fonte de recurso e a respectiva destinação, conforme pode ser observado na tabela 4.6.

Tabela 4.6- Destinação de Recursos Receita X Despesa LOA

(Em R$ milhares)

COD. FONTE	FONTE DE RECURSO	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	DOTAÇÃO INICIAL	DIFERENÇA
0101	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.820.658	6.593.311	1.227.348
0103	FES - RECURSOS ORDINÁRIOS	-	913.047	-913.047
0104	QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QT. ESTADUAL	26.179	26.179	-
0105	QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QT. FEDERAL	666	666	-
0106	RECUR. PROV. DE TRANSF. - CONVÊNIOS E OUTROS	77.015	77.015	-
0107	REC. TES. VINC. FUNDO ESTADUAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	20.158	-20.158
0109	RECURSOS DO TESOURO VINCULADO AO FEHIS	-	950	-950
0111	RECURSOS PRÓPRIOS FUNDO REAP. APERF. DO TCE	480	480	-
0112	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	4.563	4.563	-
0113	RECURSOS DO TESOURO VINCULADO AO FDE	-	60.000	-60.000
0114	RECURSOS PRÓPRIOS DO FDE	2.614	2.614	-
0115	REC. PRÓPRIOS DO FUNDO DA DEFENSORIA PÚBLICA	90	90	-
0116	REC. PRÓP. DO FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	13.199	13.199	-
0117	REC. PRÓP. DO FUNDO EST. DE PROM. ATIV. CULTURAIS	125	125	-
0118	REC. PRÓP. DO FUNDO DE REAPAREL. DO JUDICIÁRIO	90.204	90.204	-
0119	REC. PRÓP. DO FUNDO DE REAPAREL. DO MIN. PÚBLICO	570	570	-
0120	REC. PRÓP. DO FUNDO EST. DEFESA DIREITO DIFUSOS	594	594	-
0122	REC. DO TESOURO VINCULADOS A FAPESPA	-	34.892	-34.892
0124	ROYALTIE MINERAL	38.870	38.870	-
0125	ROYALTIE HÍDRICO	49.656	49.656	-
0126	ROYALTIE PETRÓLEO	7.063	7.063	-
0130	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	256.684	256.684	-

COD. FONTE	FONTE DE RECURSO	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	DOTAÇÃO INICIAL	DIFERENÇA
0131	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	26.453	88.998	-62.545
0132	SUS/SERVIÇOS PRODUZIDOS	58.836	58.836	-
0133	SUS/CONVÊNIOS	22.416	22.416	-
0135	REC. PRÓP. FUNDO DE APOIO A CACAUICULTURA	2.941	2.941	-
0136	FES - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	69	69	-
0138	REC. PRÓP. FUNDO EST. DIREITO CRIANÇA E ADOLESC.	57	57	-
0139	FEAS - REPASSE FUNDO A FUNDO	2.582	2.582	-
0140	REC. VINC.FUNDO ESP.PROCURADORIA GERAL DO EST	367	367	-
0141	REC. PRÓP. FUNDO DE INVEST.DE SEGURANÇA PÚBLICA	14.278	14.278	-
0143	FUNDEB	996.173	996.173	-
0144	TAXAS DE SERVIÇOS FAZENDÁRIOS	20.873	20.873	-
0145	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ESPORTE E LAZER	2.212	2.212	-
0146	REC. TESOURO VINCULADO AO FUNDO DESENV. RURAL	-	18.041	-18.041
0148	REC. TES. VINCULADO FUNDO DIR. CRIANÇA E ADOLESC.	-	1.047	-1.047
0149	FES - SUS/ FUNDO A FUNDO	317.197	317.197	-
0150	REC. PRÓPRIOS DO FUNDO DE SAÚDE SERV. MILITAR	1.698	1.698	-
0151	REC. PRÓPRIOS DO FUNDO DE ASS. SOC. SERV. MILITAR	3.591	3.591	-
0154	REC. PRÓP. FUNDO FINANC. PREVID. EST. PARÁ - SERV.	370.032	-	370.032
0155	REC. TES. VINC. FUNDO EST. DOS DIREITOS DA MULHER	-	503	-503
0157	REC. PROVENIENTES DE TRANSF. DA UNIÃO – CIDE	36.372	36.372	-
0158	REC. PRÓP. FUNDO FINANC.PREV. EST.PARÁ - PATRONAL	426.135	-	426.135
0159	REC. TES. VINC. FUNDO DE INV. E COMBATE À POBREZA	20.406	20.406	-
0171	REC. PRÓP. FUNDO EST.HABITAÇÃO DE INTERES. SOCIAL	3.998	3.998	-
0172	FEAS - RECURSOS DE CONVÊNIOS	240	240	-
0254	REC. PRÓP. FUNDO FINANC. PREVID. EST. PARÁ - SERV.	-	357.773	-357.773
0258	REC. PRÓP. FUNDO FINANC.PREV. EST.PARÁ - PATRONAL	-	438.394	-438.394
0260	REC. PROVENIENTES DE TRANSF.CONVÊNIOS E OUTROS	25.216	25.216	-
0261	REC. PRÓP. DIRETAMENTE ARREC. ADMIN. INDIRETA	397.883	397.883	-
0262	REC. PROVENIENTE DO LABOR PRISIONAL	195	195	-
0263	REC. DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DOS DEPUTADOS	7.445	7.445	-
0269	SUS/SERVIÇOS PRODUZIDOS	90.741	90.741	-
1121	RECURSOS CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMO DO BIRD	-	6.310	-6.310
2121	RECURSOS CONTRAPARTIDA DE EMPRÉSTIMO DO BIRD	-	4.303	-4.303
2129	REC. TES. VINCULADO FDM - CONTRAPARTIDA ESTAD.	-	15.379	-15.379
4121	OUTRAS CONTRAPARTIDAS	-	61.491	-61.491
4153	FES - REC. ORDINÁRIOS - CONTRAPARTIDA ESTADUAL	-	18.985	-18.985
6107	FEAS - REC. ORDINÁRIOS	-	40	-40
6121	RECURSOS ORDINÁRIOS - CONTRAPARTIDA ESTADUAL	-	9.659	-9.659
	TOTAL	**11.237.636**	**11.237.636**	**0**

Fonte: Lei nº 7.370/2009 (Lei Orçamentária Anual) e SIAFEM/2010

Observa-se que das 60 fontes originais do OGE, três apresentam sobra de recursos na destinação e dezoito apresentam déficit, totalizando vinte e uma fontes com programação divergente entre a previsão da receita e a fixação da despesa.

Dentre as divergências pode-se constatar que:

a) os valores referentes à dotação inicial das despesas acobertadas pelas fontes de recursos "contrapartidas" e "vinculação do tesouro a fundos estaduais", não apresentam correspondência com a respectiva previsão inicial das receitas, gerando déficit entre a previsão da receita e a fixação da despesa nas referidas fontes.

b) a dotação inicial para despesas com recursos de operações de crédito externa, fixada em R$88,9 milhões é inferior às receitas previstas (R$26,4 milhões) nessa mesma fonte de recursos (131), gerando déficit de R$62,5 milhões entre a previsão da receita e a fixação da despesa.

   Os déficits ocorridos nesse caso, como no anterior, foram cobertos pelo superávit na fonte de recursos 101 (recursos ordinários), demonstrando haver incorreta alocação de recursos.

c) os valores das fontes de recursos 154 (Recursos Próprios do Fundo Financeiro da Previdência do Estado do Pará – Servidor) e 158 (Recursos Próprios do Fundo Financeiro da Previdência do Estado do Pará – Patronal) foram alocados apenas na previsão inicial da receita, e os valores das fontes 254 e 258 de mesma nomenclatura foram alocados apenas na dotação inicial da despesa, contudo parte do valor da fonte 154 (R$12,2 milhões) previsto para receita foi alocada na dotação inicial da despesa coberta com a fonte 258, gerando assim superávit quando comparadas as fontes 154 (receita) e 254 (despesa) e déficit entre as fontes 158 (receita) e 258 (despesa).

Assim, pode-se concluir que ocorreu o descumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I, que assim dispõem:

> “Art. 8º (...)
> Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
>
> Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
> I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;”

O cumprimento da determinação contida na LRF possibilitaria o controle das fontes de financiamento das despesas, e, portanto, maior transparência nos gastos públicos.

Observa-se ainda que a LDO, em atendimento ao disposto na LRF, art. 5º, inciso III, estabeleceu no art. 22, §2º, que a Reserva de Contingência instituída pelo Decreto-Lei nº 200/67 corresponderia em até 3% da Receita Corrente Líquida do Orçamento Fiscal. Contudo, a LOA fixou como Reserva de Contingência a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS.

Assim, a Reserva de Contingência foi alocada no Orçamento da Seguridade Social quando deveria ser no Orçamento Fiscal, sendo constituída pelas fontes 254 "Recursos Próprios do Fundo Financeiro da Previdência do Estado do Pará - Servidor" e 258 "Recursos Próprios do Fundo Financeiro da Previdência do Estado do Pará - Patronal", sob o código de programa de trabalho 99.999.9999.9009, que por se tratar na realidade da Reserva do RPPS, deveria utilizar o código 99.997.9999.9009, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001, e alterações, art. 8º.

Os quadros orçamentários consolidados apresentados em anexo à LOA estão de acordo com as exigências da LDO, art. 12, inciso II.

Quanto à conformidade dos demais demonstrativos que deveriam constituir o Orçamento Geral do Estado por força da LRF, art. 5º, incisos I e II, e da LDO, art.12, evidencia-se:

DEMONSTRATIVO	INCONSISTÊNCIAS	SITUAÇÃO
Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, decorrente da Concessão ou Ampliação de Incentivos ou Benefícios de Natureza Tributária da qual decorra Renúncia de Receita	O Demonstrativo não indica as medidas de compensação que serão adotadas, conforme exigência da LRF, art. 5º, inciso II, e da LDO, art. 12, inciso IV	Não conformidade
Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os Objetivos e Metas Fiscais constantes da LDO, Anexo I	As metas fiscais apresentadas no OGE encontram-se compatíveis com as constantes da LDO, contudo as nomenclaturas das contas, apresentadas no campo especificação, não estão de acordo com as definidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - Portaria STN nº 462/2009	Não conformidade
Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	Não consta a informação junto ao OGE	Não conformidade

4.1.3.1. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estimaram receitas e fixaram despesas na ordem de R$11,2 bilhões, já deduzida a contribuição do Estado ao FUNDEB, de R$1,4 bilhão, compreendendo os Poderes, Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, bem como as Empresas Estatais Dependentes.

Quanto ao conteúdo e composição, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminaram a receita e a despesa, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho, conforme exigido pela LDO, art. 12, inciso III.

O Orçamento Fiscal, principal dos três orçamentos, previu receita, já deduzida a contribuição ao FUNDEB, e fixou despesa na ordem de R$9,7 bilhões e R$7,7 bilhões respectivamente, resultando o superávit de R$1,9 bilhão.

O Orçamento da Seguridade Social estimou receita no valor de R$1,4 bilhão e fixou despesa na ordem de R$3,2 bilhões, que adicionada à reserva de Contingência de R$234 milhões totalizou R$3,4 bilhões, apresentando déficit de R$1,9 bilhão, a ser coberto com o superávit do Orçamento Fiscal.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social apresentaram, inicialmente, as seguintes composições, conforme dados extraídos do OGE:

(Em R$ milhares)

ORÇAMENTO FISCAL			
Receitas Correntes		10.789.923	
(-) Dedução FUNDEB	1.494.724		
Subtotal	9.295.199		
(-) Despesas Correntes	6.570.347		
Superávit Corrente		2.724.852	
Receitas de Capital	443.959		
(-) Despesas de Capital	1.206.027		
Déficit de Capital		-762.068	
Superávit do Orçamento Fiscal			1.962.784

(Em R$ milhares)

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL			
Receitas Correntes	1.059.593		
Receita Intraorçamentária	426.212		
Subtotal	1.485.805		
(-) Despesas Correntes	3.083.418		
Déficit Corrente		-1.597.613	
Receitas de Capital	12.670		
(-) Despesas de Capital	143.489		
Déficit de Capital		-130.819	
Reserva de Contingência		234.352	
Déficit do Orçamento da Seguridade Social			-1.962.784

O superávit presumível do Orçamento Fiscal, no montante de R$1,6 bilhão, e o déficit presumível do Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$1,9 bilhão, apresentaram a seguinte composição:

(Em R$ milhares)

ORÇAMENTO FISCAL	
Total da Receita Prevista	11.233.883
(-) Operações de Crédito	333.939
(-) Alienação de Bens	638
Subtotal	10.899.306
(-) Total da Despesa Fixada	7.776.375
(-) Dedução FUNDEB	1.494.724
Superávit Presumível	**1.628.207**

(Em R$ milhares)

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
Total da Receita Prevista	1.498.477
(-) Operações de Crédito	11.742
Subtotal	1.486.735
(-) Total da Despesa Fixada	3.226.909
(-) Reserva de Contingência	234.352
Déficit Presumível	**-1.974.526**

Tendo em vista que o Orçamento Fiscal apresentou superávit presumível de R$1,6 bilhão e que o Orçamento da Seguridade Social revelou déficit no valor de R$1,9 bilhão, no cômputo geral dos dois orçamentos, sobressaiu déficit presumível da ordem de R$346,3 milhões, o que foi financiado pelos recursos oriundos de Operações de Crédito (R$345,6 milhões) e de Alienação de Bens (R$638 milhares), conforme demonstrado a seguir:

(Em R$ milhares)

RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS	
Superávit Presumível do Orçamento Fiscal	1.628.207
Déficit do Orçamento da Seguridade Social	-1.974.526
Déficit Presumível	**-346.319**

(Em R$ milhares)

CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
Operação de Crédito	345.681
Alienação de Bens	638
Total de Captação de Recursos	**346.319**

4.1.3.2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

A LOA estimou receita e fixou despesa no montante de R$180,8 milhões para o Orçamento de Investimento das Empresas, composto pelas empresas públicas e sociedades de economia mista consideradas não dependentes, ou seja, aquelas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto e que não tenham recebido, deste, recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Integraram o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais a Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, o Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ e a Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ.

Com relação à conformidade, o Orçamento de Investimento encontra-se em consonância com os dispositivos estabelecidos pela LDO, sendo composto somente por empresas não dependentes, que apresentaram seus programas de trabalho conforme a LDO, art. 9º, parágrafo único, incisos. A especificação da receita também seguiu o estabelecido na LDO, art. 10, incisos.

Quanto à composição, o Orçamento de Investimento apresenta os demonstrativos exigidos pela LDO, art. 12, § 2°, incisos I, II, III e IV.

A consolidação dos valores do Orçamento de Investimento por empresa, programa, função e fonte de recursos encontra-se apresentada na tabela 4.7.

Tabela 4.7 - Consolidação dos Investimentos por Empresa, Programa, Função e Fonte 2010

(Em R$ milhares)

EMPRESA	PROGRAMA	FUNÇÃO	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL	%
COSANPA	ÁGUA PARA TODOS	SANEAMENTO	166.327	-	-	166.327	91,98
BANPARÁ	DESENVOLVE PARÁ	COMÉRCIO E SERVIÇO	-	1.085	13.027	14.112	7,80
GÁS DO PARÁ	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	INDÚSTRIA	400	-	-	400	0,22
TOTAL			**166.727**	**1.085**	**13.027**	**180.839**	**100**

Fonte: Orçamento de Investimento das Empresas – 2010

Conforme evidenciado na tabela 4.7, das duas empresas financiadas com recursos do Tesouro Estadual, a COSANPA foi a maior beneficiária com R$166,3 milhões. As demais fontes de financiamento, no total de R$14,1 milhões, foram destinadas ao BANPARÁ.

No cômputo dos programas financiados com recursos do Tesouro, o programa "Água para Todos", executado pela COSANPA, cujo objetivo era melhorar o acesso aos serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos) no Estado do Pará, foi contemplado com o maior volume de recursos destinados aos investimentos, via empresas estatais, 91,98%.

4.2. CONTROLE INTERNO

Segundo a Lei Complementar nº 12/93 - Lei Orgânica do TCEPA, art. 59, compete a este Tribunal apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governo do Estado do Pará. Oportuno ressaltar, ainda com base na Lei Orgânica desta Corte, o disposto no art. 59, § 1º, que estabelece quais instrumentos devem acompanhar a prestação de contas do governo:

> "Art. 59 (...)
>
> §1° As contas consistirão nos balanços gerais do Estado e no relatório do Órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial".*(grifou-se)*

De acordo com a Lei Estadual n° 6.176/98 e Decreto Estadual n° 2.536/06, o órgão central do Sistema de Controle Interno do Estado do Pará - SCI, responsável pela execução centralizada das atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão é a Auditoria Geral do Estado - AGE.

Outrossim, destacam-se as finalidades do SCI, as quais estão elencadas na Lei n° 6.176/98 e alterações, art. 3°, *in verbis*:

> "Art. 3° (...)
> I - avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como da renúncia de receitas e dos direitos e haveres do Estado;
> IV - exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta;
> V - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
> Parágrafo único. As fiscalizações, auditorias, avaliações de gestão, realizadas para o alcance das finalidades de que trata este artigo, observarão o cumprimento da adequação quanto aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, eficiência, eficácia e efetividade".*(grifou-se)*

Ainda no tocante à importância e finalidade do SCI, nota-se, mais uma vez, o apoio que o mesmo deve oferecer ao Tribunal de Contas no que se refere ao exercício de sua missão institucional. Nesse contexto, além das previsões infraconstitucionais, tal finalidade tem previsão constitucional conforme Constituição Estadual do Pará, art. 121, inciso IV, *in verbis*:

> "Art. 121. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, com auxílio dos respectivos órgãos de auditoria, sistema de controle interno com a finalidade de:
> (...)
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, além de outras previsões infraconstitucionais.
> §1°. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária." *(grifou-se)*

Consta como parte integrante do Balanço Geral do Estado, exercício de 2010, o Relatório de Controle Interno. Referida peça faz menção às recomendações proferidas pelo

TCEPA, nas Contas de Governo referentes ao exercício de 2009, e respectivas providências, bem como, a números e informações quantitativas das atividades realizadas pela AGE *(fiscalização, orientação, normatização...)*, ou seja, de natureza operacional.

Assim sendo, infere-se que no relatório disponibilizado não houve inserção de dados e informações sobre o exercício do Controle Interno, com o respectivo acompanhamento e avaliação dos Programas de Governo, conforme se vê às fls. 264, Vol. I do BGE2010 nos termos das normas supracitadas.

Desse modo, a ausência de informações sobre: a avaliação do cumprimento de metas estabelecidos no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, a avaliação do resultado da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de órgãos da Administração; e o controle das operações de crédito, avais e garantias, evidencia a fragilidade do gerenciamento realizado pelo Órgão Central do SCI, impossibilitando a identificação de eventuais falhas, cujas correções contribuiriam para o alcance das metas estabelecidas, prejudicando, ainda, a análise deste TCEPA sobre os referidos elementos.

Ressalte-se que no BGE 2009, o SCI procedeu da mesma forma, o que gerou recomendação pelo TCEPA no sentido de implementar medidas e/ou aperfeiçoar as já existentes.

Importante destacar que este Tribunal reiteradamente vem observando e recomendando, também, em seus pareceres prévios a efetiva implementação/aperfeiçoamento de instrumentos necessários para emissão e avaliação dos resultados da execução dos programas e metas governamentais.

Aos Tribunais de Contas, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 59, parágrafo 1º, inciso V, compete alertar os Poderes ou órgãos quando constatados fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária. Nesse sentido, os Sistemas de Controle Interno e a atuação do Órgão Central de Controle Interno são fundamentais ao exercício do controle externo nesse mandamento legal.

Finalmente, considerando as previsões constitucionais e infraconstitucionais que versam sobre a atuação e a finalidade do SCI, bem como a composição da Prestação de Contas do Governo a ser enviada ao Tribunal de Contas do Estado, considerando ainda a ausência de ferramentas efetivas de análise e monitoramento das políticas públicas, conclui-se que o Relatório de Controle Interno, referente ao exercício de 2010, não observou os parâmetros dispostos na Constituição Estadual do Pará, art. 121, e na Lei Complementar n° 12/93, art. 59, § 1º, e art. 66.

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO

5.1. RECEITAS, DESPESAS E BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O presente estudo objetiva apresentar o resultado das ações planejadas pelo Governo do Estado, no plano orçamentário, no que se refere às receitas e despesas autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, abrangendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas.

A execução orçamentária consiste na adoção de procedimentos necessários à realização dos projetos previamente definidos no planejamento governamental e autorizados pela Casa Legislativa. Sendo o planejamento, neste caso específico o orçamento, afetado pelas conjunturas econômicas e sociais, está sujeito a alterações (acréscimos, decréscimos, contingenciamentos, etc.) e é executado (receita e despesas realizadas) segundo as diretrizes da Gestão Administrativa.

Dessa feita, verificam-se os ajustes no orçamento durante a execução da LOA, ou seja, acertos retificadores do orçamento de modo a atender os gastos não previstos, sendo estes efetuados através do mecanismo denominado créditos adicionais, os quais consistem nas atualizações do orçamento inicialmente aprovado.

O Poder Executivo, autorizado pela LOA e na forma do contido na LDO, art. 61, abriu créditos adicionais (suplementares e especiais) no valor de R$4 bilhões, os quais, após deduzidas as Anulações de Dotação (R$1,7 bilhão), totalizaram R$2,3 bilhões, o que equivale a 20,48% de acréscimo na dotação inicial de R$11,2 bilhões, redundando na dotação autorizada final de R$13,5 bilhões.

No exercício de 2010, a fonte Excesso de Arrecadação (R$1 bilhão) foi a mais expressiva para a abertura de crédito adicional, atingindo 44,65%, seguidas das Operações de Crédito (31,22%) e Superávit Financeiro (24,13%).

Os acréscimos e reduções provenientes dos créditos adicionais encontram-se cotejados na tabela 5.1, com efeito no orçamento de cada um dos Poderes e do Ministério Público. Dessa forma, o orçamento anual se constituiu da seguinte forma: Poder Executivo (94,43%), Poder Legislativo (1,44%); Poder Judiciário (3,59%) e Ministério Público (0,54%).

Tabela 5.1 – Créditos Adicionais, Acréscimos e Reduções dos Poderes e Ministério Público 2010

(Em R$ milhares)

ACRÉSCIMOS E DEDUÇÕES	EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
CRÉDITO INICIAL	**10.044.600**	**444.049**	**520.143**	**228.844**	**11.237.636**
Dotação Inicial	10.044.600	444.049	520.143	228.844	**11.237.636**
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	**3.797.549**	**91.274**	**117.376**	**18.941**	**4.025.140**
Excesso de Arrecadação	1.026.495	912	-	-	**1.027.408**
Superávit Financeiro	427.929	32.339	82.502	12.493	**555.264**
Operação de Crédito	718.488	-	-	-	**718.488**
Anulação Total ou Parcial	**1.624.636**	58.023	34.874	6.448	**1.723.980**
SUPLEMENTAÇÃO ESPECIAL	**18.335**	**-**	**-**	**-**	**18.335**
Excesso de Arrecadação	127	-	-	-	**127**
Superávit Financeiro	25	-	-	-	**25**
Anulação	18.183	-	-	-	**18.183**
CRÉDITOS CANCELADOS	**1.646.541**	**51.913**	**34.874**	**8.836**	**1.742.164**
Canc. Dotação Ini/Suplem.	1.640.661	51.913	34.874	8.836	**1.736.283**
Canc. Dotação Especial	5.881	-	-	-	**5.881**
Movimento de Crédito	**(163.937)**	**61.724**	**62.705**	**39.508**	**-**
TOTAL DA DOTAÇÃO ATUALIZADA	**12.050.006**	**545.135**	**665.350**	**278.457**	**13.538.948**
Dotação Atualizada % por Poder e Órgão	89,00	4,03	4,91	2,06	**100,00**
ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO	**2.173.065**	**33.252**	**82.502**	**12.493**	**2.301.312**
Acréscimo % Poder e Órgão	**94,43**	**1,44**	**3,59**	**0,54**	**100,00**

Fonte: SIAFEM – 2010

Quanto ao Orçamento de Investimento das Empresas do Estado do Pará, inicialmente fixado em R$180,8 milhões, verificam-se alterações a título de Créditos Adicionais, Créditos Cancelados e Bloqueados, nos respectivos montantes de R$53,2 milhões, R$45,6 milhões e R$1,5 milhão, resultando na despesa autorizada final de R$196,2 milhões.

O Orçamento de Investimento não previu recursos do tesouro ao BANPARÁ. Os recursos programados originaram-se da receita operacional da Instituição, resultante, portanto, dos recursos próprios gerados pela prestação de serviços e outras atividades específicas do Banco.

A previsão da receita é atualizada quando ocorre a reestimativa da receita ou o surgimento de nova natureza da receita, não prevista na Lei Orçamentária Anual. As variações decorrentes desses eventos ensejaram adições à previsão da receita consignada no orçamento equivalentes a 20,48%, provindo a previsão atualizada da receita de R$13,5 bilhões, conforme evidencia a tabela 5.2.

Sob o estudo das categorias econômicas, verifica-se que as Receitas Correntes não intraorçamentárias atualizadas somaram R$13,1 bilhões, subtraídas destas a contribuição do Estado ao FUNDEB (R$1,4 bilhão), tendo ocorrido, portanto, acréscimo de 11,24% em relação à receita corrente inicialmente prevista no orçamento. Ainda nessa categoria econômica, destacaram-se as origens Outras Receitas Correntes.

Analisando-se a previsão atualizada das categorias econômicas, observa-se que Receitas de Capital, com 208,86% apresentaram a maior atualização, tendo contribuído para isso somente Transferências de Capital e Operações de Crédito com atualizações de R$236,9 e R$716,7 milhões, atingindo a previsão atualizada de R$304,5 milhões e R$1 bilhão, respectivamente, acréscimos equivalentes a 350,59% e 207,34% do montante inicialmente planejado.

Tabela 5.2 – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2010

(Em R$ milhares)

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	ATUALIZAÇÕES (B-A)	% (B/A)
RECEITAS CORRENTES EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**11.849.517**	**13.181.494**	**1.331.977**	**11,24**
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.624.345	5.732.202	107.857	1,92
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	524.946	574.707	49.762	9,48
RECEITA PATRIMONIAL	85.640	92.838	7.198	8,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	195	195	0	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	8.926	8.926	0	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	295.911	360.243	64.332	21,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.216.804	5.735.476	518.672	9,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.750	676.906	584.156	629,82
RECEITAS DE CAPITAL	**456.631**	**1.410.334**	**953.704**	**208,86**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	345.682	1.062.417	716.735	207,34
ALIENAÇÃO DE BENS	639	639	0	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.542	3.542	0	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	67.591	304.560	236.968	350,59
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	39.177	39.177	0	0,00
DEDUÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	**1.494.724**	**1.494.724**	**0**	**0,00**
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**426.213**	**441.844**	**15.632**	**3,67**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77	77	0	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	426.135	441.767	15.632	3,67
TOTAL	**11.237.636**	**13.538.948**	**2.301.312**	**20,48**

Fonte: SIAFEM - 2010

Quanto à análise dos créditos adicionais por Funções de Governo, a tabela 5.3 comporta as alterações orçamentárias evidenciando as prioridades na destinação dos recursos públicos ocorridas nesses níveis de agregação de despesa.

Tabela 5.3 – Créditos Adicionais por Função 2010

(Em R$ milhares)

FUNÇÕES	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	% DOTAÇÃO ATUALIZADA	% (B/A)	CRÉDITOS ADICIONAIS
ADMINISTRAÇÃO	737.891	1.112.251	8,22	50,73	374.360
AGRICULTURA	152.796	210.115	1,55	37,51	57.319
ASSISTÊNCIA SOCIAL	98.092	174.174	1,29	77,56	76.082
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	81.014	148.309	1,10	83,06	67.294
COMÉRCIO E SERVIÇOS	31.246	34.452	0,25	10,26	3.206
COMUNICAÇÕES	65.124	63.751	0,47	-2,11	-1.373
CULTURA	67.480	90.985	0,67	34,83	23.505
DESPORTO E LAZER	25.222	17.742	0,13	-29,66	-7.480
DIREITOS DA CIDADANIA	24.662	31.956	0,24	29,57	7.293
EDUCAÇÃO	1.519.015	1.974.524	14,58	29,99	455.509
ENCARGOS ESPECIAIS	1.901.186	1.986.253	14,67	4,47	85.066
ENERGIA	180	1.047	0,01	481,97	867
ESSENCIAL À JUSTIÇA	450.479	513.954	3,80	14,09	63.475
GESTÃO AMBIENTAL	31.768	87.643	0,65	175,89	55.875
HABITAÇÃO	108.348	149.776	1,11	38,24	41.428
INDÚSTRIA	9.272	13.772	0,10	48,53	4.500
JUDICIÁRIA	520.143	602.645	4,45	15,86	82.502
LEGISLATIVA	436.545	475.676	3,51	8,96	39.131
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	15.362	36.778	0,27	139,42	21.417
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.407.254	1.483.374	10,96	5,41	76.119
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	234.353	234.353	1,73	0,00	0
SANEAMENTO	187.130	229.514	1,70	22,65	42.384
SAÚDE	1.720.479	1.886.421	13,93	9,65	165.942
SEGURANÇA PÚBLICA	917.041	1.063.754	7,86	16,00	146.712
TRABALHO	138.688	111.696	0,83	-19,46	-26.992
TRANSPORTE	235.724	547.238	4,04	132,15	311.514
URBANISMO	121.141	256.796	1,90	111,98	135.654
TOTAL	**11.237.636**	**13.538.948**	**100,00**	**20,48**	**2.301.312**

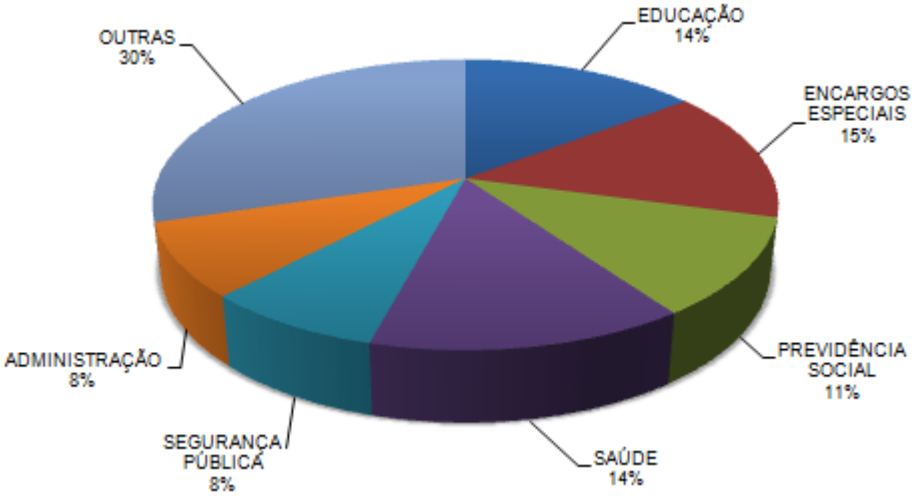
Fonte: SIAFEM 2010

De acordo com a tabela acima, percebe-se que inicialmente os maiores orçamentos previstos foram destinados às funções Encargos Especiais (R$1,9 bilhão), Saúde (R$1,7 bilhão), Educação (R$1,5 bilhão), e Previdência Social (R$1,4 bilhão).

As funções que receberam maior reforço mediante a abertura de créditos adicionais foram: Educação (R$455,5 milhões), Administração (R$374,3 milhões), Transporte (R$311,5 milhões) e Saúde (R$165,9 milhões), enquanto que as funções Desporto e Lazer, Trabalho e Comunicações sofreram reduções: 29,66%, 19,46% e 2,11%, respectivamente.

Após os ajustes orçamentários, Encargos Especiais (14,67%), Educação (14,58%), Saúde (13,93%), Previdência Social (10,96%), Administração (8,22%) e Segurança Pública (7,86%) constituíram-se nas seis funções com as maiores dotações atualizadas, conforme aponta o gráfico 5.1:

Gráfico 5.1 – Participação das Seis Maiores Funções na Dotação Atualizada 2010



Fonte: SIAFEM - 2010

Observa-se que as funções Encargos Especiais e Previdência Social absorveram 26,63% do total da dotação autorizada, apesar de não interferirem na execução das políticas públicas, já que os recursos aplicados nessas funções são destinados às transferências constitucionais e legais aos municípios, aos dispêndios com a dívida e às transferências de recursos para cobertura do déficit do Regime Próprio de Previdência Social, bem como proteção aos segurados desse regime.

5.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas orçamentárias compreendem os ingressos auferidos pelo poder público de caráter não devolutivo destinados à cobertura de despesas orçamentárias e de operações que, mesmo sem haver ingresso de recursos, financiam os gastos do orçamento.

Os tópicos seguintes evidenciam o comportamento das receitas auferidas pelo Governo do Estado sob o enfoque da receita arrecadada em relação à previsão, o comportamento histórico da arrecadação, a evolução da receita, bem como, a receita corrente líquida definida pela LRF.

5.1.1.1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA

O Governo do Estado do Pará, no exercício de 2010, arrecadou receitas na ordem de R$13,6 bilhões que, deduzidas as contribuições constitucionais ao FUNDEB (R$1,4 bilhão), originaram ingressos na ordem de R$12,2 bilhões.

Do confronto entre as receitas previstas e as receitas realizadas, constata-se insuficiência de arrecadação de 9,64%, visto que foi arrecadado, R$1,3 bilhão a menos de Receitas Correntes e de Capital, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 5.4 - Comparativo da Receita Prevista com a Realizada por Categoria e Origem 2010

(Em R$ milhares)

RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	SUPERÁVIT DÉFICIT (A-B)	% (B/A)
RECEITAS EXCETO A INTRAORÇAMENTÁRIA (I)	**13.097.103**	**11.786.611**	**(1.310.493)**	**-10,01**
RECEITAS CORRENTES	**13.181.494**	**12.338.475**	**(843.018)**	**-6,40**
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.732.202	5.725.829	(6.374)	-0,11
IMPOSTOS	5.627.665	5.626.371	(1.294)	-0,02
IPVA	234.152	235.260	1.109	0,47
IRRF	334.086	350.025	15.938	4,77
ICMS	5.053.499	5.034.492	(19.007)	-0,38
ITCD	5.928	6.594	666	11,23
TAXAS	104.537	99.457	(5.080)	-4,86
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	574.707	545.077	(29.630)	-5,16
RECEITA PATRIMONIAL	92.838	190.657	97.819	105,36
RECEITA AGROPECUÁRIA	195	86	(109)	-56,09
RECEITA INDUSTRIAL	8.926	9.729	803	9,00
RECEITA DE SERVIÇOS	360.243	365.725	5.482	1,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.735.476	5.210.785	(524.692)	-9,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	676.906	290.587	(386.318)	-57,07
RECEITAS DE CAPITAL	**1.410.334**	**882.104**	**(528.230)**	**-37,45**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.062.417	756.489	(305.927)	-28,80
ALIENAÇÃO DE BENS	639	2.889	2.251	352,52
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.542	2.731	(811)	-22,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	304.560	110.734	(193.826)	-63,64
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	39.177	9.260	(29.917)	-76,36
DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	**1.494.724**	**1.433.969**	**60.756**	**-4,06**
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	786.763	794.751	(7.988)	1,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	707.962	639.218	68.744	-9,71
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	**441.844**	**446.644**	**4.799**	**1,09**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III=(I+II))	**13.538.948**	**12.233.254**	**(1.305.693)**	**-9,64**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	**0**	**0**	**0**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**13.538.948**	**12.233.254**	**(1.305.693)**	**-9,64**

Fonte: Balanço Geral do Estado 2010 e SIAFEM 2010

Sob a ótica da classificação econômica da receita, constata-se que as Receitas Correntes foram auferidas 6,40% a menor em relação ao previsto. De igual forma, as Receitas de Capital apresentaram déficit de 37,45%.

Dentre as Receitas Correntes, somente as Receitas Patrimonial (105,36%), Industrial (9,00%) e de Serviços (1,52%) foram arrecadadas além dos valores previstos. Juntas apresentaram arrecadação a maior em R$104,1 milhões em relação à previsão. Por outro lado, as três maiores frustrações ocorreram nas seguintes origens: Outras Receitas Correntes (-57,07%), Receita Agropecuária (-56,09%) e Transferências Correntes (-9,15%), as quais somaram R$911,1 milhões.

No estudo da Receita Tributária, considerando apenas as Receitas de Impostos, observa-se que o ITCD e o IRRF superaram a previsão em 11,23% e 4,77%, respectivamente, enquanto que o ICMS apresentou discreta insuficiência de arrecadação (-0,38%). Porém, essa insuficiência contribuiu significativamente para o resultado negativo da arrecadação dos impostos, uma vez que o ICMS tem importante participação nessa rubrica da receita (89,48%).

A incidência da análise sobre as Receitas de Capital revela que a Receita de Operações de Crédito, embora tenha sido a segunda menor frustração quanto à previsão de ingresso orçamentário nessa categoria (28,80%), representa o maior declínio de arrecadação em termos reais (R$305,9 milhões), seguida das Transferências de Capital (R$193,8 milhões) e Outras Receitas de Capital (R$29,9 milhões), o que demonstra a superestimação dessas receitas.

As Receitas de Capital apresentaram déficit de 37,45%, apesar de ter incorrido excesso de arrecadação relativa à Alienação de Bens equivalente a 352,52%.

A Receita Intraorçamentária apresentou excesso de arrecadação de 1,09% em relação à previsão.

A tabela 5.5 detalha a receita orçamentária por tipo de Administração, comparando a receita prevista atualizada com a arrecadada. Sob esse aspecto, observa-se que a Administração Direta arrecadou R$10,7 bilhões e apresentou insuficiência de arrecadação de 9,38%, enquanto que a Administração Indireta arrecadou R$1 bilhão e apresentou resultado deficitário ainda maior: 15,81%. Porém, considerando que a Administração Direta teve maior participação no total da arrecadação do Estado (90,93%), constata-se que a insuficiência de sua arrecadação contribuiu significativamente (84,69%) para o resultado negativo da arrecadação do Estado.

Tabela 5.5 - Comparativo da Receita Estimada com a Arrecadada por Tipo de Administração 2010

(Em R$ milhares)

RECEITAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	TOTAL
PRÓPRIA			
ESTIMADA	5.602.871	1.099.742	6.702.612
ARRECADADA	5.319.310	1.028.511	6.347.820
VARIAÇÃO PERCENTUAL	-5,06	-6,48	-5,29
TRANSFERÊNCIAS			
ESTIMADA	5.232.209	99.865	5.332.074
ARRECADADA	4.642.843	39.458	4.682.301
VARIAÇÃO PERCENTUAL	-11,26	-60,49	-12,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
ESTIMADA	993.437	68.979	1.062.417
ARRECADADA	756.489	0	756.489
VARIAÇÃO PERCENTUAL	-23,85	-100,00	-28,80
TOTAIS			
ESTIMADA	**11.828.518**	**1.268.586**	**13.097.103**
ARRECADADA	**10.718.642**	**1.067.969**	**11.786.611**
VARIAÇÃO PERCENTUAL	**-9,38**	**-15,81**	**-10,01**

Fonte: Balanço Geral do Estado 2010, deduzidos o FUNDEB e a Receita Intraorçamentária – Balancete Geral Consolidado do Setor Governamental / Diretoria de Contabilidade e Controle Interno - SIAFEM-2010

Em termos percentuais, as maiores frustrações de arrecadação ocorreram nas operações de crédito, onde a Administração Direta apresentou variação negativa de 23,85% e a Administração Indireta, variação negativa de 100%.

Nota-se ainda, insuficiência de arrecadação em relação às Receitas de Transferências, tendo a Administração Indireta arrecadado a menor 60,49% e a Administração Direta, 11,26%.

Em valores monetários, a análise por tipo de receita revela que as receitas próprias do Estado (R$6,3 bilhões) representaram o maior volume de arrecadação. Comparando-as ao montante estimado, constata-se insuficiência de arrecadação de 5,29%, ou seja, R$354,7 milhões, tendo a Administração Direta contribuído com 79,92% para este resultado negativo, já que deixou de arrecadar R$283,5 milhões.

O Governo Estadual, em razão da atuação econômica, arrecada receitas próprias. A tabela 5.6 detalha a participação percentual das fontes de receita no total da receita própria arrecadada, como segue:

Tabela 5.6 - Demonstrativo da Receita Própria Arrecadada em 2010

(Em R$ milhares)

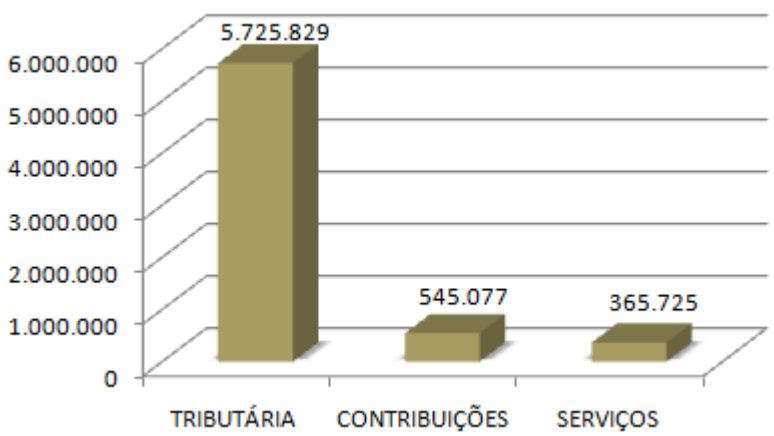
RECEITAS	VALOR	%
RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA	**5.725.829**	**80,16**
IMPOSTOS	5.626.371	78,77
ICMS	5.034.492	70,49
IRRF	350.025	4,90
IPVA	235.260	3,29
ITCD	6.594	0,09
TAXAS	99.457	1,39
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**545.077**	**7,63**
RECEITA PATRIMONIAL	**190.657**	**2,67**
RECEITA AGROPECUÁRIA	**86**	**0,00**
RECEITA INDUSTRIAL	**9.729**	**0,14**
RECEITA DE SERVIÇOS	**365.725**	**5,12**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**290.588**	**4,07**
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	**2.731**	**0,04**
ALIENAÇÃO DE BENS	**2.889**	**0,04**
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**9.260**	**0,13**
RECEITA PRÓPRIA BRUTA	**7.142.572**	**100**
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	**794.751**	**11,13**
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	**6.347.820**	**88,87**

Fonte: SIAFEM – 2010, deduzido a Receita Intraorçamentária.

De acordo com os dados contidos na tabela 5.6, o gráfico a seguir ilustra as três maiores receitas próprias arrecadadas em 2010: Tributária, Contribuições e Receitas de Serviços:

Gráfico 5.2 - Receitas Próprias em Valores Reais 2010

(Em R$ milhares)



Fonte: Balanço Geral do Estado - 2010 e SIAFEM, não deduzido o FUNDEB

A Receita Tributária com ingresso de R$5,7 bilhões, destaca-se como a principal origem da receita própria do Estado. Observa-se que os impostos e as taxas compuseram a Receita Tributária com valores brutos equivalentes a 98,26% e 1,74%, respectivamente.

Das receitas de impostos, o ICMS arrecadado, no montante de R$5 bilhões, constituiu-se no mais importante imposto estadual em volume de arrecadação, representando 70,49% do montante dos ingressos da receita própria bruta arrecadada no exercício.

As Receitas Próprias de Capital (Amortização de Empréstimos, Alienação de Bens e Outras Receitas de Capital) representaram apenas 0,21% da Receita Própria Bruta, somando R$14,8 milhões. Nelas estão inclusas a Cessão de Crédito, referente à compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos e minerais, que no exercício de 2010, somou R$9,2 milhões.

5.1.1.1.1. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os registros contábeis das Operações de Crédito evidenciam as receitas decorrentes de empréstimos obtidos junto a entidades estatais ou particulares, internas ou externas, cujo valor arrecadado, no exercício de 2010, foi de R$756,4 milhões. A análise da aplicação desses recursos merece destaque pela relevância e materialidade dos valores contratados. Assim, foram selecionados 02 (dois) contratos, cujas considerações apresentam-se a seguir:

1. Contrato nº 10.2.0517.1

Contrato de operação de crédito celebrado entre o BNDES e o Estado do Pará, no valor de R$366,7milhões, destinado à viabilização da execução do Programa Emergencial de Financiamento – PEF II, celebrado em 01-07-2010, com vigência até 15-07-2012.

Consta da cláusula segunda do instrumento de contrato, que o crédito decorrente da operação será disponibilizado ao beneficiário de forma parcelada, observado o disposto na cláusula nona do contrato.

A operação de crédito foi autorizada pela Lei nº 7.424, de 14-06-2010, republicada no DOE de 15-09-2010. Segundo o art. 6º da Lei que define a forma de aplicação dos recursos, 51% serão entregues aos municípios do Estado conforme dados constantes do Anexo I da Lei, 33% serão utilizados em despesas de capital, como discriminado no Anexo II da Lei, 4,5% ficarão à disposição para livre aplicação do Poder Executivo e 11,5% terão sua destinação definida por meio de emendas parlamentares.

O § 1º do artigo mencionado estabelece que os valores destinados aos municípios serão repassados em cota única, constando, ainda do § 3º, previsão de obrigação por parte do Poder Executivo, de informar à Assembleia Legislativa acerca da execução orçamentária concernente aos recursos financeiros decorrentes do cumprimento da lei autorizadora.

Por meio do Ofício nº 026/2011- Com.PCG/2010, de 15-03-2011, foram solicitadas à Secretaria de Estado da Fazenda, a comprovação do cumprimento do disposto no art. 32 da LRF e a remessa de cópia do contrato e da publicação de seu extrato no órgão oficial.

Em resposta, a SEFA encaminhou cópia do Ofício nº 3143/2010/COPEM/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 01-07-2009, por meio do qual o Secretário do Tesouro Nacional declara cumpridos os requisitos para contratação da operação de crédito, objeto do ajuste em exame, além do correspondente contrato de garantia e da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial de 12-08-2010.

Solicitou-se ainda, o registro contábil de garantia da referida operação de crédito. A SEFA informou não ter realizado o citado registro.

Verificou-se que, no exercício em análise, ocorreram repasses em conta exclusiva, conforme prevê a Cláusula Segunda, § 1º (GEP PEF BNDES 2 – 00101674113190), no valor de R$275 milhões. Esses recursos, posteriormente, foram transferidos e aplicados em outras contas específicas: GEP BNDES CONVÊNIOS – 00101674113840; GEP BNDES EMENDAS EXE DIR - 00101674113859 e GEP BNDES EMENDAS PARLAMENTARES – 00101674113867.

No entanto, constatou-se por meio do SIAFEM e extratos bancários das referidas contas, as transferências de valores para Conta Única do Estado, conforme lançamentos a seguir demonstrados:

(Em R$ milhares)

Nº NL	Data NL	Conta Banco Repassador	Valor	Descrição
9458	25-08-2010	00101674113190	16.000	TRANSFERÊNCIA PARCIAL DO OFÍCIO N.1155A DE 24-08-2010.TOTAL R$50.000.000,00.
9506	25-08-2010	00101674113190	34.000	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA CONF OF Nº. 1155A DE 24-08-2010(VALOR TOTAL DO OFÍCIO R$50.000.000,00 - COMPLEMENTO DA 2010NL09458).
11372	15-10-2010	00101674113190	8.988	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA CONF OF Nº.1380/2010 COFI.
13691	06-12-2010	00101674113190	50.000	TRANSFERÊNCIA DA CONTA 11.319-0 GEP PEF BNDES 2 PARA A CONTA ÚNICA CONF OFÍCIO Nº.1605/2010.

Nº NL	Data NL	Conta Banco Repassador	Valor	Descrição
13830	07-12-2010	00101674113190	41.723	TRANSFERÊNCIA DA CONTA GEP BNDES 2 PARA CONTA ÚNICA CONFORME OFÍCIO Nº. 1615/10 COFI.
9542	26-08-2010	00101674113840	10.000	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA CONF OF Nº. 1162 E 1166 DE 26-08-2010.
9563	27-08-2010	00101674113840	14.084	TRANSFERÊNCIA DA CONTA 11.384-0, PARA A CONTA ÚNICA, OF. 1143/10-COFI(R$ 14.083.978,00)
9626	30-08-2010	00101674113840	30.000	TRANSFERÊNCIA DA CONTA 11.384-0, PARA A CONTA ÚNICA, OF. Nº. 1172/2010 - COFI. (R$30.000.000,00).
10662	27-09-2010	00101674113840	30.000	TRANSFERÊNCIA DA CONTA CORRENTE PARA A CONTA ÚNICA.
11374	15-10-2010	00101674113840	9.709	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA CONF OF 1381/2010 COFI.
9543	26-8-2010	00101674113867	10.000	TRANSFERÊNCIA PARA A CONTA ÚNICA CONF OF Nº. 1166 DE 26.08.2010 - COFI.
11595	22-10-2010	00101674113867	10.000	TRANSFERÊNCIA DA CONTA BNDES EMENDAS PARLAMENTARES PARA A CONTA ÚNICA CONF OF 1408/2010.
11858	27-10-2010	00101674113867	1.220	TRANSFERÊNCIA DA 11.3867 BNDES EMENDAS PARLAMENTARES PARA A CONTA ÚNICA, OF. 1428/10-COFI (R$ 1.220.140,47).
		TOTAL	**265.724**	

Fonte: SIAFEM 2010

Vale ressaltar que a SEFA ratificou tal fato por meio do Anexo do Ofício nº 0258/2011/GS/SEFA, às fls. 313 do processo nº 2011/50965-1, vol. III, ao informar que tal procedimento foi realizado pela equipe técnica do Tesouro Estadual em cumprimento à determinação verbal da alta administração da SEFA, à época.

Ressalta-se que a ausência de conta específica para aplicação dos recursos oriundos do contrato dessa operação de crédito, demonstra que o Poder Executivo não movimentou de forma transparente os recursos destinados a esse fim, o que dificultou sobremaneira o gerenciamento de tais recursos pelo próprio Poder Executivo, bem como, a fiscalização do controle interno e do controle externo.

Diante do exposto, recomenda-se a utilização de conta individual para a movimentação e aplicação de recursos que são vinculados à finalidade específica, no caso, Operações de Crédito, de modo que permita o acompanhamento e o controle desses recursos, em atendimento ao Princípio da Transparência da Administração Pública.

Quanto às despesas provenientes dos recursos captados por meio desse contrato, foi solicitado à SEFA, informações acerca das despesas realizadas, bem como, o detalhamento das fontes de recursos atribuídas a essa operação.

Analisadas as informações encaminhadas pela SEFA, anexadas às fls. 246 a 309 e 313 do processo nº 2011/50965-1, vol. III, conjuntamente às pesquisas realizadas no SIAFEM, detectou-se a execução de despesas na ordem de R$216,6 milhões, conforme detalhamento a seguir:

(Em R$ milhares)

Código Fonte de Recurso	Nome Detalhamento da Fonte	Empenho	Reforço	Anulação	Total das Despesa	Total Pago
130002158	EMENDAS PARLAMENTARES	17.241	120	6.763	10.598	10.598
130002650	PEF - 2 BNDES	1.219	0,00	987	233	233
130002686	BNDES/GEP C.F. 10.2.0517.1	21.611	0,00	21.611	0,00	0,00
130002695	BNDES/EMENDAS/EXEC. DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130002696	BNDES EXECUÇÃO DIRETA	326.732	4.865	125.763	205.834	205.834
130002864	BNDES/CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais	**366.803**	**4.985**	**155.124**	**216.665**	**216.665**

Fonte: SIAFEM 2010

Constatou-se, posteriormente, que tramita na 2ª Vara de Fazenda de Belém, processo autuado sob o nº 49435-33.2010.814.0301, em que o Município de Capanema propôs Ação Cautelar com pedido de antecipação de tutela em face do Estado do Pará não ter transferido o recurso, conforme determinação da Lei nº 7.424/2010, art. 6º, § 1º, que lhe garantiria o repasse do valor de R$3,1 milhões.

Em decisão datada de 10-12-2010, o Poder Judiciário deferiu a antecipação da tutela, determinando o bloqueio judicial dos valores recebidos pelo Governo do Estado em decorrência do contrato de empréstimo, bem como determinou a expedição de comunicação ao Banco Central para fins de bloqueio da conta do Estado do Pará que receberia os valores mencionados e a notificação do Poder Executivo para suspensão de quaisquer repasses de valores em decorrência do cumprimento da Lei nº 7.424/2010, até o julgamento do mérito.

No entanto, após pesquisa no SIAFEM, verificou-se que o Município de Capanema, antes da decisão judicial, recebera recursos provenientes da fonte 0130002158 (Operações de Crédito Internas - Emendas Parlamentares) na ordem de R$1,4 milhão, por meio das Ordens Bancárias nº 305, 314, 365, 367, 383 e 481, nos meses de agosto e setembro de 2010, restando-lhe transferência de R$1,7 milhão, que até o final do exercício não se verificou registro.

No âmbito do controle externo, este TCEPA, no exercício de sua competência e no campo de sua ação fiscalizadora, examinará por meio dos instrumentais de fiscalização, a execução detalhada das referidas despesas.

2. Contrato nº 007.09/0455-3

Contrato de operação de crédito celebrado entre o Estado do Pará e o Banco da Amazônia, com a interveniência do BANPARÁ, no valor de R$139,5 milhões, destinado ao financiamento, com recursos do BNDES, para aquisição de máquinas e equipamentos discriminados no anexo I do instrumento de contrato. O Acordo foi firmado em 30-12-2009 e publicado no DOE de 07-01-2010.

O referido contrato previu o repasse dos valores pelo BASA, efetuando os pagamentos diretamente aos vendedores dos equipamentos, mediante apresentação das notas fiscais pelo Estado.

Por meio do Ofício nº 026, de 15-03-2011, foi solicitada à Secretaria de Estado da Fazenda, dentre outras informações, a comprovação do cumprimento do disposto na LRF, art. 32, e a lei que autorizou a celebração de contrato de empréstimo.

De acordo com os esclarecimentos prestados pela SEFA, a operação de crédito foi autorizada pela Lei nº 7.091, de 16-01-2008, publicada no DOE de 18-01-2008, constando do art. 1º da Lei que o Poder Executivo fica autorizado a contratar financiamentos até o valor de R$150 milhões, com a finalidade de perenizar as rodovias vicinais e melhorar o acesso das comunidades rurais aos centros urbanos e viabilizar o transporte da produção como ação do “Programa Caminhos da Parceria”.

Quanto à comprovação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que concerne ao disposto no art. 32, a SEFA apresentou cópia do Ofício nº 4488/2009 – COPEM/STN, de 09-12-2009, no qual o Ministério da Fazenda, através do Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, declara cumpridos os requisitos prévios à contratação da operação de crédito em exame.

Foi solicitado à SEFA informações quanto à identificação das despesas realizadas, destinação e localização dos bens adquiridos, objeto deste contrato. Em resposta, esclarece que a execução orçamentária do citado recurso foi realizada pela Secretaria de Projetos Estratégicos – SEPE, e que nessa operação não houve ingresso de recursos financeiros aos cofres do Estado e sim, do bem adquirido, uma vez que o próprio BASA efetuou o pagamento ao fornecedor.

Solicitou-se então, a SEPE, por meio do Ofício nº 035/2011-Com.PCG 2010, de 15-04-2011, informações quanto à localização dos bens adquiridos com recursos provenientes do Contrato nº 007.09/0455-3. Em atendimento, a Secretaria encaminhou planilha anexa às fls. 611 a 631, do processo nº 2011/50965-1, vol. III, evidenciando os municípios contemplados, bem como a descrição das máquinas e equipamentos transferidos às Prefeituras por meio de cessão de uso.

Em pesquisa no SIAFEM, foi apurado o gasto total com o referido contrato no montante de R$138,1 milhões, registrado na fonte de recurso 0130002516 – Operações de Crédito Internas de Aquisição de Patrulhas Mecanizadas.

Nos moldes do contrato anterior, considerando que o presente relatório não contempla atos de responsabilidade de ordenadores de despesa das unidades gestoras, já que, constituem objeto de julgamento específico, a análise da execução detalhada da aplicação desses recursos de operações de crédito, será efetuada por meio de auditoria a ser realizada pelo Departamento de Controle Externo deste TCEPA.

5.1.1.2. COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA

Para análise do comportamento das receitas realizadas pelo Estado, foram observados os ingressos nos últimos 3 anos: 2008 a 2010. Os exames foram efetuados com base nos valores reais que correspondem aos valores nominais atualizados pela aplicação dos Índices do IPCA.

Os dados revelam crescimento da receita, visto que a mesma variou 4,26% no período 2008-2009, e 9,04% de 2009 para 2010, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 5.7 – A Evolução da Receita Arrecadada 2008 a 2010

(Em R$ milhares)

FONTES	2008		2009		2010		VARIAÇÃO ANUAL	
	VALOR REAL[1]	%	VALOR REAL[1]	%	VALOR REAL[1]	%	2009 / 2008	2010 / 2009
Receita Tributária	5.174.609	43,04	5.314.705	42,40	5.725.829	41,89	2,71	7,74
-ICMS	4.553.610	37,88	4.681.839	37,35	5.034.492	36,84	2,82	7,53
-Outras Receitas Tributárias	620.999	5,17	632.866	5,05	691.337	5,06	1,91	9,24
Receita de Contribuições	451.082	3,75	493.340	3,94	545.077	3,99	9,37	10,49
Receita Patrimonial	128.845	1,07	149.224	1,19	190.657	1,39	15,82	27,77
Receita Agropecuária	74	0,00	61	0,00	86	0,00	(17,01)	40,00
Receita Industrial	9.039	0,08	8.940	0,07	9.729	0,07	(1,10)	8,83
Receita de Serviços	292.634	2,43	306.885	2,45	365.725	2,68	4,87	19,17
Transferências Correntes	5.049.024	42,00	4.995.971	39,86	5.210.785	38,13	(1,05)	4,30
Outras Receitas Correntes	128.022	1,06	213.425	1,70	290.588	2,13	66,71	36,15
RECEITAS CORRENTES	**11.233.329**	**93,44**	**11.482.551**	**91,61**	**12.338.475**	**90,28**	**2,22**	**7,45**
Operações de Crédito	147.353	1,23	541.873	4,32	756.489	5,54	267,74	39,61
Alienação de Bens	2.035	0,02	644	0,01	2.889	0,02	(68,36)	348,65
Amortização de Empréstimos	8.506	0,07	1.517	0,01	2.731	0,02	(82,17)	80,07
Transferências de Capital	132.171	1,10	90.543	0,72	110.734	0,81	(31,50)	22,30
Outras Receitas de Capital	119.698	1,00	14.973	0,12	9.260	0,07	(87,49)	(38,16)
RECEITAS DE CAPITAL	**409.763**	**3,41**	**649.551**	**5,18**	**882.104**	**6,45**	**58,52**	**35,80**
Receita Intraorçamentária	**378.757**	**3,15**	**402.433**	**3,21**	**446.644**	**3,27**	6,25	10,99
TOTAL	**12.021.848**	**100,00**	**12.534.536**	**100,00**	**13.667.223**	**100,00**	**4,26**	**9,04**

[1] Valor nominal atualizado.
Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010 e SIAFEM - não considerada a Conta Redutora da Receita - FUNDEB

Sob o prisma da categoria econômica, verifica-se que enquanto as Receitas Correntes tomam proporções cada vez menores no total das receitas arrecadas (93,44%,

em 2008, 91,61% em 2009 e 90,28% em 2010), as Receitas de Capital, ao contrário, em especial as Operações de Crédito, guardam proporções cada vez maiores em relação ao total das receitas (3,41% em 2008, 5,18% em 2009 e 6,45% em 2010).

Sob outro enfoque, comparando-se as variações anuais dos períodos 2008-2009 e 2009-2010, observa-se que as Receitas Correntes apresentaram crescimento em proporções maiores, ao passo que as Receitas de Capital cresceram em proporções menores (58,52% no período 2008-2009 e 35,80% no período 2009-2010). A diminuição do ritmo desse crescimento é decorrente da evolução das Operações de Crédito, que passaram de 267,64% no período 2008/2009 para 39,61% no período seguinte.

Ainda nesse aspecto, dentre as Receitas Correntes, todas as origens apresentaram tendência de crescimento em escalas maiores, com exceção de Outras Receitas Correntes que cresceram em escala menor: 66,71% e 36,15% nos respectivos períodos de 2008-2009 e 2009-2010. Destaca-se a Receita Agropecuária que em 2009 decresceu 17,01%, mas em 2010 apresentou o maior crescimento da categoria (40%). Porém, em volume de recursos, esse incremento foi inexpressivo no total das receitas arrecadadas, em razão da pequena participação dessa origem no cômputo das Receitas Correntes (0,0006%, em média).

A Receita Tributária, por sua vez, foi a origem que indicou maior variação em volume de recursos. Obteve-se incremento de R$140 milhões de arrecadação em 2009, em comparação a 2008, e de R$411 milhões em 2010, em relação a 2009. Nesses biênios, a evolução das demais receitas, dentre as Receitas Correntes, não ultrapassou R$90 milhões e R$220 milhões, respectivamente.

Quanto às receitas da categoria econômica Capital, todas as origens passaram de variação negativa no intervalo 2008-2009, para variação positiva no intervalo seguinte (2009-2010). Não se enquadram nesse comportamento, as Operações de Crédito que em ambos os intervalos apresentaram variação positiva, embora essa variação tenha sido significativamente menor no segundo período (39,61%) em confronto ao primeiro (267,74%). Outras Receitas de Capital apresentaram variação negativa ao longo da série histórica.

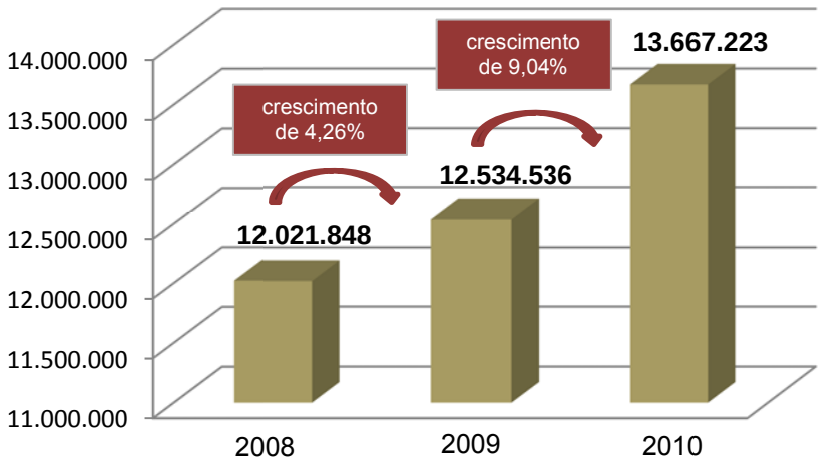
Ainda nessa categoria econômica, ressaltam-se as Receitas de Alienação de Bens que em 2009 decresceram 68,36%, comparadas a 2008, já em 2010 apresentaram o maior crescimento da categoria (348,65%), no entanto, em volume de recursos, esse incremento foi inexpressivo em relação ao total das receitas arrecadadas, em razão da pequena participação dessa origem no cômputo das Receitas de Capital (0,3%, em média).

Foi analisado também o comportamento histórico das receitas arrecadadas pela Administração Direta, denominadas Receita do Tesouro, observando-se a arrecadação no último triênio (2008 a 2010).

O gráfico a seguir possibilita visualizar a evolução da arrecadação da receita do tesouro, em valores reais, não consideradas as contas redutoras da receita referente às contribuições ao FUNDEB.

Gráfico 5.3 - Evolução da Receita do Tesouro em Valores Reais 2008 a 2010

(Em R$ milhares)



Fonte: SIAFEM - 2010, Balanço Geral do Estado 2008 a 2010

Constata-se que a Receita do Tesouro tem crescido ao longo do período, alcançando proporções cada vez maiores, uma vez que o crescimento da receita de 2009 variou 4,26% comparado a 2008 e 9,04% em 2010, comparado a 2009.

As finanças do Estado apresentaram composição de receitas basicamente estruturadas em Receitas Próprias e de Transferências da União.

A análise seguinte aborda o comportamento das receitas arrecadadas pelo Poder Público Estadual, com enfoque nas receitas próprias, em valores reais, no período de 2008 a 2010, sem dedução das contribuições ao FUNDEB, baseado na tabela 5.8.

Tabela 5.8 - Evolução da Receita Própria 2008 a 2010

(Em R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	2008		2009		2010		VARIAÇÕES %	
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	2009 / 2008	2010 / 2009
TRIBUTÁRIA	4.683.926	5.174.609	5.018.176	5.314.705	5.725.829	5.725.829	2,71	7,74
CONTRIBUIÇÕES	408.308	451.082	465.815	493.340	545.077	545.077	9,37	10,49
PATRIMONIAL	116.627	128.845	140.898	149.224	190.657	190.657	15,82	27,77
AGROPECUÁRIA	67	74	58	61	86	86	-17,01	40,00
INDUSTRIAL	8.182	9.039	8.441	8.940	9.729	9.729	-1,10	8,83
SERVIÇOS	264.885	292.634	289.763	306.885	365.725	365.725	4,87	19,17
OUTRAS REC. CORRENTES	115.882	128.022	201.517	213.425	290.588	290.588	66,71	36,15
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	7.699	8.506	1.432	1.517	2.731	2.731	-82,17	80,07
ALIENAÇÃO DE BENS	1.842	2.035	608	644	2.889	2.889	-68,36	348,65
OUTRAS REC. DE CAPITAL	108.348	119.698	14.138	14.973	9.260	9.260	-87,49	-38,16
TOTAL	**5.715.766**	**6.314.544**	**6.140.846**	**6.503.715**	**7.142.571**	**7.142.571**	**3,00**	**9,82**

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2010 e SIAFEM, não deduzidos o FUNDEB e a Receita Intraorçamentária.

O Estado registrou, em valores reais, crescente evolução na arrecadação das receitas próprias. No período de 2008-2009, o incremento foi de R$189,1 milhões, representando variação de 3%. De 2009 a 2010, o acréscimo foi de R$638,8 milhões, o que corresponde a 9,82%.

Consideradas as receitas do biênio 2009-2010, demonstraram evolução mais significativa, em termos relativos, as seguintes origens: Alienação de Bens (348,65%), Amortização de Empréstimos (80,07%) e Receita Agropecuária (40,00%). No entanto, a origem da receita com maior volume de ingresso de recursos nesse período foi a Receita Tributária, com acréscimo no montante de R$411,1 milhões, o que representa percentualmente crescimento de 7,74%, índice bem superior ao apresentado em relação ao período anterior (2008-2009), que foi de 2,71%.

Contrapondo-se a essa situação positiva, a origem Outras Receitas de Capital constitui-se na única que apresentou decréscimo ao longo da série histórica, observando a ocorrência de decréscimo menor no período 2009-2010 (38,16%) em relação ao decréscimo do período anterior: 87,49%, em 2008-2009.

5.1.1.3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

De acordo com o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 2º, IV, a Receita Corrente Líquida do Estado corresponde ao somatório das Receitas Correntes, inclusive das Transferências Correntes, deduzidas as parcelas entregues aos Municípios por força constitucional, a contribuição dos servidores para o custeio do sistema de previdência

e assistência social, e as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos sistemas de previdência, conforme dispõe a CF/88, art. 201, parágrafo 9º.

A RCL constitui a base legal para cálculo dos percentuais de gastos com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantia e contragarantias.

Em 2010, a RCL do Estado totalizou R$9,1 bilhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.9 - Receita Corrente Líquida 2010

(Em R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
RECEITAS CORRENTES (I)	**12.338.475**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**5.725.829**
ICMS	5.034.492
IPVA	235.260
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	456.076
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	**545.077**
RECEITA PATRIMONIAL	**190.657**
RECEITA AGROPECUÁRIA	**86**
RECEITA INDUSTRIAL	**9.729**
RECEITA DE SERVIÇOS	**365.725**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**5.210.785**
COTA-PARTE DO FPE	2.981.441
TRANSFERÊNCIA DA LC 87/1996	63.819
TRANSFERÊNCIA DA LC 61/89	201.104
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.029.102
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	694.326
TRANSFERÊNCIAS COMPLEMENTARES DO FUNDEB	334.776
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	935.318
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**290.588**
DEDUÇÕES (II)	**3.220.525**
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**1.462.125**
CONTRIBUIÇÃO AO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	**324.431**
DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	**1.433.969**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**9.117.950**

Fonte: SIAFEM - 2010 e Balanço Geral do Estado - 2010

5.1.2. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2010, fixada pela LOA, foi inicialmente de R$11,2 bilhões, sendo R$7,7 bilhões originários do Orçamento Fiscal e R$3,4 bilhões decorrentes do Orçamento da Seguridade Social.

No decorrer do exercício de 2010, por força da abertura de créditos adicionais, tanto a receita inicialmente prevista quanto a despesa fixada, ambas no valor de R$11,2 bilhões, foram acrescidas em R$2,3 bilhões, incrementando o orçamento inicial em 20,48%.

A receita arrecadada (R$12,2 bilhões), em relação à previsão inicial da LOA, apresentou suficiência de arrecadação de 8,86%, porém, em relação à previsão atualizada, a receita arrecadada apresentou insuficiência de 9,64%. Tal fato levou o Estado a não realizar despesa no valor autorizado (R$13,5 bilhões), o que provocou uma economia orçamentária de 11,69%, ou seja, R$1,6 bilhão.

5.1.2.1. DESPESA POR FUNÇÃO

A tabela 5.10 apresenta a execução da despesa por função, de forma detalhada por Poder e Ministério Público e áreas prioritárias na destinação de recursos pelo Governo com objetivo voltado ao desenvolvimento econômico e social do Estado:

Tabela 5.10–Despesa por Função 2010

FUNÇÃO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	PODER EXECUTIVO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL EXECUTADO (A)	TOTAL AUTORIZADO (B)	% (A/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	**494.833**	**503.508**	**10.297.745**	**240.995**	**11.537.081**	**13.101.126**	**88,06**	**96,49**
FUNÇÕES SOCIAIS	**69.371**	**61.445**	**4.976.752**	**40.941**	**5.148.509**	**5.604.734**	**91,86**	**43,06**
EDUCAÇÃO			1.733.703		1.733.703	1.843.574	94,04	14,50
SAÚDE			1.627.068		1.627.068	1.851.754	87,87	13,61
PREVIDÊNCIA SOCIAL	69.371	61.445	1.254.760	40.941	1.426.517	1.482.854	96,20	11,93
ASSISTÊNCIA SOCIAL			132.252		132.252	174.174	75,93	1,11
TRABALHO			108.984		108.984	111.696	97,57	0,91
CULTURA			78.797		78.797	90.985	86,60	0,66
DIREITOS DA CIDADANIA			25.109		25.109	31.956	78,58	0,21
DESPORTO E LAZER			16.078		16.078	17.742	90,62	0,13
FUNÇÕES DE INFRAESTRUTURA	**-**	**-**	**936.449**	**-**	**936.449**	**1.248.097**	**75,03**	**7,83**
COMUNICAÇÕES			62.119		62.119	63.751	97,44	0,52
ENERGIA			672		672	1.047	64,20	0,01
HABITAÇÃO			129.664		129.664	149.751	86,59	1,08
SANEAMENTO			192.831		192.831	229.514	84,02	1,61
TRANSPORTE			395.871		395.871	547.238	72,34	3,31
URBANISMO			155.293		155.293	256.796	60,47	1,30

FUNÇÃO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	PODER EXECUTIVO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL EXECUTADO (A)	TOTAL AUTORIZADO (B)	% (A/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO
FUNÇÕES DE PRODUÇÃO	**-**	**-**	**335.105**	**-**	**335.105**	**442.762**	**75,69**	**2,80**
CIÊNCIA E TECNOLOGIA			101.954		101.954	148.309	68,74	0,85
AGRICULTURA			180.044		180.044	210.115	85,69	1,51
COMÉRCIO E SERVIÇOS			21.767		21.767	34.064	63,90	0,18
INDÚSTRIA			11.699		11.699	13.496	86,69	0,10
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA			19.641		19.641	36.778	53,40	0,16
FUNÇÕES TÍPICAS DE ESTADO	**425.462**	**442.026**	**1.272.997**	**200.054**	**2.340.539**	**2.551.271**	**91,74**	**19,58**
SEGURANÇA PÚBLICA			1.031.278		1.031.278	1.058.750	97,41	**8,63**
JUDICIÁRIA		442.026	494		442.520	560.180	79,00	**3,70**
LEGISLATIVA	425.462		767		426.229	449.351	94,85	**3,56**
ESSENCIAL À JUSTIÇA			**240.457**	200.054	440.512	482.989	91,21	**3,68**
ENCARGOS ESPECIAIS			**1.921.799**		**1.921.799**	**1.986.253**	**96,76**	**16,07**
ADMINISTRAÇÃO		**37**	**798.591**		**798.628**	**946.014**	**84,42**	**6,68**
GESTÃO AMBIENTAL			**56.051**		**56.051**	**87.643**	**63,95**	**0,47**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			**-**		**-**	**234.353**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	**25.458**	**41.578**	**331.743**	**20.668**	**419.448**	**437.821**	95,80	**3,51**
TOTAL (III)= (I)+(II)	**520.291**	**545.086**	**10.629.488**	**261.664**	**11.956.529**	**13.538.948**	88,31	**100,00**

Fonte: SIAFEM 2010.

Da análise dos gastos por poder, destacou-se pelo volume de recursos o Poder Executivo, com o montante de R$10,6 bilhões, representando 88,9% das despesas realizadas no exercício, em face da prerrogativa de governar o povo e administrar o interesse público.

Dentre as funções realizadas por esse Poder, as mais representativas em materialidade e relevância foram: Encargos Especiais, Educação, Saúde, Previdência e Segurança Pública, que tiveram participação na ordem de 64,74% da despesa executada.

Observa-se que do confronto entre a despesa fixada e a realizada, as funções Trabalho, Comunicação, Segurança Pública, Previdência Social e Encargos Especiais, foram as que demonstraram maior compatibilidade entre o planejamento e a

operacionalização, com média de desempenho na ordem de 97,07%.

A função Encargos Especiais apresentou realização de 96,76% da dotação autorizada, na ordem de R$1,9 bilhão, participando com 16,07% da despesa total executada no exercício (R$11,9 bilhões). Embora essa função detenha a maior parcela da despesa total, ela não interfere na aplicação das políticas públicas do Estado, uma vez que se constitui em despesa compulsória.

Sob a ótica das funções executadas por áreas de atuação, verifica-se que a área social por possuir em seu contexto funções que atendem aos cidadãos em seus direitos fundamentais, foi a que mais exigiu aporte de recursos, consumindo 43,06% do total da despesa realizada, executando 91,86% da dotação autorizada de R$5,6 bilhões para o exercício.

Assim como as funções da área social, as da área típica de estado configuram-se como prioritárias, tanto pela importância quanto pela essencialidade, as quais somaram 19,58% da despesa total executada, com média de realização de 91,74% em relação ao valor autorizado, demonstrando, portanto, compatibilidade entre planejamento e execução.

Constatou-se ainda, que dentre as funções típicas de estado, a função Segurança Pública, tanto em relação à fixação quanto em relação à execução do orçamento, situou-se entre as principais ações do Governo, tendo em vista ter executado 8,63% da dotação global para o exercício, absorvendo 97,41% da dotação fixada para essa classificação funcional.

Quanto às funções alocadas nas áreas de infraestrutura e de produção, foram realizados dispêndios equivalentes a 7,83% e 2,80% dos gastos totais, respectivamente, constituindo-se nas duas áreas de menor execução do orçamento.

5.1.2.2. DESPESA POR PROGRAMA

Para a concretização dos compromissos assumidos junto à sociedade, o Governo do Estado estabeleceu no PPA 73 (setenta e três) Programas para serem executados no período de 2008 a 2011.

A tabela 5.11 detalha os 72 (setenta e dois) Programas de Governo contemplados na LOA para serem executados no exercício, bem como os valores relativos a Encargos Especiais, referidos na Portaria nº 042, de 14-04-1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esse demonstrativo permite ainda, visualizar os programas priorizados pelo Governo do Estado, observando-se o percentual da despesa executada em relação à despesa autorizada e ao total da dotação utilizada no final do exercício.

Tabela 5.11 - Despesa Por Programa 2010

(Em R$ milhares)

PROGRAMAS	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	% (B/A)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO
FINALÍSTICOS	**5.519.712**	**4.560.846**	**82,63**	**38,15**
ÁGUA PARA TODOS	230.861	193.323	83,74	1,62
ATENDIMENTO DAS AÇÕES EVENTUAIS	9.989	9.037	90,47	0,08
BOLSA TRABALHO	42.839	40.780	95,19	0,34
CAMINHOS DA PARCERIA	756.700	581.531	76,85	4,86
CAMPO CIDADÃO	42.614	28.513	66,91	0,24
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	122.470	69.679	56,89	0,58
COMUNICAÇÃO PÚBLICA	9.388	8.967	95,52	0,07
CULTURA PARA TODOS	50.624	43.235	85,40	0,36
CULTURA SUSTENTÁVEL	3.849	3.672	95,39	0,03
DEFESA DA SOCIEDADE	199.189	185.689	93,22	1,55
DESENVOLVE PARÁ	246.582	158.189	64,15	1,32
DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUICULTURA SUSTENTÁVEL	9.809	4.008	40,86	0,03
DOAR É VIDA	4.534	4.314	95,15	0,04
EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS	1.489.443	1.433.361	96,23	11,99
EFICIÊNCIA E QUALIDADE NA GESTÃO MUNICIPAL	26.704	13.544	50,72	0,11
ENERGIA E DESENVOLVIMENTO	24.123	710	2,94	0,01
ESPORTE PARTICIPATIVO	14.047	12.656	90,10	0,11
EXTRATIVISMO VIVO	2.073	1.699	81,97	0,01
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL	54.348	50.692	93,27	0,42
GRÃO PARA LER	538	264	49,03	0,00
HABITAR MELHOR	132.567	115.047	86,78	0,96
HEMOVIDA	22.452	19.712	87,80	0,16
IGUALDADE ETNICO-RACIAL E SOCIAL	5.966	2.646	44,36	0,02
JUSTIÇA AO ALCANCE DE TODOS	286.094	188.557	65,91	1,58
MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO	23.136	19.441	84,03	0,16
ORDENAMENTO TERRITORIAL	84.757	39.479	46,58	0,33
PARÁ FLORESTAL	3.742	2.426	64,83	0,02
PARÁ MINHA TERRA, MINHA ESCOLA, MINHA PAZ	4.015	3.346	83,33	0,03
PARÁ, TERRITÓRIO DA JUVENTUDE	37.518	27.551	73,43	0,23
PARÁ VIVER	37.187	30.818	82,87	0,26
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA, IDENTIDADES E DIVERSIDADE CULTURAL DO ESTADO	7.770	4.445	57,21	0,04
PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS REC. NAT. DO EST. - PARÁ RURAL	25.691	19.737	76,83	0,17
PROMOÇÃO DA CIDADANIA	83.796	70.989	84,72	0,59
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	16.529	10.891	65,89	0,09
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	24.222	15.973	65,94	0,13
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	33.889	22.578	66,62	0,19
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ESCOLAR	105.334	81.016	76,91	0,68

PROGRAMAS	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	% (B/A)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO
RECONQUISTANDO A CIDADANIA	51.667	45.480	88,02	0,38
REGISTRO MERCANTIL EM AÇÃO	2.438	1.862	76,35	0,02
RENOVAÇÃO DO TURISMO PARAENSE	11.507	2.329	20,24	0,02
RESOLUTIVIDADE NA SAÚDE	735.198	618.890	84,18	5,18
SAÚDE ESSENCIAL	81.073	64.364	79,39	0,54
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	6.409	1.263	19,71	0,01
SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONTROLE SOCIAL	1.859	1.813	97,48	0,02
SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS	1.632	1.581	96,83	0,01
SEGURANÇA PARA TODAS E TODOS	174.633	159.289	91,21	1,33
SENTINELA SAÚDE	28.677	16.345	57,00	0,14
SOCIAL COMUNITÁRIO	9.212	7.823	84,93	0,07
TACACÁ SOCIAL	36	2	5,00	0,00
UNIVERSIDADE PÚBLICA COM QUALIDADE	139.982	121.290	86,65	1,01
APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE SERVIÇOS AO ESTADO	**1.052.583**	**879.895**	**83,59**	**7,36**
CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	8.590	6.334	73,74	0,05
CONTROLE EXTERNO	80.337	75.032	93,40	0,63
CONTROLE INTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	176	112	63,36	0,00
EDUCAÇÃO NA SAÚDE	18.777	6.950	37,01	0,06
FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	49.171	48.294	98,22	0,40
GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS	1.536	965	62,84	0,01
GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	49.562	36.912	74,48	0,31
GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	628	559	88,95	0,00
GESTÃO FAZENDÁRIA	51.300	36.898	71,93	0,31
GESTÃO INTELIGENTE E INTEGRADA	37.522	28.231	75,24	0,24
GESTÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA DO ESTADO	16.843	13.329	79,14	0,11
GOVERNO CIDADÃO	17.964	16.425	91,43	0,14
INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	11.653	10.777	92,49	0,09
LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	22.610	16.919	74,83	0,14
PARÁ INTEGRADO	56.215	13.301	23,66	0,11
PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO	24.441	24.326	99,53	0,20
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE EM OBRAS PÚBLICAS[1]	0	0	0,00	0,00
QUALIDADE SOCIAL DO SERVIÇO PÚBLICO	265.510	220.877	83,19	1,85
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	4.119	2.609	63,34	0,02
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	270.346	259.162	95,86	2,17
VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DE DEFESA SOCIAL	65.283	61.883	94,79	0,52
APOIO ADMINISTRATIVO	**3.158.120**	**3.061.293**	**96,93**	**25,60**
APOIO ADMINISTRATIVO	3.158.120	3.061.293	96,93	25,60
ENCARGOS ESPECIAIS	**3.808.532**	**3.454.496**	**90,70**	**28,89**
ENCARGOS ESPECIAIS	3.808.532	3.454.496	90,70	28,89
TOTAL	13.538.948	11.956.529	88,31	100,00

[1] Dotação autorizada menor que R$1.000,00.
Fonte: SIAFEM 2010

O estudo da tabela supra aponta destaque para Encargos Especiais e Apoio Administrativo, com desempenho médio de 93,81% em relação ao planejamento, absorvendo 54,49% da despesa total, ou seja, R$6,5 bilhões.

Dentre os Programas Finalísticos sobressaíram-se: Segurança Comunitária e Controle Social, com percentual de execução de 97,48% da despesa autorizada, Segurança e Direitos Humanos (96,83%) e Educação Pública de Qualidade Para Todos (96,23%), tendo este último, absorvido 11,99% da despesa total realizada no exercício. Por outro lado, os programas Segurança Alimentar e Nutricional, com execução de 0,01%, e Renovação do Turismo Paraense, 0,02%, destacaram-se pelo desempenho pífio apresentado, inclusive no que se refere às dotações que lhes foram destinadas (19,71% e 20,24%, respectivamente).

Os programas classificados na estrutura de programação denominada Apoio às Políticas Públicas e de Serviços ao Estado que se destacaram em relação às despesas autorizadas foram, Processo Legislativo (99,53%) e Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos (98,22%), enquanto que o menor desempenho coube aos programas Pará Integrado (23,66%) e Educação na Saúde (37,01%).

Dentre os programas voltados à realização prática de utilidade do interesse da coletividade, coube destaque para os montantes empreendidos nos programas Educação Pública de Qualidade Para Todos, cujos gastos no exercício totalizaram R$1,4 bilhão, correspondente a 11,99% do total das despesas realizadas. Em seguida, o Programa Resolutividade na Saúde, com R$618,8 milhões, e Caminhos da Parceria, com R$581,5 milhões, com aportes de recursos equivalentes a 5,18% e 4,86%, respectivamente, dos dispêndios realizados no exercício.

5.1.2.3. DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA

A classificação da despesa por categoria econômica e grupo de natureza de despesa permite visualizar e avaliar, em diversos níveis, a execução dos gastos correntes e de capital efetivados pelo Governo do Estado na realização de seus programas de governo. A tabela 5.12 compara por categoria econômica e grupo de natureza, a evolução das despesas nos exercícios de 2008 a 2010 conforme segue:

Tabela 5.12 - Evolução da Despesa Realizada por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa 2008-2010

(Em R$ milhares)

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	2008		2009		2010		VAR. % 10/09
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	
DESPESAS CORRENTES	**8.089.408**	**8.936.846**	**8.930.908**	**9.458.645**	**10.158.798**	**10.158.798**	**7,40**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.495.512	3.861.698	3.901.067	4.131.585	4.411.730	4.411.730	6,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	129.914	143.523	142.346	150.758	171.070	171.070	13,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.463.982	4.931.624	4.887.495	5.176.302	5.575.998	5.575.998	7,72
DESPESAS DE CAPITAL	**1.291.996**	**1.427.344**	**1.279.710**	**1.355.330**	**1.797.731**	**1.797.731**	**32,64**
INVESTIMENTOS	919.115	1.015.401	827.322	876.209	1.332.710	1.332.710	52,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	157.669	174.186	195.447	206.996	185.609	185.609	-10,33
AMORTIZAÇÃO E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	215.212	237.757	256.942	272.125	279.412	279.412	2,68
TOTAL	**9.381.403**	**10.364.190**	**10.210.618**	**10.813.974**	**11.956.529**	**11.956.529**	**10,57**

Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010 e SIAFEM.

Constatou-se que as Despesas Correntes somaram R$10,1 bilhões, enquanto que as de Capital montaram em R$1,7 bilhão, o que corresponde, respectivamente, a 84,96% e 15,04% da execução orçamentária do exercício, permitindo inferir que os maiores gastos do governo estão relacionados com a manutenção da máquina administrativa e com as atividades de prestação de serviços à sociedade. Ficou evidenciado o crescimento significativo (10,57%) da despesa total realizada no exercício de 2010 em relação a 2009, frente ao incremento de 4,34%, resultante da comparação entre 2009 e 2008.

Da análise por categoria econômica, considerando o período 2009-2010, verifica-se que as Despesas Correntes foram as mais significativas em volume de gastos, apresentando crescimento de 7,4%. Em virtude da variação positiva do grupo de natureza Investimentos (52,10%), a categoria econômica Capital, apresentou incremento também positivo na ordem de 32,64%.

Dentre as Despesas Correntes, o grupo Pessoal e Encargos Sociais no valor de R$4,4 bilhões, representou, em 2010, 36,9% do total despendido no exercício. Observa-se que os gastos apresentaram acréscimo de 6,78% em relação ao exercício anterior, entretanto, inferior à variação do período 2008-2009 que foi de aproximadamente 7%.

O grupo Outras Despesas Correntes, no total de R$5,5 bilhões, despendeu, em 2010, o maior volume de recursos em relação à dotação orçamentária executada global, ou seja, 46,64% das despesas autorizadas, apresentando em relação a 2009 crescimento de 7,72%, superior portanto, à variação de 4,96% referente ao exercício de 2009 em relação a 2008.

É importante esclarecer que no montante despendido com esse grupo de despesa estão inclusas as despesas com transferências, tanto para outras esferas de governo, quanto para instituições privadas, que no exercício perfizeram o valor de R$1,9 bilhão.

No que se refere à categoria Despesas de Capital, o grupo Inversões Financeiras apresentou gastos em 2010 correspondentes a R$185,6 milhões, tendo sido observado decréscimo equivalente a 10,33% em relação a 2009, constituindo a única variação negativa dentre os grupos de natureza de despesa. Situação inversa é observada em Investimentos, haja vista o incremento de 52,10% em ralação ao exercício anterior, contrapondo-se à variação apresentada em 2009 relativa a 2008, que foi negativa em 13,71%.

O grupo Amortização da Dívida, com incremento positivo de 2,68%, em 2010, registrou redução do incremento em relação à variação do período 2008-2009 que foi de 14,45%.

5.1.2.4. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – DEA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – PODER EXECUTIVO

A Lei nº 4.320/64, art. 37, dispõe que as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com dotação suficiente para atendê-las, mas que não tenham sido processados na época própria, podem ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento. Tendo em vista que o pagamento das despesas reconhecidas no elemento DEA, podem inviabilizar o resultado na consecução dos programas de governo, importante se torna a sua análise.

Na tabela abaixo apresenta-se o comportamento das despesas reconhecidas como DEA:

Tabela 5.13 - DEA do Poder Executivo por Grupo de Natureza de Despesa 2009-2010

(Em R$ milhares)

GRUPOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESA REALIZADA		% (B/A)	% (D/C)
	2009 (A)	2010 (B)	2009 (C)	2010 (D)		
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	24.300	36.924	19.675	24.308	51,95	23,54
OUTRAS DESP.CORRENTES	133.002	184.948	125.493	170.243	39,06	35,66
INVESTIMENTOS	58.758	131.194	52.222	110.539	123,28	111,67
AMORTIZ.E REFIN.DA DÍVIDA	69.677	62.372	68.543	62.262	-10,48	-9,16
TOTAL	**285.737**	**415.439**	**265.933**	**367.353**	**45,39**	**38,14**

Fonte: SIAFEM 2009 e 2010

Da análise das despesas realizadas por grupo de natureza de despesa no elemento Despesa de Exercícios Anteriores, consignado na LOA, constata-se o crescimento real de 38,14% dessas despesas em relação a 2009, contribuindo significativamente para essa

elevação, as despesas classificadas no grupo Investimentos, que apresentou variação positiva de 111,67%.

Os grupos Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais que representam 52,96% das despesas executadas em DEA, também apresentaram variações positivas de 35,66% e 23,54%, respectivamente.

O grupo Amortização e Refinanciamento da Dívida divergiu dos demais e foi o único a apresentar movimento negativo de 9,16%.

5.1.2.5. DESTINAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE

Os recursos legalmente vinculados só podem ser utilizados para atender ao objeto dessa vinculação, conforme dispõe a LRF, art. 8º, parágrafo único. Em razão dessa exigência, foi instituído mecanismo denominado Destinação de Recursos ou Fonte de Recursos para se identificar a destinação dos recursos arrecadados, procedimento no qual os recursos públicos são correlacionados à utilização, que vai desde a previsão da receita até a efetiva aplicação dos recursos, classificando-se essa destinação em vinculada (vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades) e ordinária, ou seja, de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, podendo atender a quaisquer finalidades.

O Manual de Procedimentos das Receitas Públicas, da Secretaria do Tesouro Nacional, trouxe mecanismos de controle contábil das disponibilidades por destinação de recursos que, por meio do controle das fontes de financiamento das despesas, possibilita verificar a interligação entre a receita e a despesa, viabilizando a transparência do gasto público.

Analisando a codificação utilizada para o controle das destinações de recursos (por fonte de financiamento) e considerando como Recursos Ordinários apenas os recursos não destinados a contrapartida, constatou-se no SIAFEM, que os ingressos dos recursos livres de destinação (Recursos Ordinários) perfizeram no exercício de 2010 R$6,9 bilhões, e as despesas realizadas por essa fonte totalizaram R$6,6 bilhões, resultando o superávit de R$304,4 milhões. Situação inversa verificou-se quanto aos ingressos de recursos com destinação vinculada, que apresentaram déficit de R$27,7 milhões, conforme demonstrado a seguir:

(Em R$ milhares)

EXECUÇÃO	RECURSOS NÃO VINCULADOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL DO ORÇAMENTO
RECEITA REALIZADA	6.955.605	5.277.649	12.233.254
DESPESA REALIZADA	6.651.166	5.305.364	11.956.529
SUPERÁVIT / DÉFICIT	**304.439**	**(27.714)**	**276.724**

Fonte: SIAFEM 2010

Do resultado apresentado pode-se inferir que o superávit dos recursos ordinários (livres) deu cobertura ao déficit de recursos vinculados (R$27,7 milhões), resultando no final do exercício superávit no valor de R$276,7 milhões.

5.1.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro sobre a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, no artigo 102, estabelece que o Balanço Orçamentário deve demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, apurando assim, o resultado orçamentário.

Já a LRF, no artigo 52, inciso I, alíneas a e b, incluiu o Balanço Orçamentário na composição do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e estabeleceu que o mesmo deve ser elaborado de forma mais detalhada do que o previsto na Lei nº 4.320/64, demonstrando as receitas e as despesas por categorias econômicas, além da previsão da receita pelo valor atualizado.

O Governo do Estado apresentou o Balanço Orçamentário do exercício de acordo com o modelo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e em consonância com a LRF.

Em função das exigências previstas em leis distintas, o resultado orçamentário apurado neste tópico do Relatório considera os ditames da Lei nº 4.320/64, com as observações que se fizerem necessárias em relação à referida Lei Complementar.

Também considerou-se nas análises seguintes, a exclusão das deduções da Receita Corrente para a formação do FUNDEB, bem como a inclusão das movimentações de crédito, referentes aos destaques e provisões concedidos e recebidos.

A arrecadação estadual do exercício representou 108,86% da receita prevista na Lei Orçamentária Anual, demonstrando um excesso de arrecadação de R$995,6 milhões, conforme quadro a seguir:

(Em R$ milhares)

	VALOR	%
Previsão Inicial da Receita (LOA)	11.237.636	100,00
(-) Receita Realizada	12.233.254	108,86
(=) Excesso de Arrecadação	-995.619	-8,86

Por outro lado, no Balanço Orçamentário apresentado pelo Estado e elaborado de acordo com a orientação da STN, foi constatada insuficiência de arrecadação de R$1,3 bilhão, resultante do confronto entre a previsão atualizada das receitas com as receitas realizadas. Este resultado difere do excesso de arrecadação apurado a partir da previsão inicial da receita.

No exercício foram necessários ajustes à despesa fixada no Orçamento, dessa forma foram abertos Créditos Adicionais Suplementares e Especiais no valor de R$4 bilhões, destes R$2,3 bilhões representaram aumento de 20,48% em relação ao valor inicialmente orçado, conforme verifica-se a seguir:

(Em R$ milhares)

	VALOR	%	VALOR	%
Dotação Inicial			**11.237.636**	100,00
Dotação Suplementar	4.025.140	35,82		
Dotação Especial	18.335	0,16		
(-) Dotação Cancelada	1.742.164	15,50		
(+) Acréscimo Real			**2.301.312**	20,48
= Dotação Final			**13.538.948**	120,48

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 43, para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais é necessária a existência de recursos disponíveis. Dos créditos abertos no exercício, 43,09 % tiveram como fonte de recursos a anulação de dotações, não significando acréscimo financeiro, mas alteração qualitativa do orçamento. Os demais créditos que representaram aumento real foram abertos utilizando-se das seguintes fontes de recursos:

(Em R$ milhares)

	VALOR	%	VALOR	%
Excesso de Arrecadação			**1.027.535**	44,65
Recursos do Tesouro	392.387	38,19		
Convênios	489.414	47,63		
Administração Indireta	145.734	14,18		
Superávit Financeiro			**555.289**	24,13
Administração Direta	446.703	80,45		
Administração Indireta	108.585	19,55		
Operações de Crédito			**718.488**	31,22
Acréscimo Real			**2.301.312**	100,00

Observa-se que a fonte de recursos Excesso de Arrecadação de R$1,02 bilhão foi a mais utilizada para a abertura de créditos, equivalente a 44,65% do total do acréscimo, no entanto o excesso de arrecadação realmente apurado no exercício foi de R$995,6 milhões, portanto inferior em R$31,9 milhões ao utilizado.

Desta forma, o Governo do Estado ao ter aberto Créditos Adicionais utilizando como fonte de recurso excesso de arrecadação acima do valor realmente apurado, desrespeitou o previsto na Lei nº 4.320/64, art. 43, bem como na Lei nº 7.370/2009, art. 6º, I e II, b (Lei Orçamentária para o exercício de 2010).

Por intermédio do Ofício nº 37/2011-Com.PCG/2010 foi solicitado à ex-Governadora justificativa sobre a constatação ora apresentada, sendo alegado o seguinte:

> "Em relação à diferença de 31,9 milhões entre o valor constante para abertura de créditos adicionais e o efetivamente apurado como excesso de arrecadação, deve-se atentar que o excesso de arrecadação é uma previsão que nem sempre se concretiza plenamente, como por exemplo quando ocorrem operações de crédito que, inobstante contarem com créditos adicionais abertos em sua totalidade pra sua implementação, nem sempre conseguem realizar o total do valor autorizado. Não nos parece assim que esta diferença colida com a lei orçamentária estadual, vez que, como já demonstrado os limites de abertura de créditos suplementares não foram extrapolados".

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 43, § 3º, o excesso de arrecadação, fonte de recurso para a abertura de crédito adicional, deve ser apurado pelo saldo positivo das diferenças, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando a tendência do exercício.

Pelo informado, o Governo do Estado fez o cálculo considerando uma expectativa de excesso que não se materializou ao final do exercício, o que demonstra falta de controle por parte do órgão de planejamento. Acontece que a citada Lei não autoriza a abertura de crédito suplementar e especial sem a fonte de recurso correspondente, assim como a Lei Orçamentária Anual, art. 6º, I e II, b, limita a abertura de crédito ao excesso efetivamente apurado.

Ainda que o Governo do Estado tenha descumprido os ditames legais, ao abrir crédito adicional com a fonte de recurso excesso de arrecadação, acima do valor realmente apurado, o resultado orçamentário do exercício não foi comprometido, tendo em vista que o saldo das dotações autorizadas não foi executado em sua integralidade.

Cabe ainda ressaltar que a Lei Orçamentária Anual, continha 7 (sete) diferentes mecanismos para abertura de créditos adicionais suplementares. Para cada um deles estava previsto limite máximo de utilização, cumprindo assim determinação contida na Lei nº 4.320/64, art. 7º, inciso I.

O BGE 2010, às fls. 24 do vol. I, informa que com referência a um dos mecanismos possíveis para abertura de créditos adicionais suplementares (LOA/2009, art. 6º, inciso II) o limite máximo de 18% estabelecido não foi cumprido pelo Poder Executivo, tendo sido abertos créditos na ordem de 25,12% da despesa fixada.

Objetivando a apuração do descumprimento ou não da legislação, foi solicitado a SEPOF, por meio do Ofício nº 36/2011-Com.PCG/2010, a apresentação dos decretos de abertura de créditos adicionais suplementares, classificados conforme as três alíneas que compõem a Lei Orçamentária Anual, art. 6º, inciso II, para o exercício de 2010. No expediente em questão, também foi solicitado que não fossem considerados, na classificação dos créditos, aqueles abertos com base nos incisos III e IV do referido artigo.

O encaminhamento da documentação por parte da SEPOF ocorreu via Ofício nº 0426/2011-GS/SEPOF. Junto aos créditos abertos com base na LOA, art. 6º, inciso II, a Secretaria encaminhou os abertos com base nos demais incisos do artigo.

Conforme levantamento realizado na documentação encaminhada, constatou-se que a SEPOF considerou como créditos adicionais suplementares abertos com base na LOA, art. 6º, inciso II, valores que correspondem aos incisos I, III, IV e V do referido artigo, os quais não deveriam ter sido considerados para apuração do limite máximo de 18% da despesa fixada, estabelecido na Lei Orçamentária.

Ao serem retirados do total de créditos suplementares os abertos incorretamente com base no art. 6º, inciso II, e que deviam ter sido abertos de fato com base nos demais incisos desse artigo, constata-se que o Poder Executivo excedeu o limite máximo de abertura previsto na Lei Orçamentária Anual, atingindo o total de 20,64%, contrapondo-se ao percentual de 25,12% apontado no BGE 2010, às fls. 24 do vol. I.

Por meio do Ofício nº 37/2011-Com.PCG/2011 foi solicitado à ex-Governadora justificativa sobre a constatação ora apresentada. Em resposta é alegado que o limite não foi extrapolado, e que a apuração realizada estaria equivocada devido a interpretação incorreta da LOA, uma vez que o limite de 18% para abertura de créditos adicionais estaria vinculado exclusivamente àqueles itens estatuídos no art. 6º, inciso II, não podendo alcançar as outras modalidades previstas nos demais incisos, como por exemplo recursos provenientes de operações de crédito (art. 6º, V), toda lista de recursos previstos no inciso I da alínea “a” até a alínea “h”, e mesmo todas as anulações inter e intra grupos de despesa no âmbito do mesmo projeto ou atividade (art. 6º, IV).

Com base na resposta apresentada pela ex-Governadora, pode-se observar que os itens que deveriam ser excluídos na apuração do limite de 18% alegados (art. 6º, incisos I,

III, IV e V) já haviam sido retirados, conforme relatado anteriormente, quando da apuração do resultado, gerando exatamente a diferença entre o percentual de 25,12% apontado no BGE 2010, às fls. 24 do vol. I, e o apurado por este TCEPA (20,64%).

A resposta apresenta ainda o total de créditos abertos de R$4,03 bilhões, e quadro, a seguir demonstrado, contendo os valores que deveriam ser desconsiderados por se enquadrarem nos demais dispositivos do art. 6º, exceto o inciso II. Contudo os valores não estão amparados por documentação comprobatória.

(Em R$ milhares)

	VALOR
Excesso Arrecad. Transf. Constit. aos Municípios (art. 6º, I, a)	107.690
Excesso Arrecad. PASEP (art. 6º, I, b)	15.689
Excesso Arrecad. Convênios (art. 6º, I, c)	489.413
Excesso Arrecad. SUS (art. 6º, I, d)	0
Excesso Arrecad. FNDE (art. 6º, I, e)	319.640
Excesso Arrecad. Fundos Estaduais (art. 6º, I, f)	0
Excesso Arrecad. Var. Monet. Camb. Oper. Crédito (art. 6º, I, g)	26.666
Excesso Arrecad. Rec. Res. Imp. Vinc. Educ. e Saúde (art. 6º, I, h)	67.279
Com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo no âmbito de cada Poder (art. 6º, III)	400.006
Mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial ou total de recursos inter e intra grupos de despesa, no âmbito do mesmo projeto ou atividade (art. 6º, IV)	0
À conta de recursos provenientes de operações de crédito como fonte específica de recursos para projetos ou atividades, nos seguintes casos: a) operações realizadas no segundo semestre de 2009, com cronograma de recebimento que contemple o exercício de 2010; b) operações realizadas no exercício de 2010; c) antecipação do cronograma de recebimento; e d) saldo de recursos de operações de crédito (art. 6º, III, alíneas a, b, c e d)	718.488

Ao serem analisados os valores informados, na resposta, como classificáveis no art. 6º, incisos I, III, IV e V, pode-se perceber que estes não apresentam consistência, uma vez que:

a) a atividade referente às Transferências Constitucionais aos Municípios “9003” foi suplementada por excesso de arrecadação somente pelos Decretos nº 2.544/10 (R$19 milhões) e nº 2.598/10 (R$61,9 milhões), os quais totalizaram R$81 milhões, dessa forma o valor de R$107,6 milhões não pode ser acatado;

b) as atividades referentes ao pagamento da contribuição do PASEP “9037 e 9038” não foram suplementadas por excesso de arrecadação, tendo inclusive a dotação inicial de R$77,9 milhões sido reduzida para R$68,4 milhões, por anulação parcial de dotação (art. 6º, inciso II, alínea a), assim o valor de R$15,6 milhões não pode ser acolhido nos cálculos apresentados;

c) os créditos abertos por excesso de arrecadação referentes ao FNDE e a outros recursos vinculados à educação, conforme art. 6º, inciso I, alínea e, totalizaram R$84,2 milhões, contrapondo-se ao montante de R$319,6 milhões informados no quadro, já que se refere a valores já computados no art. 6º, inciso I, alínea c (excesso de arrecadação de convênios) e no art. 6º, inciso I, alínea h (excesso de arrecadação de receitas resultantes de impostos vinculados à educação);

d) não foram abertos decretos de créditos adicionais suplementares com base no art. 6º, inciso I, alínea g. Dessa forma, o valor de R$26,6 milhões não pode ser apontado como aberto em virtude de excesso de arrecadação devido a variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas na LOA;

e) a abertura de créditos para atender ao pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, mediante à utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa, mantido o valor total aprovado para o grupo no âmbito de cada Poder, só atingiu R$66,9 milhões, não podendo ser excluído o valor de R$400 milhões;

Ressalta-se que o levantamento realizado pelo TCEPA ocorreu com base nos decretos referentes à abertura de créditos adicionais suplementares publicados no DOE, bem como nos sistemas SIAFEM e Sistema de Execução Orçamentária - SEO do Governo do Estado do Pará.

Assim, verifica-se que os cálculos apresentados pela ex-Governadora são inconsistentes e, portanto, conclui-se que Poder Executivo descumpriu a Constituição Federal, art. 167, inciso V, bem como o mecanismo previsto na Lei nº 7.370/2009, art. 6º, inciso II, abrindo créditos adicionais suplementares acima dos 18% das despesas fixadas.

Quanto aos créditos adicionais, cabe ainda destacar que o Poder Executivo utilizou o formulário eletrônico “Outras Matérias” do Sistema de Controle de Publicação de Atos – PUBLICA, para o preenchimento de informações acerca da abertura dos mesmos e posterior envio ao IOEPA, quando deveria ter utilizado o formulário apropriado: Crédito Adicional. Portanto, desobedeceu às determinações deste TCEPA, contidas na Resolução nº 17.608 de 04 de novembro de 2008, art. 3º, inciso X.

Ressalta-se, também, que a ALEPA não cumpre a citada Resolução, pois não utiliza o PUBLICA para o preenchimento e envio de matérias para a publicação dos atos administrativos. Esse sistema foi instituído por este TCE para uniformizar a publicação de atos expedidos pelos órgãos, objetivando a formação de base informatizada que subsidie o exercício do Controle Externo. Daí a importância do cumprimento da citada norma.

Quanto à análise da execução orçamentária, a partir do confronto entre a despesa fixada e a executada, observa-se uma economia orçamentária de 11,69%:

$$\text{Quociente da Execução da Despesa} = \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}} = \frac{11.956.529}{13.538.948} = \mathbf{0,8831}$$

A seguir, a tabela 5.14 demonstra o resultado orçamentário por Poder e Órgão, de acordo com a LRF, art. 20.

Constata-se que todos os Poderes e o Ministério Público apresentaram economia orçamentária no exercício, sendo que o resultado mais significativo em valor absoluto foi apurado pelo Poder Executivo (R$1,4 bilhão) e, em valor relativo, pelo Poder Judiciário (18,08%).

Tabela 5.14 - Resultado Orçamentário por Poder 2010

(Em R$ milhares)

DISCRIMINAÇÃO	MINISTÉRIO PÚBLICO		PODER EXECUTIVO		PODER JUDICIÁRIO		PODER LEGISLATIVO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Dotação Final	278.457	100,00	12.050.006	100,00	665.350	100,00	545.135	100,00
(-) Despesas Realizada	261.664	93,97	10.629.488	88,21	545.086	81,92	520.291	95,44
Economia Orçamentária	16.793	6,03	1.420.517	11,79	120.263	18,08	24.844	4,56

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2010.

A receita arrecadada no exercício superou a despesa orçamentária executada, gerando superávit de R$276,7 milhões, equivalente a 2,31% da despesa realizada:

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário} = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{12.233.254}{11.956.529} = \mathbf{1,0231}$$

Nos últimos três exercícios o Governo do Estado vem apresentando resultados orçamentários superavitários, contudo observa-se na tabela a seguir pequena queda nos percentuais ao longo dos exercícios:

Tabela 5.15 - Resultado Orçamentário Consolidado 2008 a 2010

(Em R$ milhares)

DISCRIMINAÇÃO	2008			2009			2010		
	NOMINAL	REAL	%	NOMINAL	REAL	%	NOMINAL	REAL	%
Receita Realizada	9.734.195	10.753.940	103,76	10.549.059	11.172.413	103,31	12.233.254	12.233.254	102,31
(-) Despesa Executada	9.381.403	10.364.189	100,00	10.210.618	10.813.974	100,00	11.956.529	11.956.529	100,00
=Result. Orçamentário	**352.792**	**389.750**	**3,76**	**338.441**	**358.440**	**3,31**	**276.725**	**276.725**	**2,31**

Fonte: SIAFEM 2008 a 2010.

A análise do resultado orçamentário por categoria econômica, conforme apresentado a seguir, demonstra que as Receitas Correntes financiaram 50,93% das Despesas de Capital, indicando capitalização de recursos, ou seja, emprego de recursos correntes na expansão da máquina administrativa:

(Em R$ milhares)

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	VALOR
	Receitas Correntes	11.351.150	
(-)	Despesas Correntes	10.158.798	
	SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		**1.192.352**
	Receita de Capital	882.104	
(-)	Despesa de Capital	1.797.731	
(+)	**DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL**		**-915.627**
(=)	**RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**		**276.725**

Na análise da estrutura de financiamento do Estado, são considerados os índices: IRP - Índice de Receita Própria e IARP - Índice de Autossuficiência da Receita Própria. O IRP indica a capacidade de arrecadação do Estado, independente, portanto, das transferências a qualquer título e das operações de crédito. O IARP indica o quanto das despesas do Estado são custeadas pelos recursos próprios arrecadados.

Os referidos índices, calculados com base no Balanço Orçamentário do exercício de 2010, indicam que dentre as receitas arrecadadas pelo Estado, 49,68% foram compostas por recursos transferidos e por operações de créditos; e 50,32% por recursos próprios, sendo que estes últimos custearam 51,48% da despesa total, conforme segue:

$$IRP = \frac{\text{Rec. Orçamentária - (Transferências + Operações de Crédito)}}{\text{Receita Orçamentária}} \times 100 = \frac{6.155.246}{12.233.254} \times 100 = 50,32$$

$$IARP = \frac{\text{Rec. Orçamentária - (Transferências + Operações de Crédito)}}{\text{Despesa Orçamentária}} \times 100 = \frac{6.155.246}{11.956.529} \times 100 = 51,48$$

A tabela a seguir demonstra o comportamento dos índices de receita própria e de autossuficiência da receita própria dos anos de 2008 a 2010:

Tabela 5.16–IRP e IARP 2008 a 2010

(Em %)

ÍNDICES	2008	2009	2010
IRP	56,23	59,83	50,32
IARP	58,35	61,81	51,48

Fonte: SIAFEM /2010

Quanto ao IRP, verifica-se que em relação aos exercícios anteriores diminuiu a participação da receita própria do Estado na receita total, o que demonstra maior dependência na captação de recursos de terceiros, por meio de operações de crédito e de transferências.

Da mesma forma, o custeio da despesa orçamentária executada com recursos de terceiros foi maior em 2010, em relação aos demais exercícios estudados, conforme demonstra o IARP – Índice de Autossuficiência da Receita Própria na série histórica.

5.2. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O Relatório de Gestão Fiscal - RGF é o instrumento que visa assegurar a transparência dos gastos públicos e o atingimento das metas fiscais, com observância aos limites fixados pela Lei. Esse relatório deverá ser elaborado quadrimestralmente e publicado até trinta dias após o período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive em meio eletrônico.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, arts. 54 e 55, o RGF será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, e conterá os demonstrativos com informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, operações de crédito, concessão de garantias e contragarantias, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

A análise quanto à verificação do cumprimento dos limites instituídos pela LRF, referentes aos relatórios de gestão fiscal do 3° quadrimestre/2010, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2010, será efetuada por meio das orientações contidas nas Portarias n° 462 e 757, de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Resolução TCEPA n° 17.659 de 24-03-2009.

5.2.1. DESPESA COM PESSOAL

A LRF, no art. 19, regulamentou o art. 169 da CF/88, trazendo ao ordenamento jurídico limites globais de despesas com pessoal para os entes da federação, fixando a alíquota máxima de 60% da Receita Corrente Líquida – RCL para a esfera estadual.

No Estado do Pará, segundo a LRF, art. 20, inciso II c/c § 4°, os limites globais de despesas com pessoal não poderão ultrapassar 60% da RCL, distribuídos na seguinte proporção: 48,60% para o Poder Executivo, 3,40% para o Poder Legislativo (incluindo os Tribunais de Contas e Ministérios Públicos Especiais), 6% para o Poder Judiciário e 2% para o Ministério Público.

Ainda quanto à limitação de gastos com pessoal, a LRF, art. 22, parágrafo único, determinou que se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite fixado na LRF, fica vedado aos Poderes e ao Ministério Público a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso na Constituição Federal, art. 37, inciso X.

Nota-se, então, que a LRF instituiu dois limites, máximo e prudencial, os quais Poderes e órgãos devem observar na realização de despesas com pessoal.

A verificação desses limites, por cada um dos Poderes e órgãos, será evidenciada por meio do Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

A apuração da despesa total com pessoal do Governo do Estado do Pará foi realizada com base em consulta realizada no Sistema de Informação da Administração Financeira dos Estados e Municípios - SIAFEM, utilizando-se o extrator de dados *Business Objects* - BO.

Verificou-se que os gastos com pessoal do Estado do Pará alcançaram o montante de R$4,5 bilhões, que correspondeu a 49,92% da RCL, evidenciando assim, o cumprimento do limite máximo de 60%, sem extrapolar o limite prudencial de 57%, estabelecidos pela LRF.

O Governo do Estado do Pará, para cálculo das despesas total com pessoal, não aplica a Resolução TCEPA n° 16.769/2003, que trata da exclusão do valor correspondente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre a folha de pagamento de servidores no cômputo das despesas com pessoal do Estado.

Portanto, o percentual de gastos com pessoal apurado pelo TCEPA (49,92%) difere do percentual calculado pelo Governo do Estado (53,67%), conforme Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal, divulgado em 23-02-2011, no Diário Oficial do Estado - DOE e no sítio eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Tabela 5.17–Despesa Com Pessoal do Estado do Pará 2010

(Em R$ milhares)

DESPESAS COM PESSOAL	CONSOLIDADO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.512.751
Pessoal Ativo	4.320.019
Pessoal Inativo e Pensionista	1.484.153
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (LRF, art. 18, § 1º)	50.889
(-) I. Renda (Resolução TCEPA n° 16.769/2003)	342.310
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	961.468
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.621
(-) Decorrentes da Decisão Judicial	24.919
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	87.275
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	847.653
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III)=(I-II)	**4.551.283**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.117.950
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100	**49,92**
Limite MÁXIMO (LRF, art. 20, incisos I, II e III)	60,00%
Limite PRUDENCIAL, (LRF, art. 22,§ único)	57,00%

Fonte: SIAFEM/2010

5.2.1.1. DESPESA COM PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Pará aplica a Resolução TCEPA n° 16.769/2003 para verificar o cumprimento do limite de gastos com pessoal.

A seguir será demonstrada a composição do total da despesa com pessoal, por Poderes e órgãos definidos na LRF, art. 20, bem como, o limite atingido, em relação à RCL.

Tabela 5.18 - Total da Despesa Líquida Com Pessoal Por Poder e Órgão 2010

(Em R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA LÍQUIDA PESSOAL	DESPESA LÍQUIDA PESSOAL / RCL[1]	LIMITES DA LRF	
			LIMITE MÁXIMO	LIMITE PRUDENCIAL
PODER EXECUTIVO	**3.839.789**	**42,11**	**48,60**	**46,17**
PODER LEGISLATIVO	**271.877**	**2,98**	**3,40**	**3,23**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA[2]	127.941	1,40	1,56	1,48
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	71.122	0,78	0,96	0,91
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	52.680	0,58	0,60	0,57
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	13.495	0,15	0,20	0,19
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCMPA	6.639	0,07	0,08	0,07
PODER JUDICIÁRIO	**301.352**	**3,31**	**6,00**	**5,70**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	298.686	3,28	5,92	5,62
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	2.666	0,03	0,08	0,07
MINISTÉRIO PÚBLICO	**138.265**	**1,52**	**2,00**	**1,90**

Fonte: SIAFEM/2010

(1) Considerando a Receita Corrente Líquida de R$9.117.949.794,94

(2) Incluso o montante do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP

O Poder Executivo efetuou despesa com pessoal no montante de R$3,8 bilhões, o que representou 42,11% da RCL, cumprindo o limite legal de 48,60%, sem extrapolar o limite prudencial de 46,17%.

Cabe informar que o Poder Executivo não aplica a Resolução TCEPA n° 16.769/2003, por isso o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Balanço Geral do Estado, fls. 206, volume I, apresentou percentual de 44,54% de gastos com pessoal em relação à RCL.

O limite de 3,40% para gastos com pessoal do Poder Legislativo foi distribuído proporcionalmente à média das despesas com pessoal em relação à RCL, verificadas nos três exercícios anteriores ao da publicação da LRF, em atendimento ao preceituado no art. 20, § 1° da mesma lei, resultando o percentual de 1,56% para ALEPA, 0,96% para TCEPA, 0,60% para TCMPA, 0,08% para MPTCMPA e 0,20% para MPCPA.

A ALEPA, incluído o montante do IPALEP, o TCEPA, o MPCPA e o MPTCMPA executaram despesas de pessoal nos montantes de R$127,9 milhões, R$71,1 milhões, R$13,4 milhões e R$6,6 milhões, respectivamente, que representaram 1,40%, 0,78%, 0,15% e 0,07%, da RCL, portanto, inferior ao limite máximo e prudencial estabelecido pela LRF.

Os gastos com pessoal do TCMPA alcançaram R$52,6 bilhões atingindo 0,58% da RCL, logo, inferior ao limite máximo da LRF, entretanto, superior ao limite prudencial, ficando o Órgão submetido às restrições da LRF, art. 22, parágrafo único, citadas alhures.

Ressalta-se que o TCMPA não considerou a alteração do percentual do limite máximo para os gastos com pessoal descrito na Resolução TCEPA nº 17.793, de 10-12-2009, apurado conforme o disposto na LRF, art. 20, § 1º, após a alocação dos Ministérios Públicos Especiais no Poder Legislativo.

O Poder Judiciário, composto pelo TJEPA e JMEPA, executou despesas de pessoal no montante de R$301,3 milhões correspondendo a 3,31% da RCL, cumprindo os limites estabelecidos pela LRF. Esse Poder não aplica a Resolução do TCEPA nº 16.769/2003.

Os gastos com pessoal do Ministério Público do Estado do Pará atingiu o montante de R$138,2 milhões, representando 1,52% da RCL, atendendo ao limite máximo (2,00%), sem ultrapassar o limite prudencial (1,90%).

5.2.1.2. PUBLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO, INATIVO E DOS PENSIONISTAS

Com a finalidade de dar publicidade à remuneração do pessoal ativo, inativo e pensionistas, a LDO, art. 53, determinou que os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos constitucionais independentes publicassem no Diário Oficial do Estado, até o vigésimo dia do mês subsequente ao bimestre vencido, os demonstrativos da remuneração de pessoal (Anexo III da LDO).

A tabela a seguir apresenta as publicações do Demonstrativo da Remuneração de Pessoal, evidenciadas por Poderes e órgãos, demonstrando que o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa não divulgaram a remuneração de pessoal, e a Defensoria Pública deixou de fazê-lo apenas no 5º bimestre/2010.

Tabela 5.19–Data da Publicação do Demonstrativo da Remuneração do Pessoal Ativo, Inativo e dos Pensionistas 2010

PODER / ÓRGÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
Poder Executivo	-	-	-	-	-	-
Defensoria Pública	26-03-2010	09.06.2010	15-09-2010	03-11-2010	-	14-02-2011
Poder Legislativo						
Assembleia Legislativa	-	-	-	-	-	-
Tribunal de Contas do Estado	19-03-2010	11-05-2010	12-07-2010	15-09-2010	11-11-2010	21-01-2011
Tribunal Contas dos Municípios	22-03-2010	24-05-2010	13-08-2010	17-09-2010	24-11-2010	26-01-2011
Ministério Público de Contas	22-03-2010	20-05-2010	16-07-2010	17-09-2010	12-11-2010	24-01-2011
Ministério Público junto ao TCM	31-03-2010	27-05-2010	21-07-2010	30-09-2010	18-11-2010	18-01-2011
Poder Judiciário						
Tribunal de Justiça do Estado	22-03-2010	20-05-2010	20-07-2010	17-09-2010	19-11-2010	21-01-2011
Justiça Militar	23-03-2010	20-05-2010	20-07-2010	20-09-2010	19-11-2010	21-01-2011
Ministério Público do Estado	19-03-2010	20-05-2010	20-07-2010	20-09-2010	19-11-2010	28-01-2011

Fonte: Sitio da Imprensa Oficial do Estado do Pará – www.ioepa.com.br

5.2.2. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL é elaborado somente pelo Poder Executivo e visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo ente da federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF, bem como demonstrar outras informações relevantes.

O limite da dívida consolidada dos Estados é estabelecido na Resolução do Senado Federal n° 40/2001, art. 3°, inc. I, o qual dispõe que a dívida não poderá exceder a duas vezes a receita corrente líquida.

Importante salientar que na composição da disponibilidade de caixa bruta e restos a pagar processados não estão incluídos os valores pertencentes ao regime previdenciário do Estado.

Na apuração da dívida consolidada líquida, diferentemente dos cálculos da SEFA, foram deduzidos os saldos das contas contábeis: 1.1.2.1.4.00.00, Créditos Tributários (R$3.238.611,58), 1.1.2.4.1.00.00, Adiantamento a Fornecedores (R$9.357,02), e 1.1.2.4.9.00.00, Adiantamento Diversos Concedidos (R$2.600.000,00), para a apuração dos

demais haveres financeiros, seguindo a orientação das Portarias STN nº 462 e nº 757, de 2009:

> "Para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida, não serão considerados como haveres financeiros:
> a) os créditos tributários reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;
> b) os valores inscritos em Dívida Ativa; e
> c) outros valores que não representem créditos a receber, tais como Estoques e contas do Ativo Permanente.
>
> Também não serão considerados como haveres financeiros os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços. Exemplo: Adiantamentos concedidos a um fornecedor para entrega futura de bens adquiridos. Estes valores não são considerados haveres financeiros, pois corresponderão à entrada futura de bens ou valores, não podendo comprometer o limite de endividamento."

Desse modo, a dívida consolidada líquida do Estado está demonstrada na tabela 5.20, da seguinte forma:

Tabela 5.20 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 2010

(Em R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**3.310.329**
DÍVIDA CONTRATUAL	3.039.433
INTERNA	2.663.360
EXTERNA	376.073
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 5-5-2000 (INCLUSIVE)	-
DEMAIS DÍVIDAS	270.895
DEDUÇÕES (II)	**694.515**
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	779.564
DEMAIS HAVERES FINANCEIROS	22.362
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	107.411
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	**2.615.814**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - (RCL)	9.117.950
% DC SOBRE A RCL [(I) / RCL]	**36,31**
% DCL SOBRE A RCL [(III) / RCL]	**28,69**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (200%)	18.235.900

Fonte: SIAFEM/2010

Verificou-se que, ao final do exercício de 2010, o percentual de 28,69% do endividamento do Estado, em relação à RCL, ficou abaixo do limite de duas vezes a RCL, conforme disposto na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, art. 3°, inc. I.

A seguir será demonstrada a dívida consolidada líquida do Regime Próprio de Previdência Social, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 5.21 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RPPS 2010

(Em R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (IV)	**619.123**
Passivo Atuarial	619.123
Provisões Matemáticas Previdenciárias	619.123
DEDUÇÕES (V)	**896.881**
Ativo Disponível	9.164
Investimentos	887.761
(-) Restos a Pagar Processado	43
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA DO RPPS (VI)=(IV-V)	**(277.758)**

Fonte: SIAFEM/2010

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do regime previdenciário apresentou situação favorável, pois possui haveres financeiros em patamares superiores aos de suas obrigações.

5.2.3. CONCESSÃO DE GARANTIAS

A LRF observa que os entes federados poderão conceder garantias em operações de crédito internas ou externas, para tanto, devem atender às regras quanto à contratação de operações de crédito, bem como os limites e as condições estabelecidos na Resolução do Senado Federal n° 43/2001, art. 9°, cujo percentual não poderá exceder a 22% da RCL.

Verificou-se que o total das garantias apresentadas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, às fls. 211, volume I, do Balanço Geral do Estado, no percentual 0,87% da RCL, ficou abaixo do limite previsto na Resolução do Senado Federal.

Tabela 5.22 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores 2010

(Em R$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
AVAIS	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	79.661
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS	**79.661**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.117.950
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	**0,87**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (22%)	2.005.949

Fonte: SIAFEM/2010

5.2.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são compromissos financeiros assumidos com a aquisição de bens por financiamento, abertura de crédito, emissão de títulos, valores provenientes da venda a termo de bens e serviços e outras operações assemelhadas. Isso significa que os empréstimos contraídos somente deverão ser destinados a gastos com investimentos.

A Resolução do Senado Federal n° 43/2001, fixou limite de Operações de Créditos Internas e Externas em 16% da RCL, bem como limite para Antecipação de Receita Orçamentária - ARO em 7%, também, da RCL.

A Constituição Federal de 1988 dispõe, no art. 167, inc. III, que é vedada *"a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".*

Desse modo, verificou-se que na execução do orçamento do exercício de 2010, o Estado do Pará cumpriu com o regramento constitucional, pois a realização da receita de operações de crédito no montante de R$756,4 milhões foi inferior ao total da despesa de capital executada (R$1,7 bilhão).

Quanto à apuração do limite definido pela Resolução do Senado Federal, verifica-se que o Estado do Pará realizou operações de crédito que representam 8,30% da RCL, portanto, inferior ao limite de 16% estabelecido, conforme demonstra-se a seguir. Nesse exercício não foi realizada contratação de operações de crédito por antecipação da receita.

Tabela 5.23 - Demonstrativo das Operações de Crédito 2010

(Em R$ milhares)

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**756.489**
Externas	90.847
Programas de Saneamento	9.295
Programas de Modernização da Administração Pública	64.178
Outras Operações de Crédito Externas Contratuais	17.374
Internas	665.642
Programa de Saneamento	25.166
Programa de Saúde	16.000
Outras Operações de Créditos Internas Contratuais	154.776
Outras Operações de Créditos Internas	469.700
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	**-**
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	**756.489**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**9.117.950**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	8,30%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16,00%	1.458.872
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 7,00%	638.256

Fonte: SIAFEM/2010

5.2.5. DISPONIBILIDADE DE CAIXA

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa visa assegurar a transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, cujo limite, no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos. Esse demonstrativo deve ser apresentado no último quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos.

O controle dos saldos das fontes de recursos recebeu particular reforço e se originou das disposições contidas na LRF, art. 8°, parágrafo único, que estabeleceu: “Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”.

Para o exercício de 2010, as Portarias da STN n° 462 e n° 757, de 2009, trouxeram nova versão do demonstrativo ao apresentar o confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregados por vinculação de recursos, permitindo com

isso, verificar o saldo da suficiência financeira para inscrição em restos a pagar não-processados.

Ressalta-se que o Governo do Estado do Pará não registra os restos a pagar não-processados, assunto que será comentado no item 5.2.6 - Restos a Pagar.

A apuração da disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos baseou-se no saldo da conta contábil n° 1.9.3.2.9.02.00 (Disponibilidade Financeira por Fonte de Recursos), existente ao final de dezembro de 2010, obtido por meio do SIAFEM, visto que reflete a disponibilidade por fonte de recursos deduzida das despesas liquidadas realizadas ao longo do exercício financeiro.

Assim posto, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Consolidado do Governo do Estado do Pará apresentou suficiência financeira em todas as fontes de recursos, totalizando R$1,5 bilhão para cobertura das obrigações pendentes de pagamento, demonstrando assim, situação de equilíbrio financeiro (LRF, art. 1°, §1°).

Do montante de R$1,5 bilhão, pertence ao Regime Próprio de Previdência do Estado o valor de R$895,8 milhões. Verificou-se que o regime previdenciário, também, apresentou suficiente disponibilidade financeira para cumprir com as obrigações financeiras.

Demonstra-se na tabela a seguir, a disponibilidade de caixa do governo do Estado, referente ao exercício de 2010:

Tabela 5.24–Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Consolidada 2010

(Em R$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (C) = (A-B)
FES - RECURSOS ORDINÁRIOS	66.913	61.596	5.316
QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QUOTA ESTADUAL	1.986	636	1.350
QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QUOTA FEDERAL	757	-	757
RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS	113.692	7.202	106.490
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS ORDINÁRIOS	986	14	972
RECURSOS DO TESOURO VINCULADO AO FEHIS	94	-	94
RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	557.440	-	557.440
RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ – PATRONAL	326.422	-	326.422
DEMAIS FONTES DE RECURSOS	527.154	94.358	432.796
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.595.444**	**163.806**	**1.431.638**
01 RECURSOS ORDINÁRIOS	197.605	100.982	96.622
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**197.605**	**100.982**	**96.622**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.793.049**	**264.789**	**1.528.260**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**896.924**	**1.084**	**895.841**

Fonte: SIAFEM 2010

[1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Vale ressaltar que, nos termos da LRF, art. 43, §1° e §2°, as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, mesmo que sejam vinculadas a fundos específicos previstos na CF/88, deverão ser depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

5.2.5.1. DISPONIBILIDADE DE CAIXA POR PODER E ÓRGÃO

As Portarias STN n° 462 e n° 757, de 2009, orientam que o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa deverá ser elaborado somente no último quadrimestre pelo Poder Executivo, órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunais de Contas e Ministério Público.

A seguir apresenta-se o demonstrativo para análise:

Tabela 5.25- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Por Poder e Órgão 2010

(Em R$ milhares)

PODER / ÓRGÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (A-B)
PODER EXECUTIVO	**1.594.188**	**234.680**	**1.359.508**
PODER LEGISLATIVO	**28.324**	**2.414**	**25.910**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA[1]	10.330	35	10.295
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	6.847	1.354	5.493
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	630	506	124
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	2.395	518	1.877
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM	8.121	-	8.121
PODER JUDICIÁRIO	**153.399**	**25.743**	**127.655**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	153.259	25.738	127.520
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	140	5	135
MINISTÉRIO PÚBLICO	**17.139**	**1.952**	**15.188**
TOTAL	**1.793.050**	**264.789**	**1.528.261**

Fonte: SIAFEM/2010

[1] Incluído o montante do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP

De acordo com o demonstrativo anterior, os Poderes Executivo e Judiciário, bem como o Ministério Público, apresentaram situação de equilíbrio financeiro, pois suas disponibilidades financeiras são suficientes para dar cobertura às obrigações financeiras de curto prazo.

Observa-se, também, que todos os órgãos que compõem o Poder Legislativo evidenciaram disponibilidades financeiras suficientes para pagamento das obrigações de curto prazo.

5.2.6. RESTOS A PAGAR

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites da disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Segundo a Nota Técnica nº 73/2011/CCONF/STN, de 25-01-2011, da Secretaria do Tesouro Nacional, o objetivo básico desse demonstrativo é possibilitar a verificação do cumprimento da LRF, art. 42, pelo confronto da coluna dos Restos a Pagar empenhados e não liquidados do exercício com a disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação dos recursos.

Contudo, o Governo do Estado do Pará não registra Restos a Pagar Não-Processados, pois são inscritos em restos a pagar somente as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro, e o saldo das dotações empenhadas e não realizadas é anulado, podendo as respectivas despesas serem reempenhadas até o montante dos saldos anulados à conta da dotação do orçamento do exercício seguinte, conforme o disposto na LDO, art. 62, e parágrafos a seguir transcritos:

> Art. 62. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa, serão inscritas em Restos a Pagar **somente as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro**.
>
> § 1º Para fins do disposto neste artigo, **consideram-se realizadas as despesas em que a contra-prestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito**, conforme estabelecido no art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964.
>
> § 2º (...)
>
> § 3º O **saldo das dotações empenhadas referente às despesas não realizadas será anulado**; e
>
> § 4º As despesas mencionadas no § 3º deste artigo, **poderão ser reempenhadas, até o montante dos saldos anulados, a conta da dotação do orçamento do exercício seguinte**, observada a classificação orçamentária correspondente. **(grifou-se)**

A Instrução Normativa n° 0025, de 23-11-2010, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, visando a padronização e eficiência do processo de encerramento do exercício financeiro de 2010, orientou que a partir do dia 10-01-2011 fosse processada a inscrição em restos a pagar referente ao exercício financeiro de 2010, vedando a inscrição sem suficiência financeira, conforme transcrito a seguir:

> 2.9) 10/01/2011.
>
> (...)
>
> 2.9.3) A partir desta data será procedida a Inscrição dos Restos Pagar referente ao exercício financeiro de 2010, para os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes, ou seja, todos os órgãos integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. **É vedada a inscrição em Restos a Pagar sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa assegurada para este fim**. Na utilização da disponibilidade de caixa são considerados os recursos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, ressalvado nos termos do art. 42 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, quando for o caso; **(grifou-se)**

Por conseguinte, nos órgãos e entidades pertencentes ao Governo do Estado do Pará, as despesas empenhadas, mas não liquidadas, no exercício de 2010, que não se enquadraram nos casos previstos na LDO, art. 62, § 1º, tiveram as respectivas notas de empenho anuladas, conforme prescreve o art. 62, § 3º, da citada Lei.

O Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado do Governo do Estado do Pará, referente ao exercício de 2010, foi publicado pelo Poder Executivo no Diário Oficial do Estado do dia 23-02-2011 e disponibilizado no sítio eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Diante do exposto, apresenta-se na tabela a seguir, o Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado do Governo do Estado do Pará por fonte de recursos:

Tabela 5.26 – Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado 2010

(Em R$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos(Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
FES- RECURSOS ORDINÁRIOS	-	27.807	-	-	5.316	14.278
QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QUOTA ESTADUAL	-	636	-	-	1.350	716
QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QUOTA FEDERAL	-	-	-	-	757	89
RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E OUTROS	-	7.202	-	-	106.490	75.457
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- RECURSOS ORDINÁRIOS	-	14	-	-	972	1.951
RECURSOS DO TESOURO VINCULADO AO FEHIS	-	-	-	-	94	9
RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	-	-	-	-	557.440	6
RECURSOS PRÓPRIOS DO FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ – PATRONAL	-	-	-	-	326.422	27
DEMAIS FONTES DE RECURSOS	-	18.686	-	-	432.796	214.447
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**-**	**54.345**	**-**	**-**	**1.431.638**	**306.980**
RECURSOS ORDINÁRIOS	-	53.109	-	-	96.622	150.256
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**-**	**53.109**	**-**	**-**	**96.622**	**150.256**
TOTAL (III) = (I + II)	**-**	**107.454**	**-**	**-**	**1.528.260**	**457.236**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	43	-	-	895.841	6.312

Fonte: SIAFEM 2010

1 – A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

O Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado do Estado do Pará evidencia a suficiência de disponibilidade financeira de R$1,5 bilhão, considerada a totalidade das fontes no final do exercício de 2010, após inscrição em restos a pagar processados, atendendo

assim à exigência contida na LRF, art. 42, a qual veda ao titular do Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.

Do montante de R$1,5 bilhão de suficiência financeira, pertencem ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará o valor de R$895,8 milhões que está comprometido com o Passivo Atuarial.

Vale ressaltar que, no Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado evidenciado por fonte de recursos, verifica-se na coluna VII, o cancelamento de empenhos não liquidados no montante de R$457,2 milhões, em atendimento às orientações contidas na LDO, art. 62.

A Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela elaboração da prestação de contas do Poder Executivo referente ao exercício de 2010, fez diversas considerações em relação à anulação de empenhos no montante de R$507,6 milhões, no Balanço Geral do Estado, Volume I, fls. 24 e 154, como seguem:

> (...) No exercício de 2010 foi arrecadado de receita o montante de R$ 12,233 bilhões e a realização da despesa atingiu o total de R$ 11,956 bilhões, apurando um resultado orçamentário positivo no valor de R$ 276,724 milhões, considerando-se todas as fontes de recursos e todos os Poderes do Estado. Ressalte-se que **esse resultado não traduz a totalidade dos compromissos assumidos pelo Governo em 2010, posto que, foram anulados empenhos no montante de R$ 507,6 milhões, fato que sugere cautela na análise dos resultados orçamentários e, conseqüentemente, financeiros**. (grifou-se)
>
> (...) Ao compararmos a receita arrecadada com a despesa realizada, apurou-se um superávit de R$ 276,725 milhões, o qual representa 2,26% do total de receita arrecadada, enquanto que a despesa realizada representou 97,74% do total arrecadado, como pode ser constatado na tabela 5.5 e figura 5.4 a seguir. **Esse resultado não traduz a totalidade dos compromissos assumidos pelo Governo em 2010, posto que foram anulados empenhos no montante de R$ 507,6 milhões, fato que sugere cautela na análise dos resultados orçamentários.** (grifou-se)

Da análise efetuada por este Tribunal, referente às anulações de empenhos no montante de R$507,6 milhões apresentado pela SEFA no Balanço Geral do Estado – 2010,

fls. 24 e 154, e no Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado publicado no DOE do dia 23-02-2011, verificou-se que nesses montantes há valores inerentes às anulações que não se referem ao encerramento do exercício, visto que, pelos históricos das notas de empenhos anuladas, extraídas do SIAFEM, constam cancelamentos efetuados por erros, devoluções de valores, saldos, entre outros.

Da pesquisa efetuada no SIAFEM, por meio do extrator de dados *Business Objects – BO*, o montante das anulações de empenhos não liquidados, considerando os cancelamentos de notas de empenhos efetuados pelos órgãos do Estado, no período de 29-12-2010 a 27-01-2011, somou R$457,2 milhões, excluídas as anulações que não se referiram ao encerramento do exercício, o que difere do apurado pela SEFA (R$507,6 milhões).

No que tange ao cancelamento de despesas empenhadas e não liquidadas, para atendimento à LDO, art. 62, no montante de R$457,2 milhões, a apuração quanto à responsabilidade pela legalidade e legitimidade dessas anulações, deverá ser efetuada por meio das auditorias programadas nas respectivas prestações de contas do exercício de 2010, dos ordenadores de despesas no âmbito de cada órgão e entidade componente da Administração Pública Estadual, a fim de verificar se as mesmas se encontram liquidadas ou não, apesar de não constar registro da operação no SIAFEM.

5.2.6.1. RESTOS A PAGAR POR PODERES E ÓRGÃOS

As Portarias STN n° 462 e n° 757, de 2009, orientam que o Demonstrativo de Restos a Pagar deverá ser elaborado somente no último quadrimestre pelo Poder Executivo, órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, Tribunais de Contas e Ministério Público.

Conforme dados extraídos do SIAFEM, o quadro a seguir evidencia que o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público apresentaram suficientes disponibilidades financeiras por fonte de recursos após inscrição em restos a pagar processados, atendendo assim, ao disposto na LRF, art. 42, parágrafo único.

Tabela 5.27 – Demonstrativo de Restos a Pagar por Poderes e Órgãos 2010

(Em R$ milhares)

PODER/ ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos(Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
PODER EXECUTIVO	**-**	**81.164**	**-**	**-**	**1.359.508**	**448.352**
PODER LEGISLATIVO	**-**	**1.792**	**-**	**-**	**25.910**	**82**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA[1]	-	-	-	-	10.295	82
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	847	-	-	5.493	-
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	-	506	-	-	124	-
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	-	439	-	-	1.877	-
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCMPA	-	-	-	-	8.121	-
PODER JUDICIÁRIO	**-**	**23.209**	**-**	**-**	**127.655**	**5.894**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	-	23.209	-	-	127.520	5.871
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	-	-	-	-	135	23
MINISTÉRIO PÚBLICO	**-**	**1.284**	**-**	**-**	**15.188**	**2.908**

Fonte: SIAFEM 2010
¹ - Incluso o montante do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – IPALEP

5.2.7. PUBLICAÇÃO DO RGF

Nos termos da LRF, art. 55, § 2°, os Poderes e órgãos publicaram seus Relatórios de Gestão Fiscal dentro do prazo estabelecido em Lei, a exceção do Poder Executivo que, por 1 (um) dia de atraso, publicou os relatórios do 2º e do 3º quadrimestre/2010 fora do prazo. Todavia, em razão das publicações terem ocorrido, o Estado não sofreu as restrições impostas pela LRF, art. 51, § 2º. Essa intempestividade não trouxe prejuízo à análise feita por este TCEPA.

Tabela 5.28 – Demonstrativo da Publicação do RGF

ÓRGÃO	1° QUADRIMESTRE DE 2010		2° QUADRIMESTRE DE 2010		3° QUADRIMESTRE DE 2010	
	PRAZO	PUBLIC.	PRAZO	PUBLIC.	PRAZO	PUBLIC.
PODER EXECUTIVO	30-05-10	31-05-10	30-09-10	01-10-10	30-01-11	01-02-11
PODER JUDICIÁRIO	30-05-10	28-05-10	30-09-10	29-09-10	30-01-11	31-01-11
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	30-05-10	27-05-10	30-09-10	29-09-10	30-01-11	31-01-11
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	30-05-10	27-05-10	30-09-10	29-09-10	30-01-11	28-01-11
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	30-05-10	26-05-10	30-09-10	29-09-10	30-01-11	31-01-11
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO	30-05-10	27-05-10	30-09-10	29-09-10	30-01-11	31-01-11
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCM	30-05-10	28-05-10	30-09-10	29-09-10	30-01-11	28-01-11
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	30-05-10	31-05-10	30-09-10	29-06-10	30-01-11	28-01-11

Fonte: Diário Oficial do Estado

5.2.8. AUDIÊNCIA PÚBLICA

A LDO, art. 14, §§ 7° e 8°, dispõe que sejam realizadas audiências públicas para dar transparência aos relatórios quadrimestrais previstos na LRF, garantindo a participação da sociedade em todas as regiões administrativas do Estado do Pará, referente aos resultados alcançados pelo Governo do Estado, como segue:

> Art. 14. (...)
>
> § 7º Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9°, § 4°, da Lei Complementar n° 101, de 2000, **o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, no prazo de até três dias antes da audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário e os demais que constarem da portaria do Tesouro Nacional que padroniza os relatórios necessário para dar cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal**, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.
>
> § 8º As audiências públicas para apresentação dos relatórios quadrimestrais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Poder Executivo **deverão garantir o direito à manifestação de entidades da sociedade civil organizada**. (grifou-se)

Para verificar o cumprimento desse artigo, foi encaminhado Ofício n° 31/2011-Com.PCG/2010 e Ofício n° 32/2011-Com.PCG/2010 para SEFA e ALEPA, respectivamente, datados de 24-03-2011, solicitando informações sobre o cumprimento do citado artigo, e a cópia das atas de realização das Audiências Públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais.

Em resposta, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, encaminhou Ofício n° 0395/2011-GS/SEPOF, de 08-04-2011, informando que a SEPOF e a SEFA, "*na gestão do ano de 2010, não deram cumprimento ao Art. 14 § 7° e §8°, da Lei n° 7.291/2009."* Informa, ainda, que entrou em contato com a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALEPA para que possa dar cumprimento ao citado dispositivo ao final do 1° quadrimestre de 2011.

5.3. DESPESAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

5.3.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

A Constituição Federal de 1988, art. 212, em consonância com a Lei nº 9.394/96, art. 69, determina que os recursos a serem aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino não deverão ser inferiores a 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais para esse fim.

O quadro a seguir demonstra a base de cálculo para o percentual dos gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

(Em R$ milhares)

RECEITAS	VALOR
Receita de Impostos (I)	**5.768.700**
(-)Receita de Impostos Dest. à Formação do FUNDEB	794.751
(=)Receita de Impostos após Deduções p/ o FUNDEB	4.973.949
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	**3.246.896**
(-)Receita de Transferências Dest. à Formação do FUNDEB	639.218
(=)Receita de Transferências após Deduções p/ o FUNDEB	2.607.678
(-)Transferências Constitucionais e Legais (III)	**1.451.927**
Receita Líquida Resultante de Impostos (IV)=(I+II-III)	**7.563.669**

A receita líquida de impostos arrecadados no exercício financeiro de 2010 atingiu o valor de R$7,5 bilhões. Aplicando-se o percentual de 25% sobre esse valor, obtém-se R$1,8 bilhão, que seria o mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O Governo do Estado aplicou R$1,9 bilhão do montante da receita líquida resultante de impostos, em MDE, ou seja, o equivalente a 25,40%, ficando 0,40% p.p. acima do limite mínimo estabelecido na Constituição Federal, art. 212, cumprindo assim, a determinação constitucional.

A evolução da aplicação de recursos em MDE no período de 2007 a 2010, está demonstrada na tabela a seguir, na qual se observa que o exercício de 2010 apresentou o segundo melhor desempenho:

Tabela 5.29 – Evolução dos Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2007-2010

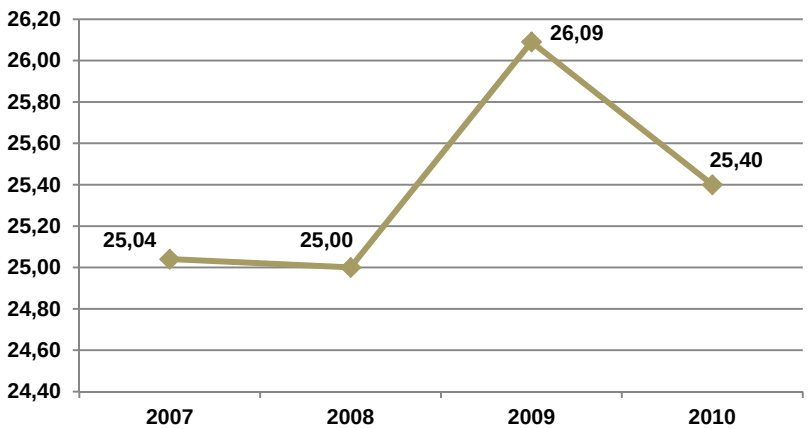
(Em R$ milhares)

anos	base de cálculo	valor total aplicado	%
2007	5.537.619	1.386.696	25,04
2008	6.605.329	1.651.561	25,00
2009	6.734.837	1.757.219	26,09
2010	7.563.669	1.921.172	25,40

Fonte: SIAFEM 2007 a 2010

Graficamente, demonstra-se o comportamento dos gastos com a MDE no Estado do Pará, em termos percentuais, nos últimos quatro anos:

Gráfico 5.4 - Evolução dos Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em Percentual da Receita Líquida de Impostos 2007 a 2010



Fonte: Balanço Geral do Estado 2007 a 2010

5.3.2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

A Emenda Constitucional n° 53/2006 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e este foi regulamentado pela Lei n° 11.494/2007.

Pelo que consta na lei regulamentadora, 20% dos recursos do ITCD, ICMS, IPVA, Cota-Parte FPE, Cota-Parte IPI, e dos provenientes da Lei Complementar nº 87/96, incluídos multas, juros e dívida ativa e excluídas as transferências aos Municípios, formam os recursos do FUNDEB.

A contribuição do Estado ao FUNDEB, no que tange aos impostos, atingiu, em 2010, o valor de R$794,7 milhões, conforme se demonstra:

(Em R$ milhares)

IMPOSTOS	VALOR ARRECADADO	%	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DEVIDO	VALOR TRANSFERIDO	VALOR A PAGAR EM 2011
	(A)	(B)	(C)=(AXB)	(D)	(E)=(CXD)	(F)	(G)=(E-F)
ICMS	5.130.966	75	3.848.224	20	769.645	759.675	9.970
IPVA	237.820	50	118.910	20	23.782	23.513	270
ITCMD	6.621	100	6.621	20	1.324	1.133	191
TOTAL	**5.375.407**		**3.973.756**		**794.751**	**784.320**	**10.431**

O montante apagar de R$10,4 milhões foi registrado, no encerramento do exercício, na conta Depósito de Terceiros (211490100) para crédito na conta financeira do FUNDEB no exercício de 2011. Conforme consulta ao SIAFEM/2011, esse valor foi integralmente recolhido ao fundo, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.494/2007, art. 17, § 2º.

Dos recursos provenientes das transferências constitucionais recebidas da União, foram retidos R$639,2 milhões, para serem repassados ao FUNDEB conforme segue:

(Em R$ milhares)

FPE	596.288
IPI	30.166
Desoneração ICMS/Exportações	12.764
TOTAL	**639.218**

Considerando a arrecadação dos impostos e as transferências constitucionais, a contribuição do Estado ao FUNDEB totalizou R$1,4 bilhão.

Em contrapartida, o Estado recebeu do Fundo o montante de R$1 bilhão, valor menor que sua contribuição, conforme detalhamento a seguir:

(Em R$ milhares)

Total Transferido ao FUNDEB (A):	**1.433.969**
-ICMS, ITCD e IPVA	794.751
-Transferências de impostos recebidos da União	639.218
Total Recebido do FUNDEB (B):	**1.031.163**
-Valor do retorno do FUNDEB	694.326
-Complementação recebida da União	334.776
-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.061
RESULTADO LÍQUIDO DO FUNDEB (B-A)	**-402.806**

Na aplicação dos recursos do FUNDEB deve-se observar, a destinação mínima de 60% para a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme estabelece o artigo 22 da Lei Federal n° 11.494/2007. Em 2010, esse limite ficou na ordem de R$618,6 milhões. O Estado do Pará aplicou R$1 bilhão, ou seja, 99,18%, cumprindo, portanto, o referido dispositivo legal.

O Governo empregou recursos na ordem de R$1,5 bilhão nos ensinos fundamental e médio, os quais constituem a área de atuação prioritária da educação, equivalente a 81,19% do limite mínimo de recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (R$1,8 bilhão), conforme demonstrado a seguir:

(Em R$ milhares)

ÁREA DE ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DO ESTADO, NA EDUCAÇÃO	VALOR
ENSINO FUNDAMENTAL	760.047
ENSINO MÉDIO	372.921
DEDUÇÕES / ADIÇÕES P/FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	402.298
Mínimo Constitucional de 25% a ser aplicado em Educação	1.890.917
Total Aplicado ÷ Mínimo Constitucional	**81,19%**

5.3.3. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS

Em observância às Constituições Federal, art. 158, e Estadual, art. 225, as transferências devidas aos municípios totalizaram R$1,46 bilhão. Desse valor, foi efetivamente repassado R$1,45 bilhão, ficando R$6,8 milhões registrados em Restos a Pagar na conta-contábil 212160101, para serem repassados no exercício de 2011.

De acordo como SIAFEM/2011, o saldo, a seguir demonstrado, foi transferido em sua totalidade, por meio da Ordem Bancária n° 2011OB00036.

Tabela 5.30 – Transferências Constitucionais aos Municípios

(Em R$ milhares)

INCIDÊNCIA	VALOR DEVIDO	VALOR TRANSFERIDO	SALDO A TRANSFERIR	TRANSFERIDO EM 2011	SALDO REMANESCENTE
	(A)	(B)	(C)=(A - B)	(D)	(E)=(C - D)
25% do ICMS	1.282.741	1.278.073	4.668	4.668	0,00
50% do IPVA	118.910	117.261	1.649	1.649	0,00
25% do IPI	50.276	49.765	511	511	0,00
25% da CIDE	10.198	10.198	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.462.125**	**1.455.297**	**6.828**	**6.828**	**0,00**

Fonte: SIAFEM 2010 e 2011.

A título de contribuição dos municípios ao FUNDEB, sobre repasses do ICMS, vale ressaltar que foi transferido ao fundo o valor de R$777,7 mil.

5.3.4. RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES E A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A Emenda Constitucional n° 29/2000 estabeleceu a aplicação de recursos nas ações de serviços públicos de saúde equivalentes a 12% dos recursos da arrecadação de impostos, incluindo os da transferência da União e deduzidas as receitas de transferências aos municípios (Receita Líquida Resultante de Impostos- RLRI).

Aplicando-se o percentual de 12% sobre a RLRI (R$7,56 bilhões), chega-se ao montante mínimo de R$907,6 milhões a ser aplicado nas ações de saúde.

O Governo do Estado efetuou gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante de R$909,8 milhões, ou seja, 12,03% da RLRI, considerando-se somente as despesas de caráter universal. Logo, o percentual mínimo para gastos com saúde foi cumprido, conforme o mandamento constitucional, suplantando o limite mínimo em 0,03 p.p.

A seguir, demonstra-se o comportamento dos gastos com saúde, no período 2007-2010, evidenciando, em termos relativos, queda na aplicação dos recursos, a partir do exercício de 2008, embora em todos os anos da série tenha sido cumprido o limite mínimo constitucional.

(Em R$ milhares)

	2007	2008	2009	2010
Valor Aplicado em Saúde	665.668	818.411	812.381	909.879
% Correspondente	12,02	12,39	12,06	12,03

5.3.5. DESPESAS COM PUBLICIDADE

A despesa com publicidade de cada Poder não excederá a um por cento da respectiva dotação orçamentária, conforme determina a Constituição Estadual, art. 22, § 2°.

As despesas com publicidade dos Poderes e do Ministério Público do Estado apresentaram a seguinte composição:

(Em R$ milhares)

PODERES	DESPESA TOTAL AUTORIZADA (A)	DESPESA REALIZADA COM PUBLICIDADE (B)	PARTICIPAÇÃO B/A (%)
Ministério Público	278.457	-	-
Executivo	12.050.006	43.370	0,36
Legislativo	545.135	2.373	0,44
Judiciário	665.350	13	-

Os dados demonstram que Poderes e órgão não excederam ao limite de 1% estabelecido pela Constituição Estadual para gastos com publicidade, como nos exercícios anteriores, demonstrados na série histórica a seguir:

Tabela 5.31 – Evolução das Despesas com Publicidade 2007 a 2010

(Em R$ milhares)

poderes	2007		2008		2009		2010	
	DESPESA REALIZADA	%	DESPESA REALIZADA	%	DESPESA REALIZADA	%	DESPESA REALIZADA	%
Ministério Público	-	-	-	-	-	-	-	-
Executivo	23.775	0,31	33.942	0,34	56.704	0,52	43.370	0,36
Legislativo	1.109	0,35	1.749	0,42	2.003	0,49	2.373	0,44
Judiciário	65	0,02	76	0,02	124	0,03	13	-

Fonte: SIAFEM 2007 a 2010 e Balanço Geral do Estado.

5.3.6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP

A Lei Complementar n° 7, de 7 de setembro de 1970, instituiu o Programa de Integração Social (PIS), destinado a promover a integração do empregado do setor privado na vida e no desenvolvimento das empresas, buscando proporcionar o incremento da poupança do trabalhador e melhor distribuição da renda nacional.

De forma análoga foi criado o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP por meio da Lei Complementar n° 8, de 3 de dezembro de 1970, para proporcionar aos servidores públicos civis e militares a participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal e das fundações.

Posteriormente, objetivando equiparar os benefícios concedidos aos empregados das empresas privadas aos servidores públicos, a Lei Complementar Federal n° 26, de 11 de setembro de 1975, determinou a unificação dos fundos constituídos com os recursos do PIS e PASEP, originando assim, o Fundo de Participação PIS-PASEP.

O Ato Declaratório - AD n° 39, da Secretaria da Receita Federal/Ministério da Fazenda, estabelece a obrigação mensal, às pessoas jurídicas de direito público, de apurar a contribuição ao PASEP:

> " 1 - A contribuição para o PIS-PASEP será apurada mensalmente:
> a) .....
> b) .....
> c) pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.
> .....
> 1.6 - Para efeitos da alínea "c" deste item, nas receitas correntes serão incluídas quaisquer receitas tributárias, ainda que arrecadadas no todo ou em parte por outra entidade da Administração Pública, e deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas".

Define, ainda, no item 2, a contribuição mensal devida pelo Estado, na forma a seguir:

> "2 - A contribuição será calculada mediante aplicação, conforme o caso, das seguintes alíquotas:
> a) .....
> b) .....
> c) um por cento sobre o valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas."

O valor devido pelo Poder Executivo Estadual, a cargo da SEFA, a título de contribuição para o PASEP alcançou R$53,8 milhões, assim demonstrado:

(Em R$ milhares)

Receita Corrente Administração Direta (I)	9.841.657
Receita de Transferência de Capital Administração Direta (II)	108.971
Subtotal (III) = (I+II)	9.950.628
(-) Transferências:(IV)	4.561.111
- Aos Municípios	1.704.528
- Financeiras p/Administração Indireta	1.491.322
- Outros Poderes	1.365.261
Base de Cálculo (V) = (III-IV)	5.389.517
PASEP Devido (Vx1%)	**53.895**
PASEP Liquidado	**53.895**

Esses dados demonstram que o Poder Executivo contribuiu para formação do PASEP com o valor de R$53,8 milhões, portanto, em conformidade com o preceito constitucional que versa sobre a matéria.

A contribuição do Governo Estadual ao PIS-PASEP totalizou R$72,6 milhões, incluídas as contribuições dos Poderes e órgãos, pertencentes à administração direta e indireta, conforme a seguir demonstrado:

(Em R$ milhares)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		**65.380**
Executivo	53.895	
Legislativo	3.869	
Judiciário	4.640	
Ministério Público	2.273	
Defensoria Pública	703	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		**7.319**
Autarquias	5.770	
Fundações	931	
Empresas Públicas	408	
Sociedades de Economia Mista	210	
TOTAL RECOLHIDO		**72.699**

5.3.7. METAS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou as funções da LDO, uma vez que a lei de diretrizes, além de observar os dispositivos constitucionais, passou a instituir a política fiscal para consecução dos seus objetivos. Para tanto, fez-se necessário estabelecer mecanismos para indicar a capacidade financeira de cobertura das despesas dos entes da Federação (Resultado Primário) e medir a variação da dívida pública líquida, em relação ao exercício anterior (Resultado Nominal).

A LDO estabeleceu as seguintes metas fiscais para o exercício de 2010:

RESULTADO PRIMÁRIO	R$21,7 MILHÕES
RESULTADO NOMINAL	R$311,7 MILHÕES (LIMITE DE AUMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA).

Dispõe a LRF, art. 5°, inciso I, que a proposta orçamentária deverá conter anexo de demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas estabelecidos na LDO.

Apresenta-se a seguir comparativo das metas fixadas nas Leis de Diretrizes e do Orçamento, evidenciando que a LOA mostrou resultado primário 236,73% maior do que o previsto na LDO, situação esta, oriunda dos acréscimos diferenciados nos valores da previsão da receita (9,02%) e na fixação da despesa (8,55%). Confrontando a LOA e a LDO, observa-se decréscimo, tanto no resultado nominal (126,34%), quanto na dívida fiscal líquida (22,41%).

(Em R$ milhares)

	LDO	LOA	VARIAÇÃO % LOA/LDO
Receita Não Financeira	10.603.751	11.560.230	9,02
(-) Despesa Não Financeiras	10.582.013	11.487.031	8,55
(=)Resultado Primário	21.738	73.199	236,73
Resultado Nominal	311.729	(82.101)	(126,34)
Dívida Fiscal Líquida	2.780.087	2.157.033	(22,41)

Verifica-se, portanto, que as metas de resultado primário aprovadas na LDO e na LOA não são compatíveis, conforme estabelece a legislação.

5.3.7.1. RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário, conforme conceitua o Manual de Demonstrativos Fiscais – Volume II – da STN, representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias, fornecendo melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Com base no modelo estabelecido pela STN, apresenta-se a seguir, o resultado primário alcançado em 2010:

(Em R$ milhares)

RECEITAS REALIZADAS	
Receita Fiscal Bruta	**12.233.254**
Receita Fiscal Corrente	**11.351.150**
(-) Aplicações Financeiras	166.803
Receita Fiscal Corrente Líquida (I)	**11.184.347**
Receita Fiscal de Capital	**882.104**
(-) Alienação de Bens	2.889
(-) Amortização de Empréstimos	2.731
(-) Operações de Crédito	756.489
Receita Fiscal de Capital Líquida (II)	**119.994**
Receita Fiscal Líquida (III)=(I+II)	**11.304.341**
DESPESAS EXECUTADAS	
Despesa Fiscal Bruta	**11.956.529**
Despesa Fiscal Corrente	**10.158.798**
(-) Juros e Encargos da Dívida	171.070
Despesa Fiscal Corrente Líquida (IV)	**9.987.728**
Despesa Fiscal de Capital	**1.797.731**
(-) Amortização de Empréstimos	279.412
(-) Concessão de Empréstimos	6.651
Despesa Fiscal de Capital Líquida (V)	**1.511.669**
Reserva de Contingência	
Despesa Fiscal Líquida (VI)=(IV+V)	**11.499.397**
Resultado Primário (III-VI)	**(195.055)**

Observa-se a apuração de resultado primário negativo, ou seja, déficit primário de R$195 milhões, onde a frustração da arrecadação das receitas não financeiras impossibilitou a cobertura total das despesas não financeiras, permitindo concluir que o Estado do Pará não obteve recursos suficientes para fazer frente às despesas, acarretando aumento do endividamento das contas públicas. Em valores absolutos, esse resultado deficitário foi R$281,2 milhões menor que o superávit em 2009 que foi de R$86,1 milhões, configurando redução equivalente a 326,34%.

Mesmo com o déficit primário, o Estado honrou o pagamento dos juros e encargos que somaram R$171 milhões, e da parcela do principal da dívida, no valor de R$279,4 milhões, dos quais R$246,4 milhões amortizaram a dívida interna, e R$33 milhões quitaram parte do principal da dívida externa. Tal resultado, constitui indicador positivo de sustentabilidade do setor público.

O resultado primário deficitário de R$195 milhões demonstra que o Estado não alcançou o limite de R$21,7 milhões estabelecido no Anexo de Metas Fiscais constante da LDO.

5.3.7.2. RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal, conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, instituído pelas Portarias STN n° 462 e nº 757/2009, representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de

dezembro do exercício anterior ao de referência.

O referido manual prossegue conceituando o saldo da dívida fiscal líquida como o saldo da dívida consolidada líquida, somado às receitas de privatizações e deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

Por sua vez, a dívida consolidada líquida apresenta o saldo da dívida consolidada, deduzidos o Ativo Disponível e os Haveres Financeiros (excluído desses, o montante de Restos a Pagar Processados).

No exercício em exame, a apuração do Resultado Nominal apresentada no Balanço Geral do Estado, não seguiu as orientações constantes do citado manual de demonstrativos fiscais da STN, tendo em vista que foram deduzidos indevidamente saldos de contas que não são consideradas como haveres financeiros: 1.1.2.1.4.00.00 Créditos Tributários (R$3.238.611,58); 1.1.2.4.1.00.00 Adiantamento a Fornecedores (R$9.357,02); e 1.1.2.4.9.00.00 Adiantamento Diversos Concedidos (R$2.600.000,00), valores que perfizeram uma diferença de R$5.847.968,60 na apuração do resultado nominal.

Apresenta-se a seguir o Resultado Nominal apurado na forma da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 5.32 – Resultado Nominal – 2010

(Em R$ milhares)

especificação	2009 (a)	2010 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.751.523	3.310.329
DEDUÇÕES (II)	843.939	694.515
Ativo Disponível	999.690	779.564
Haveres Financeiros	27.977	22.362
(-) Restos a Pagar Processados	183.729	107.411
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I - II)	1.907.584	2.615.814
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	350.424	270.895
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	1.557.160	2.344.919
RESULTADO NOMINAL (B - A)	**-20.931**	**787.758**
META ESTABELECIDA NA LDO PARA O RESULTADO NOMINAL	176.578	311.729
DIFERENÇA EM RELAÇÃO A META DA LDO/2010		476.029
REGIME PREVIDENCIÁRIO		
ESPECIFICAÇÃO	**2009 (C)**	**2010 (D)**
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (I)	121.291	619.123
DEDUÇÕES	594.015	896.881
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	**(472.724)**	**(277.758)**

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2009 e 2010, SIAFEM 2009 e 2010 e LDO 2010.

A LDO estabeleceu, através do Anexo de Metas Fiscais, resultado nominal, para 2010, de R$311,7 milhões, indicando o limite de aumento da dívida consolidada líquida.

Observa-se que o resultado nominal de R$787,7 milhões foi superior ao previsto nas metas fiscais. Dessa forma, o aumento de 50,59% da dívida fiscal líquida gerou o endividamento público acima do limite previsto, o que foi ocasionado pelas operações de crédito realizadas no último bimestre/2010, levando ao descumprimento da meta fixada pela LDO.

A LRF, art. 9º, determina que (*in verbis)*:

> *"Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias."*

No que se refere ao endividamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a Dívida Fiscal Líquida apurada foi negativa no valor de R$277,7 milhões, o que significa dizer que o Regime Previdenciário possui dívida consolidada em níveis inferiores à disponibilidade financeira, ou seja, apresenta situação financeira positiva de liquidez.

Os repasses financeiros vindos do tesouro estadual permitiram sustentar este quadro de liquidez, pois em 2010 somaram R$878 milhões destinados a cobertura do déficit do referido regime previdenciário, o qual realizou despesas na ordem de R$1,4 bilhão, estabelecendo o grau de dependência do regime em aproximadamente 62%:

(Em R$ milhares)

ITENS	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	**779.854**	**928.657**
Receitas Correntes	322.708	415.256
Receitas Intraorçamentárias	379.270	426.644
Outros Aportes ao RPPS	77.876	86.757
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	**1.282.642**	**1.419.389**
DÉFICIT DO RPPS (III) = (I-II)	**-502.788**	**-490.732**
REPASSES PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	**789.426**	**878.017**
SALDO PREVIDENCIÁRIO (V) = (IV-III)	**286.638**	**387.285**
GRAU DE DEPENDÊNCIA DO RPPS (VI) = (IV/II*100)	**61,55%**	**61,86%**

5.3.8. PUBLICAÇÃO DO RREO

Conforme estabelecem a Constituição Federal, art. 165, § 3º, e a LRF, art. 52, o Poder Executivo deve publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Após consulta no Diário Oficial do Estado, constatou-se que as publicações do RREO referentes ao 1º, 4º e 6º bimestres/2010, ocorreram com 1 (um) dia de atraso, contrariando a legislação supramencionada, bem como a Resolução TCEPA nº 17.659/2009. Todavia, em razão das publicações terem ocorrido, o Estado não sofreu as sanções impostas pela LRF, art. 51, § 2º. Essa intempestividade não trouxe prejuízo à análise feita por este TCEPA.

Tabela 5.33–Demonstrativo da Publicação do RREO

PERÍODO	Nº PROCESSO	DATA DA PUBLICAÇÃO	PERÍODO	Nº PROCESSO	DATA DA PUBLICAÇÃO
1° BIM/2010	2010/50811-0	31-03-2010 Republicado em 08-04-2010 e 18-11-2010	4° BIM/2010	2010/52389-4	01-10-2010
2° BIM/2010	2010/51652-7	31-05-2010	5º BIM/2010	2010/52988-0	30-11-2010
3° BIM/2010	2010/51994-4	30-07-2010 Republicado em 22-09-2010	6º BIM/2010	2011/50449-8	01-02-2011

Fonte: Diário Oficial do Estado

5.4. DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – LEI N° 4.320/64

5.4.1. BALANÇO FINANCEIRO

As informações financeiras consolidadas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público são demonstradas no Balanço Financeiro, que revela o resultado financeiro obtido, bem como as disponibilidades de caixa do início e do final do exercício financeiro.

O Balanço Financeiro do Estado do Pará está apresentado na tabela a seguir:

Tabela 5.34 – Balanço Financeiro por Poder – 2010

(Em R$ milhares)

INGRESSOS	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	M. PÚBLICO	CONSOLIDADO
Orçamentários	**23.227.334**	**531.752**	**597.563**	**273.866**	**24.630.515**
Receita Orçamentária	12.225.485	7.769	-	-	12.233.254
Interferências Ativas	11.001.849	523.982	597.563	273.866	12.397.261
Receita Extraorçamentária	**15.640.430**	**113.805**	**202.732**	**78.085**	**16.035.051**
Saldo do exercício anterior	**824.034**	**41.509**	**156.181**	**20.327**	**1.042.051**
TOTAL	**39.691.798**	**687.066**	**956.476**	**372.278**	**41.707.617**

DISPÊNDIOS	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	M. PÚBLICO	CONSOLIDADO
Orçamentários	**22.919.471**	**546.144**	**610.345**	**277.829**	**24.353.790**
Despesa Orçamentária	**10.629.488**	**520.291**	**545.086**	**261.664**	**11.956.529**
Interferências Passivas	**12.289.983**	**25.853**	**65.259**	**16.166**	**12.397.261**
Despesa Extraorçamentária	**16.165.691**	**113.645**	**192.732**	**77.309**	**16.549.376**
Saldo para o exercício seguinte	**606.636**	**27.277**	**153.399**	**17.139**	**804.451**
TOTAL	**39.691.798**	**687.066**	**956.476**	**372.278**	**41.707.617**

Fonte: Balanço Financeiro por Poder e Órgão e Consolidado – 2010 (BALANSINPD E BALANSINT)

Os demonstrativos a seguir comentados evidenciam os Coeficientes Financeiros Orçamentários e Extraorçamentários analisados ora consolidado, ora individualizado por poder.

No que se refere aos coeficientes financeiros consolidados das operações orçamentárias, constata-se, em termos absolutos, superávit de R$276,7 milhões, equivalente a 1,14%.

A análise individualizada por Poder revela as seguintes situações: superavitária no Poder Executivo, no montante de R$307,8 milhões, e deficitária nos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público nos montantes de R$14,3 milhões; R$12,7 milhões e R$3,9 milhões, respectivamente. Essa situação deficitária foi suplantada pelo superávit do Poder Executivo.

COEFICIENTES FINANCEIROS- ORÇAMENTÁRIO					
CONSOLIDADO	Ingressos Orçamentários / Dispêndios Orçamentários	=	24.630.515 / 24.353.790	=	1,0114
PODER EXECUTIVO	Ingressos Orçamentários / Dispêndios Orçamentários	=	23.227.334 / 22.919.471	=	1,0134
PODER LEGISLATIVO	Ingressos Orçamentários / Dispêndios Orçamentários	=	531.752 / 546.144	=	0,9736
PODER JUDICIÁRIO	Ingressos Orçamentários / Dispêndios Orçamentários	=	597.563 / 610.345	=	0,9791
MINISTÉRIO PÚBLICO	Ingressos Orçamentários / Dispêndios Orçamentários	=	273.866 / 277.829	=	0,9857

Quanto ao coeficiente financeiro consolidado das operações extraorçamentárias constatou-se, em termos relativos, déficit de 3,11%, uma vez que os ingressos extraorçamentários foram menores que os dispêndios extraorçamentários, no montante de R$514,3 milhões. Verificou-se ainda que esse déficit está concentrado no Poder Executivo, o qual apresentou, em termos absolutos, déficit de R$525,2 milhões. Já os demais Poderes apresentaram folga financeira que, em termos relativos, podem ser traduzidos respectivamente em: 0,14%, Legislativo e 5,19%, Judiciário; bem como o Ministério Público com 1%.

COEFICIENTE FINANCEIRO (EXTRAORÇAMENTÁRIO)					
CONSOLIDADO	Ingressos extraorçamentários / Dispêndios extraorçamentários	=	16.035.051 / 16.549.376	=	0,9689
PODER EXECUTIVO	Ingressos extraorçamentários / Dispêndios extraorçamentários	=	15.640.430 / 16.165.691	=	0,9675
PODER LEGISLATIVO	Ingressos extraorçamentários / Dispêndios extraorçamentários	=	113.805 / 113.645	=	1,0014
PODER JUDICIÁRIO	Ingressos extraorçamentários / Dispêndios extraorçamentários	=	202.732 / 192.732	=	1,0519
MINISTÉRIO PÚBLICO	Ingressos extraorçamentários / Dispêndios extraorçamentários	=	78.085 / 77.309	=	1,0100

Quanto ao fluxo financeiro extraorçamentário, a tabela a seguir, além de evidenciar o resultado financeiro do exercício, também demonstra a composição dos ingressos e dispêndios extraorçamentários ocorridos em 2010.

Tabela 5.35 – Fluxo Financeiro Extraorçamentário Consolidado 2010

(Em R$ milhares)

INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS			RESULTADO	
ESPECIFICAÇÃO	R$	A.V%	ESPECIFICAÇÃO	R$	A.V%	R$	A.V%
Formação de Dívidas	2.127.103	13,27	Pagamento de Dívidas	2.255.704	13,63	-128.601	25,00
Recebimento de Créditos	2.489.777	15,53	Formação de Créditos	2.810.305	16,98	-320.529	62,32
Acréscimos Financeiros	8.731.466	54,45	Decréscimos Financeiros	8.796.602	53,15	-65.137	12,66
Compensações	2.686.706	16,76	Compensações	2.686.765	16,23	-59	0,01
T O T A L	**16.035.051**	**100,00**	**T O T A L**	**16.549.376**	**100,00**	**-514.325**	**100,00**

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – 2010 (BALANSINT)

Analisando individualmente a composição do fluxo, tem-se o resultado deficitário de R$128,6 milhões no tocante à dívida (*formação e pagamento*), o que revela em 2010 diminuição no endividamento a curto prazo quando comparado com o pagamento em si da dívida. No que diz respeito aos créditos (*recebimento e formação*), foi evidenciado aumento dos haveres no montante de R$320,5 milhões, uma vez que a formação de crédito foi superior ao recebimento, em 12,87%.

Com referência às variações financeiras *(acréscimo e decréscimo)* o resultado deficitário de R$65 milhões ocorrido em 2010 está assim detalhado:

(Em R$ milhares)

VARIAÇÃO FINANCEIRA	VALOR
Incorporação de Direitos	8.543.706
(-) Desincorporação de Direitos	8.720.941
(+) Desincorporação de Dívidas	112.111
(-) Incorporação de Dívidas	13
(+) Incorporação de Valores	75.649
(-) Desincorporação de Valores	75.649
Decréscimo Financeiro Líquido	-65.137

Com o fim de evidenciar o real fluxo de caixa, o demonstrativo a seguir excluiu do resultado financeiro o montante referente aos Restos a Pagar inscritos no exercício (R$107,4 milhões), espelhando assim, as efetivas movimentações de entradas e saídas de recursos:

(Em R$ milhares)

	Ingressos Orçamentários Recebidos	24.630.515
(-)	Dispêndios Orçamentários Pagos (fluxo de caixa)	24.246.245
	SUPERÁVIT FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO (1)	**384.270**
	Ingressos Extraorçamentários Recebidos (fluxo de caixa)	15.927.506
(-)	Dispêndios Extraorçamentários Pagos	16.549.376
	DÉFICIT FINANCEIRO EXTRAORÇAMENTÁRIO (2)	**-621.870**
	DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (1-2)	**-237.600**

Diante do fluxo de caixa, infere-se que a receita orçamentária arrecadada pelo Estado superou a despesa orçamentária efetivamente paga em R$384,2 milhões. Em contrapartida, esse valor não foi suficiente para cobrir o déficit do fluxo de caixa extraorçamentário, equivalente a R$621,8 milhões, ocasionando desta feita um déficit financeiro no exercício no valor de R$237,6 milhões.

A seguir o demonstrativo sintetiza o impacto negativo de -22,80% das operações financeiras realizadas ao longo do exercício ora analisado, na conta disponibilidade final:

(Em R$ milhares)

		A.V%
Disponibilidade Inicial	1.042.051	100,00
(+) Déficit Financeiro do Exercício	-237.600	-22,80
= **Disponibilidade Final**	804.451	77,20

Tabela 5.36 – Resultado Financeiro Consolidado por Poder e MP 2010

(Em R$ milhares)

PODER E ÓRGÃO	DISPONIBILIDADE FINAL		(-) DISPONIBILIDADE INICIAL		(=) RESULTADO FINANCEIRO	
	VALOR	%A.V	VALOR	%A.V	VALOR	%A.V
Poder Executivo	606.636	75,41	824.034	79,08	-217.398	91,50
Poder Legislativo	27.277	3,39	41.509	3,98	-14.232	5,99
Poder Judiciário	153.399	19,07	156.181	14,99	-2.782	1,17
Ministério Público	17.139	2,13	20.327	1,95	-3.188	1,34
CONSOLIDADO	**804.451**	**100,00**	**1.042.051**	**100,00**	**-237.600**	**100,00**

Fonte: SIAFEM 2010 (BALANSINPD / BALANSINT).
Nota: Não inclui os saldos financeiros do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado.

Com base na tabela 5.36, evidencia-se que, diferentemente dos exercícios anteriores, todos os poderes estatais apresentaram resultado financeiro deficitário em 2010. E, individualmente, o Poder Executivo respondeu por 91,50% do déficit apurado no

exercício. A seguir, apresenta-se o comportamento do resultado financeiro por Poder no último triênio:

Tabela 5.37–Evolução do Resultado Financeiro Consolidado por Poder e MP 2008 - 2010

(Em R$ milhares)

PODER	2008		2009		2010		2010/08	2010/09
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	% A.H	% A.H
Executivo	229.925	254.012	41.164	43.596	-217.398	-217.398	-185,59	-598,67
Legislativo	19.584	21.636	-10.102	-10.699	-14.232	-14.232	-165,78	33,02
Judiciário	63.672	70.343	49.217	52.125	-2.782	-2.782	-103,96	-105,34
Ministério Público	21.646	23.914	-3.997	-4.233	-3.188	-3.188	-113,33	-24,70
Consolidado	**334.828**	**369.904**	**76.282**	**80.789**	**-237.600**	**-237.600**	**-164,23**	**-394,10**

Fonte: SIAFEM/2008 a 2010 (BALANSINPD e BALANSINT)

De acordo com a série histórica, constata-se que o resultado financeiro do Estado, tanto consolidado quanto por Poder, apresentou constante e acentuada queda, passando de superavitário no primeiro exercício da série (R$369,9 milhões, em 2008) para integralmente deficitário (R$237,6, em 2010), o que em termos percentuais representa variação negativa de 164,23%. Tal negatividade aumenta ainda mais quando comparado o exercício ora analisado com o imediatamente anterior, visto que o resultado deficitário agravou-se ainda mais, apresentando déficit de 394,10%, saindo do patamar superavitário de R$80,7 milhões, em 2009, para deficitário de R$237,6 milhões, em 2010.

5.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Esse resultado, deficitário ou superavitário, corresponde à diferença entre as Variações Ativas e Passivas.

Em 2010, do confronto entre as Variações Ativas e Passivas, resultou superávit consolidado no montante de R$24,3 milhões.

A evolução do resultado econômico nos últimos três anos está demonstrada na tabela 5.38 e no gráfico 5.5:

Tabela 5.38–Evolução do Resultado Econômico 2008-2010

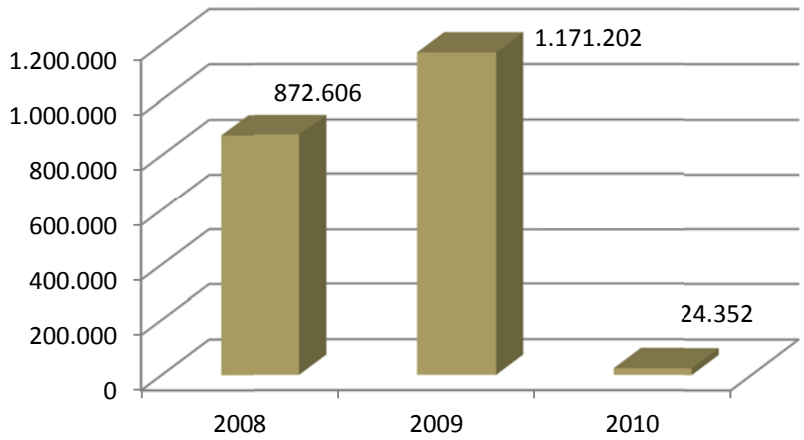
(Em R$ milhares)

anos	resultado econômico		variação % s/ o ano anterior	
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL
2008	789.861	872.606	12,38	6,12
2009	1.105.856	1.171.202	40,01	34,22
2010	24.352	24.352	-97,80	-97,92

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais Consolidadas – 2008 a 2010 (BALANSINT)

Gráfico 5.5 – Comportamento do Resultado Econômico em Valores Reais – 2008-2010

(Em R$ milhares)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010

Observa-se que no exercício de 2010, o valor do superávit patrimonial diminuiu em 97,92% comparado ao exercício anterior, encerrando a tendência de crescimento apurada no último triênio.

Excluídos os efeitos patrimoniais negativos e positivos gerados pelas receitas e despesas orçamentárias que não afetam quantitativamente o patrimônio, as variações patrimoniais, registradas em 2010, comportaram-se da seguinte forma:

(Em R$ milhares)

	Receita Orçamentária	12.233.254
(-)	Mutações Patrimoniais Passivas	840.633
=	**Receita Orçamentária Efetiva (1)**	**11.392.621**
	Despesa Orçamentária	11.956.529
(-)	Mutações Patrimoniais Ativas	1.919.262
=	**Despesa Orçamentária Efetiva (2)**	**10.037.267**
	SUPERÁVIT PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (3) =(1)-(2)	**1.355.354**
	Variações Ativas Independentes do Orçamento	2.075.056
(-)	Variações Passivas Independentes do Orçamento	3.406.058
=	**DÉFICIT PATRIMONIAL DA GESTÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA (4)**	**- 1.331.002**
=	**SUPERÁVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (5) = (3)+(4)**	**24.352**

Verifica-se que o superávit resultante da gestão orçamentária de R$1,35 bilhão foi consumido, quase na totalidade, pelo déficit da gestão extraorçamentária (R$1,33 bilhão), gerando o resultado econômico superavitário do exercício de R$24,3 milhões.

O superávit econômico da gestão orçamentária de R$1,35 bilhão decorre da conjugação do resultado líquido das mutações de R$1,07 bilhão, demonstrado a seguir, com o resultado orçamentário de R$276,7 milhões:

Tabela 5.39 – Resultado Consolidado das Mutações Patrimoniais 2010

(Em R$ milhares)

MUTAÇÕES ATIVAS	R$	MUTAÇÕES PASSIVAS	R$	MUTAÇÕES LÍQUIDAS
Aquisições de Bens e Direitos	1.639.850	Alienação de Bens e Direitos	84.144	1.555.706
Amortização da Dívida	279.412	Constituição de Dívidas	756.489	- 477.077
TOTAL	**1.919.262**	**TOTAL**	**840.633**	**1.078.629**

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais Consolidadas –2010 (BALANSINT)

Do confronto entre as variações positivas e negativas, independentes da execução do orçamento, chega-se ao déficit patrimonial de R$1,33 bilhão, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5.40 – Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais Consolidados 2010

(Em R$ milhares)

ACRÉSCIMOS	R$	DECRÉSCIMOS	R$
Incorporações de Bens e Direitos	683.442	Desincorporações de Bens e Direitos	1.208.057
Desincorporações de Obrigações	537.970	Incorporações de Obrigações	1.344.357
TOTAL	**1.221.412**	**TOTAL**	**2.552.414**

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais Consolidadas – 2010 (BALANSINT)

O resultado econômico negativo extraorçamentário de R$1,33 bilhão foi decorrente das desincorporações de bens e direitos que suplantaram as incorporações dos mesmos em R$524,6 milhões e dos aumentos das obrigações em R$806,3 milhões, vez que as incorporações foram maiores que as desincorporações.

O resultado econômico do exercício está assim detalhado:

(Em R$ milhares)

Resultado Orçamentário	276.725
Resultado das Mutações	1.078.629
Resultado Extraorçamentário	-1.331.002
Resultado Econômico	**24.352**

A tabela 5.41 apresenta as variações ativas, passivas e o resultado econômico do exercício contabilizados por Poder e pelo Ministério Público:

Tabela 5.41 – Demonstração das Variações Patrimoniais por Poder e MP 2010

(Em R$ milhares)

PODER	VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS		RESULTADO PATRIMONIAL	
	R$	%	R$	%	R$	%
EXECUTIVO	27.138.080	94,81	27.129.690	94,86	8.390	34,45
LEGISLATIVO	567.205	1,98	575.394	2,01	-8.189	-33,63
JUDICIÁRIO	636.704	2,22	615.609	2,15	21.095	86,62
MINISTÉRIO PÚBLICO	282.844	0,99	279.788	0,98	3.056	12,55
CONSOLIDADO	**28.624.833**	**100,00**	**28.600.481**	**100,00**	**24.352**	**100,00**

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais por Poder e MP – 2010 (SIAFEM 2010: BALANSINT/BALANSINPD)

Analisando-se o resultado econômico do exercício apurado por Poder e Ministério Público, observa-se que somente o Legislativo apresentou déficit de R$8,1 milhões, os demais apresentaram superávit, sendo que o Poder que mais contribuiu para a formação do superávit total do exercício foi o Judiciário com 86,62%.

5.4.3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil no qual se evidencia a situação do patrimônio do Governo do Estado em determinado momento (conjunto de bens, valores, direitos e obrigações), juntamente com o saldo patrimonial, positivo ou negativo (Lei nº 4.320/64, art. 105).

O Balanço Patrimonial Consolidado do Estado do Pará compreende os órgãos e fundos da Administração Direta e Indireta dos Poderes e o Ministério Público, sendo essa consolidação prevista na Lei nº 4.320/64, art.110, parágrafo único, e na Lei Complementar nº 101, art. 50, inciso III.

Demonstra-se na tabela a seguir, a situação patrimonial do Estado do Pará em 31-12-2010:

Tabela 5.42 – Balanço Patrimonial Consolidado por Poder e MP 2010

(Em R$ milhares)

ATIVO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	M. PÚBLICO	CONSOLIDADO
FINANCEIRO	1.594.188	28.324	153.399	17.139	1.793.049
PERMANENTE	8.712.953	61.249	129.059	35.592	8.938.854
ATIVO REAL	**10.307.141**	**89.573**	**282.458**	**52.731**	**10.731.903**
COMPENSADO	1.180.584	38.628	2.657	0	1.221.869
TOTAL DO ATIVO	**11.487.725**	**128.201**	**285.115**	**52.731**	**11.953.772**

PASSIVO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	M.PÚBLICO	CONSOLIDADO
FINANCEIRO	234.680	2.414	25.743	1.952	264.789
PERMANENTE	4.163.300	79	0	0	4.163.379
PASSIVO REAL	**4.397.980**	**2.492**	**25.743**	**1.952**	**4.428.168**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.909.161	87.081	256.714	50.780	6.303.735
COMPENSADO	1.180.584	38.628	2.657	0	1.221.869
TOTAL DO PASSIVO	**11.487.725**	**128.201**	**285.115**	**52.731**	**11.953.772**

Fonte: Balanço Patrimonial e Consolidado (SIAFEM 2010: BALANSINT/BALANSINPD)

O Ativo Real, que significa a soma dos bens e direitos, alcançou em 31-12-2010, conforme o Balanço Consolidado, o montante de R$10,7 bilhões, por outro lado, o Passivo Real, representando as obrigações, montou em R$4,4 bilhões. A diferença positiva entre ambos de R$6,3 bilhões demonstra o Ativo Real Líquido do exercício.

O Patrimônio Líquido do Poder Executivo de R$5,9 bilhões correspondeu a 93,74% do saldo patrimonial consolidado de R$6,3 bilhões. Os demais Poderes e o Ministério Público participaram com o equivalente a 6,26% do Ativo Real Líquido do Balanço Geral.

Confrontando-se o Ativo Real Líquido com o Ativo Total conforme Balanço

apresentado na tabela 5.42, encontra-se os seguintes resultados:

Balanço Geral (consolidado)..... 58,74%
Poder Executivo..... 57,33 %
Poder Judiciário..... 90,89 %
Poder Legislativo..... 97,22%
Ministério Público..... 96,30%

O Balanço Geral apresentou Patrimônio Líquido de R$6,3 bilhões, equivalente a 58,74% do seu Ativo Total, o que significa que 41,26 % do patrimônio público ativo está comprometido com obrigações de curto e longo prazo.

O Poder Executivo apresentou taxa de 57,33%, próximo a do Balanço Geral. Essa relação percentual é maior nos demais Poderes e Ministério Público, em média 94,80%, tendo em vista que se concentrou no Poder Executivo quase a totalidade do Passivo Permanente do Estado, o que diminui o seu Ativo Real Líquido em relação ao Ativo Total.

Apresenta-se a seguir, a tabela 5.43 e o gráfico 5.6, contendo a evolução dos grupos patrimoniais componentes do Balanço Patrimonial do Estado, em valores nominais e reais, para fins de comparação ao longo do último triênio.

Tabela 5.43 – Evolução dos Componentes do Balanço Patrimonial do Estado 2008-2010

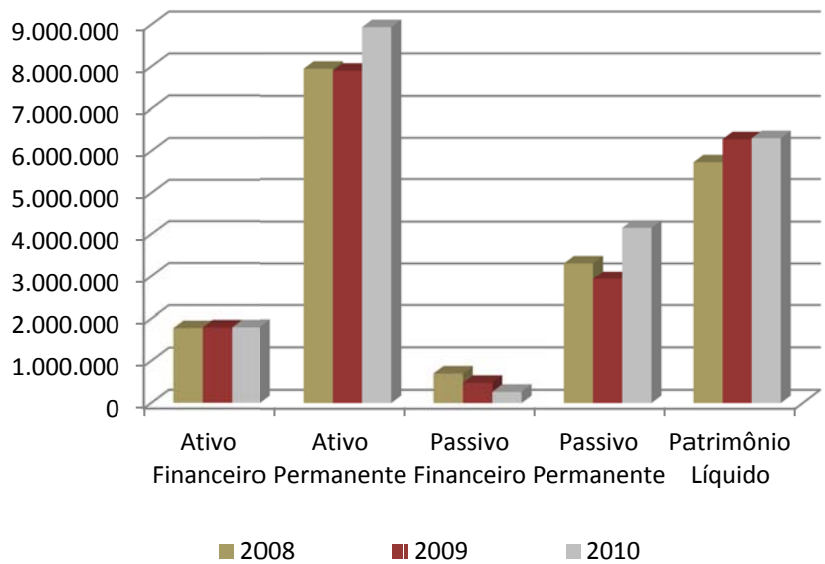
(Em R$ milhares)

ATIVO	2008		2009		2010
GRUPOS	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL
ATIVO FINANCEIRO	**1.607.410**	**1.775.800**	**1.792.506**	**1.898.427**	**1.793.049**
Disponível	964.016	1.065.005	1.026.885	1.087.565	788.727
Créditos em Circulação	9.049	9.998	27.977	29.631	28.210
Valores Pendentes a Curto Prazo	278.766	307.969	170.795	180.888	88.351
Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência	355.578	392.828	566.848	600.343	887.761
ATIVO PERMANENTE	**7.192.318**	**7.945.778**	**7.898.162**	**8.364.872**	**8.938.854**
Créditos em Circulação	66.219	73.156	73.369	77.704	88.251
Bens e Valores em Circulação	53.488	59.092	75.894	80.379	91.868
Valores Pendentes a Curto Prazo	16	17	16	16	23
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	3.108	3.434	2.963	3.138	3.481
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	1.950.412	2.154.735	2.180.617	2.309.472	2.472.147
Investimentos	679.271	750.431	871.461	922.957	1.048.364
Imobilizado	4.439.797	4.904.906	4.691.584	4.968.815	5.232.462
Diferido	7	7	2.258	2.391	2.258
ATIVO REAL	**8.799.728**	**9.721.579**	**9.690.668**	**10.263.299**	**10.731.903**
ATIVO COMPENSADO	**771.516**	**852.339**	**857.540**	**908.213**	**1.221.869**
TOTAL DO ATIVO	**9.571.243**	**10.573.917**	**10.548.208**	**11.171.512**	**11.953.772**

PASSIVO	2008		2009		2010
GRUPOS	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL
PASSIVO FINANCEIRO	**630.968**	**697.067**	**475.834**	**503.951**	**264.789**
Depósitos	40.675	44.937	121.281	128.448	68.983
Obrigações em Circulação	311.527	344.162	183.757	194.615	107.454
Valores Pendentes a Curto Prazo	278.766	307.969	170.795	180.888	88.351
PASSIVO PERMANENTE	**2.997.832**	**3.311.882**	**2.935.451**	**3.108.909**	**4.163.379**
Obrigações em Circulação	58.645	64.789	75.706	80.179	76.651
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	2.792.265	3.084.780	2.738.454	2.900.272	3.467.605
Provisões Matemáticas Previdenciárias	146.921	162.313	121.291	128.458	619.123
PASSIVO REAL	**3.628.800**	**4.008.949**	**3.411.285**	**3.612.860**	**4.428.168**
SALDO PATRIMONIAL	**5.170.928**	**5.712.629**	**6.279.383**	**6.650.438**	**6.303.735**
Patrimônio	4.463.226	4.930.789	5.255.687	5.566.251	6.361.542
Reservas	43.888	48.486	43.888	46.482	43.888
Resultado Acumulado	-126.047	-139.252	-126.047	-133.496	-126.047
Déficit ou Superávit do Exercício	789.861	872.606	1.105.856	1.171.202	24.352
PASSIVO COMPENSADO	**771.516**	**852.339**	**857.540**	**908.213**	**1.221.869**
TOTAL DO PASSIVO	**9.571.243**	**10.573.917**	**10.548.208**	**11.171.512**	**11.953.772**

Fonte: Balanço Patrimonial e SIAFEM 2008 a 2010.

Gráfico 5.6 – Evolução dos Componentes Patrimoniais: 2008-2010



Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010

O Ativo Financeiro, no exercício em análise, reduziu em 5,55%, relativamente a 2009. Foi influenciado pela diminuição dos subgrupos Disponível e Valores Pendentes a Curto Prazo. No período acumulado, 2008-2010, o Ativo Financeiro aumentou somente

0,97%.

Já o Passivo Financeiro decresceu tanto em relação a 2008 (62,01%), quanto a 2009 (47,46%). Na composição do mesmo, observa-se que ao longo do tempo vem diminuindo o saldo do subgrupo Obrigações em Circulação, composto pela conta Restos a Pagar Processados.

Tal redução significa menos valores inscritos em restos a pagar de despesas liquidadas e não pagas no exercício. O saldo dessa conta, em valores nominais, decresceu de R$311,5 milhões, em 2008, para R$183,7 milhões, em 2009, e R$107,4 milhões, em 2010. Ressalta-se que foram cancelados no exercício em análise, empenhos de despesas não liquidadas na ordem de R$507,5 milhões.

Por outro lado, verifica-se que ao longo do mesmo período, ocorreu aumento significativo de liquidação de despesas no elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores – DEA (R$278,2 milhões em 2008, R$304,6 em 2009 e R$431,8 em 2010).

Esses dados demonstram que o elevado reconhecimento de despesas de exercícios anteriores compromete a execução dos orçamentos e o cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento, bem como subavalia o Passivo Financeiro, visto que o mesmo não evidencia em sua totalidade as obrigações do Estado para com terceiros.

O Ativo Permanente, quando comparado aos exercícios de 2008 e 2009, cresceu em 12,5% e 6,86% respectivamente, tendo como mais significativo, em valores absolutos, o aumento dos Subgrupos Créditos Realizáveis a Longo Prazo (Dívida Ativa) e Investimentos (Participações Societárias).

O saldo do Passivo Permanente também aumentou em relação aos exercícios anteriores, 25,71% (2008) e 33,92% (2009), reflexo da contratação de novas operações de crédito internas e externas contabilizadas no Subgrupo Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, e da elevação do montante das Provisões Matemáticas Previdenciárias.

O Patrimônio Líquido do Estado, correspondente ao valor residual dos ativos após deduzidos todos os passivos, ao totalizar R$6,3 bilhões no exercício de 2010, não manteve a tendência de crescimento dos exercícios anteriores, tendo em vista que na série histórica analisada, apresentou elevação de 10,35% em relação ao exercício de 2008 e diminuição de 5,21% em relação a 2009.

O saldo patrimonial positivo pode ser evidenciado conforme segue:

		(Em R$ milhares)
	Saldo patrimonial financeiro	1.528.260
(+)	Patrimônio permanente líquido	4.775.475
	Patrimônio Líquido / 2010	**6.303.735**

Da conjugação do Patrimônio Líquido do ano anterior com as Variações Patrimoniais do exercício em análise, formou-se o Ativo Real Líquido de 2010, conforme segue:

		(Em R$ milhares)
	Ativo Real Líquido / 2009	6.279.383
(+)	Resultado Econômico 2010 - Superávit	24.352
	Ativo Real Líquido / 2010	**6.303.735**

A partir dos componentes do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2009 e 2010, evidencia-se a situação patrimonial dos Poderes e do Ministério Público por intermédio dos Quocientes da Situação Financeira - QSF, da Situação Permanente - QSP, dos Ativos Disponíveis e Realizáveis - QADR e do Resultado Patrimonial - QRP, conforme tabela 5.44 a seguir:

Tabela 5.44 – Quocientes Patrimoniais por Poder e MP

QUOCIENTES	QSF ATIVO FINANCEIRO / PASSIVO FINANCEIRO		QSP ATIVO PERMANENTE / PASSIVO PERMANENTE		QADR ATIVO REAL - IMOBILIZADO / ATIVO REAL		QRP ATIVO REAL / PASSIVO REAL	
EXERCÍCIO	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**
EXECUTIVO	3,30	6,79	2,63	2,09	0,51	0,51	2,74	2,34
LEGISLATIVO	17,97	11,73	0	778,42	0,50	0,39	41,15	35,94
JUDICIÁRIO	8,25	5,96	0	0	0,63	0,55	12,26	10,97
M. PÚBLICO	11,82	8,78	0	0	0,42	0,33	27,96	27,02
CONSOLIDADO	**3,77**	**6,77**	**2,69**	**2,15**	**0,52**	**0,51**	**2,84**	**2,42**

Fonte: Calculado com base em dados do SIAFEM/2009 e 2010

O Quociente da Situação Financeira - QSF consolidado de 6,77 demonstra que o Governo do Estado dispunha, em 31-12-2010, de recursos financeiros disponíveis e realizáveis a curto prazo suficientes para garantir o cumprimento de suas obrigações imediatas. No entanto, o Ativo Financeiro que serviu de base para este cálculo está acrescido dos Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência (R$887,7 milhões), que são recursos não disponíveis. Considerando isso, o índice de 6,77 na realidade corresponde a 3,42.

Dessa forma, o Governo pode dispor de R$3,42 para pagar cada R$1,00 de seus compromissos, sendo essa sobra passível de ser empregada para a abertura de Créditos Adicionais no exercício de 2011. Ressalta-se que o Estado deve ter cautela na utilização

desse superávit como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais, tendo em vista que no Passivo Financeiro não consta o montante de compromissos referentes aos empenhos cancelados no final do exercício, conforme Relatório de Controle Interno (fls. 166, do BGE 2010, vol. I – Liquidez Corrente).

Os Poderes e o Ministério Público diminuíram sua capacidade de pagamento em comparação a 2009, mas permanecem com boa margem de liquidez corrente, exceto o Poder Executivo que aumentou de 3,3 para 6,79, entretanto nesse Poder devem ser observadas as mesmas ressalvas apresentadas para o resultado consolidado. O Poder Legislativo e o Ministério Público apresentaram melhor capacidade de cumprir suas obrigações de curto prazo, tendo R$11,73 e R$8,78 de recursos disponíveis, respectivamente, para cada R$1,00 de suas dívidas de curto prazo.

O Quociente da Situação Permanente - QSP consolidado de 2,15, apurado em 31-12-2010, evidencia que a soma dos bens, créditos e valores de caráter permanente foi superior à soma da Dívida Fundada (Interna e Externa). Esse índice deve ser analisado com precaução, pois, no Ativo Permanente consta saldo de Dívida Ativa de R$2,2 bilhões, item de difícil cobrança e que ao mesmo tempo não está sendo provisionado (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), conforme detalhado no item 5.4.4.1 – Dívida Ativa deste relatório.

Este tipo de provisão obedece ao princípio contábil da Prudência, cuja constituição ajusta para menos o valor de contas a receber, e se torna indispensável sempre que houver risco do não-recebimento de algumas parcelas, situação bem configurada em relação ao crédito de Dívida Ativa.

O QSP consolidado do exercício em análise (2,15) diminuiu em relação a 2009 (2,69). O Poder Executivo também apresentou queda de 2,63 para 2,09, enquanto que o Legislativo, tendo assumido obrigação permanente de pequena monta, alcançou o patamar de 778,42, ou seja, seu ativo permanente suplanta, em muito, o passivo permanente. Quanto ao Poder Judiciário e o Ministério Público, ambos não possuem dívidas de caráter permanente.

O Quociente dos Ativos Disponíveis e Realizáveis - QADR demonstra que 51% do total do patrimônio ativo do Estado foi composto, em 31-12-2010, de valores disponíveis e realizáveis a curto e longo prazo e os 49% restantes referem-se a itens do ativo imobilizado. Relativamente ao ano anterior, o Balanço Consolidado e o Poder Executivo permaneceram no mesmo patamar, nos demais, a proporção com o imobilizado aumentou em relação aos outros ativos.

Em relação ao Quociente do Resultado Patrimonial - QRP, observa-se que na data de fechamento do Balanço Patrimonial, a soma do Ativo Real (Financeiro e Permanente) foi superior ao somatório dos compromissos assumidos de curto e longo prazo, o que revela superávit patrimonial.

Individualmente, o QRP de 2,34 registrado pelo Poder Executivo apresentou-se bem próximo ao Consolidado (2,42). Nos demais Poderes, o excedente dos ativos sobre os passivos foi bem mais expressivo: Poder Legislativo, 35,94, Poder Judiciário, 10,97, e Ministério Público, 27,02.

Em relação ao exercício de 2009, todos os Poderes e Ministério Público apresentaram índices menores, destacando-se o Poder Legislativo que expressou decréscimos mais significativos, reduzindo o índice de 41,15 para 35,94.

5.4.4. PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

5.4.4.1. DÍVIDA ATIVA

Inserido no grupo patrimonial do Ativo Realizável a Longo Prazo, a dívida ativa evidencia o crédito da Fazenda Pública junto aos contribuintes que não efetivaram o pagamento dos compromissos quer tributários, quer não tributários, no prazo legal.

O demonstrativo seguinte, além de apresentar o estoque final da dívida ativa, o qual totalizou o montante de R$2,2 bilhões em 2010, evidencia também a movimentação ocorrida no período analisado no que se refere à inscrição, correção monetária, cancelamentos e recebimentos de créditos.

(Em R$ milhares)

	VALOR	%
Saldo em 2009	**1.894.246**	**83,34**
(-) Receita do exercício (recebimentos)	78.523	-3,45
(+) Inscrição do período	367.354	16,16
(+) Correção Monetária	106.034	4,67
(-) Cancelamento	16.319	-0,72
Saldo em 2010	**2.272.792**	**100,00**

Em cotejo com o exercício imediatamente anterior, constata-se o aumento de 19,98% do estoque final da dívida, o que significa dizer, em valores absolutos, que houve incremento na ordem de R$378,5 milhões.

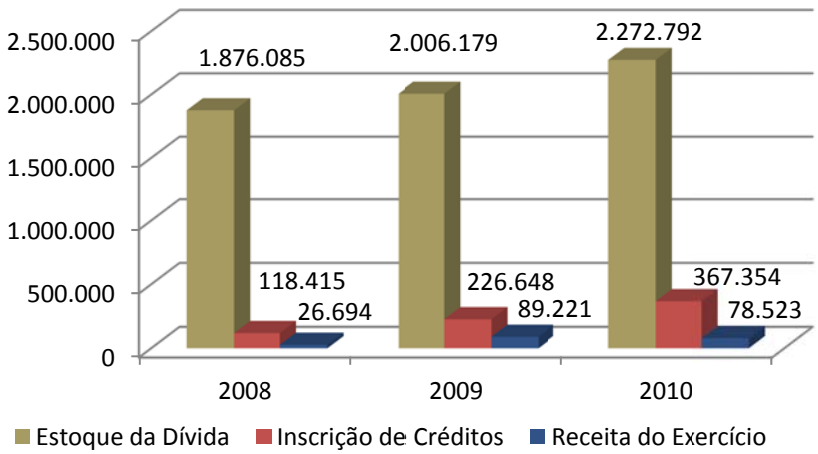
Desconsiderando o percentual referente ao saldo anterior equivalente a 83,34%, o componente que mais influenciou no aumento do estoque em 2010 foi o item referente à

inscrição no período com o percentual 16,16%, já os demais componentes ficaram abaixo de 5%.

A representação gráfica a seguir demonstra a evolução das contas Estoque Final da Dívida, Receita do Exercício e Inscrição de Créditos do último triênio:

Gráfico 5.7 – Evolução do Saldo da Dívida Ativa 2008 a 2010

(Em R$ milhares)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010

Assim como nos exercícios anteriores, em 2010 observou-se a disparidade entre os valores do estoque da dívida (R$2,2 bilhões) e os valores recebidos (R$78,5 milhões), o que enseja a implantação e/ou reforço dos trabalhos voltados a minimizar essa conjuntura.

Considerando ainda a conta Estoque da Dívida, nota-se que a mesma manteve uma linha constante de crescimento. Tal assertiva é ratificada quando se compara o montante contraído em 2010 (R$2,2 bilhões) com os valores atualizados alcançados em 2008 (R$1,8 bilhão), ocorrendo aumento relativo de 21,15%, o que em termos absolutos constitui incremento no estoque final da dívida de R$396,7 milhões, entre o primeiro e o último exercício da série analisada. Confrontando o exercício de 2010 com o exercício imediatamente anterior, verifica-se o incremento real de 13,29% no estoque final.

No mesmo sentido, evidencia-se tendência de crescimento na conta que trata das inscrições de créditos no período, representada pelos seguintes percentuais: 210,23% (2010/2008) e 62,08% (2010/2009). Em valores absolutos, o acréscimo real ocorrido entre o último e o primeiro exercício da série analisada, ficou no patamar de R$248,9 milhões, já o crescimento frente ao exercício de 2009 foi no patamar de R$140,7 milhões.

Por fim, no que se refere aos créditos recebidos em cada exercício, evidencia-se uma série inconstante, conforme os percentuais das análises horizontais, a seguir: 234,24% (2009/2008) e -11,99% (2010/2009).

Com base nas informações da Coordenadoria de Controle e Cobrança da Dívida Ativa da Diretoria de Arrecadação e Informação Fazendária junto a SEFA, fls. 350 do Vol. I, do BGE 2010, o montante da dívida ativa apurado em 2010 (R$2,2 bilhões) é composto da seguinte forma: dívida ativa tributária, R$2 bilhões, representando 91,79%; e dívida ativa não tributária, no valor de R$186,6 milhões, o que representa 8,21% do referido saldo total.

Nesse contexto, comparando-se a previsão inicial da arrecadação (R$25,2 milhões) com o efetivamente arrecadado no exercício (R$75,5 milhões), não considerados os valores referentes a multas e juros, verifica-se excesso de arrecadação na ordem de 199,16%.

Ainda com base nos registros contábeis do SIAFEM, verificou-se que o Estado do Pará não faz o devido provisionamento para recebimento de créditos inscritos em dívida ativa, conforme prevê a legislação específica.

Analisando os números contabilizados no Estado, verifica-se que o valor recebido em 2010 (R$78 milhões) representa, tão somente, 3,45% da dívida ativa (R$2,2 bilhões). Portanto, apesar do grande montante inscrito como crédito recuperável a favor do Estado, menos de 4% foi efetivamente concretizado, demonstrando, com isso, o alto grau de incerteza no recebimento e interferência negativa por ocasião da avaliação patrimonial.

Considerando ainda que a maior parcela da dívida esteve concentrada na dívida ativa tributária, a tabela a seguir demonstra sua composição, com as respectivas alterações no último triênio:

Tabela 5.45–Formação da Dívida Ativa Tributária – 2008-2010

(Em R$ milhares)

ALTERAÇÕES DA DÍVIDA	2008		2009		2010	
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL
Saldo Anterior	1.561.242	1.724.796	1.648.480	1.745.890	1.751.583	1.751.583
Ajuste Exerc. Anterior	-	-	-	-	-	-
Inscrição	103.419	114.253	174.510	184.822	334.695	334.695
Correção Monetária	1.915	2.116	20.344	21.546	18.565	18.565
Multas e Juros	14.452	15.966	12.516	13.256	74.275	74.275
(-) Receita	23.777	26.268	83.700	88.646	77.955	77.955
(-) Cancelamento	8.770	9.689	20.567	21.782	15.056	15.056
TOTAL	**1.648.480**	**1.821.174**	**1.751.583**	**1.855.086**	**2.086.107**	**2.086.107**

Fonte: BGE 2010

Diante da tabela anterior, evidencia-se a tendência de crescimento do estoque da dívida tributária, uma vez que ao comparar o saldo do primeiro com o último exercício da série, tem-se o aumento de 14,55%; e da comparação com o exercício imediatamente anterior ao analisado, tem-se novamente incremento, porém no patamar de 12,45%.

Em contrapartida, a conta de recebimento (receita arrecadada), apresentou-se de forma inconstante, ora com aumento, ora com diminuição, nos seguintes percentuais: -237,47% (2009/2008); -12,06% (2010/2009).

O cancelamento da dívida ocorre quando a Procuradoria Geral do Estado ou a parte interessada requer a extinção da cobrança do referido débito em função de: prescrição, decisão judicial, quitação anterior à inscrição, reconhecimento de nulidade do processo administrativo e/ou remissão. De acordo com a série analisada, houve significativo crescimento em 2009 frente a 2008 (124,81%), no entanto, no exercício de 2010 em relação a 2009, houve decréscimo de 30,88%.

Diante de breve exposição, considerando a tendência de aumento do estoque final da dívida e a inconstante variação no percentual de recebimento de créditos, necessário se faz reiterar a recomendação para que o Governo do Estado adote ações eficientes e eficazes com o fim de dar maior efetividade e eficiência à cobrança da dívida, principalmente no tocante a parcela da dívida ativa tributária, reduzindo assim, a disparidade existente entre estoque e seu efetivo recebimento.

Por fim, ressalta-se que a referida prestação de contas, no que tange à dívida ativa, foi omissa acerca das ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, conforme estabelece a LRF, art. 58, que trata da prestação de contas do Chefe do Poder Executivo.

5.4.4.2. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

No exercício de 2010 a participação societária do Governo do Estado, alcançou o montante de R$1 bilhão. Esse saldo sofreu acréscimo de 20,30% em relação ao saldo do exercício de 2009 que foi de R$871,4 milhões. A composição do saldo da participação societária no exercício de 2010 está assim formada:

(Em R$ milhares)

Participações Societárias da Administração Direta nas Empresas Controladas	1.017.952
Participações Societárias da Administração Direta em Outras Empresas	6.460
Investimentos sob a Gestão das Empresas Estatais Dependentes	23.950
TOTAL	**1.048.362**

A participação societária das Entidades da Administração Direta nas Empresas Controladas contabilizou o saldo de R$1 bilhão, e representa 97% do total dos investimentos, conforme quadro a seguir:

(Em R$ milhares)

Participação Societária da Administração Direta – 2009	865.900
(+) Aumento de Capital	161.289
(+) Valorização de Investimento / Equivalência Patrimonial	374.055
(-) Desvalorização de Investimento / Equivalência Patrimonial	383.292
Participação Societária da Administração Direta - 2010	1.017.952

A equivalência patrimonial é o método de avaliação utilizado para valorizar ou desvalorizar os investimentos sob gestão da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta. Já os investimentos em outras empresas estão avaliados pelo custo de aquisição e atualizados no encerramento do exercício.

Demonstra-se a seguir, a composição da participação acionária da Administração Direta nas Empresas Controladas, integrantes do Orçamento de Investimento das Empresas.

Tabela 5.46–Participação Acionária do Estado nas Empresas Controladas 2010

(Em R$ milhares)

empresas controladas	patrimônio líquido	participação do estado%	total integralizado	total a integralizar	total
Banco do Estado do Pará	264.141	99,98	264.079	0	264.079
Cia de Saneamento do Pará	592.773	99,96	592.541	161.187	753.728
Cia. de Gás do Pará	167	25,50	43	102	145
TOTAL	**857.081**		**856.663**	**161.289**	**1.017.952**

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2010

Os dados da tabela supra mostram que o Estado detém, monetariamente, a maior participação societária na COSANPA, conforme informado no demonstrativo do Balanço Geral do Estado/2010, com investimentos no montante de R$753,7 milhões, constituindo o capital integralizado e a integralizar, cujos valores equivalem a 74,04% do total investido nas

empresas controladas. A menor participação ocorreu na Companhia de Gás do Pará com R$145 mil.

5.4.4.2.1. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO

Vale mencionar que a Estatal Dependente denominada Empresa de Navegação da Amazônia S/A - ENASA, a qual encontrava-se em processo de liquidação, foi declarada liquidada e extinta por Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22-01-2009, produzindo efeitos jurídicos legais retroativos a 31-12-2008. A Ata deu entrada na JUCEPA em 27-01-2009, e teve certificado o registro em 25-03-2009, sob o nº 20000200910.

Entretanto, após o registro da Ata extinguindo a Empresa, foram elaboradas as Demonstrações Contábeis do exercício de 2009, publicadas no Diário Oficial em 30-04-2010 e encaminhada para registro na JUCEPA em 27-05-2010, tendo sido registrada apesar da empresa já ter sido extinta em 25-03-2009, conforme documentos encaminhados por meio do Ofício nº 0380/2011-SGE de 28-03-2011 da JUCEPA.

A extinção da empresa realizou-se em desacordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, artigo 210, item VIII e caput do artigo 216 e § 1º, combinados com os artigos 1.108, 1.103 e 1.109 do Código Civil Brasileiro, em que preveem:

> Lei nº 6.404/76.
> Art. 210. São deveres do Liquidante:
> Item VIII. Finda a liquidação, submeter à assembléia geral relatório dos atos e operações da liquidação e suas contas finais.
>
> Art. 216. Pago o passivo e rateado a ativo remanescente, o liquidante convocará a assembléia-geral para a prestação final das contas.
> § 1º Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a Companhia se extingue.

Assim, os relatórios dos atos e operações da liquidação e suas contas finais deveriam ter sido submetidos à Assembleia Geral para aprovação e posterior publicação e arquivamento na JUCEPA, para então, encerrar a liquidação e extinguir a Companhia. Porém, as contas finais foram elaboradas após a realização da Assembleia Geral, a qual extinguiu a Empresa, não tendo sido submetidas à aprovação, embora, tenham sido publicadas e arquivadas na JUCEPA após o registro da sua extinção.

Dessa forma recomenda-se ao Governo do Estado que em futuras liquidações e extinções de empresas mercantis, observe a ordem dos procedimentos finais de liquidação e extinção, previstos na Lei nº 6.404/76 e no Código Civil Brasileiro.

5.4.4.3. BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Em 2010 os bens patrimoniais do Estado do Pará, considerando a depreciação apurada no período, totalizaram R$5,2 bilhões, representando 58,54% do Ativo Permanente do Estado (R$8,9 bilhões), e 43,77% do Ativo Real (R$11,9 bilhões), tornando-se, assim, importante conta patrimonial.

A tabela a seguir, além de demonstrar os valores dos bens móveis e bens imóveis contabilizados por Poder, também demonstra que a depreciação ocorrida em 2010 ficou concentrada no Poder Executivo.

Tabela 5.47 – Bens Móveis e Imóveis por Poder e MP - 2010

(Em R$ milhares)

BENS	EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO		M.PÚBLICO		CONSOLIDADO	
	R$	%A.V	R$	%A.V	R$	%A.V	R$	%A.V	R$	%A.V
MÓVEIS	1.571.294	31,33	27.541	50,79	68.815	53,77	23.559	66,29	1.691.209	32,32
IMÓVEIS	3.482.680	69,45	26.684	49,21	59.167	46,23	11.982	33,71	3.580.512	68,43
DEPRECIAÇÃO	-39.344	-0,78	-	-	-	-	-	-	-39.344	-0,75
TOTAL	**5.014.630**	**100,00**	**54.225**	**100,00**	**127.981**	**100,00**	**35.541**	**100,00**	**5.232.377**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado e SIAFEM– 2010.

Ainda com base na tabela acima, evidencia-se que o Poder Executivo deteve 95,83% do total consolidado referente ao exercício 2010, enquanto que o Ministério Público representou o menor percentual (0,68%) frente ao montante consolidado.

Demonstra-se na tabela a seguir, o comportamento do saldo de bens móveis e imóveis nos últimos três anos:

Tabela 5.48 – Bens Móveis e Imóveis 2008-2010

(Em R$ milhares)

ANO	BENS MÓVEIS		BENS IMÓVEIS		DEPRECIAÇÃO	TOTAL		VARIAÇÃO S/ ANO ANTERIOR%	
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL		NOMINAL (-) Depreciação	REAL (-) Depreciação	NOMINAL	REAL
2008	1.248.382	1.379.161	3.223.532	3.561.226	-35.574	4.439.713	4.908.186	8,54	2,56
2009	1.372.325	1.453.417	3.355.248	3.553.513	-38.205	4.691.500	4.970.857	5,67	1,28
2010	1.691.209	1.691.209	3.580.512	3.580.512	-39.343	5.232.378	5.232.377	11,53	5,26

Fonte: Balanço Geral do Estado e SIAFEM 2008 a 2010.

A análise do saldo das contas bens móveis e imóveis revela tendência de crescimento desses bens, ocorrendo no exercício de 2010 o maior acréscimo da série histórica (5,26%).

Os exames individualizados demonstraram que os bens móveis apresentaram progressivos e consideráveis aumentos, a saber: 5,38% (2009/2008), 16,36% (2010/2009),

e 22,63% em 2008/2010. Já os bens imóveis apresentaram variações inconstantes: -0,22% (2009/2008), 0,76% (2010/2009), e 0,54% em 2008/2010.

No que se refere à gestão patrimonial do Estado, mais especificamente, à realização de levantamento, agrupamento, arrolamento e avaliação de bens para finalmente gerar o inventário geral do Estado do Pará, há no Vol. I, fls. 144, item 4.6, referência a "Inventário Geral dos Bens Móveis e Imóveis", porém, informa apenas o valor registrado no SIAFEM e demonstra, tão somente em forma de listagem, o resumo de bens móveis e imóveis, por tipo de administração, cujas informações não substituem o inventário propriamente dito.

Oportuno ressaltar que o inventário é um instrumento gerencial, pois, além de possibilitar o conhecimento dos bens que compõem o patrimônio do Estado, auxilia também, no aspecto de controle/acompanhamento quanto à ociosidade, se é antieconômico, ou não, para então oferecer melhor aproveitamento dos mesmos, seja por meio de reaproveitamento, seja por cessão, alienação e/ou outras formas de desfazimento do bem. Assim sendo, não se trata meramente de cumprimento legal (Lei n° 4.320/64, arts. 94 a 96) a exigência da realização de inventário, e sim, de conhecimento, controle e gerenciamento patrimonial do Estado.

Nesse sentido é que o TCEPA vem, reiteradamente, recomendando a realização do inventário, entretanto, com base na informação contida no BGE2010, Vol. I, fls. 282, constata-se que ainda não se efetivou o referido levantamento. Outrossim, é relevante apontar que a SEAD ainda não concluiu as ações determinadas com o fim de fazer o levantamento do imobilizado do Estado, fato que completa cinco anos após a primeira recomendação proferida por este Tribunal.

Diante de todo o exposto e considerando a importância em conhecer a realidade patrimonial do Estado, reitera-se integralmente as recomendações proferidas por ocasião das análises das Prestações de Contas do Governo do Estado de exercícios anteriores, com o objetivo de concretizar a elaboração do Inventário Patrimonial do Estado do Pará.

5.4.4.4. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública consiste nos compromissos decorrentes de operações de crédito assumidos pelo governo com o fim de atender às necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários.

Em 2010 tais compromissos totalizaram R$4,4 bilhões, e segundo o demonstrativo a seguir, o grupo que concentrou maior exigibilidade foi o passivo permanente com 94,02%, enquanto que os compromissos de curto prazo responderam por 5,98% do montante da dívida.

(Em R$ milhares)

PASSIVO FINANCEIRO		**264.789**
Dívida Flutuante	264.789	
PASSIVO PERMANENTE		**4.163.379**
Dívida Fundada Interna	2.663.361	
Dívida Fundada Externa	376.073	
Outras Obrigações	504.822	
Provisões p/ Benefícios Previdenciários	619.123	
TOTAL		**4.428.168**

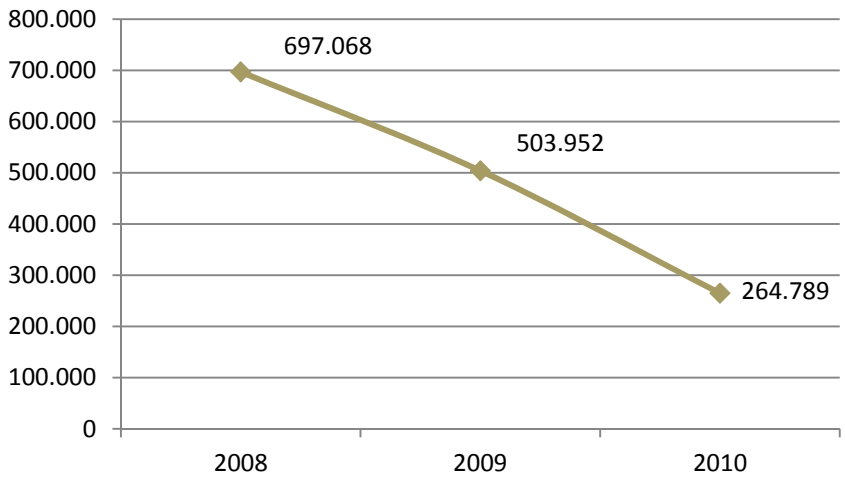
Ainda com base no demonstrativo anterior, tem-se a conta dívida flutuante, a qual trata de exigências assumidas por um breve e determinado período de tempo. Referida conta apresenta a seguinte composição:

(Em R$ milhares)

		% A.V
Consignações	107.454	40,58
Depósitos de Diversas Origens	88.351	33,37
Restos a Pagar Processados	40.018	15,11
Valores Diferidos	28.965	10,94
TOTAL	**264.789**	**100,00**

A evolução da dívida flutuante no último triênio, em valores reais, está assim demonstrada:

Gráfico 5.8 – Evolução da Dívida Flutuante 2008-2010



Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010

Verifica-se que a dívida flutuante apresentou constante e acentuada queda no período 2008-2010, com as reduções de 27,7% (2009/2008), 47,46% (2010/2009), e 62,01% na série histórica.

A dívida fundada, interna e externa, é registrada no passivo permanente e representa as exigibilidades de longo prazo. A movimentação da dívida fundada interna, em 2010, ocorreu da seguinte forma:

(Em R$ milhares)

		%A.V
Saldo Anterior (2009)	**2.090.259**	100,00
(+) Emissão	665.642	31,84
(-) Desincorporação	232	0,01
(+) Atualização	91.838	4,39
(-) Amortização	184.147	8,81
TOTAL	**2.663.361**	127,42

Diante desses números, evidencia-se que, em relação ao exercício anterior, a dívida fundada interna cresceu na ordem de 27,42%, cujo resultado foi influenciado pela emissão de dívida registrada no exercício.

De acordo com o detalhamento contido no BGE2010, Vol. I, fls. 354, do montante da dívida fundada interna, 97,21% está concentrada na Administração Direta (R$2,5 milhões), enquanto que o restante, isto é, 2,79% está sob gestão da Sociedade de Economia Mista.

Já a dívida fundada externa teve a seguinte movimentação:

(Em R$ milhares)

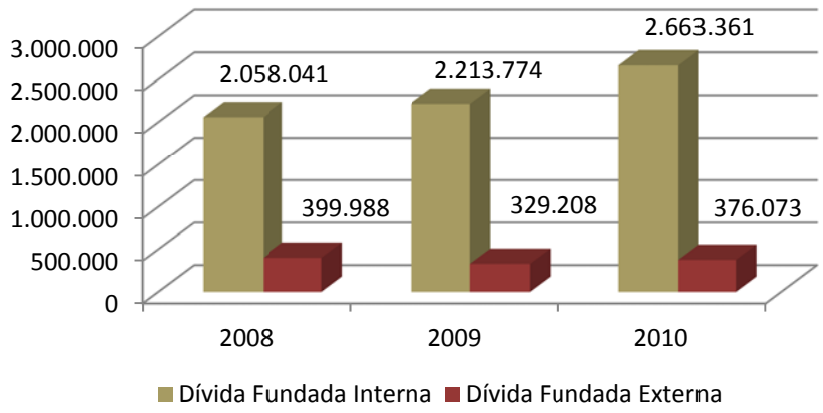
		%A.V
Saldo Anterior (2009)	310.840	100,00
(+) Emissão	90.848	29,23
(+) Atualização (Variação Cambial)	7.388	2,38
(-) Amortização	33.002	10,62
TOTAL	**376.073**	120,99

Tal qual a dívida fundada interna, a externa também apresentou incremento na ordem de 20,99% frente ao exercício anterior. Esse acréscimo também teve influência das operações contratadas no exercício.

Os valores da dívida fundada, referentes ao triênio 2008-2010, estão melhor visualizados por meio do gráfico a seguir, ressaltando-se que os valores de 2008 e 2009 foram atualizados para o exercício de 2010:

Gráfico 5.9 – Evolução da Dívida Fundada 2008-2010

(Em R$ milhares)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2008 a 2010

As informações acima revelam que no triênio em tela, a dívida fundada interna manteve tendência de crescimento. Em termos relativos, esse incremento foi de 7,57% (2009/2008), 20,31% (2010/2009) e de 29,41% entre o primeiro e o último ano da série histórica.

Já a dívida fundada externa aparentou situação inconstante, ora com decréscimo, ora com acréscimo, nos percentuais: -17,70% (2009/2008) e 14,24% (2010/2009).

Por fim, quanto ao grau de comprometimento do ativo, tem-se os seguintes valores:

$$\text{Comprometimento dos Ativos} = \frac{\text{Passivo Financeiro e Permanente}}{\text{Ativo Financeiro e Permanente}} = \frac{\text{R\$4,4 bilhões}}{\text{R\$10,7 bilhões}} = \mathbf{0,41}$$

O índice acima apurado revela que 41% do patrimônio ativo do Estado, em 31-12-2010, foi financiado com recursos de terceiros. Em outras palavras, de cada R$1,00 em bens e direitos do Estado, R$0,41 estavam comprometidos em obrigações de curto e longo prazo. Quando comparado com o índice de comprometimento do exercício de 2009, evidencia-se pequeno acréscimo de 0,06 pontos percentuais.

5.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS CONTROLADAS

Os resultados gerais quanto à situação do patrimônio das Empresas Controladas, evidenciam-se nas Demonstrações Contábeis de 31-12-2010, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

A análise consolidada do Balanço Geral do Estado contempla as seguintes Sociedades de Economia Mista:

- Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA
- Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ
- Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ

O Governo do Estado transferiu recursos financeiros no montante de R$161,2 milhões por intermédio da UG Encargos Gerais sob a supervisão da SEFA, conforme prevê o Orçamento de Investimento das Empresas, para aumento de capital da COSANPA (R$161,1 milhões) e GÁS DO PARÁ (R$102,6 mil).

Ao final de cada exercício social, as Companhias elaborarão, com base na escrituração mercantil, as demonstrações contábeis, as quais deverão expressar com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício. As demonstrações destacadas para análise foram: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme apresentados a seguir:

5.5.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial espelha a situação econômico-financeira do patrimônio das Empresas Controladas em 31-12-2010 e integra contas que representam os bens, direitos e obrigações das Entidades, demonstrados nos grupos do Ativo e Passivo.

Os saldos nominais consolidados dos principais grupos de contas do Balanço Patrimonial das Empresas Controladas em 31-12-2010 estão demonstrados na tabela a seguir, a qual também apresenta valores do exercício de 2009 para fins de comparação:

Tabela 5.49–Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Controladas

(Em R$ milhares)

GRUPOS	31/12/2009		31/12/2010		2010/2009
	R$	AV/%	R$	AV/%	AH/%
ATIVO	**2.897.737**	100,00	**3.215.984**	100,00	**10,98**
Circulante	1.318.646	45,51	1.424.193	44,28	8,00
Não Circulante	1.579.091	54,49	1.791.791	55,72	13,47
PASSIVO	**2.897.737**	100,00	**3.215.984**	100,00	**10,98**
Circulante	1.666.206	57,50	1.827.705	56,83	9,69
Não Circulante	530.538	18,31	531.198	16,52	0,12
Patrimônio Líquido	700.993	24,19	857.081	26,65	22,27

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Controladas / 31-12-2009 e 31-12-2010

A análise revela que os grupos do Ativo e do Passivo tiveram acréscimo de 10,98% em relação aos saldos do exercício anterior.

O Ativo Circulante, com saldo de R$1,4 bilhão, evoluiu 8% e teve menor representatividade, 44,28%, em relação ao Ativo total. Essa representatividade, em 2009, foi de 45,51%.

No Ativo, o grupo de representação mais expressiva é o Não Circulante, com percentual de 55,72% do Ativo, apresentando saldo de R$1,7bilhão, resultado esse 13,47% maior quando comparado ao exercício de 2009, decorrente principalmente do incremento das operações de créditos no BANPARÁ, cujo segmento empréstimos pessoa física evoluiu 41,8% em comparação ao ano anterior, com destaque na carteira para os consignados em folha de pagamento.

A COSANPA contribuiu com R$1,13 bilhão para formação do saldo do Ativo Não Circulante, equivalente a 63,36%. Isso decorreu dos valores, no montante de R$1,11 bilhão, referentes ao imobilizado técnico e às obras em andamento, após depreciação acumulada.

Em relação ao Passivo, os saldos dos grupos Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido apresentaram evolução de 9,69%, 0,12% e 22,27%, respectivamente, quando comparados com 2009. Desses grupos, o Patrimônio Líquido, com saldo de R$857 milhões, representa 26,65% do total de R$3,2 bilhões do Passivo.

O grupo Passivo Circulante, com saldo de R$1,8 bilhão, representa com maior expressividade (56,83%) o Passivo, do qual, o BANPARÁ compõe 93,65% desse saldo com a conta Depósitos, onde estão agregados os recursos captados com depósitos à vista, a prazo, de poupança e interfinanceiros.

O Passivo Não Circulante, com saldo de R$531,1 milhões, apresentou aumento de 0,12% em relação ao registrado em 2009, e teve a menor representatividade, 16,52%, do total do Passivo, em 2010.

5.5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A tabela a seguir apresenta o resultado da gestão econômica e financeira das Empresas Estatais Controladas do exercício de 2010 e, ainda, do exercício de 2009 para fins de análise comparativa.

Tabela 5.50 – Demonstração Consolidada do Resultado do Exercício das Empresas Controladas 2009 e 2010

(Em R$ milhares)

GRUPOS	31/12/2009		31/12/2010		2010/2009
	R$	AV/%	R$	AV/%	AH/%
Receitas Operacionais	331.701	100,00	610.870	100,00	84,16
Outras Receitas	29.447	8,88	66.904	10,95	127,20
(-) Despesas Operacionais	452.844	136,52	273.374	44,75	-39,63
(-) Outras Despesas	-154.439	-46,56	431.643	70,66	379,49
Resultado Operacional Líquido	**62.743**	18,92	**-27.243**	-4,46	-143,42

Fonte: Demonstrações Contábeis das Empresas Controladas – DRE / 2010 e BGE 2009

As Receitas Operacionais apresentaram em 31-12-2010 o saldo de R$610,8 milhões, superior em 84,16% ao saldo do ano anterior, que foi de R$331,7 milhões, enquanto que as Outras Receitas (R$66,9 milhões), representando 10,95% do saldo das Receitas Operacionais, obtiveram acréscimo de 127,20% em comparação ao exercício de 2009.

As Despesas Operacionais, com saldo de R$273,3 milhões equivalentes a 44,75% do total das Receitas Operacionais, decresceram 39,63% no exercício de 2010 em relação a 2009. Em contraposição, as Outras Despesas que representam 70,66% das Receitas Operacionais, com saldo de R$431,6 milhões, evoluíram 379,49% em relação ao saldo de 2009.

O Resultado Operacional Líquido apresentado em 2010 pelas Empresas Controladas sofreu redução de 143,42% em relação ao resultado positivo de 2009, em decorrência do prejuízo no montante de R$27,2 milhões, oriundo dos saldos negativos da COSANPA (R$98 milhões) e da GÁS DO PARÁ (R$446 mil).

A seguir, demonstra-se o resultado econômico financeiro específico de cada empresa controlada no exercício de 2010.

Tabela 5.51–Resultado da Gestão Econômica e Financeira das Empresas Controladas 2010

(Em R$ milhares)

ENTIDADES	RECEITA	OUTRAS RECEITAS	DESPESA	OUTRAS DESPESAS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
BANPARÁ	412.807	36.864	108.379	269.997	71.295
COSANPA	198.049	30.040	164.995	161.186	-98.092
GÁS DO PARÁ	14	0	0	460	-446
TOTAL	**610.870**	**66.904**	**273.374**	**431.643**	**-27.243**

Fonte: Demonstrativo Consolidado dos Resultados do Exercício das Empresas Controladas / BGE 2010.

O BANPARÁ apresentou no exercício de 2010, lucro líquido de R$71,2 milhões, resultado 63,30% maior que o apresentado em 2009 (R$43,6 milhões), em consequência do incremento das receitas de intermediações financeiras, com destaque para as operações de créditos que evoluíram 31,8% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, a COSANPA revelou prejuízo de R$98 milhões, o qual comparado ao resultado positivo do ano anterior (R$20,3 milhões), demonstra variação negativa de 481,39% em decorrência do aumento dos custos dos serviços (6,24%) e das despesas (10,51%), bem como, das deduções da receita bruta (84,63%).

A Companhia GÁS DO PARÁ não obtém receitas próprias de atividades operacionais, pois se encontra em fase pré-operacional. As receitas apresentadas (R$14 mil) são provenientes de aplicações financeiras e as despesas são referentes a gastos pré-operacionais que atingiram o saldo de R$460 mil, resultando no prejuízo de R$446 mil.

5.5.3. ANÁLISE POR COEFICIENTES

A seguir apresenta-se a análise consolidada das Empresas Controladas, por meio de indicadores financeiros, considerando as Demonstrações Contábeis do exercício de 2010 e dos dois últimos exercícios para fins de verificação da evolução desses indicadores.

Tabela 5.52–Coeficientes das Empresas Controladas 2008, 2009 e 2010

(Em R$ milhares)

coeficiente	fórmula	2008	2009	2010
LIQUIDEZ IMEDIATA	DISP. / P.C	0,43	0,43	0,37
LIQUIDEZ CORRENTE	A.C / P.C	0,76	0,79	0,78
LIQUIDEZ SECA	A.C - ESTQ / P.C	0,76	0,79	0,78
LIQUIDEZ GERAL	A.C + R.L.P / P.C + E.L.P	0,80	0,84	0,87
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	P.C+E.L.P / PASS.TOTAL	0,79	0,76	0,73
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	PC / PC+ELP	0,75	0,76	0,77
RENTABILIDADE SOBRE O INVESTIMENTO	RES.EXERC. / PL	-0,09	0,09	-0,03
RENTABILIDADE SOBRE O ATIVO	RES.EXERC / AT.TOTAL	-0,02	0,02	-0,01
MARGEM OPERACIONAL	RES.OPER. / VENDA LÍQ.[1]	0,09	0,41	0,06
MARGEM LÍQUIDA	RES.EXERC. / VENDA LÍQ.[1]	-0,19	0,21	-0,08

Fonte: BP Consolidado e DRE das Empresas Controladas / 2008, 2009 e 2010.
[1] Vendas Brutas – Custo dos Serviços Prestados.

As Empresas Controladas evidenciam em 2010 indicador de 0,37 na situação financeira de liquidez imediata, portanto,13,95% inferior aos exercícios anteriores. A situação evidenciada pelo indicador é desfavorável, pois, há R$684,9 milhões de disponibilidades, contra R$1,8 bilhão de obrigações no Passivo Circulante, considerando que, para cada R$1,00 de dívidas, existiam apenas R$0,37 em bens disponíveis, o que demonstra a incapacidade de pagamento das obrigações imediatas a terceiros.

Quanto à liquidez corrente e à liquidez seca, ambas apresentaram o mesmo indicador (0,78), demonstrando pequena redução (1,27%) em relação ao exercício de 2009 e acréscimo (2,63%) comparado a 2008. O indicador revela que as Empresas Controladas, considerando os estoques, não possuem bens e direitos de curto prazo suficientes para cobrir o Passivo Circulante, uma vez que seriam necessários 22% de bens numerários para honrar os compromissos assumidos com terceiros.

De outra feita, a capacidade de pagamento geral definida pelo índice de liquidez geral é de 0,87, e apresenta elevação de 3,57%, em comparação ao exercício de 2009, e 8,75%, comparado a 2008. O indicador denota não haver valores disponíveis e realizáveis suficientes para pagamento de dívidas, de curto e de longo prazo, entretanto, a situação pode ser considerada satisfatória em razão dos prazos de vencimentos diversos.

O indicador de 0,73 referente à participação de capitais de terceiros, expressa a porcentagem do ativo total financiado com recursos de terceiros, ou seja, indica que a formação do patrimônio é constituída por 73% de capital de terceiros e 27% de capital próprio, embora apresente sucessivas reduções ao longo dos exercícios em comparação a 2009 e 2008.

O quociente de composição do endividamento de 0,77 expressa de outra forma a dependência de capital de terceiros. Mede a existência de dívidas de curto prazo com relação às exigibilidades totais, cuja participação do endividamento a curto prazo é de 77%.

O indicador de rentabilidade sobre o investimento ou patrimônio líquido é de -0,03, indicando que as empresas sofreram R$0,03 de prejuízo para cada real investido.

O quociente apurado na rentabilidade sobre o ativo de -0,01 revela que, para cada R$1,00 real investido no ativo, houve prejuízo de R$0,01.

O quociente da margem operacional mostra a proporção do lucro operacional líquido sobre a receita operacional líquida. O índice de 0,06 representa o lucro de 6% que as empresas obtiveram depois de pagos os custos e as despesas operacionais, antes do imposto de renda.

O resultado da margem líquida de -0,08 representa a margem de prejuízo em relação ao faturamento. O resultado demonstra que a empresa teve R$0,08 de prejuízo líquido para cada real vendido.

5.5.4. FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC foi introduzida no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias, a partir das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 que alteraram a Lei nº 6.404/1964 - Lei das Sociedades Anônimas, e tem como objetivo, proporcionar aos usuários das Demonstrações Contábeis uma base para avaliar a capacidade das Entidades gerarem caixa e equivalentes e projetar cenários de fluxo de caixa futuros.

As Demonstrações de Fluxo de Caixa das empresas Controladas foram elaboradas conforme as instruções e determinações previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs e nos Pronunciamentos Técnicos dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis-CPC.

Dentre as Empresas Controladas, o BANPARÁ e a COSANPA estão obrigados à apresentação da DFC.

A seguir, apresenta-se o resumo do resultado conjugado da DFC das Empresas Controladas:

Tabela 5.53–Demonstração dos Fluxos de Caixa 2010

(Em R$ milhares)

FLUXOS DE CAIXA	BANPARÁ	COSANPA	TOTAL
De Atividades Operacionais	(29.979)	(41.842)	(71.821)
De Atividades de Investimentos	(4.059)	(130.833)	(134.892)
De Atividades de Financiamentos	(18.434)	167.470	149.036
Aumento Líquido de Caixa e equivalente de Caixa	23.366	(5.205)	18.161
Caixa e equivalente de Caixa no Início do Período	55.662	20.762	76.424
Caixa e equivalente de Caixa no Fim do Período	**79.028**	**15.557**	**94.585**

Fonte: Demonstrações Contábeis das Entidades, exercício de 2010.

O método utilizado pelas Empresas para elaboração do Fluxo de Caixa foi o método indireto, em que os recursos decorrentes das atividades operacionais são apresentados a partir do lucro líquido do exercício.

O caixa líquido aplicado a partir das atividades operacionais foi de R$71,8 milhões negativo, em função das variações negativas nas contas do Ativo e Passivo e nas variações monetárias e cambiais sobre financiamentos.

As disponibilidades geradas a partir das atividades de investimentos foram de R$134,8 milhões negativas. A COSANPA teve participação de 96,99% nesse resultado, em decorrência dos investimentos efetuados no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento teve variação positiva de R$149 milhões, decorrente do saldo positivo do fluxo de caixa da COSANPA, o qual atingiu o montante de R$167,4 milhões, devido a integralização de capital.

O BANPARÁ apresentou Fluxo negativo de R$18,4 milhões pela variação negativa em função de dividendos pagos ou provisionados.

A Variação Líquida das disponibilidades de caixa foi de R$18,1 milhões, apresentando aumento de 23,76%, correspondente a variação entre o saldo do início do exercício, de R$76,4 milhões, e o saldo ao final do exercício de R$94,5 milhões.

A COSANPA apresentou redução de saldo na ordem de R$5,2 milhões, enquanto que o BANPARÁ teve o saldo aumentado em R$23,3 milhões. Da conjugação desses, resultou saldo final positivo de R$94,5 milhões.

6. DIAGNÓSTICO AÇÃO METRÓPOLE

A Região Metropolitana de Belém – RMB, composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel, possui população fixa de 2,1 milhões de habitantes, o que representa aproximadamente 28% da população do Estado do Pará e concentra 36% do Produto Interno Bruto do Estado, ostentando, por isso, a condição de maior centro econômico do Estado, atraindo e dispersando a atividade econômica no Pará.

A ausência de elaboração, gestão e execução de políticas públicas para o planejamento e gestão do espaço urbano contribuiu para que a Região Metropolitana de Belém apresentasse restrições no que tange à mobilidade intraurbana, situação essa prevista desde meados da década de 80 e agravada ao longo do tempo, em decorrência, principalmente, do incremento do número e fluxo de veículos, dos deslocamentos/dia da população, do crescimento populacional, do sistema ineficiente de transporte público, da falta de investimento na construção de novas vias e adaptação de vias, e do esgotamento da capacidade das vias operacionais existentes.

O quadro a seguir apresenta dados primários sobre a frota de veículos e deslocamentos/dia na Região Metropolitana de Belém.

DADOS TRANSPORTE URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA 2002 e 2009

REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	ANO	
	2002	2009
POPULAÇÃO	1.888.959	2.153.280
QUANTIDADE DE CARROS	81.833	131.337
CARRO PARTICULAR (VEÍCULO/1.000 PESSOAS)	43	61
CARROS (VIAGENS/DIA)	864.947	1.043.252
TRANSPORTE PÚBLICO (VIAGENS/DIA)	1.679.885	1.724.093
TOTAL (VIAGENS/DIA)	2.544.832	2.767.345
COMPOSIÇÃO DE CARROS (%)	34,0%	37,7%
COMPOSIÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO (%)	66,0%	62,3%

Fonte: Relatório Final JICA 2009.

Figura 6.1 – Av. Almirante Barroso em horário de pico.



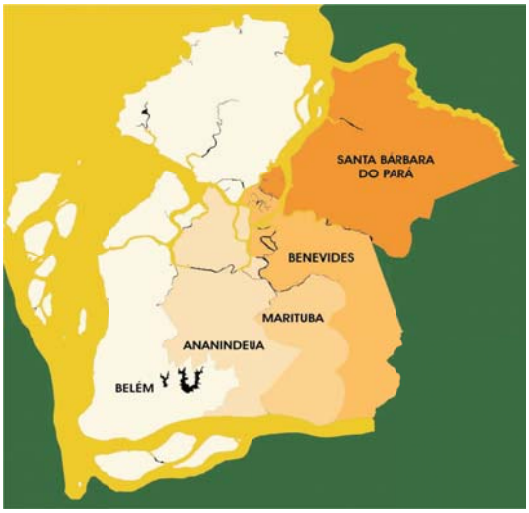
Fonte: Relatório Final JICA 2009.

Em 1990, dentro do quadro de precariedade do sistema de transporte público, foi realizado o Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU1990, resultado de um convênio entre o Governo do Estado do Pará e a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA. Considerando que as ações previstas no PDTU1990 não foram implementadas, o citado plano foi atualizado no ano de 2001 com a denominação final de PDTU2001, sendo novamente e pelo mesmo motivo, atualizado em 2003, quando foi elaborado o "Estudo de Viabilidade Econômica para o Melhoramento do Sistema de Transportes na Região Metropolitana de Belém "- EV2003.

Apesar dos estudos realizados ao longo dos últimos 23 anos, nenhuma ação efetiva de implementação, exceto intervenções pontuais, foi tomada pelo poder público, tanto no plano estadual como no âmbito dos municípios integrantes da Região Metropolitana. Assim, a desordem anunciada no PDTU 1990 confirmou-se com o colapso do sistema de transporte da Região Metropolitana nos dias atuais.

A partir de 2008, o Governo do Estado resolveu enfrentar a questão da mobilidade intraurbana na Região Metropolitana realizando nova atualização, dessa vez no EV2003, então denominada de EV2009. Dessa feita incorporou dentro de um programa com maior amplitude, denominado AÇÃO METRÓPOLE - Obras Integradas de Transporte.

Figura 6.2 – Área de Abrangência do Programa Ação Metrópole.



No quadro comparativo entre o EV2003 e o EV2009, observa-se tendência de redução do crescimento populacional e do aumento da renda média mensal da população, inferindo-se que, mantida essa tendência, ocorrerá incremento ainda maior da frota de veículos e de deslocamentos/dia, agravando ainda mais o problema da mobilidade urbana dentro da RMB.

ITEM		2002	2009	2009/2002	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
POPULAÇÃO	(EV/2003)	1.888.959	2.267.266	1,20	2,6%
	(EV/2009)	1.888.959	2.153.280	1,12	1,9%
	Diferença	0,0%	-5,0%	-	-0,8 ponto
RENDA MÉDIA MENSAL (R$/mês)	(EV/2003)	865	1.040	1,20	2,7%
	(EV/2009)	865	1.130	1,31	3,9%
	Diferença	0,0%	+8,6%	-	+1,2 ponto

O AÇÃO METRÓPOLE tem como objeto aumentar a mobilidade urbana intrarregião metropolitana de Belém, com redução de tempo de deslocamento, sendo estruturado a partir de quatro eixos setoriais: Gestão do Transporte Metropolitano; Ações de Desenvolvimento Urbano; Infraestrutura de Transporte Urbano e Viária; Sistema Operacional, Política Tarifária e de Concessão.

No aspecto gerencial, encontra-se sob a coordenação do Núcleo de Gerenciamento do Transporte Metropolitano – NGTM, subordinado à Secretaria Estadual de Projetos

Estratégicos – SEPE.

O Programa AÇÃO METRÓPOLE- Obras Integradas de Transporte foi formatado fisicamente de modo a ser executado em duas linhas de intervenção, sendo as mesmas, complementares e interdependentes na infraestrutura viária e de transporte da Região Metropolitana de Belém, a saber:

a) Projeto e intervenções no sistema viário e;
b) Projeto e implantação de sistema troncal de transporte público

Para o sistema viário, o programa propõe a construção e prolongamento de novas vias (complementares e alternativas às existentes), eliminação de pontos de conflitos viários com construção de obras de arte e a pavimentação de vias alimentadoras às estruturais.

O AÇÃO METRÓPOLE consta do Plano Plurianual 2008-2011 no Programa "Caminhos da Parceria, Projeto Belém 400 Anos", e contempla a realização de trinta e nove projetos viários, com fontes de financiamentos diversas, tendo sido programada a sua execução de tal modo que o início de operação da linha troncal de transporte público de passageiros, por meio do BRT, ocorra em 2013. Essas intervenções estão relacionadas no quadro a seguir:

N.º	NOME DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	ANDAMENTO DO PROJETO	EXTENSÃO (KM)
1	RODOVIA ARTHUR BERNARDES	RECUPERAÇÃO DA VIA. 1 PISTA, 2 SENT/2 FX., CALÇADAS, CICLOVIA, BAIAS PARA ÔNIBUS E ACOSTAMENTO.	SEPE	2008 / 2010	EM ANDAMENTO	13,8
2	RODOVIA DO TAPANÃ	SEM PROJETO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	4,7
3	RUA YAMADA	DUPLICAÇÃO DA VIA. 1 PISTA, 2 SENT / 2 FX., CALÇADAS, CICLOVIA, BAIAS PARA ÔNIBUS E ACOSTAMENTO.	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	4,1
4	RODOVIA TRANSMANGUEIRÃO	DUPLICAÇÃO DA VIA. 1 PISTA, 2 SENT/ 2 FX., CALÇADAS, CICLOVIA, BAIAS PARA ÔNIBUS E ACOSTAMENTO.	SETRAN	2008 / 2010	EM ANDAMENTO	6,9
5	AV.INDEPENDÊNCIA	IMPLANTAÇÃO DE PISTAS, 2 SENTIDOS, 3 FX.. ESTRUTURAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL E CICLOVIA ATÉ 2010.	SEPE	2008 / 2010	EM ANDAMENTO	4,8
6	RUA DAS ROSAS	IMPLANTAÇÃO DE 1 PISTA, 1 SENTIDO E 2 FX., CALÇADAS, CICLOVIA.	SETRAN	2009 / 2010	EM ANDAMENTO	1,3
7	RUA DA MARINHA	DUPLICAÇÃO, 2 SENTIDOS E 2 FX., CALÇADAS, CANTEIRO CENTRAL, CICLOVIA, BAIAS DE ÔNIBUS E ACOSTAMENTO.	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	3
8	AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX. E CICLOVIA.	PMB	2010	EXECUÇÃO PARCIAL	5,2

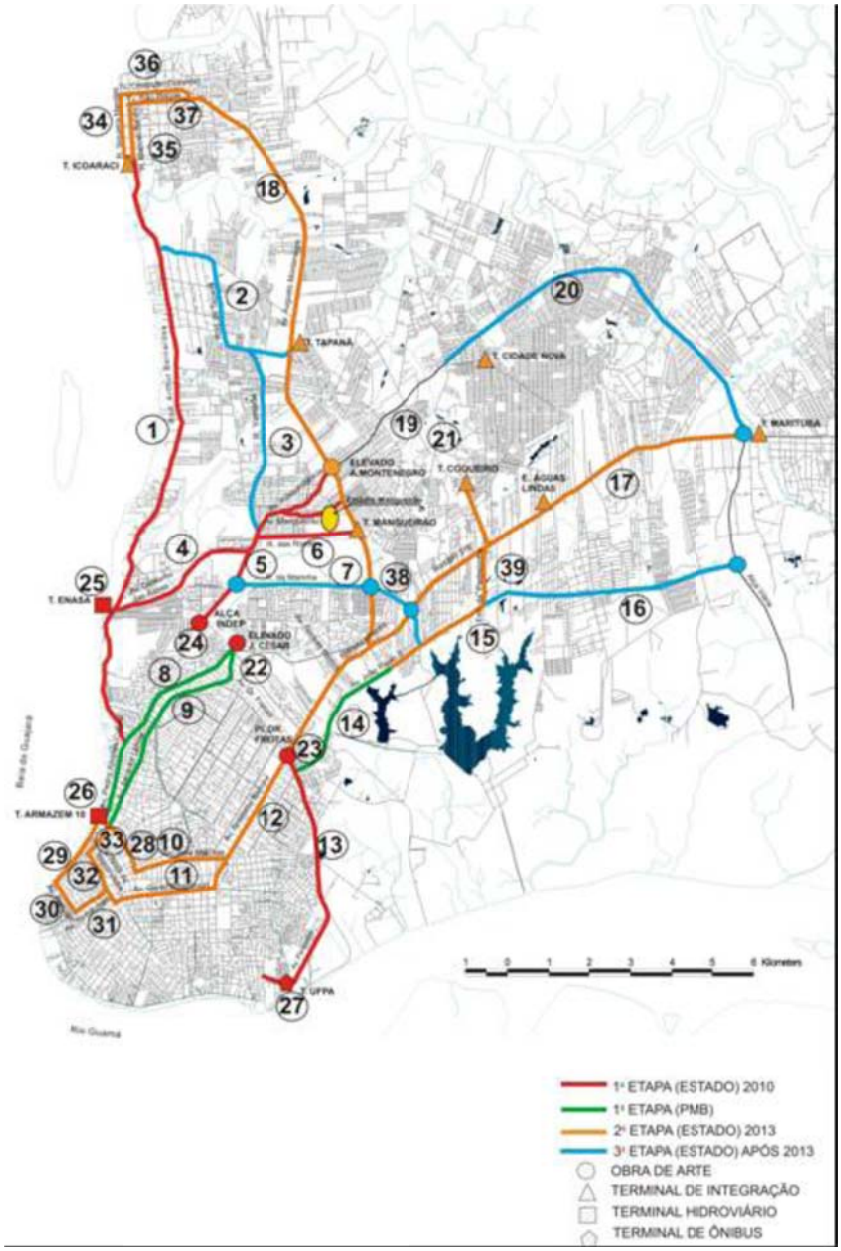
N.º	NOME DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	ANDAMENTO DO PROJETO	EXTENSÃO (KM)
9	AV. SENADOR LEMOS	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX., IMPLANTAÇÃO DE UMA FX. PREFERENCIAL PARA ÔNIBUS DA LINHA TRONCAL	PMB	2010	EXECUÇÃO PARCIAL	5,2
10	AV. GOVERNADOR JOSÉ MALCHER	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX., IMPLANTAÇÃO DE 1 FX. PREFERENCIAL DE ÔNIBUS DA LINHA TRONCAL	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	2,2
11	AV. GENTIL BITTENCOURT	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX., IMPLANTAÇÃO DE 1 FX. PREFERENCIAL DE ÔNIBUS DA LINHA TRONCAL	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	2,8
12	AV. ALMIRANTE BARROSO	2 PISTAS, SENTIDO DUPLO, 3 FX., IMPLANTAÇÃO DE 2 FX. EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	6
13	AV. PERIMETRAL	DUPLICAÇÃO, 2 SENTIDOS E 2 FX., CALÇADAS, CICLOVIA, BAIAS PARA PONTOS DE ÔNIBUS.	SEPE	2008 / 2010	EM PLANEJAMENTO	4,9
14	AV. JOÃO PAULO II	2 PISTAS, 2 SENTIDOS E 3 FX.: CANTEIRO CENTRAL, CALÇADAS E CICLOVIA.	SESAN	2008	CONCLUÍDO	1,2
15	AV. JOÃO PAULO II	IMPLANTAÇÃO 2 PISTAS, 2 SENTIDOS E 3 FX.: CANTEIRO CENTRAL, CALÇADAS E CICLOVIA.	SEPE	2009 / 2011	EM PLANEJAMENTO	3,3
16	AV. JOÃO PAULO II	IMPLANTAÇÃO 2 PISTAS, 2 SENTIDOS E 3 FX.: CANTEIRO CENTRAL, CALÇADAS E CICLOVIA.	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	6,2
17	RODOVIA BR-316	2 PISTAS, 2 SENTIDOS E 4 FX.. IMPLANTAÇÃO DE CANALETA EXCLUSIVA PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	10,7
18	AV. AUGUSTO MONTENEGRO	2 PISTAS, 2 SENTIDOS E 4 FX.. IMPLANTAÇÃO DE CANALETA EXCLUSIVA PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	13,6
19	AV. INDEPENDÊNCIA	2 PISTAS, 2 SENTIDOS 2 FX..	SETRAN	2004	CONCLUÍDO	3,6
20	AV. INDEPENDÊNCIA	EM FASE DE ELABORAÇÃO (ESTRUTURAÇÃO DAS VIAS INCLUINDO VIAS DA LINHA TRONCAL DE ÔNIBUS)	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	6,6
21	AV. MÁRIO COVAS	RECUPERAÇÃO ENVOLVENDO 1 PISTA, 2 SENTIDOS E 2 FX.: IMPLANTAÇÃO DA FX. PREFERENCIAL PARA ÔNIBUS	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	1,3
22	VIADUTO JÚLIO CÉSAR	IMPLANTAÇÃO DO VIADUTO COM 4 PÉTALAS NO CRUZAMENTO.	SEPE	2008 / 2010	EM ANDAMENTO	-
23	AV.DR. FREITAS X AV. ALMT. BARROSO	IMPLANTAÇÃO DO CRUZAMENTO EM FORMA DE TÚNEL E PROJETO DE VIA SUBTERRÂNEA.	SEPE	2008 / 2010	EM PLANEJAMENTO	-
24	ALÇA INDEPENDÊNCIA	PISTA DE MÃO ÚNICA, 2 FX.: ESTRUTURAÇÃO DE NOVAS VIAS.	SEPE	2009 / 2010	EM PLANEJAMENTO	-
25	TERMINAL HIDROVIÁRIO METROPOLITANO	IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL HIDROVIÁRIO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS E CARGA.	SETRAN	2008 / 2009	EM PLANEJAMENTO	-
26	TERMINAL HIDROVIÁRIO ARMAZÉM 10	EM FASE DE ELABORAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO TERMINAL DE ÔNIBUS EXISTENTE.	CDP	INDEFINIDO	INDEFINIDO	-

Diagnóstico Ação Metrópole

N.º	NOME DO PROJETO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	ANDAMENTO DO PROJETO	EXTENSÃO (KM)
27	TERMINAL URBANO UFPA	IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL URBANO DE LINHAS DE ÔNIBUS NO CAMPUS DA UFPA	COHAB	2008 / 2009	EM CONSTRUÇÃO	-
28	AV. VISCONDE DE SOUSA FRANCO	UMA PISTA, 2 SENTIDOS E 3 FX.: IMPLANTAÇÃO DA FX. PREFERENCIAL DE ÔNIBUS DA LINHA TRONCAL.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	1,6
29	AV. MAR. HERMES / CASTILHOS FRANÇA	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	1,8
30	AV. PORTUGAL / AV.16 DE NOVEMBRO	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	0,9
31	AV.ALMIRANTE TAMANDARÉ / RUA GAMA ABREU	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	0,9
32	AV. ASSIS DE VASCONCELOS	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	1,2
33	RUA DE BELÉM	IMPLANTAÇÃO DE 1 PISTA, SENTIDO ÚNICO, 3 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	0,3
34	RUA SIQUEIRA MENDES	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 2 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	1,4
35	RUA MANOEL BARATA	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 2 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	1,3
36	TRAVESSA CRISTÓVÃO COLOMBO	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 2 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS.	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	2,3
37	TRAVESSA SÃO ROQUE	UMA PISTA, SENTIDO ÚNICO, 2 FX. PARA TRÁFEGO GERAL E 1 FX. PRIORITÁRIA PARA ÔNIBUS	SEPE	2010 / 2012	EM PLANEJAMENTO	2,2
38	RUA DA MARINHA	SEM PROJETO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	1,5
39	ESTRADA DA PEDREIRINHA	SEM PROJETO	SEPE	2010 / 2011	EM PLANEJAMENTO	2,8

Dentro do universo temporal, e compatibilizado com as ações no Sistema de Transporte Público de Passageiros, as 39 obras de intervenção no sistema viário foram agrupadas em quatro etapas de execução, as quais podem ser identificadas no mapa a seguir:

Figura 6.3–Mapa de intervenções da 1ª etapa do Ação Metrópole.



É importante destacar que as obras priorizadas para execução na 1ª etapa, e que deveriam ter sido concluídas em 2010, referem-se à criação de vias alternativas de tráfego de ligação com a Primeira Légua Patrimonial e a obras para a redução de pontos de conflito. Essas intervenções, além de oferecer novas opções de acesso e melhorar a fluidez do

tráfego, devem preparar o espaço urbano visando a implantação e a operacionalização do sistema integrado tronco-alimentador, atenuando em parte, os efeitos durante a execução dessas intervenções.

Figura 6.4 – Elevado Daniel Berg – Av. Júlio Cezar X Av. Pedro Álvares Cabral.



Figura 6.5 – Alça Av. Independência X Av. Júlio Cezar.



Figura 6.6 – Montagem Rodovia Arthur Bernardes.



Figura 6.7 – Montagem Ligação Alça Rodovia BR-316 X Av. João Paulo II.



Para o transporte público de passageiros, o AÇÃO METRÓPOLE adota modelo conceitual, baseado na atualização do EV2003, o qual mantém a implantação de uma rede integrada de transporte público coletivo (já identificada como a melhor alternativa e proposta desde o PDTU1990), com adoção de sistema tronco alimentador, operados por BRT (Bus Rapid Transit) em ônibus articulados de alta capacidade de passageiros, trafegando em canaletas nas linhas troncais implantadas nas Rodovias BR-316 e Augusto Montenegro, em

faixas exclusivas na Av. Almirante Barroso e em faixas prioritárias, a partir de São Brás até a área central. O modelo proposto prevê ainda, para agilizar o embarque e desembarque e acesso universal, a construção de terminais e estações de Integração. O sistema propõe ainda, a bilhetagem única, com pagamento antecipado ao embarque, constituindo novo sistema de gestão com uma operação consorciada.

O mapa a seguir apresenta espacialmente a configuração do sistema de transporte público operado pela modal BRT.

Figura 6.8 – Proposta para o Sistema de Transporte Público de Passageiros - STPP.

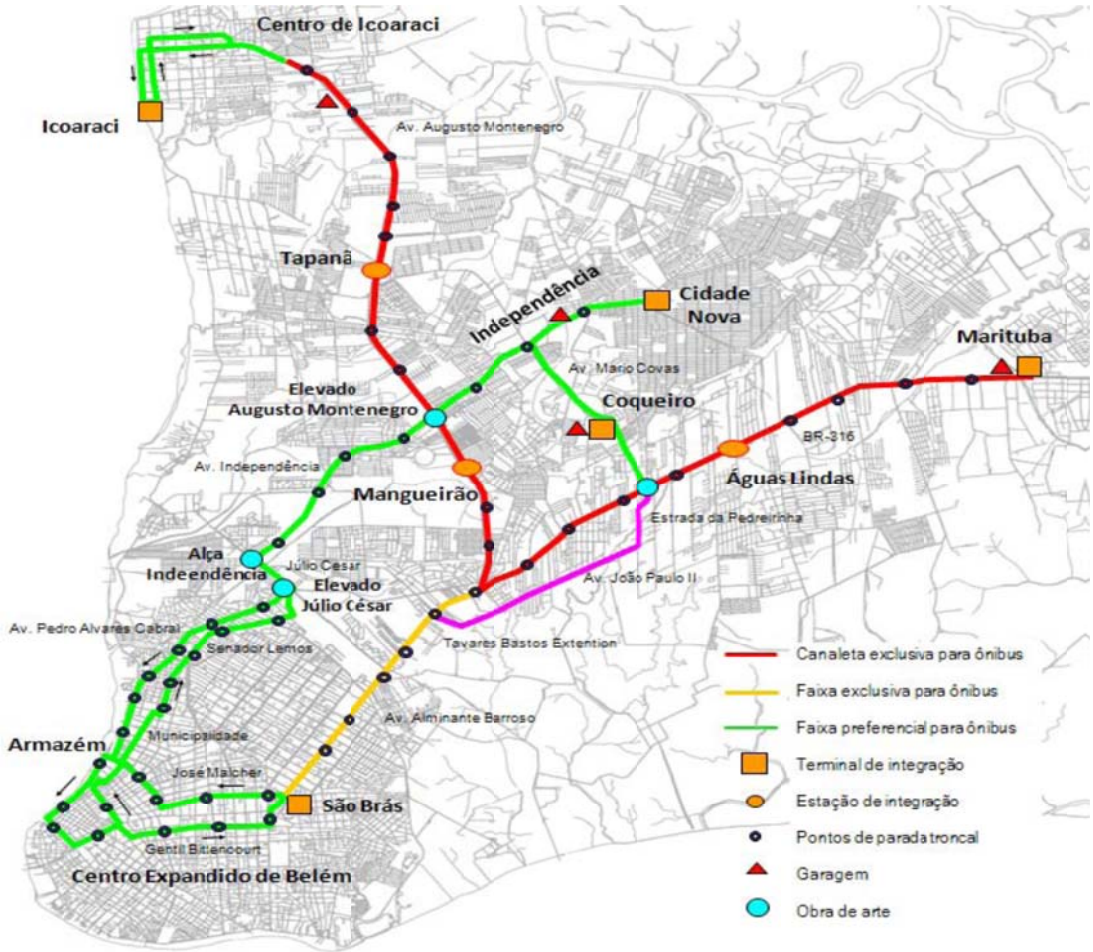


Figura 6.9 – Montagem STPP – Proposta Rodovia BR-316.



Figura 6.10 – Montagem STPP – Proposta Av. Augusto Montenegro.



Figura 6.11 – Montagem STPP – Proposta Av. Almirante Barroso.



A partir de 2007, o Governo decidiu efetivamente realizar as ações estruturantes previstas no AÇÃO METRÓPOLE. Assim, baseado nas informações fornecidas pela SEPE, apresenta-se o seguinte quadro de investimentos do programa:

VALOR CONTRATADO EM OBRAS E SERVIÇOS	R$ 274.582.921,03
VALOR DOS PAGAMENTOS REALIZADOS ATÉ 2010	R$ 256.560.842,61
SALDO CONTRATUAL	R$ 18.022.078,42

As despesas realizadas com as obras de execução da 1ª etapa do AÇÃO METRÓPOLE, no exercício auditado, totalizaram R$ 193,4 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

EXECUÇÃO AÇÃO METRÓPOLE REFERENTE AO ANO DE 2010

(Em R$1,00)

	OBJETO	FONTE	VALOR ORÇADO	EXECUTADO 2010	CONTRATADA
1	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO PARQUE ECOLÓGICO DE BELÉM	0130	3.188.363,49	3.188.363,49	DECOL
2	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS DOIS AMIGOS, SAMAÚMA, SANTO ANTÔNIO E SÃO JOSÉ NO BAIRRO DA PRATINHA	0130	2.270.059,20	2.206.783,73	CÍRIO

	OBJETO	FONTE	VALOR ORÇADO	EXECUTADO 2010	CONTRATADA
3	ADAPTAÇÃO DO AEROPORTO DA JÚLIO CÉSAR E RELOCAÇÃO DAS ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS E PAPI	0130	3.130.408,10	3.130.408,10	DECOL
4	CONSTRUÇÃO DA AV. INDEPENDÊNCIA E DO ELEVADO JÚLIO CÉSAR	0130	100.658.815,65	64.408.783,76	DELTA
5	MELHORAMENTOS NA RODOVIA ARTHUR BERNARDES	0130	49.048.114,72	30.750.864,76	JMT
6	EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS EM TORNO DO ELEVADO JÚLIO CÉSAR	0130	12.241.014,97	8.716.361,67	TERRAPLENA
7	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CORREDOR SUL	0130	23.699.184,03	22.220.782,03	TERRAPLENA
8	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CORREDOR NORTE	0130	43.283.584,74	38.195.469,71	JM T
9	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CORREDOR BR	0130	22.394.231,07	20.589.977,73	CONSTRUAMEC
	TOTAL		**259.913.775,97**	**193.407.794,98**	

6.1. DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS NO ANO DE 2010

O tempo decorrido entre as fases de planejamento, elaboração de projetos executivos e a decisão do governo para executar as obras de infraestrutura, é de tal modo demorado que, muitas vezes, quando um projeto é concluído, já se encontra no limite de sua capacidade operacional prevista no momento de sua fase de planejamento e da elaboração do projeto executivo.

Os projetos de reestruturação do sistema de transportes públicos de passageiros da Região Metropolitana de Belém foram iniciados em 1988, ou seja, há 23 anos, tendo durante esse período, sofrido várias revisões e atualizações e nenhuma ação efetiva por parte do poder público na tentativa de romper a inércia e implantar efetivamente o programa.

O resultado visto e sentido por todos, tanto pelos usuários de transporte público, como pelos que utilizam transporte particular, que habitam ou transitam pela metrópole, é a sensível redução da qualidade de vida.

Então, é de fundamental importância o Governo do Estado concretizar, por meio de política de governo, a reestruturação do sistema de transporte público da Região

Metropolitana de Belém, ampliando-a, a fim de transformá-la em programa que, além de visar a reestruturação do Sistema de Transporte de Público de Passageiros - STPP, contemple ações, necessárias e fundamentais, de modernização e ampliação do sistema viário.

Entretanto, analisando o que foi executado por meio do AÇÃO METRÓPOLE, especificamente durante o ano de 2010, observa-se que:

a) parte das obras contratadas ainda não se encontram plenamente executadas ou em operação;

b) há desconformidade entre o estágio de implantação do programa e o cronograma físico determinado em projeto, o qual fixa o ano de 2013 para que o sistema de transporte proposto inicie sua operação;

c) não foram realizados, ou executados a contento, os devidos estudos técnicos objetivando compatibilizar as obras de sistema viário com o sistema de drenagem urbana, constatado pelos grandes alagamentos amplamente divulgados na imprensa local;

d) não foi pactuado entre os vários níveis governamentais do Estado e dos municípios, desde a elaboração do PDTU1990, a formulação e a aplicação de instrumentos de uso e regulação do solo urbano, de modo a preservar e garantir áreas e espaços fundamentais para a implantação e adequação de vias. Essa observação fica evidenciada no cruzamento em nível da recém inaugurada Av. Independência com a Rodovia Augusto Montenegro, onde empreendimentos de porte, construídos ou em construção pela iniciativa privada, impedem, pelo menos dentro de um custo administrável, a eliminação desse ponto de conflito e retenção de tráfego;

e) para a execução dos serviços discriminados como OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CORREDOR SUL (Área de Influência da Av. Perimetral); OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CORREDOR NORTE (Área de Influência da Rodovia Arthur Bernardes); e OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO CORREDOR BR-316, foram despendidos R$ 81.006.229,47 (oitenta e um milhões, seis mil, duzentos e vinte nove reais, quarenta e sete centavos). Esse valor é equivalente a **41,88%** do total investido nas obras viárias no ano de 2010. A atual equipe gestora do AÇÃO METRÓPOLE informa que essas obras corresponderam à pavimentação das vias locais na área de influência dos corredores. Não há registro nos documentos técnicos fornecidos pela SEPE, acerca de maior detalhamento sobre essas vias, bem como, a justificativa para a sua execução durante o ano de 2010, e tampouco, quais

os benefícios de tais investimentos, diretos ou indiretos, sobre a infraestrutura viária eleita como prioritária para a implantação do sistema de transporte público de passageiros.

Norteado pelos objetivos do programa, verifica-se que o montante despendido poderia ter sido aplicado em obras estruturantes, dentre as 39 elencadas no projeto técnico de engenharia, cujo benefício direto impactaria para toda a população da Região Metropolitana, diferentemente dos benefícios auferidos, pontualmente setorizados. Ressalte-se ainda, que a pavimentação de vias locais, que não contribuam diretamente para o Programa, devem ser executadas sob responsabilidade do Poder Público Municipal, desonerando a execução do Programa Ação Metrópole.

7. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES

O monitoramento tem por objetivo acompanhar os provimentos adotados pelo Governo do Estado em observância às recomendações exaradas no Parecer Prévio da Prestação de Contas do exercício de 2009, constante da Resolução TCEPA n° 17.859, de 26-05-2010.

Nesse mesmo Parecer Prévio, o TCEPA fixou prazo para que os Poderes e órgãos encaminhassem as informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações formuladas, visando com isso o acompanhamento pelo Departamento Técnico deste Tribunal, por meio do instrumento de fiscalização denominado Monitoramento. O prazo fixado, constante do item 4 da referida Resolução, foi de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Parecer Prévio ocorrida em 02-06-2010.

O prazo expirou em 30-11-2010 sem que nenhum Poder ou órgão tivesse remetido informações, deixando assim de atender a determinação desta Corte de Contas. Após o fato, este TCEPA expediu ofícios aos Poderes e órgãos reforçando o atendimento ao item 4 da citada Resolução, bem como instalou Inspeção Ordinária junto à AGE, visando coletar informações específicas do Poder Executivo.

O MPE e o TJEPA responderam aos ofícios, encaminhando as providências adotadas para as respectivas recomendações. Por sua vez, a AGE encaminhou em 03-12-2010 o Ofício nº 887/2010-GAB/AGE, informando as providências tomadas pelo Poder Executivo até aquela data.

De posse dos documentos enviados, foram iniciadas as análises com o objetivo de atestar se os mesmos confirmavam o atendimento às recomendações. No exame, porém, observou-se que o Poder Executivo não encaminhou todos os documentos e informações solicitados.

Somente por ocasião do encaminhamento do BGE 2010, aquele Poder prestou as demais informações solicitadas, cuja análise apresenta-se a seguir:

7.1. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

I. Que as unidades gestoras do Poder Executivo registrem, completa e tempestivamente no Sistema GP Pará, as informações de execução das ações de governo, bem como de outras informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisão, em cumprimento ao art. 12 da Lei nº 7.077/07 (Lei do PPA 2008 – 2011) e art. 42, § 2º da Lei nº 7.193/08 (LDO/2009);

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, a SEPOF, órgão competente para monitorar o Sistema GP Pará, argumentou que ainda enfrenta dificuldades para manter

atualizado o monitoramento das Metas Físicas das Ações de Governo no Sistema GP Pará.

Para alcançar o objetivo pretendido, a SEPOF adotou algumas mudanças na estrutura organizacional com o intuito de melhorar o processo de planejamento e gestão. Criou diretoria exclusivamente voltada ao planejamento, monitoramento e avaliação, dando ênfase às informações gerenciais nos programas e ações de governo.

ANÁLISE: Apesar da SEPOF mencionar a criação de uma diretoria exclusiva voltada ao planejamento, a resposta não confirma que as unidades gestoras do Poder Executivo estão registrando, completa e tempestivamente no Sistema GP Pará, as informações de execução das ações de governo.

Objetivando verificar se as unidades gestoras passaram a registrar tais exigências, este Tribunal realizou consultas no GP Pará e constatou que o sistema voltou a ser alimentado pela unidades gestoras do Poder Executivo. Entretanto, observou-se que alguns programas não tiveram suas metas físicas alimentadas (cinco, no total), assim como também foi observado em algumas ações que tiveram execução orçamentária registradas.

Assim, esta recomendação deve ser considerada **atendida**, porém, precisando de pequenos ajustes, os quais serão objetos de monitoramento por parte deste Tribunal.

II. Que sejam adotadas as medidas necessárias à conclusão dos projetos "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Público", visando a realização do inventário patrimonial atualizado do Estado do Pará;

PROVIDÊNCIAS: Durante o monitoramento verificou-se que a AGE solicitou providências à SEAD a qual informou estar tomando as providências necessárias, porém, observou-se que o processo ainda não havia sido concluído.

No BGE 2010, às fls. 267, a SEAD esclarece que, para a conclusão do Projeto de "Reordenamento do Patrimônio Imobiliário", será necessário levantamento das características físicas, avaliação econômica e a digitalização dos dados levantados dos bens imóveis do Estado, localizados na região Sudoeste do Pará, correspondendo cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) imóveis, ou seja, 20% do acervo imobiliário estadual.

A SEAD refere, ainda, que a conclusão desse Projeto foi inviabilizada por falta de repasse financeiro durante os anos de 2008, 2009 e 2010, sendo que para o atual

exercício foram previstos no orçamento anual da SEAD, recursos na ordem de R$5.000 (cinco mil reais), valor insuficiente, dada a complexidade do trabalho, dificultando, consequentemente, a implementação das ações programadas para a finalização do Projeto.

ANÁLISE: Cabe lembrar que em 2010 a AGE e a SEAD emitiram o Ofício Circular Conjunto n° 04/2010-SEAD-AGE, de 03-02-2010, reiterando aos responsáveis dos órgãos da Administração Pública Estadual, a necessidade de atender integralmente à recomendação expedida pelo TCEPA referente à realização de inventário, avaliação, reavaliação, depreciação e registros contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Estado do Pará.

O Ofício Circular em questão ressalta que o preconizado inventário seja devidamente registrado no SISPAT nos termos da Nota Técnica n° 002/06 - DICONF-SEPOF e arts. 24 e 25 da Portaria Conjunta n° 157/2009 - SEFA/SEPOF, de 16-11-2009. Porém, o referido Ofício Circular Conjunto por ter sido emitido somente mais de oito meses após a edição da Resolução TCEPA n°17.706, de 20-05-2009, que aprovou o Parecer Prévio sobre as contas de 2008 do Governo do Estado e próximo à data de entrega das Contas de 2009, não se teria tempo suficiente para o atendimento a contento da recomendação expedida. Fato que fez este TCEPA reiterar a recomendação.

Contudo, para as presentes Contas, mesmo com uma maior elasticidade de tempo para cumprir o referido Ofício Circular Conjunto, não se observou na resposta do Governo, nenhuma ação no sentido de fazer cumprir as orientações providas pela AGE e SEAD. O que se observa claramente nos esclarecimentos da SEAD são as dificuldades encontradas para implementar as ações programadas para a finalização do Projeto, principalmente de ordem financeira, que devem ser solucionadas administrativamente pelo órgão.

Pelo exposto, considera-se a recomendação **não atendida**, devendo o Governo adotar providências necessárias para que, de fato, se concluam os referidos Projetos, estabelecendo inclusive prazo para conclusão, e em caso de não cumprimento do resultado pretendido, identifique os responsáveis pela não realização com aplicação de sanções legais previstas na LDO/2010.

7.2. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS AO PODER EXECUTIVO

I. Que seja repactuado o Contrato de Gestão firmado com o Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia - IGAMA, no sentido de atualizar as metas pertinentes ao alcance gradual da autonomia financeira dessa organização social;

PROVIDÊNCIAS: Conforme informações do IGAMA, o Contrato de Gestão nº 001/2007, firmado entre o Governo do Estado e o Instituto, aponta duas vertentes de ações. A primeira destaca o fomento ao desenvolvimento do setor produtivo de gemas e jóias do Estado. A natureza privada da OS permite a pactuação de convênios para o desenvolvimento do setor de gemas e jóias, garantindo a realização de ações que impulsionem este setor econômico.

A outra ação que consta como finalidade no referido contrato, diz respeito à administração do Espaço São José Liberto. De acordo com o Contrato, a manutenção do Espaço São José Liberto não pode ser efetivada com recursos dos convênios firmados, e sim, com os recursos oriundos do tesouro estadual, sendo que a execução do Programa de Desenvolvimento do Setor Produtivo de Gemas e Jóias se efetiva por meio da captação de recursos que o IGAMA realiza. Assim, segundo o IGAMA, a mudança desta dinâmica traria aos cofres públicos uma despesa maior e, com a redução destas metas, não se obteria resultado positivo hoje alcançado.

ANÁLISE: Pela análise efetuada na documentação, os termos do Contrato inviabilizam a autonomia financeira do Instituto, considerando que a manutenção do Espaço São José Liberto não pode ser efetivada com recursos dos convênios firmados, e sim com os recursos oriundos do tesouro estadual, e estes são utilizados exclusivamente para a manutenção do prédio, resta concluir que a recomendação **foi atendida**.

II. Que seja apresentada memória de cálculo que possibilite a validação do resultado apresentado junto ao Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, previsto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF;

PROVIDÊNCIAS: No BGE2010, a SEPOF garante ter atendido à recomendação ao incluí-la na LOA/2010 e LDO/2011, entretanto, confirma haver indícios de que o TCEPA considera que o Demonstrativo apresentado está em desacordo com as normas estabelecidas nos Manuais da STN.

Diante disso, considerando o equívoco cometido ao elaborar o último Demonstrativo, a SEPOF apresentou a Memória de Cálculo da Apuração da Margem de Expansão e o Demonstrativo Resumido conforme Manual da STN, relativo à LDO/2011, ponderando que está aguardando orientação e análise acerca do cumprimento ou não da referida recomendação a ser considerada na LDO para o exercício de 2012.

ANÁLISE: A memória de cálculo que possibilite a validação do resultado apresentado junto ao Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi apresentada conforme Manual da STN, contudo, cabe observar que o cálculo da Margem Líquida está errado na LDO/2010, bem como continua apresentando o mesmo problema no exercício de 2011.

Como a recomendação foi elaborada pelo fato da memória não ter sido apresentada na LDO, verifica-se que a providência foi adota pelo Governo. Nesse aspecto, pode-se considerar **atendida** a recomendação.

III. Que o Governo do Estado inclua no rol das atividades atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP, a efetiva coleta, direta ou indireta, de dados e a elaboração de indicadores que reflitam tempestivamente o Quadro de Exclusão Social do Estado, em atenção à Lei nº 6.836/06;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, o Governo informou que o IDESP vem discutindo com os Órgãos Estaduais e com o Poder Legislativo, com vistas a solucionar as dificuldades identificadas na elaboração de indicadores que reflitam o quadro de Exclusão Social do Estado, de maneira a substituir os indicadores apresentados na Lei nº 6.836/2006, em função da impossibilidade do cumprimento imediato ao término de cada exercício.

O Governo menciona que a não elaboração de todos os indicadores exigidos por lei é justificado pela ausência de disponibilidade das informações no período e pela regionalização exigida.

Na busca de uma solução definitiva para tal impasse, o IDESP está estudando propostas de alteração ou substituição da lei em vigor, pelo acompanhamento de indicadores de desenvolvimento social capazes de serem desagregados, com representatividade municipal, possibilitando a análise dos dados sociais em suas várias dimensões, quais sejam, educação, saúde, renda, segurança, etc.

ANÁLISE: Observa-se novamente as dificuldades mencionadas pelo Governo para atender ao que determina a Lei nº 6.836/2006, art. 2°, ou seja, de que o diagnóstico anual e regionalizado da exclusão social no Estado constante do Mapa da Exclusão Social seja relativo ao ano referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins de comparação.

Apesar dos esforços despendidos pelo Poder Executivo na tentativa de alterar ou substituir a lei atualmente em vigor, este TCEPA não pode deixar de recomendar que a Lei nº 6.836/2006 seja aplicada conforme as determinações ali contidas. Dessa forma, conclui-se que a recomendação **não foi atendida**.

IV. Que na próxima revisão do PPA seja obedecido o previsto no art. 4º da Lei nº 6.836/2006, constando as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa de Exclusão Social e as estratégias a serem adotadas para sua elaboração;

V. Que o Governo do Estado, em cumprimento ao art. 5º da Lei nº 6.836/2006, encaminhe junto à Prestação de Contas Anual cópia do Anexo de Metas Sociais integrante do projeto de lei orçamentária apresentado anualmente ao Poder Legislativo;

PROVIDÊNCIA: O IDESP esclarece que o não cumprimento ao que determina a Lei nº 6.838/2006, art. 5º, conforme já exposto em anos anteriores, se dá em função de que os indicadores utilizados na elaboração do Mapa de Exclusão Social são indicadores de impacto, ou seja, os que acompanham a evolução de um conjunto de ações por área de interesse social ou os resultados de ações de várias áreas. No entanto, nem todas as áreas são de gerência da esfera estadual, sendo que muitos desses serviços são de responsabilidade do Governo Federal ou dos gestores municipais.

Dessa forma, com base no exposto, o Governo do Estado vem elaborando somente o diagnóstico, juntamente com a prestação de contas do Poder Executivo, de acordo com limitações mencionadas anteriormente. É importante ressaltar que, anualmente, ao iniciar cada exercício, o Governo do Estado envia à Assembleia Legislativa, relatório de atividades desenvolvidas no ano anterior e as perspectivas para o ano em exercício (Mensagem à Assembleia Legislativa), no qual estão contidas as principais ações do Governo no âmbito social e seus respectivos recursos físicos e financeiros.

ANÁLISE: No exame da prestação de contas do governo de 2009, constatou-se que, para atender ao que dispõe a Lei nº 6.836/2006 (art. 4º), deveria o Estado, na lei de

revisão do PPA, inserir dispositivo sobre as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa de Exclusão Social e as estratégias a serem adotadas para sua elaboração.

Porém, considerando que a revisão do PPA ocorreu em 30-12-2010, por intermédio da Lei nº 7.496, para ajustar Programas e Ações do Poder Judiciário, sem levar em consideração as orientações deste TCEPA, conclui-se que a recomendação **não foi atendida**, constituindo motivo para reiterá-la.

Quanto ao cumprimento da Lei nº 6.836/2006, art. 5º, ou seja, o encaminhamento do Anexo de Metas Sociais, integrante do projeto de lei orçamentária apresentado ao Poder Legislativo, para compor a Prestação de Contas Anuais, verificou-se que a Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo não contempla o referido anexo, e tampouco no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010. Desta feita, conclui-se que a recomendação **não foi atendida** e, por isso, cabe renová-la.

VI. Que o Governo do Estado adote novas medidas, que agregadas às existentes, possam reduzir o grau de dependência financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS em relação ao tesouro estadual;

PROVIDÊNCIAS: Em complemento às providências apresentadas durante o monitoramento, o Governo, por meio do IGEPREV, acrescentou outras medidas adotadas para reduzir o grau de dependência financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS em relação ao tesouro estadual. Tais medidas encontram-se descritas no BGE 2010, às fls. 271/273.

ANÁLISE: Em valores nominais, o grau de dependência do Regime Previdenciário em relação ao Tesouro Estadual apresentou-se em nível bem próximo ao obtido em 2009, que foi de 61,55%, eis que em 2010 alcançou 61,86%. As receitas previdenciárias cresceram 19,08% em relação a 2009, enquanto que as despesas previdenciárias experimentaram crescimento menor, atingindo 11,22%.

As medidas tomadas pelo IGEPREV contribuíram bastante para impedir o avanço do grau de dependência nas proporções ocorridas nos últimos 3 exercícios. Porém, o grau de dependência ainda experimentou moderado crescimento (0,31%), o que vislumbra a necessidade de implementar maiores esforços no sentido de reduzir efetivamente o percentual de dependência financeira para com o tesouro estadual. Diante do exposto, a recomendação formulada foi **parcialmente atendida**, haja vista

ter o IGEPREV implementado ações corretivas, mas não conseguiu reduzir o grau de dependência.

VII. Que o Poder Executivo Estadual normatize, nos moldes adotados pelo Poder Executivo Federal, critérios e regras a serem observados quando ocorrerem as transferências voluntárias, destinadas à execução descentralizada dos Programas de Trabalho de responsabilidade da Administração Pública, tanto aos Municípios como ao setor privado;

VIII. Que o Governo do Estado estabeleça critérios para a destinação de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, definindo regras para as entidades recebedoras de recursos públicos e para os órgãos concedentes, no que tange ao controle interno;

PROVIDÊNCIAS: A AGE encaminhou cópia do Decreto Estadual n° 2.637/2010, que dispõe sobre as normas relativas às transferências voluntárias de recursos do Estado mediante convênios, e dá outras providências.

ANÁLISE: Considerando a edição e publicação do Decreto n° 2.637/2010, conclui-se que a recomendação **foi atendida.**

IX. Que o Governo do Estado cumpra integralmente as normas contidas na Lei nº 11.494/2007, em especial o disposto no art. 17, § 2º, promovendo os repasses aos Fundos provenientes dos impostos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 155 combinados com os incisos III e IV do caput do art. 158 da Constituição Federal de 1988 no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada;

PROVIDÊNCIA: No BGE 2010, a SEFA informa que as transferências realizadas em favor do FUNDEB são evidenciadas através dos documentos emitidos pelo SIAFEM, sejam os valores correspondentes à parte que cabe ao Estado ou os referentes aos Municípios. Os primeiros são realizados via Ordem Bancária - OB, utilizando-se evento próprio para esse fim, contabilizando-se em conta denominada “deduções para o FUNDEB”. O segundo registro, referente aos Municípios, é efetuado utilizando-se três documentos: Nota de Empenho - NE, Liquidação da Despesa -NL e Ordem Bancária - OB. Todos esses registros podem ser obtidos por meio de consultas diretas ao SIAFEM ou pelo extrator de dados *Business Objects* - BO.

Quanto ao cumprimento dos repasses ao FUNDEB no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada, a atual direção da Secretaria da Fazenda entende que é obrigação legal fazê-lo e vem cumprindo tempestivamente com os

repasses em 2011. Ressalte-se que a Portaria Conjunta STN e do FNDE, nº 03/2010, que cria mecanismos de controle, monitoramento e divulgação dos valores referentes ao FUNDEB, especialmente no art. 2º, inciso IV, prevê que a Unidade Transferidora, quando solicitada, disponibilizará aos representantes do Poder Legislativo, dos Tribunais de Contas, dos órgãos de controle interno do Poder Executivo, do Ministério Público e das Polícias Federal e Civil, os extratos das contas bancárias do FUNDEB e das respectivas aplicações financeiras.

ANÁLISE: A resposta é procedente, tendo em vista que, do montante devido ao FUNDEB em 2010, o valor de R$10.430.979,30 foi registrado na conta 211490100 – depósitos de terceiros em 31-12-2010, para posterior repasse. Tal valor foi integralmente recolhido ao fundo em 16-02-2011, conforme documento do SIAFEM sob o código 2011NL01439. Portanto, conclui-se que a recomendação **foi atendida**.

X. Que o Governo do Estado adote as necessárias providências no sentido de disponibilizar imediatamente ao Banco do Brasil, na conta específica, o montante relativo a retenções efetuadas nas transferências aos Municípios a título de contribuição ao FUNDEB, no total de R$3.349.274,16, identificando o referido depósito como acerto de contas referente ao exercício de 2009;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, a SEFA informa que foram emitidas pela unidade gestora 170102 (Encargos SEFA), por meio do SIAFEM, a Nota de Empenho 2010NE01601, datada de 30-06-2010, no valor de R$ 3.328.908,17, e a Ordem Bancária 2010OB00829, emitida em 02-07-2010, no mesmo valor. Complementarmente, foram emitidas a Nota de Empenho 2010NE01602, datada de 30-06-2010, no valor de R$ 20.365,99, e a Ordem Bancária 2010OB00830, em 02-07-2010, no mesmo valor.

ANÁLISE: A providência relatada foi devidamente validada por meio de análises realizadas durante o exercício pelo Departamento Técnico deste Tribunal, já que em consulta ao SIAFEM foram identificados os citados documentos, comprovando assim, a informação prestada. Dessa forma, conclui-se pela regularização do depósito em tela e pelo **atendimento** da recomendação**.**

XI. Que o Governo do Estado promova a imediata transferência do valor pendente de regularização referente às transferências devidas aos municípios em 2009, no total de R$101.831,00;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, o Governo informa que foi emitida pela unidade gestora 170102 (Encargos SEFA), através do SIAFEM, a Nota de Empenho

2009NE00266 (empenho estimativo), datado de 31-01-2009, restando a pagar, para o exercício de 2010, o montante de R$101.830,00, tendo sido efetivado o pagamento através da Ordem Bancária 2010OB00736, emitida em 11-06-2010, no mesmo valor.

ANÁLISE: A providência relatada foi devidamente validada por meio de análises realizadas durante o exercício pelo Departamento Técnico deste Tribunal. Em consulta ao SIAFEM, foram identificados os citados documentos, comprovando, assim, a informação prestada, onde conclui-se pela regularização do depósito em tela e, consequentemente, pelo **atendimento** à recomendação deste TCEPA.

XII. Como forma de contribuição à alteração proposta pelo Governo Estadual quanto ao Mapa da Exclusão Social, recomenda-se a inclusão de novos indicadores que permitam medir o número de indivíduos submetidos à exclusão digital no Estado do Pará, uma vez que o próprio Poder Executivo Estadual, realizando ações no combate a esse tipo de exclusão, recentemente instituiu o NAVEGAPARÁ, programa que no dizer da Exmª. Sra. Governadora Ana Júlia Carepa, importa em “mais do que um projeto de inclusão digital, este é um programa de inclusão social";

PROVIDÊNCIAS: A AGE solicitou providências ao IDESP que respondeu informando que já haviam sido tomadas. Tal fato aconteceu durante o período de monitoramento exercido pelo TCEPA, antes do ingresso da prestação de contas de 2010.

No BGE 2010, o IDESP informa que os indicadores de acesso à internet e a microcomputador constam do atual Mapa da Exclusão Social do Estado, com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar).

ANÁLISE: A providência relatada foi devidamente validada por meio das análises realizadas no item “Relatório do Mapa da Exclusão Social” constante deste relatório técnico. Assim, conclui-se que a recomendação **foi atendida**.

XIII. Que o Poder Executivo elabore e divulgue via internet o Relatório de Avaliação dos Programas de Governo, bem como disponibilize à sociedade o módulo de consulta do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará - GP Pará, em atendimento ao que determina o art. 14 da Lei nº 7.077/2007;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, a SEPOF informa que, enquanto responsável pelo processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do PPA e dos demais Programas nele contidos, tem empreendido esforços no sentido de cumprir todas as fases do ciclo do planejamento, quais sejam, planejar, executar, monitorar, revisar e avaliar. Assim, assevera que o Relatório de Avaliação dos Programas

de Governo, referente ao ano-base 2008-2010, estará disponível a partir de 30-03-2011, podendo ser consultado no endereço eletrônico: www.sepof.pa.gov.br/instrumentosdeplanejamento/PPA.

No que atine à disponibilização, via internet, do módulo específico (consulta pela sociedade civil) por meio do Sistema GP Pará, a SEPOF informa que o mesmo está em fase de construção da sua arquitetura, inclusive com o estabelecimento de Cronograma de Trabalho que irá identificar as responsabilidades, critérios e procedimentos.

ANÁLISE: Verificou-se que, apesar de fora do prazo definido na Lei nº 7.077/2007, art. 12, § 2º, o Relatório de Avaliação dos Programas de Governo foi elaborado e disponibilizado no sítio eletrônico da SEPOF. Contudo, quanto ao módulo de consulta do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará - GP Pará não ocorreu sua disponibilização à sociedade. Portanto, conclui-se que a recomendação foi **atendida parcialmente**.

XIV. Que na revisão do PPA para 2011 constem no projeto de lei todos os elementos discriminados no artigo 7º da Lei 7.077/2007, especialmente a especificação dos valores correspondentes às fontes de financiamento, possibilitando à sociedade reconhecer os programas com fonte de recursos garantidos;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, a SEPOF ressalta a pertinência das Recomendações do TCEPA quanto à necessária apresentação dos elementos discriminados na Lei n° 7.077/2007, art. 7°, e certifica que tais recomendações serão contempladas na elaboração da minuta do Projeto de Lei do PPA 2012-2015, atestando que, na ocasião, também serão elaborados mecanismos de revisão, os quais legitimam as alterações pretendidas.

ANÁLISE: A Lei nº 7.496, de 30-12-2010, que dispôs sobre a revisão do PPA 2008-2011, ano base 2011, alterou Programas e Ações para o Poder Judiciário, **deixando de atender** à recomendação apresentada no BGE 2009. Segundo informações da SEPOF, essa determinação será considerada no PPA do quadriênio 2012-2015. No entanto, tal providência a ser adotada é incompatível com a recomendação, a qual se refere à revisão do PPA e não à elaboração.

XV. Que sejam realizadas Audiências Públicas nos processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA, conforme determina art. 48, parágrafo único, inciso I da LRF;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, a SEPOF mencionou as providências tomadas no sentido de atender ao que pede este Tribunal.

ANÁLISE: A fiscalização do TCEPA por intermédio do instrumental de Monitoramento já havia constatado que não houve, em 2010, realização de audiências públicas. O não atendimento foi confirmado após a informação fornecida pela própria SEPOF constante do Ofício nº 0281/2011-GS/SEPOF, de 22-02-2011, e pelos procedimentos abordados como providências no BGE 2010, uma vez que os mesmos dizem respeito a eventos ocorridos no exercício de 2007, não se repetindo em 2008, 2009 e 2010. Com isso, conclui-se que o Governo **não atendeu** à recomendação.

XVI. Que, em atenção ao Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN, o Governo do Estado faça constar no Demonstrativo de Avaliação da Situação Financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO, os itens: Aportes de Recursos para o RPPS e Reserva Orçamentária do RPPS;

PROVIDÊNCIAS: No monitoramento realizado, o IGEPREV informou que tal recomendação, cabe à SEFA ou à SEPOF responder.

O IGEPREV informou também que, mensalmente por meio de ofício, encaminha as informações relativas aos aportes de recursos para o RPPS e, anualmente, através do Relatório Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime próprio de Previdência Social dos Servidores a projeção estabelecida pelo Ministério da Previdência Social.

ANÁLISE: As análises realizadas na LDO confirmaram que os itens “Aportes de Recursos para o RPPS” e “Reserva Orçamentária do RPPS” constam do Anexo de Metas Fiscais. Portanto, conclui-se que a recomendação **foi atendida**.

XVII. Que, em atenção ao Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN, o Governo do Estado faça constar no Demonstrativo de Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO, projeção atuarial de no mínimo 75 anos, conforme estabelecido na Portaria MPAS nº 4.992, de 05-02-1999;

PROVIDÊNCIAS: Durante a fase de monitoramento, o IGEPREV informou novamente que essa recomendação não lhe cabia atender, e sim, à SEFA ou à SEPOF.

Segundo o BGE2010, a projeção atuarial de 35 anos constou do Anexo de Metas Fiscais da LDO em razão dessas informações terem sido repassadas à SEPOF. Entretanto, para a LDO de 2011, relativa ao orçamento de 2012, a projeção a ser encaminhada será aquela de 75 anos, conforme prevê o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN.

ANÁLISE: Nas análises realizadas nas LDO's para 2010 e 2011, verificou-se o não atendimento à recomendação. Ressalte-se que não houve como verificar o atendimento na LDO para 2012, devido esta ter prazo de encaminhamento ao Poder Legislativo até o final do mês de abril do corrente ano. Diante do exposto, resta confirmado que a recomendação **não foi atendida**.

XVIII. Que o Governo do Estado faça constar no Anexo de Metas Fiscais da LDO o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, evidenciando a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e a condição utilizada, dentre as previstas no art. 14 da LRF, para cada situação de renúncia de receita, em consonância com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, o Executivo Estadual cita a Lei nº 101/2000, art.14, que versa:

"A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições - grifo nosso:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias – grifo nosso;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição".

Conclui o Poder Executivo, mencionando que para atender o preceito legal acima, faz-se necessário a observância de pelo menos uma das condições estabelecidas

em seus incisos. Entretanto, o Executivo Estadual entende que as duas condições para a concessão de renúncia de receita foram atendidas.

ANÁLISE: A LOA para o exercício de 2011 demonstra que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da LRF, art. 12. Entretanto, o Estado não se pode ancorar nessa mesma Lei, art. 14, inciso I, já que em 2010 as metas fiscais de Resultado Primário e de Resultado Nominal não foram atingidas, conforme pode-se verificar em item próprio deste relatório.

O TCEPA não pode afirmar que a concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorreu renúncia de receita em 2010 foi a responsável para que o Estado não tenha conseguido cumprir as metas de Resultado Primário e Nominal constantes da LDO/2010. Mas, é certo que a LRF, art. 14, inciso I, não pode servir de justificativa para afirmar que a recomendação foi atendida.

Resta então, o Estado atender ao inciso II do mesmo artigo, o qual determina que as medidas de compensação sejam feitas por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo, cujos procedimentos de preenchimento do demonstrativo devem obedecer ao Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN nº 462, de 05-08-2009, fato que não ocorreu.

Desta forma, conclui-se que a recomendação **não foi atendida**.

XIX. Que o Governo do Estado apresente os valores a serem gastos com cada providência a ser tomada no caso de concretização do risco fiscal apontado no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO em conformidade com Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, registra a SEPOF, que no conteúdo do Anexo de Riscos Fiscais apresentado, há providências a serem tomadas quanto ao deslinde de ações civis e trabalhistas que tramitam contra o ente público estadual, ficando a cargo da PGE, responsável por monitorar referidas ações, a apresentação dos valores a serem gastos no que se refere à concretização dos riscos fiscais relacionados.

A SEPOF, atuando como órgão responsável pela elaboração e consolidação do Projeto de Lei da LDO, condensa essas informações e define em conjunto com a PGE as estratégias para o enfrentamento dos riscos. No entanto, os valores gastos

com cada providência, objeto de recomendação do TCEPA, dependem de fatores flutuantes e transitórios que demandam negociações e obrigações incertas ou eventuais, fato que implica na indicação de providências de caráter genérico no Anexo.

Além disso, pondera que outro aspecto a ser considerado é de que nem sempre os riscos ficais se constituem em impacto nas finanças públicas do exercício, visto que podem ser classificados como Precatório e, como tal, terão seus efeitos incluídos no exercício seguinte.

Neste contexto, a Secretaria certifica que a PGE envidará esforços no sentido de monitorar e gerir esses riscos, preferencialmente, através de sistemas institucionalizados (como, por exemplo, o controle interno), assim como, de definir estratégias a serem implementadas no oportuno enfrentamento de tais riscos.

ANÁLISE: O procedimento apresentado na LDO/2010 não se encontra de acordo com o estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN nº 462, de 05-08-2009. Conclui-se, assim, pelo **não atendimento** da recomendação.

XX. Que o Poder Executivo, ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, atente ao previsto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, de forma que esta possa atender à finalidade a que se propõe, ou seja, “como dotação de caráter global, não podendo atender a um órgão, programa ou categoria econômica em particular, devendo ser utilizada na execução orçamentária como fonte de recursos para cobertura de passivos contingentes ou outros riscos fiscais imprevistos”;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, a SEPOF informa que já atendeu à recomendação deste TCEPA, disciplinando a reserva de contingência na Lei Orçamentária do exercício de 2011, art. 22.

ANÁLISE: A informação foi validada após análise da LOA para o exercício de 2011, portanto, conclui-se que a recomendação foi **atendida**.

XXI. Que o Poder Executivo, na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, observe as determinações contidas na LDO, no que tange à codificação do IDUSO (identificador de uso) das fontes de financiamento, bem como a correlação da receita prevista por fonte com a sua destinação;

PROVIDÊNCIAS: Segundo informações contidas no BGE 2010, esta recomendação já foi incorporada à Lei do Orçamento, a partir do exercício de 2009. O IDUSO corresponde a uma codificação que complementa as informações concernentes à aplicação dos recursos e destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida estadual a empréstimos, doações e convênios, ou destinam-se a outras aplicações, constando da lei orçamentária e de seus créditos adicionais.

A LDO para 2011, art. 5°, § 6º, indica o uso de seis dígitos para o IDUSO, que antecederão o código de grupo de destinação de Recursos.

Esclarece, também, que a inclusão do Código 6, na lista do IDUSO na LDO, identifica o volume de recursos aplicados como contrapartida estadual aos convênios, captados junto à União e à Iniciativa Privada. É uma identificação importante e necessária, uma vez que permite uma visualização mais precisa e transparente do volume de recursos aplicados.

ANÁLISE: Os exames realizados na LOA/2011 confirmam que a recomendação **foi atendida**.

XXII. Que a AGE implemente medidas ou aperfeiçoe as já existentes, visando ao real acompanhamento e observância dos programas de governo e seus respectivos resultados, consolidando as informações em relatório gerencial, de acordo com os dispositivos legais, proporcionando maior eficácia no desempenho de sua missão institucional;

PROVIDÊNCIAS: Em resposta contida no BGE 2010, o Governo informa que a atual gestão da AGE incluiu em seu programa de atuação para 2011, a realização de auditorias operacionais, em razão de não ter sido possível realizar até 2010, visando a avaliação dos programas de governo. Tais informações serão consolidadas em relatório gerencial, conforme recomendado.

ANÁLISE: A avaliação dos programas de governo restou prejudicada, uma vez que não foi realizado trabalho algum em 2010 com o fim de gerar as informações solicitadas. Portanto, a recomendação **não foi atendida**.

XXIII. Que sejam observados os mecanismos de controle instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional acerca da destinação dos recursos arrecadados, por fonte, conforme dispõe o parágrafo único do art. 8º da LRF, evitando prejuízo ao equilíbrio fiscal;

PROVIDÊNCIAS: O Governo informa no BGE 2010, que conforme aduz a SEFA, todas as origens das receitas orçamentárias podem ser identificadas por meio da fonte de recursos, que fornece ao gestor público todas as informações para uma correta aplicação (destinação) dos mesmos, evidenciando, principalmente, as vinculações de receita.

O SIAFEM propicia esse registro detalhado dos recursos, desde que seja utilizado como instrumento de evidenciação e de transparência à aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, um dos principais mecanismos oferecidos pelo SIAFEM é o detalhamento da fonte, que deve ser utilizado, principalmente, para especificar a aplicação de receitas de convênios e operações de crédito, personalizando o recurso e possibilitando a conjunção entre a origem e a destinação do mesmo.

ANÁLISE: Efetivamente, o SIAFEM é a ferramenta contábil que possibilita a verificação quanto ao detalhamento orçamentário por fonte de recurso, sendo instrumento de evidenciação e de transparência à aplicação dos recursos públicos, fato que possibilitou a este TCEPA a constatação do comprometimento de recursos vinculados na cobertura de déficit de recursos não vinculados, motivo pelo qual ensejou tal recomendação.

Em 2010, as análises realizadas pelo TCEPA no SIAFEM confirmaram as providências tomadas pelo Governo do Estado. Assim, resta confirmado o **atendimento** da recomendação.

XXIV. Que, no tocante ao Ofício Circular Conjunto nº 04/2010 – SEAD/AGE, de 03-02-2010, reiterando aos dirigentes de órgãos e entidades estaduais a necessidade de atender integralmente à recomendação expedida por este TCEPA referente à realização de inventário, avaliação, reavaliação, depreciação e registros contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Estado do Pará, o Governo do Estado edite norma determinante do resultado pretendido, identificando responsáveis pela sua realização, prazo para conclusão e sanções em caso de descumprimento;

PROVIDÊNCIAS: A SEAD, como gestora do Patrimônio Mobiliário do Estado, emitiu, em 2010, o Ofício Circular nº 001/10-DGP/SEAD, de 22-12-10, alertando para a necessidade de providenciar inventário de bens móveis, através do Sistema de Patrimônio Mobiliário – SISPAT, e disponibilizando aos órgãos orientações quanto à formulação do inventário no SISPAT.

A Secretaria de Estado de Administração está providenciando a designação da Comissão de Avaliação de Gestão concernente a obrigatoriedade da NBCT 09, pela Resolução do CFC nº 1.136/2008, que regula a depreciação, amortização e exaustão no setor público, a fim de atender a NBCT 16.9.

ANÁLISE: Embora a providência adotada pela SEAD faça referência ao Of. Circular n°001/10 que data do final dezembro de 2010, não foi encontrado no BGE 2010 cópia do referido ofício.

Quanto à recomendação proferida em 2009, sobre edição de norma determinante acerca do resultado pretendido, identificação de responsáveis pela sua realização, bem como prazo para conclusão e sanções em caso de descumprimento, nada foi informado.

Assim, verifica-se que a recomendação **não foi atendida**.

XXV. Com o fim de otimizar a cobrança da Dívida Ativa, que se dê continuidade às ações já implementadas com esse fim;

PROVIDÊNCIAS: No BGE 2010, o Governo informa que no ano de 2010, além das medidas implementadas em 2009, a Secretaria da Fazenda, deu continuidade à cobrança de Créditos Tributários Fiscal das Empresas no Estado do Pará (Regular), que permite o parcelamento de débitos tributários do ICM-Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, e do ICMS-Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, até 31-12-2008, inscritos ou não em dívida ativa, reduzindo em até 95% os valores das multas e até 80% dos demais encargos.

A cobrança da dívida ativa estadual foi aperfeiçoada no ano de 2010, dando continuidade às ações iniciadas em 2009, como exemplo, a implantação do serviço de telemarketing ativo e receptivo, projeto este realizado em regular execução, e que consiste no contato formal via ligação telefônica e/ou atendimento presencial com os contribuintes, procurando afastar a Ação Executiva por parte da PGE para reaver os valores.

As ações permitiram que a arrecadação da dívida ativa em 2010 alcançasse o montante de R$82,7 milhões, o que representou uma redução de 11%, em valores reais, em relação à arrecadação de 2009.

No entanto, ocorreu a arrecadação de um "Grande Contribuinte" no valor de R$44,1 milhões, em 2009, e R$22,8 milhões em 2010, o que influenciou no desempenho da arrecadação da dívida ativa em 2010. Se remover o fator atípico, a arrecadação da dívida ativa do período 2010-2009 alcançaria crescimento real de 33%, conforme quadro a seguir.

(Valores Corrigidos)

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	**2009**	**2010**	**VAR**
	92.853.966,22	82.762.992,23	-11%
DÍVIDA ATIVA SEM ARRECADAÇÃO ATÍPICA	**2009**	**2010**	**VAR**
	44.356.543,82	58.860.815,99	-11%

ANÁLISE: A providência informa as ações para cobrança da dívida ativa. Entretanto não se tem como atestar, de pronto, tais informações, uma vez que não se acompanha individualmente as ações para cobrança da dívida. E por ocasião das contas de governo, a análise é efetuada sobre o montante final das seguintes contas: inscrição no período, do recebimento e do cancelamento.

Apesar das ações adotadas, no que se refere ao valor da arrecadação, evidenciou-se redução na ordem de 11,99% quando comparado o exercício de 2010 (R$78,5 milhões) ao de 2009 (R$89,2 milhões, valor atualizado).

Atestou-se ainda, desencontro de valores, uma vez que segundo a providência informada pelo Governo, a arrecadação da dívida em 2010 alcançou o patamar de R$82.762.992,23, conforme fls. 283, Vol. I, do BGE 2010. Porém, ao pesquisar junto ao SIAFEM/2010 e no próprio BGE2010, conforme fls. 142, Vol. I, constatou-se que a receita da dívida ativa em 2010 registrou o valor de R$78.523.220,76.

Por fim, com base no quadro a seguir (fls. 142, Vol.I do BGE2010), apesar das ações realizadas em 2010, verifica-se que a receita da dívida ativa esteve numa linha inconstante, diferentemente das contas que tratam do cancelamento e da inscrição que evidenciam tendência de crescimento.

ESPECIFICAÇÃO	ANOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	1.527.468.721,41	1.606.088.195,73	1.698.184.541,84	1.894.245.624,05
(-) Ajustes de Exerc.Anteriores	519.560.129,47				
(+) Inscrição	439.025.645,64	101.243.028,42	107.185.920,22	214.002.397,18	367.353.957,33
(+) Correção Monetária	13.243.377,84	15.114.660,53	17.842.939,31	87.749.127,78	106.033.798,32
(-) Recebimentos	13.343.333,69	35.927.283,25	24.162.842,56	84.243.305,62	78.523.220,76
(-) Cancelamentos	338.522,18	1.810.931,38	8.769.670,86	21.447.137,13	16.318.884,47
SALDO ATUAL	1.527.468.721,41	1.606.088.195,73	1.698.184.541,84	1.894.245.624,05	2.272.791.274,47

Portanto, percebe-se ainda, a necessidade do Governo em dar maior atenção e aperfeiçoar as ações tanto com o fim de aumentar a arrecadação da dívida ativa, como diminuir o estoque final da dívida e a inscrição no período.

Diante do exposto, em cumprimento ao papel orientador atribuído ao TCEPA, de fundamental importância para que a Administração Pública possa melhorar o desempenho, e em função do resultado da análise efetuada sobre o comportamento da dívida ativa, é necessário que a recomendação seja reiterada. Portanto, considera-se **não atendida** a recomendação.

XXVI. Visando atender aos princípios fundamentais da contabilidade, sem prejuízo à fidedignidade dos balanços, que os precatórios conhecidos pelo IGEPREV sejam registrados no SIAFEM e evidenciados no Balanço Patrimonial;

PROVIDÊNCIAS: No monitoramento das recomendações, o IGEPREV respondeu informando que:

> "cumpre ressaltar que tal ato afetará a contabilidade do Estado do Pará e, portanto, o cumprimento desta recomendação depende de avaliação e manifestação do Governo. De todo modo, caso haja definição pelo cumprimento da recomendação, o Instituto apresentará os valores devidos, ressaltando, inclusive, que os mesmos são anualmente disponibilizados para a Procuradoria Geral do Estado e de conhecimento, também, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças".

Já no BGE 2010, o Governo respondeu, por meio do IGEPREV, que por força da Emenda Constitucional nº 62, de 09-12-2009, e do Decreto nº 2.165, de 08-03-2010, os procedimentos relacionados aos débitos de precatórios foram consignados à Procuradoria Geral do Estado e ao Tribunal de Justiça do Estado.

ANÁLISE: Verificou-se que o montante dos valores dos débitos de precatórios foi registrado pela Unidade Gestora Encargos Gerais sob a Supervisão da PGE, nas contas contábeis 2.1.2.1.7.05.01 e 2.2.2.4.7.02.01. Conclui-se, então, que a recomendação **foi atendida**.

XXVII. Que se implemente controle das disponibilidades financeiras e dos valores inscritos em restos a pagar a cada exercício financeiro, visando chegar ao término do mandato em condições de dar cumprimento ao art. 42, da LRF.

PROVIDÊNCIAS: Declara a SEFA, no BGE 2010, que o controle das disponibilidades financeiras é identificado no SIAFEM, por meio de consulta à conta 1.9.3.2.9.02.00 (disponibilidade financeira por fonte de recursos), que se processa, em linhas gerais, da seguinte maneira: a conta é aumentada pelo ingresso de receita, pela transferência financeira recebida ou por qualquer fato que componha positivamente o Ativo Financeiro; é diminuída pela liquidação da despesa, pelo repasse concedido ou por qualquer fato que componha negativamente o passivo financeiro.

Quanto ao controle dos restos a pagar, pode ser realizado a qualquer momento pelo gestor público, independentemente do final de mandato. As despesas a pagar (restos a pagar) são identificadas por meio da fonte de recursos, que fornece ao gestor todas as informações para uma correta aplicação (destinação) dos mesmos, principalmente no aspecto da vinculação. Essas informações podem ser obtidas, na forma de relatórios gerenciais, por meio do *Business Objects* - BO, que extrai dados do SIAFEM.

ANÁLISE: Considerando que as disponibilidades financeiras por fonte de recursos são registradas na conta contábil 1.9.3.2.9.02.00 (Disponibilidade Financeira por Fonte de Recursos) do SIAFEM, e, ainda, que o saldo dessa conta, no mês de dezembro, reflete a disponibilidade por fonte de recursos deduzidas das despesas liquidadas, realizadas ao longo do exercício financeiro, conclui-se que a recomendação **foi atendida.**

7.3. RECOMENDAÇÃO FORMULADA AOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO E À DEFENSORIA PÚBLICA

I. Que o Poder Legislativo proceda a publicação da remuneração do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas, de acordo com o dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

PROVIDÊNCIAS: Não houve manifestação.

ANÁLISE: Durante o prazo de 180 dias após a publicação da Resolução TCEPA n° 17.859, de 26-05-2010, fixado para encaminhamento das providências a este Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa não se manifestou a respeito, descumprindo assim, a determinação contida no item 4 da citada Resolução. O TCEPA então, reforçou a recomendação por meio do Ofício nº 07/2010-Com.PCG, de 1-12-10, e também, não obteve resposta.

Nos exames realizados nos Diários Oficiais do Estado, verificou-se que não houve publicação do referido demonstrativo. Dessa feita, conclui-se que a recomendação **não foi atendida**, devendo a mesma ser reiterada.

II. Que os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública utilizem o sistema GP Pará para gerenciamento de seus programas, apesar de facultado pela Lei 7.193/2008 (LDO), art. 31, § 1°. Caso optem pela não utilização do sistema, que a avaliação seja efetivada anualmente por meios próprios, em atendimento à citada lei, art. 4º e à Lei n° 7.077/2007 (PPA 2008/2011), art. 15.

PROVIDÊNCIAS: Não houve manifestação no prazo fixado de 180 dias após a publicação da Resolução TCEPA n° 17.859, de 26-05-2010. O TCEPA, então, reforçou a recomendação por meio de Ofícios enviados aos seus respectivos responsáveis, obtendo respostas apenas do Poder Judiciário e do Ministério Público.

ANÁLISE: Os exames realizados nos documentos enviados pelo **Poder Judiciário e Ministério Público do Estado** demonstram que esses órgãos não utilizam o sistema GP Pará, mas fazem o gerenciamento de seus programas via sistemas próprios, **atendendo**, portanto, aos dispositivos da LDO/2009 e da Lei n° 7.077/2007 (PPA 2008-2011) e consequentemente, à recomendação formulada por este TCEPA.

Após o ingresso da prestação de contas de 2010 neste TCEPA, verificou-se que a Defensoria Pública utilizou o sistema GP Pará para gerenciamento de seus programas, **cumprindo,** assim, a recomendação.

Quanto ao **Poder Legislativo**, conclui-se que a recomendação **não foi atendida**, devendo a mesma ser reiterada.

III. Que a Assembleia Legislativa do Estado, ao apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, atente para o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, de forma que esta possa atender à finalidade a que se propõe, ou seja, "como dotação de caráter global, não podendo atender a um órgão, programa ou categoria econômica em particular, devendo ser utilizada na execução orçamentária como fonte de recursos para cobertura de passivos contingentes ou outros riscos fiscais imprevistos".

PROVIDÊNCIAS: Não houve manifestação da Assembleia Legislativa quanto a essa recomendação durante a fase de Monitoramento e nem após o ingresso da presente prestação de contas.

ANÁLISE: Conforme análise realizada na LDO, verifica-se que a recomendação foi **atendida**.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1. CONCLUSÕES

Considerando os resultados dos exames, cálculos, conferências e análises efetuadas, com base no BGE 2010, nos dados extraídos do SIAFEM e demais elementos e informações solicitadas no curso da instrução processual, formulam-se as conclusões abaixo relacionadas, acerca dos itens abordados:

8.1.1. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL

- A maioria dos indicadores não apresentaram os números relativos ao exercício de 2010, com isso, permanece a afronta ao disposto na Lei n° 6.836/2006, art. 2º;

- As metas de melhoria dos indicadores sociais, para o exercício em análise, não foram previstas na Lei do PPA 2008/2011, e o Anexo de Metas Sociais não acompanhou o Projeto de Lei Orçamentária do Poder Executivo, ocasionando, também, o descumprimento à Lei nº 6.836/2006;

- Os dados apresentados no Mapa desde sua edição inicial, em 2006, são intempestivos ou não previstos em Lei, incorrendo, ao longo dos anos, no descumprimento às determinações legais, deixando, assim, de alcançar de forma integral o objetivo pretendido, que é o de espelhar a realidade atual, comprometendo assim a análise mais acurada deste Tribunal;

- Os números apresentados no mapa, de forma geral, não foram satisfatórios, em razão dos índices negativos verificados quanto à taxa de desocupação em relação à média nacional; à taxa de mortalidade infantil; e, principalmente, quanto ao número de paraenses vivendo abaixo da linha da pobreza, cujo aumento, em 2009, foi de 10,88% em relação ao ano anterior;

- Sobre os indicadores desagregados regionalmente, foram verificadas algumas disparidades, tendo a Região do Marajó apresentado resultados negativos em seus índices sociais, constando no cenário estadual de maneira preocupante, alcançando em grande parte, os piores índices sociais, revelando carência de bens e serviços públicos, principalmente quanto aos indicadores do PIB per capta, Concentração de Renda (Coeficiente de Gini), Número de Leitos por Mil Habitantes e Mortalidade infantil;

- O cenário apresentado no Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas com o fim de atenuar as desigualdades sociais verificadas;

8.1.2. PLANEJAMENTO E CONTROLE GOVERNAMENTAL

- A revisão do Plano Plurianual para o ano-base 2010, obrigatória por força da Lei nº 7.077/2007, art. 6º, não foi realizada;
- A participação da sociedade civil organizada na avaliação dos programas constantes no PPA, conforme determinação da Lei nº 7.077/2007, art. 11, não ocorreu;
- A maioria dos programas constantes do PPA tiveram sua execução física registrada pelos órgãos do Poder Executivo, no GP Pará, contudo, ainda verifica-se no sistema, programas que, apesar de possuírem execução financeira, não apresentaram registro algum de execução física;
- É possível observar no GP Pará, que algumas ações, mecanismo de operacionalização do programa no alcance dos objetivos pretendidos, também não apresentaram registro físico do seu andamento, apesar de se constatar, no sistema, execução de despesa por meio dele;
- O Relatório de Avaliação dos Programas do Plano, ano-base 2010, elaborado pela SEPOF, não apresentou os índices dos indicadores de desempenho

relacionados aos programas finalísticos, inviabilizando a avaliação da efetividade dos resultados alcançados no período. Tal relatório se encontra disponibilizado para consulta da sociedade civil no sítio eletrônico da SEPOF, contudo, não foi encaminhado no prazo estabelecido, até o dia 15 de março para os deputados estaduais, conforme exigência da Lei nº 7.077/2007, art. 12, § 2º;

- O módulo de acesso público do GP Pará, exigência contida na Lei nº 7.077/2007, art. 14, não se encontra disponibilizado à sociedade civil;
- Dos 73 (setenta e três) programas do Plano Plurianual, ano-base 2010, 1 (um) não foi programado na LOA, 56 (cinquenta e seis) foram estimados em valores inferiores e 16 (dezesseis) em valores superiores aos do PPA, demonstrando um grande descompasso entre o planejado no Plano e o programado na Lei Orçamentária Anual;
- Comparando-se o PPA com a LOA, observa-se que no ano-base 2010 houve maior direcionamento de recursos para os programas de apoio administrativo e para os de apoio às políticas públicas, em detrimento aos programas finalísticos, que resultam em bens e serviços disponibilizados à população;
- No processo de elaboração e discussão da LDO, não houve a realização de audiência pública conforme estabelece a LRF, art. 48, parágrafo único, inciso I;
- A composição da LDO encontra-se em consonância com as exigências contidas na Constituição Estadual e demais legislações que disciplinam a matéria, contendo ainda, as normas concorrentes relativas à condução da política fiscal pelo Estado;
- As metas fiscais constantes do Demonstrativo de Metas Anuais integrantes do Anexo de Metas Fiscais, apontam resultado primário superavitário para o exercício de 2010, no valor de R$21,7 milhões, mantendo essa tendência para os exercícios de 2011 (R$94,2 milhões) e 2012 (R$316,2 milhões), o que indica o equilíbrio orçamentário para os períodos em questão;
- O resultado nominal estabelecido (R$311,7 milhões) aponta para o crescimento do endividamento do Estado no exercício de 2010, sendo que para os exercícios de 2011 e 2012 observa-se tendência de redução da Dívida Consolidada Líquida na ordem de 3,02% no primeiro exercício e crescimento de 10,77% no segundo;
- As contas apresentadas nos campos: Especificação dos Demonstrativos de Metas Anuais, Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior e de Metas Fiscais Atuais Comparadas Com As Fixadas Nos Três Exercícios Anteriores, não estão de acordo com as normas definidas no

Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN nº 462, de 05-08-2009;

- O Demonstrativo de Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores não apresenta projeção para no mínimo 75 anos, conforme estabelecido na Portaria MPAS nº 4.992 de 05-02-1999, acolhida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais. O exercício inicial de projeção (2007) é anterior ao definido pelo Manual para o cálculo;
- O Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita não foi elaborado seguindo o modelo definido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, deixando de apresentar a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo, bem como os setores, programas e beneficiários que serão favorecidos com as renúncias de receita. As medidas a serem tomadas a fim de compensar a renúncia de receita prevista não estão de acordo com a LRF, art. 14;
- No Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, o cálculo da Margem Líquida, conforme memória de cálculo apresentada, está incorreto, em face do valor referente à conta Aumento Permanente da Receita, considerar as receitas que não crescem por elevação de alíquotas, a ampliação da base de cálculo, a majoração ou criação de tributo/contribuição, como receitas patrimoniais, outras receitas correntes e receitas de capital. Também, no cálculo do Aumento Permanente da Receita foi considerada a conta Transferências Correntes, contudo não é possível identificar se a espécie (constitucional, legal ou voluntária) utilizada está de acordo com a LRF, art. 17, § 3º. O valor referente à conta Saldo Utilizado da Margem Bruta considera as despesas da Dívida Estadual, Precatórios e Despesas de Capital, como Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC, contrariando os requisitos da LRF, art. 17, caput;
- O Demonstrativo de Riscos e Providências do Anexo de Riscos Fiscais aponta o valor de R$949,8 milhões relacionados aos processos judiciais em transição, ao saldo de precatórios do IGPREV e aos processos suspensos por força das ADPF nº 33 e nº 47. Contudo, R$42,8 milhões referentes ao saldo de precatórios do IGPREV não deveriam ter sido considerados por não se enquadrarem no conceito de risco fiscal;
- Não foram apontados, no Anexo de Riscos Fiscais, riscos relacionados à estimativa da receita, à restituição de tributos, à fixação da despesa e às variações da taxa de juros e de câmbio;
- O Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício financeiro de 2010, teve seus valores aprovados pela Lei nº 7.370, de 30-12-2009, estimando a receita e fixando a despesa em R$11,4 bilhões, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e o de Investimento das Empresas;

- Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estimaram receitas e fixaram despesas na ordem de R$11,2 bilhões, já deduzida a contribuição do Estado ao FUNDEB de R$1,4 bilhão, contendo déficit presumível da ordem de R$346,3 milhões, oriundo do confronto entre o superávit de R$1,6 bilhão do Orçamento Fiscal e o déficit de R$1,9 bilhão do Orçamento da Seguridade Social. O déficit apresentado foi financiado por recursos oriundos de Operações de Crédito (R$345,6 milhões) e Alienação de Bens (R$638 milhares);
- O Orçamento de Investimento das Empresas estimou receita e fixou despesa no montante de R$180,8 milhões. Dentre as empresas integrantes desse orçamento, a maior beneficiada com recursos do Tesouro Estadual foi a COSANPA, com R$166,3 milhões destinados ao programa Água para Todos;
- No processo de elaboração e discussão do OGE não houve a realização de audiência pública conforme estabelecem a LRF, art. 48, parágrafo único, inciso I, e a LDO, art. 14, § 5º, bem como não ocorreram as plenárias regionais por meio de processo de planejamento estratégico participativo, conforme determina a LDO, art. 14, § 1º;
- A composição do Orçamento Geral do Estado, quanto à estrutura e organização, seguiu as determinações da LDO, contudo os valores da despesa fixada do orçamento fiscal e da seguridade social divergem dos apresentados no texto da LOA;
- A LOA, art. 6º, inciso II, possibilita a criação de grupos de natureza de despesa não incluídos nos projetos, atividades e operações especiais dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por meio de créditos adicionais suplementares (destinados a reforço de dotação orçamentária), porém esse dispositivo não guarda conformidade com a legislação que rege a matéria, Lei nº 4.320/64;
- A receita prevista e a programação da despesa fixada por fonte de recursos, integrantes do OGE, apresentaram equilíbrio quanto à totalidade, entretanto deixaram de observar a correlação entre a fonte de receita e a respectiva destinação de recursos. Das 60 fontes originais do OGE, 3 (três) apresentaram sobra de recursos na destinação e 18 (dezoito), déficit;
- A Reserva de Contingência foi alocada incorretamente no Orçamento da Seguridade Social, quando deveria ser no Orçamento Fiscal, conforme exigia a LDO, art. 22, § 2º, sendo constituída por recursos próprios do Fundo Financeiro da Previdência do Estado do Pará (Servidor e Patronal);
- Os quadros orçamentários consolidados apresentados em anexo à Lei nº 7.370/2009 estão de acordo com as exigências da LDO, art. 12, inciso II;

- O Demonstrativo de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, decorrente da Concessão ou Ampliação de Incentivos ou Benefícios de Natureza Tributária, da qual decorra Renúncia de Receita, não indica as medidas de compensação que serão adotadas, contrariando o disposto na LRF, art. 5º, inciso II, e na LDO, art. 12, inciso IV;
- As metas fiscais apresentadas no OGE encontram-se compatíveis com as constantes da LDO, contudo as nomenclaturas das contas apresentadas no campo Especificação do Demonstrativo de Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os Objetivos e Metas Fiscais constantes do Anexo I da LDO, não estão de acordo com as definidas no Manual de Demonstrativos Fiscais;
- Não consta no OGE o Demonstrativo Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, exigência contida na LRF, art. 5º, inciso II;
- Após análise do Relatório de Controle Interno, peça integrante do BGE 2010, conclui-se que o mesmo não observou os parâmetros dispostos na Constituição Estadual do Pará, art. 121, e na Lei Complementar n° 12/93, art. 59, § 1°, e art. 66, situação idêntica aquela encontrada nos exercícios anteriores. Mais uma vez, o referido relatório não trouxe informações gerenciais sobre o Sistema de Controle Interno do Pará, bem como, não evidenciou qualquer ferramenta efetiva de análise e monitoramento das políticas públicas.

8.1.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO

- No decorrer do exercício foram procedidas alterações orçamentárias no percentual de 20,48%, mediante a abertura de créditos adicionais, elevando o valor inicial tanto da receita prevista, quanto da despesa fixada, ambas no valor de R$11,2 bilhões, para R$13,5 bilhões;
- Inicialmente fixado em R$180,8 milhões, o Orçamento de Investimento das Empresas sofreu alterações: créditos adicionais (R$53,2 milhões), créditos cancelados (R$45,6 milhões) e bloqueados (R$1,5 milhão), no que resultou em despesa autorizada final de R$196,2 milhões;
- As funções de governo que obtiveram os maiores orçamentos após as atualizações foram: Encargos Especiais (R$1,9 bilhão), Saúde (R$1,7 bilhão), Educação (R$1,5 bilhão) e Previdência Social (R$1,4 bilhão);

- O confronto das receitas previstas com as realizadas evidencia que as Receitas Correntes e de Capital foram auferidas, a menor, em 6,40% e 37,45%, respectivamente;
- Apesar das Receitas Tributárias (R$5,7 bilhões) e das Transferências Correntes (R$5,2 bilhões) terem apresentado insuficiência de arrecadação de 0,11% e 9,15%, respectivamente, somadas e deduzidos os valores destinados ao FUNDEB (R$1,4 bilhão), são responsáveis por 77,68% da arrecadação no exercício (R$12,2 bilhões);
- Dentre as Receitas de Capital, as Operações de Crédito foram a fonte que, em volume de recursos, tiveram o maior desempenho negativo, R$305,9 milhões, seguidas das Transferências de Capital com arrecadação a menor de R$193,8 milhões. Já em termos percentuais, a maior frustração ficou por conta das Outras Receitas de Capital, -76,36%;
- As receitas próprias arrecadadas somaram R$6,3 bilhões, sendo que a Receita Tributária destacou-se com ingresso de R$5,7 bilhões, ou seja, 80,16% da arrecadação bruta, oriunda principalmente do ICMS, que foi responsável por 70,49% do montante dos ingressos dessa rubrica;
- Historicamente a receita arrecadada vem apresentando crescimento: 4,26% no período 2008-2009, e 9,04%, no período de 2009-2010. Novamente, a Receita Tributária foi a origem que se destacou nesses biênios. Obteve-se incremento de R$140 milhões de arrecadação em 2009, em comparação a 2008, e de R$ 411,1 milhões em 2010, em relação a 2009;
- A Receita Corrente Líquida do Estado totalizou R$9,1 bilhões;
- A despesa do Estado do Pará, foi inicialmente fixada em R$11,2 bilhões, sendo R$7,7 bilhões oriundos do Orçamento Fiscal e R$3,4 bilhões relativos ao Orçamento da Seguridade Social;
- Do montante autorizado na ordem de R$13,5 bilhões, foram executadas despesas no valor de R$11,9 bilhões, originando economia orçamentária de 11,7%, ou seja, R$1,6 bilhão;
- Do total de R$11,9 bilhões referentes à despesa executada no exercício, 43,06%, ou seja, R$5,1 bilhões, foram pertinentes à área social, na qual destacaram-se em volume de gasto, as funções Educação (R$1,7 bilhão), Saúde (R$1,6 bilhão) e Previdência Social (R$1,4 bilhão), as quais foram realizadas em 92,45%, das respectivas dotações autorizadas, em média. Com participação de 19,58% da despesa realizada, a área típica de estado, composta pelas funções Segurança Pública (R$1 bilhão), Judiciária (R$442,5 milhões), Essencial à Justiça (R$440,5 milhões) e Legislativa (R$426,2 milhões), consumiu 91,74% da dotação fixada nessa área, ou seja, R$2,5 bilhões;

- A maior parte da despesa orçamentária destinou-se à manutenção da máquina administrativa, representada pelas Despesas Correntes (R$10,1 bilhões), que tiveram aumento de 7,40% em relação ao exercício anterior. Já as Despesas de Capital, que resultam em acréscimo ao patrimônio público, totalizaram R$1,7 bilhão, sendo majoradas em 32,64%, comparadas ao exercício anterior;

- Do confronto entre os recursos livres de destinação (Recursos Ordinários), arrecadados no exercício e as despesas custeadas por essas fontes, apurou-se superávit de R$304,4 milhões, enquanto que os recursos com destinação vinculada (Recursos Vinculados) apresentaram déficit de R$27,7 milhões, sendo este coberto com o superávit oriundo dos recursos ordinários;

- De acordo com a LRF, comparando-se a previsão atualizada da receita (R$13,5 bilhões) com sua execução (R$12,2 bilhões) constatou-se insuficiência de arrecadação na ordem de R$1,3 bilhão. Por outro lado, em atendimento à Lei nº 4.320/64, do confronto da receita arrecadada com a Previsão Inicial da Receita (R$11,2 bilhões), apurou-se um excesso de arrecadação no montante de R$995,6 milhões;

- Foram abertos créditos adicionais com a fonte de recurso excesso de arrecadação no valor de R$1,02 bilhão, no entanto o excesso de arrecadação apurado no exercício foi de R$995,6 milhões. Assim, foram abertos créditos no montante de R$31,9 milhões sem a correspondente fonte de recurso descumprindo-se o previsto na Lei nº 4.320/64, art. 43, bem como à LOA, art. 6º, I e II, b;

- O BGE informou que a abertura de créditos adicionais suplementares teria atingido 25,12% da dotação inicial, no entanto foi apurado, com base nos decretos, que o Poder Executivo abriu créditos adicionais suplementares correspondentes a 20,64% das despesas fixadas, portanto, superior ao limite de 18% autorizado na Lei nº 7.370/2009, art. 6º, inciso II, descumprindo-se também a Constituição Federal, art. 167, inciso V. A defesa oferecida contestou a apuração trazendo memória de cálculo de 16,90%, com base em dados constantes dos balanços emitidos via SIAFEM, o que não foi acatado em razão de inconsistências nos valores apresentados;

- Comparando-se a receita realizada (R$12,2 bilhões) com a execução orçamentária da despesa no montante de R$11,9 bilhões, deduzida a contribuição ao FUNDEB, apurou-se o superávit financeiro do exercício no montante de R$276,7 milhões;

- A despesa líquida com pessoal do Governo do Estado do Pará totalizou R$4,5 bilhões, equivalentes a 49,92% da RCL, observada à aplicação do disposto na Resolução TCEPA nº 16.769/2003, portanto, abaixo dos limites máximo de 60% e prudencial de 57% estabelecidos pela LRF.
- Os Poderes Executivo e Judiciário, o Ministério Público e os órgãos do Poder Legislativo cumpriram os respectivos limites máximos estabelecidos pela LRF para os gastos com pessoal.
- O TCMPA não excedeu o limite máximo para os gastos com pessoal, mas tendo extrapolado o limite prudencial, encontra-se sujeito às restrições dispostas na LRF, art. 22, parágrafo único;
- O TCMPA não considerou o limite máximo para gastos com pessoal descrito na Resolução TCEPA nº 17.793, de 10-12-2009, apurado conforme o disposto na LRF, art. 20, § 1º, em decorrência da alocação dos Ministérios Públicos Especiais no Poder Legislativo;
- A dívida consolidada líquida do Governo do Estado atingiu o montante de R$2,6 bilhões equivalente a 28,69% da RCL, verificando-se, assim, que o percentual do endividamento do Estado em relação à RCL, ficou muito aquém do limite máximo de duas vezes a RCL, conforme disposto na Resolução Senado Federal nº 40/2001, art. 3º, inc. I;
- As garantias oferecidas pelo Governo do Estado atingiram 0,87% da RCL, portanto, abaixo do limite máximo previsto na Resolução Senado Federal nº 43/2001;
- O montante das Operações de Crédito totalizou R$756,4 milhões, correspondente a 8,30**%** da RCL, atendendo ao disposto na Resolução Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, Inc. I, que estabelece o limite máximo de 16% sobre a RCL;
- A Despesa de Capital no montante de R$1,7 bilhão, evidenciou o atendimento ao disposto na CF/88, art. 167, inc. III, o qual estabelece que o produto das operações de crédito não poderá ultrapassar o montante das Despesas de Capital;
- Não ocorreram Operações de Crédito por Antecipação da Receita, limitadas a 7% da RCL, conforme prescreve a Resolução Senado Federal n° 43/2001, art.10;
- O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Consolidado do Governo do Estado do Pará apresentou suficiência financeira em todas as fontes de recursos (R$1,5 bilhão) para a cobertura das obrigações pendentes de pagamento, demonstrando assim, situação de equilíbrio financeiro (LRF, art. 1°, § 1°);

- O regime previdenciário, com disponibilidade de caixa líquida de R$895,8 milhões, também apresentou suficiente disponibilidade financeira para cumprir com as obrigações financeiras;
- O Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado do Estado do Pará evidenciou a suficiência de disponibilidade financeira para todas as fontes de recursos no final do exercício de 2010, após inscrição em restos a pagar processados. Excluído o montante de R$895,8 milhões do regime previdenciário, totalizou disponibilidades de R$632,4 milhões, atendendo à exigência contida na LRF, art. 42;
- O Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público, apresentaram suficientes disponibilidades financeiras por fonte de recursos após inscrição em restos a pagar processados, atendendo ao disposto na LRF, art. 42, parágrafo único;
- O Governo do Estado aplicou R$1,9 bilhão nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, equivalente a 25,40% da receita líquida resultante de impostos, cumprindo o limite mínimo estabelecido na Constituição Federal/88, art. 212;
- O Estado do Pará contribuiu com R$1,4 bilhão para a formação do FUNDEB, atendendo, a Constituição Federal/88, ADCT, art. 60, inc. II e § 5º, alínea a;
- O Estado do Pará recebeu do FUNDEB R$1 bilhão, proveniente do retorno e da complementação da União, inclusive as receitas de aplicação financeira. Desse total, 99,18% foram destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, atendendo o mínimo de 60% estabelecido na Lei Federal n° 11.494/2007, art. 22;
- As transferências constitucionais aos Municípios totalizaram R$1,46 bilhão, em observância às Constituições Federal, art. 158, e Estadual, art. 225;
- As aplicações do Governo do Estado em Ações e Serviços Públicos de Saúde corresponderam a R$909,8 milhões, ou seja, 12,03% da Receita Líquida Resultante de impostos, superando o limite mínimo aplicável de 12%, calculado de acordo com as definições da Constituição Federal, ADCT, art. 77, II;
- As despesas com publicidade dos Poderes e Ministério Público, no total de R$45,7 milhões, não excederam a 1% das respectivas dotações orçamentárias, conforme determinação da Constituição Estadual, art. 22, § 2°;
- As contribuições do Governo Estadual ao PIS-PASEP totalizaram R$72,6 milhões, de acordo com a Lei Complementar Federal n° 26/1975. Destaque-se que a contribuição para a formação do PASEP, pelo Poder Executivo, totalizou R$53,8 milhões, conforme o preceito constitucional que versa a matéria;

- O Resultado Primário apresentou déficit de R$195 milhões, em descumprimento à meta prevista na LDO, que estabeleceu resultado de R$21,7 milhões;
- A Dívida Consolidada Líquida (R$2,6 bilhões) apresentou acréscimo nominal de R$708,2 milhões em comparação ao exercício anterior;
- A Dívida Fiscal Líquida, representada pela Dívida Consolidada Líquida, deduzidos os passivos reconhecidos, apresentou acréscimo de R$787 milhões, equivalente a 50,59%, levando ao descumprimento da Meta de Resultado Nominal estabelecida na LDO (R$311,7 milhões);
- Todos os Poderes e o Ministério Público apresentaram déficit financeiro. Assim, na consolidação das contas, evidenciou-se resultado financeiro deficitário no montante de R$237,6 milhões, ou seja, o superávit orçamentário (R$384,2 milhões) não foi suficiente para suplantar o déficit extraorçamentário (R$621,8 milhões);
- A análise do comportamento do resultado financeiro nos 3 últimos exercícios revela tendência deficitária, tanto na forma consolidada quanto por poder, sendo o Poder Executivo aquele que concentra a maior parcela deficitária;
- Apurou-se superávit de R$24,3 milhões resultante do confronto entre as variações ativas e passivas, resultantes e independentes da execução orçamentária. Relativamente ao exercício anterior, registrou-se decréscimo de 97,92% no valor do superávit;
- O resultado econômico do exercício foi formado com a participação dos Poderes Executivo (R$8,3 milhões), Legislativo (R$8,1 milhões), Judiciário (R$21 milhões), e do Ministério Público (R$3 milhões);
- O saldo patrimonial em 31-12-2010, representado pelo Ativo Real Líquido, totalizou R$6,3 bilhões, registrando decréscimo real em relação ao exercício anterior de 5,21%;
- O Patrimônio Líquido foi formado com as seguintes participações: Poder Executivo (R$5,9 bilhões); Poder Legislativo (R$87 milhões); Poder Judiciário (R$256,7 milhões); e Ministério Público (R$50,7 milhões);
- Demonstrando capacidade do Estado em arcar com todos os seus compromissos, o Ativo Real superou o Passivo Real na seguinte proporção: Balanço Geral (consolidado) 58,74%; Poder Executivo 57,33 %; Poder Judiciário 90,89%; Poder Legislativo 97,22%; e Ministério Público 96,30%;
- O estoque final da dívida ativa alcançou o patamar de R$2,2 bilhões. Comparado ao exercício de 2009 (R$1,8 bilhão), evidencia-se aumento de R$378,5 milhões, equivalente a 19,98%. Assim, mantém a tendência de crescimento dos últimos três anos;

- O aumento da dívida ativa do Estado teve como principais interferências: o aumento das inscrições da dívida, as quais passaram, em valores nominais, de R$214,2 milhões (2009) para R$367,3 milhões (2010); e, em contraposição, a redução na arrecadação da receita, saindo do montante de R$84 milhões para R$78 milhões. Tal como nos exercícios anteriores, o exercício de 2010 manteve a disparidade entre "estoque final" e "recebimento" no exercício;
- A Dívida Ativa Tributária representou 91,79% da dívida ativa consolidada. Ao confrontar os últimos três exercícios, nota-se que o estoque final apresentou tendência de crescimento saindo do patamar de R$1,8 bilhão em 2008 para R$2 bilhões em 2010. Já o comportamento da conta referente a recebimento apresentou resultados inconstantes, ora com aumento, ora com redução na arrecadação;
- Ao confrontar os números do último triênio, a conta referente a "cancelamento da dívida ativa", demonstrou tendência de crescimento, evoluindo do patamar de R$9,6 milhões cancelados em 2008 para R$16,3 milhões cancelados em 2010;
- O fluxo contábil referente às contas que compõem o estoque da dívida ativa de 2010, além de ter sido lançado de forma geral, isto é, sem individualizar a parcela tributária e não tributária, somente foi registrado no SIAFEM em março de 2011;
- As perdas de créditos inscritos em dívida ativa não são provisionadas, levando a abstrata realidade dos créditos recuperáveis, bem como da avaliação patrimonial;
- O total da participação societária do Governo do Estado nas Empresas Controladas, e em outras Empresas, foi de R$1 bilhão, superior em 20,3% em relação ao saldo do exercício anterior de R$871,4 milhões. Sendo que a participação societária da Administração Direta nas Empresas controladas representa 97,1% do saldo total;
- A extinção da empresa ENASA realizou-se em desacordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, artigo 210, item VIII, e caput do artigo 216 e § 1º, combinados com os artigos 1.108, 1.103 e 1.109 do Código Civil Brasileiro, pois os relatórios dos atos e operações da liquidação e suas contas finais, deveriam ter sido submetidos à Assembleia Geral para aprovação antes de encerrar a liquidação e extinguir a Companhia;
- A conta "bens móveis e imóveis" representou 58,53% frente ao Ativo Permanente do Estado (R$8,9 bilhões);
- Houve incremento de 5,26% na conta bens móveis e imóveis em comparação ao exercício de 2009, mantendo-se a tendência de crescimento ocorrido nos exercícios anteriores;
- O registro de despesas com depreciação/amortização/exaustão ocorridas nas entidades: CDI, CEASA, COHAB, EMATER, ENASA, IGEPREV, JUCEPA,

PARATUR e PRODEPA, totalizou R$39,3 milhões. Referido valor esteve concentrado no Poder Executivo, conforme pesquisa efetuada no SIAFEM;

- O Inventário Patrimonial de Bens Móveis e Imóveis do Estado do Pará, peça primordial para a conferência de saldos físicos e contábeis, não integrou o BGE 2010, apesar de reiteradas recomendações já proferidas por este Tribunal;
- A dívida pública do Estado foi constituída por: Dívida Flutuante, Dívida Fundada (externa e interna), Outras Obrigações e Provisões para Benefícios Previdenciários, totalizando R$4,4 bilhões;
- Do montante da dívida pública, a Dívida Flutuante representou 5,98%; enquanto que a Dívida Fundada representou 68,64%;
- O valor amortizado da Dívida Fundada, equivale apenas a 7,14% do seu estoque final. Enquanto que a emissão e a atualização da mesma representa incremento de 28,15%. Evidencia-se, então, tendência de aumento dos compromissos a longo prazo;
- A Dívida Fundada Interna manteve tendência de crescimento, conforme os percentuais: 5,57% (2009/2008), 20,31% (2010/2009) e 29,41%, entre o primeiro e o último ano da série histórica. No entanto, a dívida fundada externa, aparentou situação inconstante, ora com decréscimo, ora com acréscimo, nos percentuais de: -17,70% (2009/2008) e 14,24% (2010/2009);
- Do montante da Dívida Fundada Interna 97,21%, está concentrado na Administração Direta (R$2,5 milhões), enquanto que 2,79% está sob a gestão da Sociedade de Economia Mista (R$74 milhões);
- O Patrimônio Líquido Consolidado das Empresas Controladas atingiu o montante de R$857 milhões, apresentando evolução de 22,27% em relação ao saldo do exercício de 2009;
- O Resultado Econômico-Financeiro das Empresas Controladas sofreu redução de 143,42% em relação ao resultado positivo de 2009, com prejuízo no montante de R$27,2 milhões, decorrente dos saldos negativos da COSANPA, no valor de R$98 milhões, e da GÁS DO PARÁ, R$446 mil;

8.2. RECOMENDAÇÕES

Ao enviar à Assembleia Legislativa do Estado do Pará o Parecer Prévio aprovado pelo Plenário deste Tribunal, acompanhado do relatório do Conselheiro-Relator e das Declarações de Voto dos demais Conselheiros, esta Corte de Contas formula recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela Administração Pública Estadual.

Tais recomendações e sugestões alicerçam-se na função constitucional deste Tribunal qual seja, assegurar a observância aos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade e economicidade na gestão pública, e devem, por consequência, resultar em ações retificadoras efetivas a serem realizadas pelas entidades e órgãos jurisdicionados.

As análises das providências adotadas pelo Governo do Estado referentes às recomendações de 2009, realizadas na fase do monitoramento, encontram-se descritas no item 7 deste relatório. O resultado dessas análises revelou que das 32 recomendações constantes do relatório anterior, 13 não foram atendidas e 03 foram atendidas parcialmente, levando este Tribunal a reiterá-las. O reforço às recomendações formuladas em exercícios anteriores e não atendidas pelos Poderes e Órgãos estaduais constam do item 8.2.1.

Por fim, em cumprimento ao papel orientador atribuído aos Tribunais de Contas, atribuição essa de fundamental importância para que a Administração Pública possa atuar com eficiência e eficácia, e, em função do resultado das análises, estudos e exames efetuados, nos termos deste Relatório, formulam-se novas recomendações ao Governo do Estado, as quais constam do item 8.2.2.

8.2.1. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

- Que a SEAD, impreterivelmente, conclua os projetos de “Integração da Gestão Imobiliária” e “Reordenamento do Patrimônio Público” que tratam da gestão patrimonial do Estado, fazendo constar nas Contas de Governo o Inventário do Estado do Pará. E para esse fim, em conjunto com a AGE, normatize as ações objetivando identificar os responsáveis pela realização, prazo para conclusão, bem como, sanções para os casos de descumprimentos dos respectivos levantamentos patrimoniais;

- Que o Poder Executivo inclua no rol das atividades atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP a efetiva coleta de dados, direta ou indireta, e a elaboração de indicadores que reflitam tempestivamente o Quadro de Exclusão Social do Estado, em atenção à Lei nº 6.836/2006;

- Que na Lei do PPA 2012-2015 constem as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa de Exclusão Social e as estratégias a serem adotadas para sua elaboração, de acordo com o previsto na Lei nº 6.836/2006, art. 4º;

- Que o Poder Executivo, em cumprimento à Lei nº 6.836/2006, art. 5º, encaminhe junto à Prestação de Contas Anual cópia do Anexo de Metas Sociais integrante do Projeto de Lei Orçamentária apresentado anualmente ao Poder Legislativo;

- Que o Governo do Estado adote novas medidas, as quais, agregadas às existentes, possam reduzir o grau de dependência financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS em relação ao tesouro estadual;

- Que o Poder Executivo disponibilize à sociedade o módulo de consulta do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará - GP Pará, em atendimento ao que determina a Lei nº 7.077/2007, art. 14;

- Que sejam realizadas Audiências Públicas nos processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA, conforme determina a LRF, art. 48, parágrafo único, inciso I;

- Que, em atenção ao Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN, o Poder Executivo faça constar no Demonstrativo de Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO, projeção atuarial de no mínimo 75 anos, conforme estabelecido na Portaria MPAS nº 4.992 de 05-02-1999;

- Que o Poder Executivo faça constar no Anexo de Metas Fiscais da LDO o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, evidenciando a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e a condição utilizada, dentre as previstas na LRF, art. 14, para cada situação de renúncia de receita, em consonância com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;

- Que o Poder Executivo apresente os valores a serem gastos com cada providência a ser tomada no caso de concretização do risco fiscal apontado no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO, em conformidade com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN;

- Que a AGE faça constar do relatório de controle interno, o qual acompanha as contas anuais de governo, o resultado de suas atividades, bem como as informações consolidadas em razão do que dispõe a Lei n° 6.176/98, art. 3°, incisos I a IV;

- Que o Poder Executivo implemente novas ações em adição àquelas já implementadas, com o fim de otimizar a cobrança da Dívida Ativa;

- Que a ALEPA proceda a publicação da remuneração do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas, de acordo com o dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- Que o Poder Legislativo utilize o sistema GP Pará, visando o gerenciamento de seus programas ou que proceda a avaliação anualmente por meios próprios, se houver permissão na LDO.

8.2.2. NOVAS RECOMENDAÇÕES

8.2.2.1. PODER EXECUTIVO

RECOMENDAÇÕES	REFERÊNCIA: Item do Relatório
1. Que na avaliação dos programas do PPA haja a participação da sociedade civil organizada, conforme determinação da Lei nº 7.077/2007, art. 11 (Lei do PPA 2008-2011); 2. Que as unidades gestoras registrem na totalidade e tempestivamente no Sistema GP Pará, as informações de execução das ações de governo, bem como, registrem as demais informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisão, em cumprimento à Lei do PPA, art. 12; 3. Que no Relatório de Avaliação dos Programas de Governo constem os índices dos indicadores de desempenho relacionados aos programas finalísticos; 4. Que no cálculo da Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, no Anexo de Metas Fiscais da LDO, não se incluam receitas e despesas que não atendam ao disposto na LRF, art. 17, bem como, seja demonstrada a memória de cálculo de apuração do valor da conta Redução Permanente de Despesa; 5. Que o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias apresente os demonstrativos, conforme estabelecidos no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional; 6. Que os valores referentes a precatórios não sejam incluídos no Demonstrativo de Riscos e Providências do Anexo de Riscos Fiscais, por não se enquadrarem no conceito de risco fiscal, conforme a CF/88, art. 100, § 1º; 7. Que ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual: a) não insira dispositivo de alteração orçamentária voltado para a criação de grupos de natureza de despesa por meio de créditos adicionais suplementares, posto que tais créditos, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64, art. 6º, inciso II, são destinados somente para reforço de dotação orçamentária; b) considere a função “Encargos Especiais”, corretamente, a quando da classificação da despesa orçamentária; c) observe os mecanismos de controle instituídos pela STN acerca da	**4.1**

destinação dos recursos arrecadados, conforme dispõe a LRF, art. 8º, parágrafo único, evitando programação divergente, por fonte, entre a previsão da receita e a fixação da despesa; d) observe o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, no Orçamento Fiscal, e da Reserva do RPPS no Orçamento da Seguridade Social; e) inclua o Demonstrativo de Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme exigência da LRF, art. 5º, inciso II. 8. Que constem no Demonstrativo de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, decorrentes da Concessão ou Ampliação de Incentivos ou Benefícios de Natureza Tributária da qual decorra Renúncia de Receita, presente na LOA, as medidas de compensação que serão adotadas, conforme exigência da LRF, art. 5º, inciso II.	
9. Que sejam efetuados os registros contábeis de garantias oferecidas pelo Estado na realização de operações de crédito, conforme previsão contratual; 10. Que seja utilizada conta individual para a movimentação e aplicação de recursos que são vinculados à finalidade específica, como operações de crédito, de modo que permita o acompanhamento e o controle desses recursos.	**5.1.1.1.1**
11. Que, com base nos parâmetros estabelecidos na Lei nº 4.320/64, art. 43, § 3º, seja acompanhado mensalmente o excesso de arrecadação, a fim de evitar a abertura de crédito sem a correspondente fonte de recursos. 12. Que, ao abrir os créditos adicionais suplementares, cada decreto seja formulado com base em único dispositivo autorizativo da LOA, não devendo constar no mesmo decreto diversas bases de autorização, proporcionando dessa forma o melhor controle dos limites legais instituídos. 13. Que, para publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais, seja utilizado formulário eletrônico adequado do Sistema de Controle de Publicação de Atos – PUBLICA, de acordo com o que determina a Resolução TCEPA nº 17.608, de 04 de novembro de 2008, art. 3º, inciso X. 14. Que seja aperfeiçoado o controle da execução orçamentária, a fim de garantir o fiel cumprimento do limite legal para abertura de créditos suplementares, não incidindo na vedação contida no art. 167 , inciso V, da Constituição Federal.	**5.1.3**
15. Que, em observância ao disposto na LRF, e de conformidade com o Anexo de Metas Anuais constante da LDO, promova a gestão	**5.3.7**

equilibrada dos recursos públicos no sentido de cumprir as metas de Resultado Primário e Nominal;	
16. Que os valores que compõem o estoque da dívida ativa, mais especificamente, “Inscrição”, “Atualização Monetária”, “Multas e Juros” e “Cancelamento”, sejam registrados mensalmente no SIAFEM, bem como, seja procedida a devida individualização do crédito/débito em parcela tributária e parcela não tributária, tais como são registrados os valores referentes à arrecadação no exercício; 17. Que sejam provisionados os créditos a recuperar, mais especificamente, os créditos inscritos em dívida ativa, uma vez que verificou-se elevada incerteza quanto ao valor arrecadado frente ao valor inscrito no período, em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência.	**5.4.4.1**
18. Que sejam adotadas providências objetivando sustar o constante crescimento da dívida fundada interna, sem afetar o desenvolvimento do Estado.	**5.4.4.4**
19. Que seja observada a ordem dos procedimentos previstos na Lei nº 6.404/76 e no Código Civil Brasileiro, no momento do encerramento final de liquidação e extinção de empresas mercantis.	**5.4.4.2.1**
20. Que na continuidade do programa Ação Metrópole, sejam contempladas as ações mínimas a seguir: a) elaborar e aplicar, junto com a Administração Municipal, instrumentos de planejamento e gestão da mobilidade urbana na metrópole; b) compatibilizar o cronograma de execução à realidade física e financeira do Estado; c) adequar os projetos viários com a rede de drenagem; d) garantir o uso social do espaço urbano remanescente da implantação das novas vias; e) articular, em conjunto com as prefeituras dos municípios abrangidos, a implantação de instrumentos de regulação e controle do solo urbano, garantindo a preservação de espaços para a adequada implantação do programa; f) desenvolver ações para atrair atividades geradoras de emprego e renda, ao longo das vias do programa, descomprimindo, assim, os desejos e necessidades de viagens para a área central.	**6.0**

8.2.2.2. PODER LEGISLATIVO

8.2.2.2.1. ALEPA

RECOMENDAÇÕES	REFERÊNCIA: Item do Relatório
1. Que, ao aprovar o Projeto de Lei Orçamentária Anual: a) não permita que ocorra, por fonte de recurso, divergência entre a previsão da receita e a fixação da despesa, em obediência à LRF, art. 8º, parágrafo único; b) não permita conter no texto dispositivo de alteração orçamentária voltado para a criação de grupos de natureza de despesa por meio de créditos adicionais suplementares, pois os mesmos, conforme a Lei nº 4.320/64, art. 6º, inciso II, são destinados somente para reforço de dotação orçamentária; c) observe o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, no orçamento fiscal, e da Reserva do RPPS no orçamento da seguridade social.	**4.1**
2. Que cumpra a Resolução TCEPA nº 17.608, de 04 de novembro de 2008, a qual trata da utilização do Sistema PUBLICA para o preenchimento e envio de matérias para a publicação dos atos administrativos	**5.1.3**

8.2.2.2.2. TCMPA

RECOMENDAÇÕES	REFERÊNCIA: Item do Relatório
1. Que observe as restrições contidas na LRF, art. 22, parágrafo único, considerando que as despesas com pessoal excederam o limite prudencial; 2. Que dê cumprimento a Resolução TCEPA nº 17.793/2009, art. 1º, III, "d", que dispõe sobre os percentuais de limites de gastos com pessoal dos Poderes e órgãos que integram a Administração Pública Estadual.	**5.2.1.1**

Belém, 12 de maio de 2011.

Ivan Barbosa da Cunha
Relator

Carlos Edilson Melo Resque
Coordenador

Manoel José Pandolfo Ramos
Membro

Sônia Abreu da Silva Elias
Membro

9. ANEXOS

9.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS

REFERÊNCIA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Ofício nº 001/2010-Com.PCG	SEPE	Coleta de informações acerca do Projeto Ação Metrópole e das consequentes ações de governo envolvidas.	Atendido
Ofício nº 002/2010-Com.PCG	AGE	Coleta de informações acerca das providências realizadas pelo Governo do Estado em atenção às recomendações formuladas por este TCEPA no Relatório da Prestação de Contas do Governo – 2009.	Atendido
Ofício nº 003/2010-Com.PCG	SEFA	Coleta de informações acerca das providências realizadas pelo Governo do Estado em atenção às recomendações formuladas por este TCEPA no Relatório da Prestação de Contas do Governo – 2009.	Atendido
Ofício nº 004/2010-Com.PCG	SEPOF	Solicitação de encaminhamento do exemplar autêntico e devidamente assinado da LDO, pertinente ao exercício financeiro de 2010.	Atendido
Ofício nº 005/2010-Com.PCG	ALEPA	Solicitação de cópia autêntica da ata da seção que deliberou sobre a LDO, pertinente ao exercício financeiro de 2010.	Atendido
Ofício nº 006/2010-Com.PCG	CASA CIVIL	Solicitação de informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações formuladas ao Governo do Estado, no Parecer Prévio das Contas de Governo, pertinentes ao exercício de 2009.	Atendido
Ofício nº 007/2010-Com.PCG	ALEPA	Solicitação de informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações formuladas ao Poder Legislativo, no Parecer Prévio das Contas de Governo, pertinentes ao exercício de 2009.	Não Atendido
Ofício nº 008/2010-Com.PCG	TJEPA	Solicitação de informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações formuladas ao Poder Judiciário, no Parecer Prévio das Contas de Governo, pertinentes ao exercício de 2009.	Atendido
Ofício nº 009/2010-Com.PCG	MPE	Solicitação de informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações formuladas no Parecer Prévio das Contas de Governo, pertinentes ao exercício de 2009.	Atendido
Ofício nº 010/2010-Com.PCG	DEFENSORIA PÚBLICA	Solicitação de informações acerca das providências adotadas em relação às recomendações formuladas no Parecer Prévio das Contas de Governo, pertinentes ao exercício de 2009.	Atendido
Ofício nº 011/2011-Com.PCG	SEPOF	Inspeção ordinária com o objetivo de coletar informações e/ou documentos visando instruir os autos do processo n° 2010/50057-1.	Atendido
Ofício nº 012/2011-Com.PCG	SEPOF	Inspeção ordinária com o objetivo de coletar informações e/ou documentos visando instruir os autos do processo n° 2010/50096-8.	Atendido
Ofício nº 013/2011-Com.PCG	ALEPA	Inspeção ordinária com o objetivo de coletar informações e/ou documentos visando instruir os autos do processo n° 2010/50057-1.	Atendido
Ofício nº 014/2011-Com.PCG	ALEPA	Inspeção ordinária com o objetivo de coletar informações e/ou documentos visando instruir os autos do processo n° 2010/50096-8.	Atendido
Ofício nº 015/2011-Com.PCG	AGE	Solicitação de informações acerca do PPA, relatório técnico de avaliação do resultado da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração pública estadual, operações de crédito e denúncias se houver, referentes ao exercício de 2010.	Não Atendido
Ofício nº 016/2011-Com.PCG	AGE	Comunica à AGE a dilatação do prazo para atendimento do Ofício n° 015/2011 – Com.PCG.	-
Ofício nº 017/2011-	SEAD	CANCELADO	-

REFERÊNCIA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Com.PCG			
Ofício nº 018/2011-Com.PCG	IDESP	CANCELADO	-
Ofício nº 019/2011-Com.PCG	SEPOF	Solicitação de cópias dos documentos referentes às atas das audiências públicas, acerca dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA), realizadas e os respectivos editais de convocação.	Atendido
Ofício nº 020/2011-Com.PCG	CASA CIVIL	Informa a Comissão e Grupo Técnico de Apoio que realizarão a análise técnica das Contas de Governo.	-
Ofício nº 021/2011-Com.PCG	SEFA	Informa a Comissão e Grupo Técnico de Apoio que realizarão a análise técnica das Contas de Governo.	-
Ofício nº 022/2011-Com.PCG	SEGOV	Informa a Comissão e Grupo Técnico de Apoio que realizarão a análise técnica das Contas de Governo.	-
Ofício nº 023/2011-Com.PCG	SEPOF	Informa a Comissão e Grupo Técnico de Apoio que realizarão a análise técnica das Contas de Governo.	-
Ofício nº 024/2011-Com.PCG	AGE	Informa a Comissão e Grupo Técnico de Apoio que realizarão a análise técnica das Contas de Governo.	-
Ofício nº 025/2011-Com.PCG	SEPOF	Solicitação de informações acerca do GP PARÁ, da revisão do PPA, bem como o Relatório de Avaliação do mesmo.	Atendido
Ofício nº 026/2011-Com.PCG	SEFA	Solicitação de informações acerca dos contratos de financiamentos n°^{os} 10.2.0517.1 e 007-09/0455-3.	Atendido
Ofício nº 027/2011-Com.PCG	BANPARÁ	Solicitação das demonstrações contábeis e do demonstrativo da participação acionária do Governo do Estado na composição do capital social.	Atendido
Ofício nº 028/2011-Com.PCG	CIA GÁS DO PARÁ	Solicitação das demonstrações contábeis e do demonstrativo da participação acionária do Governo do Estado na composição do capital social.	Atendido
Ofício nº 029/2011-Com.PCG	COSANPA	Solicitação das demonstrações contábeis e do demonstrativo da participação acionária do Governo do Estado na composição do capital social.	Atendido
Ofício nº 030/2011-Com.PCG	JUCEPA	Solicitação de informações acerca do arquivamento da Ata de Reunião da Assembléia Geral Extraordinária referente a liquidação da ENASA.	Atendido
Ofício nº 031/2011-Com.PCG	SEFA	Solicitação da comprovação da entrega dos relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais a ALEPA.	Atendido
Ofício nº 032/2011-Com.PCG	ALEPA	Solicitação de cópias das atas de realização das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais.	Não Atendido
Ofício nº 033/2011-Com.PCG	SEFA	Solicitação da memória de cálculo referente aos valores dos empenhos não liquidados e cancelados, referente a VII coluna do Demonstrativo de Restos a Pagar Consolidado.	Atendido
Ofício nº 034/2011-Com.PCG	Ex-Governadora, Ana Júlia Carepa	Encaminha cópia de todos os Ofícios enviados à atual Administração Estadual acerca das solicitações oriundas da Comissão de análise das Contas.	-
Ofício nº 035/2011-Com.PCG	SEPE	Solicitação de informações quanto à localização dos bens adquiridos com recursos provenientes do Contrato n° 007.09/0455-3.	Atendido
Ofício nº 036/2011-Com.PCG	SEPOF	Solicitação de informações acerca dos créditos suplementares abertos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor dos órgãos do Poder Executivo, referentes ao exercício 2010.	Atendido
Comunicado de Inspeção Ordinária	SEPE	Solicitação de documentos referentes ao Projeto Ação Metrópole e das consequentes ações de governo envolvidas.	Atendido

Anexos

REFERÊNCIA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	SITUAÇÃO
n° 001/2010			
Termo de Encerramento de Inspeção Ordinária nº001/2011	SEPE	Encerramento de Inspeção Ordinária	-
Termo de Encerramento de Inspeção Ordinária nº 002/2011	SEPOF	Encerramento de Inspeção Ordinária	-
Termo de Encerramento de Inspeção Ordinária nº003/2011	ALEPA	Encerramento de Inspeção Ordinária	-
Termo de Encerramento de Inspeção Ordinária nº004/2011	SEPOF	Encerramento de Inspeção Ordinária	-
Termo de Encerramento de Inspeção Ordinária nº005/2011	ALEPA	Encerramento de Inspeção Ordinária	-
Ofício nº 037/2011-Com.PCG	Ex-Governadora, Ana Júlia Carepa	Solicitação de justificativas para abertura de Créditos Adicionais Suplementares	Atendido

9.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Ofício n° 887/2010-GAB/AGE	Encaminha resposta ao Ofício n° 002/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls.16/76, vol. 3.
Ofício n° 896/2010 – GAB/AGE	Encaminha complemento do Ofício n° 887/2010-GAB/AGE.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 77/82, vol. 3.
Ofício n° 2016/2010/MP/PGJ	Encaminha resposta ao Ofício n° 009/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 83/90, vol. 3.
Ofício n°435/2010 – SEPLAN/TJ	Encaminha resposta ao Ofício n° 008/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 91/100, vol.3.
Ofício n° 71/2011 – GAB/AGE	Encaminha resposta ao Ofício n° 015/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 106/111, vol. 3.
Ofício n° 74.11 DP-G	Encaminha resposta ao Ofício n° 010/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 115/116, vol. 3.
Ofício n°059/2011 - GS	Encaminha resposta ao Ofício n° 001/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 118/157, vol. 3.

REFERÊNCIA	ASSUNTO	SITUAÇÃO
Ofícion° 0281/2011-GS/SEPOF	Encaminha resposta ao Ofício n° 001/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 158, vol. 3.
Ofício nº 170/2011 – GAB/AGE	Encaminha informação ao Ofício n° 015/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 159/160, vol. 3.
Ofício n° 0326/2011 – GS/SEPOF	Encaminha resposta ao Ofício n° 025/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 173/311, vol. 3.
Ofício n° 258//2011/GS/SEFA	Encaminha resposta ao Ofício n° 025/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 312/314, vol. 3.
Ofício n° 16/2011/GP GÁS DO PARÁ	Encaminha documento referente ao Ofício n° 028/2011-Com.PCG	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 318/323, vol. 3.
Ofício n° 194-P/2011 COSANPA	Encaminha documento referente ao Ofício n° 029/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 327/344, vol. 3.
Carta DICOP n° 005/2011 BANPARÁ	Encaminha documentos referente ao Ofício n° 027/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 345/382, vol. 3.
Of. 191/2011-GS/NGTM	Encaminha informações complementares ao Ofício n°. 059/2011 – GS/SEPE.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 385/428, vol. 3.
Ofício n° 0380/2011-SGE JUCEPA	Encaminha resposta ao Ofício n° 030/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 430/441, vol. 3.
Ofício n° 0314/2011/GS/SEFA	Informa o encaminhamento do Ofício n° 31/2011-Com.PCG para manifestação da SEPOF.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 444, vol. 3.
Ofício n° 0395/2011-GS/SEPOF	Encaminha resposta ao Ofício n° 031/2011-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 445, vol. 3.
Ofício n° 0398/2011-GS/SEPOF	Encaminha a Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls.447/606, vol.3.
Ofício n° 259/2011/GS SEPE	Encaminha resposta ao Ofício n° 035/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 611/631, vol. 3.
Ofício n° 0426/2011-GS/SEPOF	Encaminha resposta ao Ofício n° 036/2010-Com.PCG.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 01/363, vol. 4.
Ofício n° 007/2011-DICONF/SEFA	Encaminha as paginas 95 e 242, integrantes do BGE 2010 para substituição.	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 365/367, vol. 4.
Documento s/n	Encaminha resposta ao Ofício nº 037/2011 - Com. PCG	Juntado Processo 2011/50965-1 fls. 375/386, vol. 4.

9.3. SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
AC	Ativo Circulante
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AD	Ato Declaratório
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AH	Análise Horizontal
ARO	Antecipação de Receita Orçamentária
AT.Total	Ativo Total
AV	Análise Vertical
BASA	Banco da Amazônia
BGE	Balanço Geral do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	*Business Objects*
BOP	Boletim de Ocorrência Policial
BRT	*Bus Rapid Transit*
CCONT	Coordenadoria de Contabilidade
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGU	Controladoria Geral da União
CIA	Companhia
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Com.PCG	Comissão da análise da Prestação de Contas de Governo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DC	Dívida Consolidada
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DICONF/SEPOF	Diretoria de Gestão Contábil e Fiscal da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
Disp	Disponibilidade
DOCC	Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
DOE	Diário Oficial do Estado
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
ELP	Exigível a Longo Prazo
Estoq	Estoque
EV	Estudo de Viabilidade
FPE	Fundo de Participação do Estado
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GP Pará	Gerência de Programas do Estado do Pará
GS/SEFA	Gabinete do Secretário / Secretaria de Estado da Fazenda
IARP	Índice de Autossuficiência da Receita Própria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
ICMS	Imposto Sobre Operações à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDUSO	Identificador de Uso
IGAMA	Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia
IGEPREV	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos
IRP	Índice de Receita Própria
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ITCD	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos
JICA	*Japan Internacional Cooperation Agency*
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NBC’s	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
OB	Ordem Bancária
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
Pas.Total	Passivo Total
PC	Passivo Circulante
PDTU	Plano Diretor de Transporte Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PEA	População Economicamente Ativa
PEF	Programa Emergencial de Financiamento
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
p.p.	Pontos Percentuais
PPA	Plano Plurianual
QADR	Quociente dos Ativos Disponíveis e Realizáveis
QRP	Quociente do Resultado Patrimonial
QSF	Quociente da Situação Financeira
QSP	Quociente da Situação Permanente
RCL	Receita Corrente Líquida

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
Res.Exerc.	Resultado do Exercício
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RI	Região de Integração
RLP	Realizável a Longo Prazo
RLRI	Receita Líquida Resultante de Impostos
RMB	Região Metropolitana de Belém
RO	Resultado Operacional
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SCI	Sistema de Controle Interno
SEO	Sistema de Execução Orçamentária
SEGUP/CEI	Secretaria de Estado de Segurança Pública/ Comissão Estadual de Investigações
SIAFEM	Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios
SISPAT	Sistema de Patrimônio Mobiliário
STPP	Sistema de Transporte Público de Passageiros
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UG	Unidade Gestora
Venda Liq.	Venda Líquida

9.4. ÓRGÃOS E ENTIDADES COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Anexo 9.4 apresenta a sigla de todas as unidades gestoras que integram a Administração Pública Estadual, no exercício de 2010, conforme dados extraídos.

A estrutura organizacional do Estado constituiu-se de 99 (noventa e nove) unidades gestoras componentes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 3 (três) Sociedades de Economia Mista não Dependentes (empresas controladas) integrantes do Orçamento de Investimento das Empresas, relacionadas a seguir:

9.4.1. PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
1.	AGE - Auditoria Geral do Estado
2.	CBM/PA - Corpo de Bombeiros Militar
3.	CGE - Consultoria Geral do Estado
4.	CIDS - Coordenadoria de Cooperação Internacional para Desenvolvimento Sustentável
5.	DP - Defensoria Pública do Estado
6.	GAB VICE - Gabinete do Vice-Governador
7.	GAB. GOV - Gabinete do Governador
8.	NGPR - Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural
9.	PGE - Procuradoria Geral do Estado
10.	PM/PA - Polícia Militar do Estado do Pará

11.	POLICIA CIVIL - Polícia Civil do Estado do Pará
12.	SAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura
13.	SEAD - Secretaria de Estado de Administração
14.	SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação
15.	SECULT - Secretaria de Estado da Cultura
16.	SEDECT - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
17.	SEDES - Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social
18.	SEDUC - Secretaria de Estado de Educação
19.	SEDURB - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional
20.	SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
21.	SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda
22.	SEGOV - Secretaria de Estado de Governo
23.	SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública
24.	SEIR - Secretaria de Estado de Integração Regional
25.	SEJUDH - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
26.	SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
27.	SEOP - Secretaria de Estado de Obras Públicas
28.	SEPAQ - Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura
29.	SEPE - Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos
30.	SEPOF - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
31.	SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública
32.	SETER - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda
33.	SETRAN - Secretaria de Estado de Transporte

FUNDOS	
1.	FASPMPA - Fundo de Assistência Social dos Servidores Militares
2.	FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado
3.	FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social
4.	FEHIS - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
5.	FES - Fundo Estadual de Saúde
6.	FEMA - Fundo Estadual do Meio Ambiente
7.	FEDD - Fundo Estadual de Direitos Difusos
8.	FUNPGE - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado
9.	FGPM - Fundo de Gestão da G.P. Etapa Part. das Multas
10.	FINANPREV - Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará
11.	FISP - Fundo de Investimento de Segurança Pública
12.	FUNSAU - Fundo de Saúde dos Servidores Militares
13.	FUNDEFLOR - Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
14.	FUNCACAU - Fundo de Apoio à Cacauicultura do Estado do Pará
15.	FUNPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Pará
16.	FRC - Fundo de Apoio ao Registro Civil Estado do Pará

AUTARQUIAS	
1.	ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
2.	ARCON - Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará
3.	ASIPAG - Ação Social Integrada do Palácio do Governo
4.	CPCRC - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves
5.	DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Pará
6.	EGPA - Escola de Governo do Estado do Pará
7.	HOL - Hospital Ophir Loyola

8.	IASEP - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
9.	IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
10.	IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social e Ambiental do Pará
11.	IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
12.	IMEP - Instituto de Metrologia do Pará
13.	IOEPA - Imprensa Oficial do Estado do Pará
14.	ITERPA - Instituto de Terras do Pará
15.	IPALEP - Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará
16.	JUCEPA - Junta Comercial do Estado do Pará
17.	LOTERPA - Loteria do Estado do Pará
18.	SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
19.	UEPA - Universidade do Estado do Pará

FUNDAÇÕES	
1.	IAP – Instituto de Artes do Pará
2.	FAPESPA - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
3.	FCG - Fundação Carlos Gomes
4.	FCPTN - Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves
5.	FCV - Fundação Curro Velho
6.	FHCGV - Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna
7.	FSCMP - Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
8.	FUNCAP - Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
9.	FUNTELPA - Fundação de Telecomunicações do Pará
10.	HEMOPA - Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará

EMPRESAS CONTROLADAS (ESTATAIS NÃO DEPENDENTES)	
1.	BANPARÁ - Banco do Estado do Pará[1]
2.	COSANPA - Companhia de Saneamento do Estado do Pará[1]
3.	GÁS DO PARÁ - Companhia de Gás do Pará[1]

EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	
1.	CDI - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará [1]
2.	CEASA - Centrais de Abastecimento do Pará [1]
3.	COHAB - Companhia de Habitação do Estado do Pará [1]
4.	CPH - Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará [2]
5.	EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural [2]
6.	ENASA - Empresa de Navegação da Amazônia [1]
7.	PARATUR - Companhia Paraense de Turismo [1]
8.	PRODEPA - Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará [2]

[1] - Sociedade de Economia Mista
[2] - Empresa Pública

9.4.2. DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

PODER	ÓRGÃO	TIPO
Legislativo	1. ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará	Administração Direta
	2. IPALEP - Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa	Autarquia
	3. TCEPA - Tribunal de Contas do Estado do Pará	Administração Direta
	4. TCMPA - Tribunal de Contas dos Municípios	Administração Direta
	5. MPTCMPA - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios	Administração Direta
	6. MPCPA - Ministério Público de Contas do Estado do Pará	Administração Direta
Judiciário	7. JMEPA - Justiça Militar do Estado	Administração Direta
	8. TJEPA - Tribunal de Justiça do Estado	Administração Direta
Ministério Público	9. MPEPA - Ministério Público Estadual	Administração Direta

PODER	FUNDOS	TIPO
Legislativo	1. FUNTCE - Fundo de Modernização, Reaparellhamento e Aperf. do TCEPA	Administração Direta
	2. FUNTCM - Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperf. do TCMPA	Administração Direta
Judiciário	3. FRJ - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	Administração Direta
Ministério Público	4. FUNMPE- Fundo de Reaparelhamento do MPEPA	Administração Direta

9.5. ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES

O quadro a seguir contém os índices de atualização utilizados na análise das contas de governo, especificamente no exame da evolução e comparação de valores relativos a vários exercícios:

ANOS	IPCA	DEFLATOR COM BASE: DEZEMBRO/2010 = 100
2007	1,138692	1,169965
2008	1,205901	1,104759
2009	1,257900	1,059091
2010	1,332230	1,000000

ÍNDICE ANALÍTICO DO RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO 1

2. PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA 4

3. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL 11

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 11
3.2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 12
3.3. RELATÓRIO DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL 2010 13
3.3.1. EXPECTATIVA DE VIDA 14
3.3.2. RENDA 15
3.3.3. DESEMPREGO 16
3.3.4. EDUCAÇÃO 18
3.3.5. SAÚDE 19
3.3.5.1. NÚMERO DE POSTOS E CENTROS DE SAÚDE POR 10.000 HABITANTES 19
3.3.5.2. NÚMERO DE LEITOS POR 1.000 HABITANTES 20
3.3.5.3. NÚMERO DE AGENTES COMUNITÁRIOS POR 1.000 HABITANTES 21
3.3.5.4. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL 21
3.3.6. SANEAMENTO BÁSICO 22
3.3.7. HABITAÇÃO 23
3.3.7.1. DÉFICIT HABITACIONAL 24
3.3.7.2. INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS 24
3.3.8. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO 26
3.3.9. SEGURANÇA 27
3.3.9.1. NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS *PER CAPTA* 27
3.3.9.2. CRIMES VIOLENTOS 28
3.3.10. INCLUSÃO DIGITAL 29
3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 30

4. PLANEJAMENTO E CONTROLE GOVERNAMENTAL 32

4.1. INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO 32
4.1.1. PLANO PLURIANUAL – PPA 33
4.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 40
4.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 45
4.1.3.1. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 51
4.1.3.2. ORÇAMENTODE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS 53
4.2. CONTROLE INTERNO 54

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO 57

5.1. RECEITAS, DESPESAS E BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 57

5.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS 61
5.1.1.1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA 62
5.1.1.1.1. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO 66
5.1.1.2. COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA 71
5.1.1.3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL 74
5.1.2. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS 75
5.1.2.1. DESPESA POR FUNÇÃO 76
5.1.2.2. DESPESA POR PROGRAMA 78
5.1.2.3. DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA 81
5.1.2.4. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – DEA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – PODER EXECUTIVO 83
5.1.2.5. DESTINAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE 84
5.1.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 85
5.2. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 93
5.2.1. DESPESA COM PESSOAL 94
5.2.1.1. DESPESA COM PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO 95
5.2.1.2. PUBLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO, INATIVO E DOS PENSIONISTAS 97
5.2.2. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 98
5.2.3. CONCESSÃO DE GARANTIAS 100
5.2.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 101
5.2.5. DISPONIBILIDADE DE CAIXA 102
5.2.5.1. DISPONIBILIDADE DE CAIXA POR PODER E ÓRGÃO 104
5.2.6. RESTOS A PAGAR 105
5.2.6.1. RESTOS A PAGAR POR PODERES E ÓRGÃOS 109
5.2.7. PUBLICAÇÃO DO RGF 110
5.2.8. AUDIÊNCIA PÚBLICA 111
5.3. DESPESAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 112
5.3.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE 112
5.3.2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 114
5.3.3. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS 115
5.3.4. RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES E A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 116
5.3.5. DESPESAS COM PUBLICIDADE 117
5.3.6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP 117
5.3.7. METAS FISCAIS 119
5.3.7.1. RESULTADO PRIMÁRIO 120
5.3.7.2. RESULTADO NOMINAL 121
5.3.8. PUBLICAÇÃO DO RREO 124
5.4. DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – LEI N° 4.320/64 124

5.4.1. BALANÇO FINANCEIRO 124
5.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 129
5.4.3. BALANÇO PATRIMONIAL 133
5.4.4. PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS 139
5.4.4.1. DÍVIDA ATIVA 139
5.4.4.2. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA 142
5.4.4.2.1. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO 144
5.4.4.3. BENS MÓVEIS E IMÓVEIS 145
5.4.4.4. DÍVIDA PÚBLICA 146
5.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS CONTROLADAS 150
5.5.1. BALANÇO PATRIMONIAL 150
5.5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 152
5.5.3. ANÁLISE POR COEFICIENTES 153
5.5.4. FLUXO DE CAIXA 155

6. DIAGNÓSTICO AÇÃO METRÓPOLE 157

6.1. DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS NO ANO DE 2010 169

7. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES 172

7.1. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO 172
7.2. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS AO PODER EXECUTIVO 175
7.3. RECOMENDAÇÃO FORMULADA AOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO E À DEFENSORIA PÚBLICA 193

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 194

8.1. CONCLUSÕES 194
8.1.1. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL 194
8.1.2. PLANEJAMENTO E CONTROLE GOVERNAMENTAL 195
8.1.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO 199
8.2. RECOMENDAÇÕES 206
8.2.1. RECOMENDAÇÕES FORMULADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES 207
8.2.2. NOVAS RECOMENDAÇÕES 209
8.2.2.1. PODER EXECUTIVO 209
8.2.2.2. PODER LEGISLATIVO 212
8.2.2.2.1. ALEPA 212
8.2.2.2.2. TCMPA 213

9. ANEXOS 214

9.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS 214
9.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS 216

9.3. SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS 218
9.4. ÓRGÃOS E ENTIDADES COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL 220
9.4.1. PODER EXECUTIVO 220
9.4.2. DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO 223
9.5. ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DE VALORES 223

ÍNDICE ANALÍTICO DO RELATÓRIO 224

ÍNDICE DE FIGURAS DO RELATÓRIO 228

ÍNDICE DE GRÁFICOS DO RELATÓRIO 229

ÍNDICE DE TABELAS DO RELATÓRIO 230

ÍNDICE DE FIGURAS DO RELATÓRIO

FIGURA 6.1 – AV. ALMIRANTE BARROSO EM HORÁRIO DE PICO. 158

FIGURA 6.2 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA AÇÃO METRÓPOLE. 159

FIGURA 6.3 – MAPA DE INTERVENÇÕES DA 1ª ETAPA DO AÇÃO METRÓPOLE 163

FIGURA 6.4 – ELEVADO DANIEL BERG – AV. JÚLIO CEZAR X AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL. 164

FIGURA 6.5 – ALÇA AV. INDEPENDÊNCIA X AV. JÚLIO CEZAR. 164

FIGURA 6.6 – MONTAGEM RODOVIA ARTHUR BERNARDES. 165

FIGURA 6.7 – MONTAGEM LIGAÇÃO ALÇA RODOVIA BR-316 X AV. JOÃO PAULO II. 165

FIGURA 6.8 – PROPOSTA PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS 166

FIGURA 6.9 – MONTAGEM STPP – PROPOSTA RODOVIA BR-316. 167

FIGURA 6.10 – MONTAGEM STPP – PROPOSTA AV. AUGUSTO MONTENEGRO. 167

FIGURA 6.11 – MONTAGEM STPP – PROPOSTA AV. ALMIRANTE BARROSO. 168

ÍNDICE DE GRÁFICOS DO RELATÓRIO

GRÁFICO 3.1 - LINHA DE POBREZA DO PARÁ 2006-2009 16

GRÁFICO 3.2 –TAXA DE DESOCUPAÇÃO 2008-2009 17

GRÁFICO 3.3 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E TAXA COMBINADA DE MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR PARA O ESTADO DO PARÁ 2008/2009 18

GRÁFICO 3.4 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL 2008-2009 22

GRÁFICO 3.5 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS NO PARÁ 2008-2009 23

GRÁFICO 3.6 - OCORRÊNCIAS POLICIAIS *PER CAPITA* 2009-2010 28

GRÁFICO 5.1 - PARTICIPAÇÃO DAS SEIS MAIORES FUNÇÕES NA DOTAÇÃO ATUALIZADA 2010 61

GRÁFICO 5.2 - RECEITAS PRÓPRIAS EM VALORES REAIS 2010 65

GRÁFICO 5.3 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DO TESOURO EM VALORES REAIS 2008-2010 73

GRÁFICO 5.4 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EM PERCENTUAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS 2007-2010 113

GRÁFICO 5.5 – COMPORTAMENTO DO RESULTADO ECONÔMICO EM VALORES REAIS – 2008-2010 130

GRÁFICO 5.6 – EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES PATRIMONIAIS 2008-2010 135

GRÁFICO 5.7 – EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA 2008-2010 140

GRÁFICO 5.8 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE 2008-2010 147

GRÁFICO 5.9 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA 2008-2010 149

ÍNDICE DE TABELAS DO RELATÓRIO

TABELA 3.1 - DÉFICIT HABITACIONAL 2008-2009 24

TABELA 3.2 - INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS 2008-2009 25

TABELA 3.3 - PROPORÇÃO DE PESSOAS VIVENDO EM DOMICÍLIOS IMPROVISADOS 2008-2009 26

TABELA 3.4 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM POSSE DE COMPUTADOR E ACESSO À INTERNET - BRASIL, NORTE, PARÁ E RMB - 2007-2009 29

TABELA 3.5 - INDICADORES SOCIAIS DA REGIÃO DO MARAJÓ COMPARADOS COM A MÉDIA ESTADUAL 2007-2009 31

TABELA 4.1–PROGRAMAS POR TIPOLOGIA SEM REGISTRO DE EXECUÇÃO FÍSICA 34

TABELA 4.2–EXPANSÃO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS DO ESTADO DO PARÁ 2010 35

TABELA 4.3–PPA 2009-2011 X PPA PROGRAMAÇÃO 2010 X LOA DOTAÇÃO INICIAL POR PROGRAMA 2010 37

TABELA 4.4–PPA 2009-2011 X PPA PROGRAMAÇÃO 2009 X LOA DOTAÇÃO INICIAL POR TIPOLOGIA DE PROGRAMA 39

TABELA 4.5–ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2010 46

TABELA 4.6- DESTINAÇÃO DE RECURSOS RECEITA X DESPESA LOA 47

TABELA 4.7 - CONSOLIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR EMPRESA, PROGRAMA, FUNÇÃO E FONTE 2010 54

TABELA 5.1 – CRÉDITOS ADICIONAIS, ACRÉSCIMOS E REDUÇÕES DOS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO 2010 58

TABELA 5.2 – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2010 59

TABELA 5.3 – CRÉDITOS ADICIONAIS POR FUNÇÃO 2010 60

TABELA 5.4 - COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA POR CATEGORIA E ORIGEM 2010 62

TABELA 5.5 - COMPARATIVO DA RECEITA ESTIMADA COM A ARRECADADA POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO 2010 64

TABELA 5.6 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA PRÓPRIA ARRECADADA EM 2010 65

TABELA 5.7 – A EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA 2008-2010 71

TABELA 5.8 - EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA 2008-2010 74

TABELA 5.9 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2010 75

TABELA 5.10–DESPESA POR FUNÇÃO 2010 76

TABELA 5.11 - DESPESA POR PROGRAMA 2010 79

TABELA 5.12 - EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA 2008-2010 82

TABELA 5.13 - DEA DO PODER EXECUTIVO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA 2009-2010 83

TABELA 5.14 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR PODER 2010 91

TABELA 5.15 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO 2008-2010 92

TABELA 5.16–IRP E IARP 2008-2010 93

TABELA 5.17–DESPESA COM PESSOAL DO ESTADO DO PARÁ 2010 95

TABELA 5.18 - TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO 2010 96

TABELA 5.19–DATA DA PUBLICAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO, INATIVO E DOS PENSIONISTAS 2010 98

TABELA 5.20 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2010 99

TABELA 5.21 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DO RPPS 2010 100

TABELA 5.22 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 2010 101

TABELA 5.23 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 2010 102

TABELA 5.24–DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONSOLIDADA 2010 103

TABELA 5.25- DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA POR PODER E ÓRGÃO 2010 104

TABELA 5.26 – DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR CONSOLIDADO 2010 107

TABELA 5.27 – DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR PODERES E ÓRGÃOS 2010 110

TABELA 5.28 – DEMONSTRATIVO DA PUBLICAÇÃO DO RGF 111

TABELA 5.29 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2007-2010 113

TABELA 5.30 –TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS 116

TABELA 5.31 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PUBLICIDADE 2007-2010 117

TABELA 5.32 – RESULTADO NOMINAL – 2010 122

TABELA 5.33–DEMONSTRATIVO DA PUBLICAÇÃO DO RREO 124

Índice de Tabelas

TABELA 5.34 – BALANÇO FINANCEIRO POR PODER – 2010 125

TABELA 5.35 – FLUXO FINANCEIRO EXTRAORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO 2010 127

TABELA 5.36 – RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO POR PODER E MP 2010 128

TABELA 5.37–EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO POR PODER E MP 2008-2010 129

TABELA 5.38–EVOLUÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO 2008-2010 130

TABELA 5.39 – RESULTADO CONSOLIDADO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS 2010 131

TABELA 5.40 – ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS 2010 132

TABELA 5.41 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR PODER E MP 2010 132

TABELA 5.42 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO POR PODER E MP 2010 133

TABELA 5.43 – EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO 2008-2010 134

TABELA 5.44 – QUOCIENTES PATRIMONIAIS POR PODER E MP 137

TABELA 5.45–FORMAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – 2008-2010 141

TABELA 5.46–PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO ESTADO NAS EMPRESAS CONTROLADAS 2010 143

TABELA 5.47 – BENS MÓVEIS E IMÓVEIS POR PODER E MP - 2010 145

TABELA 5.48 – BENS MÓVEIS E IMÓVEIS 2008-2010 145

TABELA 5.49–BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DAS EMPRESAS CONTROLADAS 151

TABELA 5.50 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DAS EMPRESAS CONTROLADAS 2009 E 2010 152

TABELA 5.51–RESULTADO DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS CONTROLADAS 2010 153

TABELA 5.52–COEFICIENTES DAS EMPRESAS CONTROLADAS 2008, 2009 E 2010 154

TABELA 5.53–DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2010 156



PARECER DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

Processo nº **2011/50965-1**

Relator: **CONSELHEIRO DR. IVAN BARBOSA DA CUNHA**

Matéria: **PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DA EX-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ – ANA JÚLIA VASCONCELOS CAREPA - EXERCÍCIO 2010**

Órgão: **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

PROCESSO DE CONTAS. PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DA EX-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ.

Em cumprimento às determinações constitucionais e institucionais conferidas a este Ministério Publico de Contas, por meio dos artigos 71 e 75 da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, art. 126 do RITCE/PA, manifesto-me nos presentes autos de Prestação de Contas do Governo do Estado do Pará, relativas ao exercício de 2010, nos seguintes termos:

Preambularmente, cumpre-me destacar os aspectos formais que norteiam o presente parecer, senão vejamos:

Consiste o presente processo de Prestação de Contas no Balanço Geral do Estado do Pará, onde se encontram sintetizadas as escriturações dos atos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e financeira de todas as Unidades Gestoras do Governo do Estado. As Contas foram prestadas de forma consolidada, constando além das contas do Poder Executivo, as Contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

O art. 135, XIX da Constituição do Estado, prescreve que compete privativamente ao Governador apresentar anualmente a Prestação de Contas do Governo, referente ao exercício anterior, à Assembléia Legislativa, no prazo de 60 dias contados da abertura da sessão legislativa. Desta feita, em cumprimento ao comando constitucional, a Exma. Ex-Governadora do Estado, Ana Julia Carepa, representada no ato pelo Exmo. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. José Barros Tostes Neto, e demais integrantes do Governo, em 04/04/2011 — no prazo constitucional — encaminhou a esse Tribunal de Contas, por meio do Ofício nº 0309/2011/GS/SEFA, de 04/04/2011 protocolado nesta Casa sob o nº 2011/03711-1 as Contas Anuais do Estado do Pará relativas ao exercício financeiro de 2010, as quais constituíram o Processo nº 2011/50965-1.

Sequencialmente, cabe aduzir que a este Ministério Público Especial, com fundamento no art. 126 do RITCE/PA, compete uma análise sucinta das contas do Governo, destacando os resultados apurados pelo Relatório Técnico desse Tribunal de Contas e manifestando-se - em caráter opinativo - pela aprovação ou rejeição das Contas do Governo do Estado. Nesse contexto, evidencia-se que o relatório técnico, aliado às considerações deste Ministério Público, tem relevante papel na elaboração do parecer prévio a ser emitido por essa Corte de Contas, pois é com supedâneo nessas informações que a Assembléia Legislativa alcançará uma ampla análise dos aspectos da administração pública, incluindo os de natureza técnico-contábil, jurídica, orçamentária e financeira, ou seja, das reais premissas preconizadas no texto constitucional.

Nesse aspecto, convém ressaltar o aprimorado trabalho elaborado pelo Exmo. Conselheiro Dr. Ivan Barbosa da Cunha e toda sua equipe técnica, que, como nos exercícios pretéritos, debruçou-se com afinco nas informações relativas aos dados contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais dos balanços e relatórios do Governo para propiciar a esse Tribunal uma análise concisa e transparente das contas públicas; indelével dedicação que, certamente, permitiu a este Ministério Público uma análise acurada das receitas, despesas e investimentos públicos, e, ao Tribunal, o pleno exercício de seu mister em emitir um parecer imparcial, sem peias e adstrito aos ditames da Lei.

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

O julgamento das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, cuja competência, como sabido, pertence à Assembléia Legislativa, apresenta natureza político-administrativa, cabendo ao Tribunal de Contas, no exercício de sua função constitucional de auxiliar o controle externo, emitir Parecer Prévio; parecer esse que servirá de base para o julgamento político da Assembléia Legislativa, a quem, repita-se, caberá aprovar ou rejeitar as contas anuais. Desta feita, importante ressaltar que a análise do parecer prévio não envolve o exame de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, objeto de julgamento de natureza técnico-administrativa do Tribunal de Contas.

Feitas essas breves considerações, permito-me dispensar maiores delongas acerca dos aspectos formais que norteiam o processo de prestação de Contas do Governo, para adentrar no mérito da análise também, de forma sucinta, mas permeando pelos principais aspectos da gestão governamental, no intuito de contribuir para uma análise clara e concisa dessa Corte de Contas.

Nesse contexto, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, em sua missão Constitucional de guarda da lei e fiscal de sua execução, regrada na Constituição Federal e Estadual, ao analisar a Prestação de Contas do Governo do Estado do Pará e o Relatório Técnico, produzido pelo Exmo. Cons. Dr. Ivan Barbosa da Cunha e sua equipe, destaca os seguintes resultados apurados na avaliação da gestão dos recursos públicos:

I - Análise das Demonstrações Contábeis:

1. O resultado Orçamentário do exercício de 2010, representado pelo confronto entre a Receita e a Despesa realizada no período, foi SUPERAVITÁRIO em R$ 276,7 milhões, equivalente a 2,31% da receita arrecada. Nesse espeque, deve servir de alerta para uma análise das despesas com certa parcimônia, nos exercícios seguintes, o fato de que tais resultados positivos vêm sofrendo gradativa queda (Item 5.1.3 – Tabela 5.14).



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

2. O resultado Patrimonial do Exercício, apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, indica um SUPERÁVIT da ordem de R$ 24,3 milhões (Item 5.5);

3. O resultado Financeiro do Estado tanto consolidado quanto por Poder (Item 5.4.1), representado pelo confronto entre o Ativo e o Passivo Financeiro, demonstra um DÉFICIT financeiro de R$-237,6 milhões;

4. As Despesas de Capital (item 5.2.4), no período, somaram R$ 1,7 bilhões, acima, portanto, do valor das Operações de Crédito, que somaram R$ 756,4 milhões, atendendo ao disposto no art. 167, III da Constituição Federal, que limita as Operações de Crédito ao montante das Despesas de Capital. Referido dispositivo trata da chamada "regra de ouro", em que os recursos originários de operações de crédito não podem exceder as despesas de capital. A "regra de ouro" procura preservar o patrimônio na medida em que impõe que as despesas realizadas com recursos de operações de crédito produzam variação patrimonial positiva. Destaca-se que neste aspecto, o Estado do Pará, no exercício de 2010, atendeu plenamente este critério ao realizar Operações de Crédito de R$ 756,4 milhões.

5. As despesas com pessoal (Item 5.2.1) alcançaram o montante de R$ 5,4 bilhões que correspondeu 49,92% da RCL, evidenciando, assim, o cumprimento dos limites máximo e prudencial de 60% e 57%, estabelecidos, respectivamente, pela LRF.

II - Análise das Funções de Governo:

Neste específico tópico, reporto-me ao Relatório do Mapa da Exclusão Social, constante do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2010, de iniciativa conjunta do IDESP e SEPOF, nos termos da Lei 6.836/2006. Medida essa de salutar iniciativa que, no entanto, vem encontrando dificuldades em razão das deficiências para o seu efetivo implemento. Nesse aspecto, vale ressaltar as ações dessa Corte de Contas junto à Administração Pública para que adote medidas públicas que viabilizem o acesso aos dados junto às fontes de informações. No entanto, ante a omissão do Governo, o IDESP, hodiernamente, socorre-se de informações secundárias para construção dos respectivos

Mapas, atualizando-os de acordo com a disponibilidade dos referidos dados secundários; fato este que pode comprometer o diagnóstico da realidade social paraense, tão importante para elaboração das políticas públicas, na busca pela atenuação da situação de exclusão em que vive grande parte da população paraense.

Dentro do panorama geral apresentado pelo Mapa de Exclusão Social, chamou atenção deste Ministério Público:

1. Que no ano de 2009, o Estado do Pará alcançou o número de 2,4 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, representando 32,29% da população do Estado. Número esse que quebrou a sequência de reduções verificadas nos anos anteriores, aumentando, portanto, em 10,88% o número de paraenses vivendo nessas condições, em relação ao exercício de 2008;

2. O indicador de carência de infra-estrutura permaneceu inalterado nesse período, o que não indica situação favorável, pois ainda representa sério problema, uma vez que equivale ao dobro da média nacional (33,2%), refletindo, assim, a ausência de pelo menos um dos serviços básicos como: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

3. O aumento significativo de pessoas vivendo em domicílios improvisados (55,55%) em relação a 2008, atingindo o índice 0,14% em 2009;

4. O aumento significativo de ocorrências policiais per capita na região Metropolitana.

Com base nesses dados, o cenário ora apresentado revela a necessidade de implementação de políticas públicas, principalmente nos itens destacados, a fim de minimizar as desigualdades sociais e preservar os fundamentos básicos da Constituição Federal.

Ainda no que concerne as funções e ações de governo, destaco, também, o item da inclusão digital, que, através da implantação do programa Navegapará, vem de forma positiva disponibilizando o acesso gratuito e em alta velocidade à internet para grande parte da população paraense, benefício esse, registre-se, encontrado em



poucas regiões brasileiras. Daí que para que os índices desse indicador continuem crescendo, necessário se faz que o Governo continue investindo no programa, para fins de se colocar em prática a 2ª (segunda) fase do projeto.

Também nesse tópico destaco o projeto "AÇÃO METRÓPOLE", implantado a partir de 2008, através da atualização do EV 2003 – Estudo de Viabilidade Econômica para o Melhoramento do Sistema de Transporte na Região Metropolitana de Belém. O "Ação Metrópole" consta do plano plurianual 2008-2011 e contempla a realização de trinta e nove projetos viários, dos quais até 2010 apresentam o seguinte balanço:

- PROJETOS EM ANDAMENTO: 5
- PROJETOS INDEFINIDOS: 8
- EXECUÇÃO PARCIAL: 2
- EM PLANEJAMENTO: 21
- CONCLUÍDO: 3

TOTAL: 39

Menciono que no item "concluído" deve ser considerado o projeto do elevado da Av. Júlio César, ainda destacado como "em andamento" no relatório, haja vista a entrega da respectiva obra no final do exercício de 2010.

O levantamento acima destacado revela, portanto, a necessidade de medidas urgentes por meio de ações Governamentais no sentido de colocar em prática as políticas de transporte e viárias traçadas no Plano Plurianual 2008-2011, com objetivo de aumentar a mobilidade urbana na região metropolitana de Belém.

Ante esses dados e em conclusão à análise ministerial, *mister* se faz mencionar que no que pertine ao cumprimento dos preceitos constitucionais, legais e regulamentares, a percuciente instrução técnica aponta com bastante precisão as dificuldades, impropriedades e falhas técnicas inerentes às ações governamentais, levantamento esse capaz de subsidiar de forma segura a análise do Poder Legislativo.

Na instrução processual, observo ainda que dentre as recomendações anteriormente elaboradas (exercício 2009), 14 (quatorze) foram consideradas como "atendidas", 11 (onze) "não atendidas" e 2 (duas) "parcialmente atendidas", portanto com base na correção de 14 apontes inscritos nas contas do ano anterior, destaca-se para o presente exercício 24 críticas como passíveis de recomendações, dentre as quais algumas remanescentes de exercícios anteriores.

Na verdade, a quase totalidade dos apontes, mesmo aqueles de fácil solução, vêm se repetindo em descumprimento de decisões emanadas da Corte para sua regularização. No entanto, mesmo diante da resistência do Governo em alguns aspectos, interessa asseverar o fundamental papel orientador no qual está investida essa Corte de Contas, pois ainda que tais recomendações não sejam suficientes para ensejar a rejeição das contas, estas maculam a gestão pública e, portanto, requerem adoção de providências corretivas, razão pela qual deverão ser consideradas pela Colenda Assembléia Legislativa a quando do exercício de sua função julgadora.

Por laudo, deve ser ressaltado que as ações de monitoramento desse Tribunal trouxeram novamente um avanço no cumprimento das recomendações relativas ao exercício anterior (2009) por parte da Administração Pública; trabalho esse fruto do eficaz e efetivo acompanhamento exercido pelo Controle Externo, que se comprova através da significativa redução das recomendações do exercício anterior (2009), onde das 27 recomendações 14 foram atendidas e 2 parcialmente atendidas.

Tudo isso revela de forma *incontesti* o fundamental papel do Tribunal de Contas do Estado como Órgão orientador e, portanto, por meio do exercício do Controle Externo, de dar prosseguimento a um trabalho efetivo de acompanhamento e monitoramento na busca pela implementação das recomendações, de forma a garantir o alcance dos resultados almejados no tocante a uma administração econômica e eficiente.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

III. Recomendações

Entendidas as recomendações como medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame das contas, destaco, sem desmerecer a relevância de todas as demais recomendações, principalmente as seguintes:

PODER EXECUTIVO

1. Que na avaliação dos programas do PPA haja a participação da sociedade civil organizada, conforme determinação da Lei nº 7.077/2007, art. 11 (Lei do PPA 2008-2011) – (Item 1).

2. Que ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Item 7):

   a) não insira dispositivo de alteração orçamentária voltado para criação de grupos de natureza de despesa por meio de créditos adicionais suplementares, posto que tais créditos, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64, art. 6º, inciso II, são destinados somente para reforço de dotação orçamentária;
   b) considere a função "Encargos Especiais" corretamente a quando da classificação da despesa orçamentária;
   c) observe os mecanismos de controle instituídos pela STN acerca da destinação dos recursos arrecadados, conforme dispõe a LRF, art. 8º, parágrafo único, evitando programação divergente, por fonte, entre a previsão da receita e a fixação da despesa;
   d) observe o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, no Orçamento Fiscal, e da Reserva do RPPS no Orçamento da Seguridade Social;
   e) inclua o Demonstrativo de Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme exigências da LRF, art. 5º, inciso II.

3. Que na continuidade do Programa Ação Metrópole, sejam contempladas as ações mínimas a seguir:

   a) elaborar e aplicar, junto com a Administração Municipal, instrumentos de planejamento e gestão da mobilidade urbana na metrópole;
   b) compatibilizar o cronograma de execução à realidade física e financeira do Estado;
   c) adequar os projetos viários com a rede de drenagem;
   d) garantir o uso social do espaço urbano remanescente da implantação das novas vias;
   e) articular, em conjunto com as prefeituras dos municípios abrangidos, a implantação de instrumentos de regulação e controle do solo urbano, garantindo a preservação de espaços para a adequada implantação do programa;
   f) desenvolver ações para atrair atividades geradoras de emprego e renda ao longo das vias do programa, minimizando, assim, os desejos e necessidades de viagens para a área central.

PODER LEGISLATIVO

1. Que ao aprovar o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

   a) não permita que ocorra, por fonte de recurso, divergência entre a previsão da receita e a fixação da despesa, em obediência à LRF, art. 8º, parágrafo único;
   b) não permita conter no texto dispositivo de alteração orçamentária voltado para a criação de grupos de natureza de despesa por meio de créditos adicionais suplementares, pois os mesmos, conforme a Lei nº 4.320/64, art. 6º, inciso II, são destinados somente para reforço de dotação orçamentária;



c) observe o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, no orçamento fiscal, e da Reserva do RPPS no orçamento da seguridade social.

2. Que cumpra a Resolução TCEPA nº 17.608 de 04 de novembro de 2008, a qual trata da utilização do Sistema PUBLICA para o preenchimento e envio de matéria para publicação dos atos administrativos.

TCMPA

1. Que a Corte observe as restrições contidas na LRF, art. 22, parágrafo único, considerando que as despesas com pessoal excederam o limite prudencial;
2. Que observe a Resolução TCEPA nº 17.793/2009, art. 1º, III, "d", que dispõe sobre os percentuais de limites de gastos com pessoal dos Poderes e órgãos que integram a Administração Pública Estadual.

IV. Conclusão

Embora a sociedade espere dos Governos comedimento no emprego dos recursos públicos, entendido como tal a não-realização de despesas desnecessárias, demasiadas, improfícuas e geradoras de déficits orçamentários, ao mesmo tempo, em contrapartida aos tributos pagos, reclama por serviços qualificados, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública. E é nessa difícil missão, de conciliar esses dois ditames, que o Governo, auxiliado pelos órgãos técnicos, deve pautar suas ações políticas, na busca por uma melhora na prestação dos serviços essenciais à população.

De acordo com o exposto e, considerando que o resultado do exercício, representado pelo confronto entre o ativo e passivo financeiro, demonstra um SUPERAVIT financeiro de R$ 276,7 milhões, considerando que as despesas com pessoal



somaram R$ 5,4 bilhões, que confrontadas com as Receitas Correntes Líquidas, representaram 49,92% desta, portanto, abaixo dos limites: total e prudencial de 60% e 57%, respectivamente; considerando, que os demais apontamentos constituem falhas que podem ser corrigidas, de forma que os comandos constitucionais sejam atendidos e a sociedade não seja prejudicada; este Ministério Público de Contas destaca que: O Balanço Geral do Estado do Pará, referente ao exercício de 2010 apresenta de forma ADEQUADA a posição financeira, orçamentária e patrimonial, o que permite sugerir ao eminente Relator, propor ao Egrégio Tribunal Pleno, que recomende à Assembléia Legislativa do Estado do Pará a APROVAÇÃO DAS CONTAS DA EXMA. EX-GOVERNADORA ANA JÚLIA DE VACONCELOS CAREPA – RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010, determinando ainda ao Governo do Estado que observe as recomendações destacadas, no intuito de saná-las nos exercícios posteriores.

É o Parecer.

MARIA HELENA BORGES LOUREIRO
Procuradora Geral de Contas do Estado do Pará

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhora representante do Ministério Público de Contas, ao encaminhar as conclusões deste voto, cumpre destacar os seguintes aspectos:

O Relatório técnico exarado pela Comissão de Análise das Contas de governo do Exercício de 2010, decorreu do exame do Balanço Geral do Estado, dos sistemas contábil e extracontábil, apresentando os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, econômica e fiscal.

A análise técnica revelou a existência de aspectos positivos e também negativos, ocorridos na gestão da ex-Governadora que, no entanto, não se constituem em motivos determinantes para opinar pela desaprovação das contas, pelo que, passo a tecer as considerações fáticas e jurídicas que me convenceram acerca das conclusões contidas no relatório técnico.

As duas situações abordadas sobre a abertura de créditos suplementares em oposição ao dispositivo da Lei Orçamentária não configuram falta agravante, posto que não promoveram déficit orçamentário. O equilíbrio da gestão orçamentária e financeira não foi comprometido, haja vista que as dotações autorizadas não foram executadas em sua totalidade, gerando economia orçamentária de R$1,6 bilhão, e superávit financeiro de R$276,7 milhões, conforme verificou-se na análise técnica. Tais aspectos demonstram que se trata de falha relativa ao controle da execução do orçamento por parte do órgão encarregado.

Pelo que constatou a equipe técnica, o registro dos decretos de abertura de créditos adicionais é realizado no Sistema de Execução Orçamentária – SEO, que não tem qualquer vinculação com o SIAFEM. Ora, esse fato por si só possibilita a ocorrência de erros e o descontrole da execução orçamentária.

Entendo que a falta de integração entre os sistemas originou não somente uma falha técnica, mas também o transtorno gerencial, demonstrando a frágil fidedignidade das informações. Vislumbro que, não fosse isso, dificilmente as circunstâncias apontadas no relatório técnico teriam ocorrido.

Por conseguinte, o caso merece atenção e requer a **determinação** ao Poder Executivo no sentido de adotar providências visando aperfeiçoar o controle da execução

orçamentária, abrangendo, inclusive, a integração entre os sistemas SEO e SIAFEM, evitando riscos ao equilíbrio orçamentário e financeiro em função desse descompasso.

Destaco ainda o posicionamento do Ministério Público de Contas, em seu Parecer às fls. 132 e 133, Vol. VI, nos seguintes termos:

> "*Na verdade, a quase totalidade dos apontes, mesmo aqueles de fácil solução, vêm se repetindo em descumprimento de decisões emanadas da Corte para sua regularização. No entanto, mesmo diante da resistência do Governo em alguns aspectos, interessa asseverar o fundamental papel orientador no qual está investida essa Corte de Contas, pois ainda que tais recomendações não sejam suficientes para ensejar a rejeição das contas, estas maculam a gestão pública e, portanto, requerem adoção de providências corretivas, razão pela qual deverão ser consideradas pela Colenda Assembléia Legislativa a quando do exercício de sua função julgadora*." (sic)

A meu ver, por todo o exposto, o episódio não decorreu de dolo ou má fé, mas, repito, em razão da existência de falha circunstancial.

Ressalto ainda, que o limite em questão, nas Leis Orçamentárias dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, foi estabelecido em 25%, sendo reduzido para 18% no exercício de 2010, e novamente majorado para 25% na Lei Orçamentária do Exercício de 2011.

Acerca da falta de clareza na movimentação dos recursos de operações de crédito e do cancelamento de notas de empenho, assiste razão ao relatório técnico de que o assunto requer análise mais profunda, pelo que determino ao Departamento Técnico desta Casa que inclua essas questões no escopo das auditorias programadas a serem realizadas nos órgãos envolvidos, no sentido de examinar os atos dos respectivos ordenadores de despesa no que tange às citadas matérias.

Assim, diante do conteúdo do Relatório Técnico, da manifestação do Ministério Público de Contas às fls. 125 a 137, Vol. VI, e mais o que dos autos consta, voto nos seguintes termos:

1. Pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação, com ressalva, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA, referentes ao exercício financeiro de 2010, incluindo a Gestão Fiscal do PODER

EXECUTIVO;

2. Pela formulação das RECOMENDAÇÕES constantes do Relatório ao Governo do Estado, visando tanto à adoção de procedimentos necessários à efetiva resolução dos senões detectados neste voto quanto contribuir para o aprimoramento da gestão pública estadual;

3. Pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação da Gestão Fiscal dos PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com a formulação a estes, pelos mesmos motivos constantes no item 2, das RECOMENDAÇÕES também constantes do Relatório;

4. Pela fixação de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Governo do Estado e demais Poderes encaminhem a esta Corte de Contas informações acerca das providências adotadas em relação às RECOMENDAÇÕES formuladas, para que as mesmas possam ser acompanhadas pelo Departamento Técnico por meio do instrumento de fiscalização denominado MONITORAMENTO;

5. Pela remessa dos presentes autos, incluindo o Parecer Prévio desta Corte de Contas, à Assembleia Legislativa do Estado até o próximo dia 03-06-2011, cumprindo assim, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, sua missão institucional e os ditames constitucionais e legais, ao analisar as contas do Governo do Estado do ponto de vista técnico-jurídico, uma vez que o julgamento político-administrativo compete ao Parlamento.

É como voto,

Relator: Ivan Barbosa da Cunha
Conselheiro Corregedor



PARECER PRÉVIO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº. 18.022

(Processo nº. 2011/50965-1)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 116, inciso I, da Constituição do Estado, combinado com o art. 59 da Lei Complementar 12, de 9 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica do TCE-PA) e com as normas constantes da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o disposto no art. 129 do Regimento do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando o que consta do Processo 2011/50965-1;

Considerando os votos dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros (Anexo II);

RESOLVE, por maioria, **adotar** como parecer prévio (Anexo I) o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ivan Barbosa da Cunha, o qual, conclusivamente assim dispõe:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

1. Pela emissão de Parecer Prévio Favorável, com ressalva, à aprovação pela **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**, das Contas da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, **ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA**, referentes ao exercício financeiro de 2010, incluindo a Gestão Fiscal do **PODER EXECUTIVO**;

2. Pela **DETERMINAÇÃO** ao Poder Executivo no sentido de adotar providências visando aperfeiçoar o controle da execução orçamentária, abrangendo, inclusive, a integração entre os sistemas SEO e SIAFEM, evitando riscos ao equilíbrio orçamentário e financeiro;

3. Pela formulação das **RECOMENDAÇÕES**, visando tanto à adoção de procedimentos necessários à resolução dos senões detectados no Relatório quanto o aprimoramento da gestão pública estadual, como segue:

3.1. Ao Governo do Estado

1. Que o Governo do Estado adote novas medidas, as quais, agregadas às existentes, possam reduzir o grau de dependência financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS em relação ao tesouro estadual;

3.2. Ao Poder Executivo

1. Que na Lei do PPA 2012-2015 constem as metas de melhoria dos indicadores sociais presentes no Mapa de Exclusão Social e as estratégias a serem adotadas para sua elaboração, de acordo com o previsto na Lei nº 6.836/2006, art. 4º;

2. Que, em cumprimento à Lei nº 6.836/2006, art. 5º, encaminhe junto à Prestação de Contas Anual cópia do Anexo de Metas Sociais integrante do Projeto de Lei Orçamentária apresentado anualmente ao Poder Legislativo;



3. Que disponibilize a sociedade o módulo de consulta do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará - GP Pará, em atendimento ao que determina a Lei nº 7.077/2007, art. 14;

4. Que realize Audiências Públicas nos processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA, conforme determina a LRF, art. 48, parágrafo único, inciso I;

5. Que, em atenção ao Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN, faça constar no Demonstrativo de Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO, projeção atuarial de no mínimo 75 anos, conforme estabelecido na Portaria MPAS nº 4.992 de 05-02-1999;

6. Que faça constar no Anexo de Metas Fiscais da LDO o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, evidenciando a modalidade da renúncia fiscal para cada espécie de tributo e a condição utilizada, dentre as previstas na LRF, art. 14, para cada situação de renúncia de receita, em consonância com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;

7. Que apresente os valores a serem gastos com cada providência a ser tomada no caso de concretização do risco fiscal apontado no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO, em conformidade com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN;



8. Que implemente novas ações em adição àquelas já implementadas, com o fim de otimizar a cobrança da Dívida Ativa;

9. Que na avaliação dos programas do PPA haja a participação da sociedade civil organizada, conforme determinação da Lei nº 7.077/2007, art. 11;

10. Que as unidades gestoras registrem na totalidade e tempestivamente no Sistema GP Pará, as informações de execução das ações de governo, bem como, registrem as demais informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisão, em cumprimento à Lei nº 7.077/2007, art. 12;

11. Que no Relatório de Avaliação dos Programas de Governo constem os índices dos indicadores de desempenho relacionados aos programas finalísticos;

12. Que no cálculo da Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, no Anexo de Metas Fiscais da LDO, não se incluam receitas e despesas que não atendam ao disposto na LRF, art. 17, bem como, seja demonstrada a memória de cálculo de apuração do valor da conta Redução Permanente de Despesa;

13. Que o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias apresente os demonstrativos, conforme estabelecidos no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;

14. Que os valores referentes a precatórios não sejam incluídos no Demonstrativo de Riscos e Providências do Anexo de Riscos Fiscais, por não se enquadrarem no conceito de risco fiscal, conforme a CF/88, art. 100, § 1º;

15. Que ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

a) não insira dispositivo de alteração orçamentária voltado para a criação de grupos de natureza de despesa por meio de créditos adicionais suplementares, posto que tais créditos, conforme



dispõe a Lei nº 4.320/64, art. 6º, inciso II, são destinados somente para reforço de dotação orçamentária;

b) considere a função "Encargos Especiais", corretamente, a quando da classificação da despesa orçamentária;

c) observe os mecanismos de controle instituídos pela STN acerca da destinação dos recursos arrecadados, conforme dispõe a LRF, art. 8º, parágrafo único, evitando programação divergente, por fonte, entre a previsão da receita e a fixação da despesa;

d) observe o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, no Orçamento Fiscal, e da Reserva do RPPS no Orçamento da Seguridade Social;

e) inclua o Demonstrativo de Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme exigência da LRF, art. 5º, inciso II.

16. Que constem no Demonstrativo de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, decorrentes da Concessão ou Ampliação de Incentivos ou Benefícios de Natureza Tributária da qual decorra Renúncia de Receita, presente na LOA, as medidas de compensação que serão adotadas, conforme exigência da LRF, art. 5º, inciso II.

17. Que sejam efetuados os registros contábeis de garantias oferecidas pelo Estado na realização de operações de crédito, conforme previsão contratual;

18. Que seja utilizada conta individual para a movimentação e aplicação de recursos que são vinculados à finalidade específica, como operações de crédito, de modo que permita o acompanhamento e o controle desses recursos;



19. Que, com base nos parâmetros estabelecidos na Lei nº 4.320/64, art. 43, § 3º, seja acompanhado mensalmente o excesso de arrecadação, a fim de evitar a abertura de crédito sem a correspondente fonte de recursos;

20. Que, ao abrir os créditos adicionais suplementares, cada decreto seja formulado com base em único dispositivo autorizativo da LOA, não devendo constar no mesmo decreto diversas bases de autorização, proporcionando dessa forma o melhor controle dos limites legais instituídos;

21. Que, para publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais, seja utilizado formulário eletrônico adequado do Sistema de Controle de Publicação de Atos – PUBLICA, de acordo com o que determina a Resolução TCEPA nº 17.608, de 04 de novembro de 2008, art. 3º, inciso X;

22. Que, em observância ao disposto na LRF, e de conformidade com o Anexo de Metas Anuais constante da LDO, promova a gestão equilibrada dos recursos públicos no sentido de cumprir as metas de Resultado Primário e Nominal;

23. Que os valores que compõem o estoque da dívida ativa, mais especificamente, “Inscrição”, “Atualização Monetária”, “Multas e Juros” e “Cancelamento”, sejam registrados mensalmente no SIAFEM, bem como, seja procedida à devida individualização do crédito/débito em parcela tributária e parcela não tributária, tais como são registrados os valores referentes à arrecadação no exercício;



24. Que sejam provisionados os créditos a recuperar, mais especificamente, os créditos inscritos em dívida ativa, uma vez que verificou-se elevada incerteza quanto ao valor arrecadado frente ao valor inscrito no período, em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência;

25. Que sejam adotadas providências objetivando sustar o constante crescimento da dívida fundada interna, sem afetar o desenvolvimento do Estado;

26. Que seja observada a ordem dos procedimentos previstos na Lei nº 6.404/76 e no Código Civil Brasileiro, no momento do encerramento final de liquidação e extinção de empresas mercantis;

27. Que na continuidade do programa Ação Metrópole, sejam contempladas as ações mínimas a seguir:

a) elaborar e aplicar, junto com a Administração Municipal, instrumentos de planejamento e gestão da mobilidade urbana na metrópole;

b) compatibilizar o cronograma de execução à realidade física e financeira do Estado;

c) adequar os projetos viários com a rede de drenagem;

d) garantir o uso social do espaço urbano remanescente da implantação das novas vias;



e) articular, em conjunto com as prefeituras dos municípios abrangidos, a implantação de instrumentos de regulação e controle do solo urbano, garantindo a preservação de espaços para a adequada implantação do programa;

f) desenvolver ações para atrair atividades geradoras de emprego e renda, ao longo das vias do programa, descomprimindo, assim, os desejos e necessidades de viagens para a área central.

28. Que a SEAD, impreterivelmente, conclua os projetos de "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Público" que tratam da gestão patrimonial do Estado, fazendo constar nas Contas de Governo o Inventário do Estado do Pará. E para esse fim, em conjunto com a AGE, normatize as ações objetivando identificar os responsáveis pela realização, prazo para conclusão, bem como, sanções para os casos de descumprimentos dos respectivos levantamentos patrimoniais;

29. Que o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP realize a efetiva coleta de dados atualizados, direta ou indireta, e elabore indicadores que reflitam tempestivamente o Quadro de Exclusão Social do Estado, em atenção à Lei nº 6.836/2006;

30. Que a Auditoria Geral do Estado – AGE faça constar do relatório de controle interno, o qual acompanha as contas anuais de governo, o resultado de suas atividades, bem como as informações consolidadas em razão do que dispõe a Lei n° 6.176/98, art. 3°, incisos I a IV;

4. Pela emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação da Gestão Fiscal dos **PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, com a formulação das seguintes RECOMENDAÇÕES, pelos mesmos motivos constantes no item 3:

4.1. À ALEPA

1. Que, ao aprovar o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

a) não permita que ocorra, por fonte de recurso, divergência entre a previsão da receita e a fixação da despesa, em obediência à LRF, art. 8º, parágrafo único;

b) não permita conter no texto dispositivo de alteração orçamentária voltado para a criação de grupos de natureza de despesa por meio de créditos adicionais suplementares, pois os mesmos, conforme a Lei nº 4.320/64, art. 6º, inciso II, são destinados somente para reforço de dotação orçamentária;

c) observe o disposto na LDO quanto à fixação da Reserva de Contingência, no orçamento fiscal, e da Reserva do RPPS no orçamento da seguridade social.

2. Que cumpra a Resolução TCEPA nº 17.608, de 04 de novembro de 2008, a qual trata da utilização do Sistema PUBLICA para o preenchimento e envio de matérias para a publicação dos atos administrativos;



3. Que proceda a publicação da remuneração do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas, de acordo com o dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4.2. AO TCMPA

1. Que observe as restrições contidas na LRF, art. 22, parágrafo único, considerando que as despesas com pessoal excederam o limite prudencial;

2. Que dê cumprimento a Resolução TCEPA nº 17.793/2009, art. 1º, inciso III, alínea "d", que dispõe sobre os percentuais de limites de gastos com pessoal dos Poderes e órgãos que integram a Administração Pública Estadual.

4.3. A TODOS OS ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO

1. Que utilizem o sistema GP Pará, visando o gerenciamento de seus programas ou que proceda a avaliação anualmente por meios próprios, se houver permissão na LDO.

5. Pela fixação de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Governo do Estado e demais Poderes e órgãos encaminhem a esta Corte de Contas informações acerca das providências adotadas em relação às RECOMENDAÇÕES formuladas, para que as mesmas possam ser acompanhadas pelo Departamento Técnico por meio do instrumento de fiscalização denominado MONITORAMENTO;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

6. Pela remessa dos presentes autos, incluindo o Parecer Prévio desta Corte de Contas, à Assembleia Legislativa do Estado até o próximo dia 03-06-2011, cumprindo assim, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, sua missão institucional e os ditames constitucionais e legais, ao analisar as contas do Governo do Estado do ponto de vista técnico-jurídico, uma vez que o julgamento político-administrativo compete ao Parlamento.

Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Extraordinária de 23 de maio de 2011.

CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente

IVAN BARBOSA DA CUNHA
Relator

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Presente à sessão a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Drª. MARIA HELENA BORGES LOUREIRO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 18.022

PARECER PRÉVIO

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhora representante do Ministério Público de Contas, ao encaminhar as conclusões deste voto, cumpre destacar os seguintes aspectos:

O Relatório técnico exarado pela Comissão de Análise das Contas de governo do Exercício de 2010, decorreu do exame do Balanço Geral do Estado, dos sistemas contábil e extracontábil, apresentando os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, econômica e fiscal.

A análise técnica revelou a existência de aspectos positivos e também negativos, ocorridos na gestão da ex-Governadora que, no entanto, não se constituem em motivos determinantes para opinar pela desaprovação das contas, pelo que, passo a tecer as considerações fáticas e jurídicas que me convenceram acerca das conclusões contidas no relatório técnico.

As duas situações abordadas sobre a abertura de créditos suplementares em oposição ao dispositivo da Lei Orçamentária não configuram falta agravante, posto que não promoveram déficit orçamentário.



O equilíbrio da gestão orçamentária e financeira não foi comprometido, haja vista que as dotações autorizadas não foram executadas em sua totalidade, gerando economia orçamentária de R$1,6 bilhão, e superávit financeiro de R$276,7 milhões, conforme verificou-se na análise técnica. Tais aspectos demonstram que se trata de falha relativa ao controle da execução do orçamento por parte do órgão encarregado.

Pelo que constatou a equipe técnica, o registro dos decretos de abertura de créditos adicionais é realizado no Sistema de Execução Orçamentária – SEO, que não tem qualquer vinculação com o SIAFEM. Ora, esse fato por si só possibilita a ocorrência de erros e o descontrole da execução orçamentária.

Entendo que a falta de integração entre os sistemas originou não somente uma falha técnica, mas também o transtorno gerencial, demonstrando a frágil fidedignidade das informações. Vislumbro que, não fosse isso, dificilmente as circunstâncias apontadas no relatório técnico teriam ocorrido.

Por conseguinte, o caso merece atenção e requer a **determinação** ao Poder Executivo no sentido de adotar providências visando aperfeiçoar o controle da execução orçamentária, abrangendo, inclusive, a integração entre os sistemas SEO e SIAFEM, evitando riscos ao equilíbrio orçamentário e financeiro em função desse descompasso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

Destaco ainda o posicionamento do Ministério Público de Contas, em seu Parecer às fls. 132 e 133, Vol. V, nos seguintes termos:

> "*Na verdade, a quase totalidade dos apontes, mesmo aqueles de fácil solução, vêm se repetindo em descumprimento de decisões emanadas da Corte para sua regularização. No entanto, mesmo diante da resistência do Governo em alguns aspectos, interessa asseverar o fundamental papel orientador no qual está investida essa Corte de Contas, pois ainda que tais recomendações não sejam suficientes para ensejar a rejeição das contas, estas maculam a gestão pública e, portanto, requerem adoção de providências corretivas, razão pela qual deverão ser consideradas pela Colenda Assembléia Legislativa a quando do exercício de sua função julgadora*." (sic)

A meu ver, por todo o exposto, o episódio não decorreu de dolo ou má fé, mas, repito, em razão da existência de falha circunstancial.

Ressalto ainda, que o limite em questão, nas Leis Orçamentárias dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, foi estabelecido em 25%, sendo reduzido para 18% no exercício de 2010, e novamente majorado para 25% na Lei Orçamentária do Exercício de 2011.

Acerca da falta de clareza na movimentação dos recursos de operações de crédito e do cancelamento de notas de empenho, assiste razão ao relatório técnico de que o assunto requer análise mais profunda, pelo que



determino ao Departamento Técnico desta Casa que inclua essas questões no escopo das auditorias programadas a serem realizadas nos órgãos envolvidos, no sentido de examinar os atos dos respectivos ordenadores de despesa no que tange às citadas matérias.

Assim, diante do conteúdo do Relatório Técnico, da manifestação do Ministério Público de Contas às fls. 125 a 137, Vol. V, e mais o que dos autos consta, voto nos seguintes termos:

1. Pela emissão de **Parecer Prévio Favorável à aprovação, com ressalva**, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA, referentes ao exercício financeiro de 2010, incluindo a Gestão Fiscal do PODER EXECUTIVO;

2. Pela formulação das **RECOMENDAÇÕES** constantes do Relatório ao Governo do Estado, visando tanto à adoção de procedimentos necessários à efetiva resolução dos senões detectados neste voto quanto contribuir para o aprimoramento da gestão pública estadual;

3. Pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação da Gestão Fiscal dos PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com a formulação a estes, pelos mesmos motivos constantes no item 2, das RECOMENDAÇÕES também constantes do Relatório;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

4. Pela fixação de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Governo do Estado e demais Poderes encaminhem a esta Corte de Contas informações acerca das providências adotadas em relação às RECOMENDAÇÕES formuladas, para que as mesmas possam ser acompanhadas pelo Departamento Técnico por meio do instrumento de fiscalização denominado MONITORAMENTO;

5. Pela remessa dos presentes autos, incluindo o Parecer Prévio desta Corte de Contas, à Assembleia Legislativa do Estado até o próximo dia 03-06-2011, cumprindo assim, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, sua missão institucional e os ditames constitucionais e legais, ao analisar as contas do Governo do Estado do ponto de vista técnico-jurídico, uma vez que o julgamento político-administrativo compete ao Parlamento.

É como voto,

Belém, 23 de maio de 2011

Relator: IVAN BARBOSA DA CUNHA
Conselheiro Corregedor

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº. 18.022

VOTAÇÃO

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Nelson Luiz Teixeira Chaves**:

Excelentíssimo Senhor Presidente, Conselheiro Cipriano Sabino;

Excelentíssimo senhor doutor Roberto Bacury, que representa nesta Sessão sua Excelência o Governador do Estado Simão Jatene;

Senhores Conselheiros, Ivan Cunha, Conselheiro Luis Cunha;

Eminente Procuradora, doutora Maria Helena Loureiro, do Ministério Público de Contas;

Ilustre doutor Carlos Botelho, que representa nesta Sessão a ex-governadora Ana Júlia Carepa, e quero, em nome do doutor Bacury, saudar todas as autoridades aqui presente, do atual Governo, como também no nome do doutor Carlos Botelho quero saudar todos os dirigentes da máquina estadual do Governo que se encerrou no dia 31 de dezembro, dizendo a todos, aos que estão nos cargos e aqueles que estiveram nos cargos, a certeza do meu apreço, do meu respeito, independente da presença ou não, porque os que hoje estão, com certeza amanhã também já



estiveram, assim como todos nós na vida pública de um certo tempo, que já estamos nesta função, ou melhor, neste caminho, acostumados a essa situação do ontem e do hoje.

Eu queria saudar em primeiro lugar, em razão exatamente do cumprimento daquilo que nos determina a Constituição, em fazermos da Sessão mais importante do ano nos Tribunais de Contas, o exame prévio das contas do Governo do exercício anterior.

E quero fazer isso de modo especial, na medida em que festejo a democracia. Quando se está julgando as contas de um Governo que sai, já substituído por outro, também legitimamente eleito pela vontade popular, eu acho que este é um exercício profundo, edificante e construtivo da democracia, se discutir as contas na presença das duas administrações, a que saiu e a que entrou.

Quero, inicialmente, cumprimentar também o ilustre Relator, pelo trabalho que desenvolveu coordenando o grupo, dedicado, brilhante, de servidores desta Casa, e mais uma vez, senhor Presidente, não por desejo de ser agradável, se registra a competência técnica dos servidores deste Tribunal, à medida em que o trabalho apresentado testemunha o cuidado, a diligência cautelosa, no sentido de possibilitar ao Relator, que possa submeter ao Plenário o voto e deixar à consideração dos outros Conselheiros, que manifeste a sua posição, naturalmente também esse trabalho complementado pelos servidores do Ministério Público de Contas e pela voz da ilustre Procuradora Doutora Maria Helena Borges Loureiro.

Quero dizer isso que não a respeito das contas do Governo, mas especialmente em alguns momentos que atravessamos, se algumas coisas possam, devida ou indevidamente, serem atribuídas a esta Casa, nos seus procedimentos, estas circunstâncias não podem ser debitadas ao



trabalho dos servidores, porque não só nas contas dos governadores, como também naquilo que manifestam para decisão no dia a dia desta ou das outras administrações, se as atitudes ou os caminhos que foram percorridos não foram os mais elogiáveis, certamente não foi por causa do quadro funcional deste Tribunal que cumpre com responsabilidade com o seu dever.

Quero dizer também, e não vou me alongar demais, visto a manifestação brilhante do Conselheiro Relator e da ilustre Procuradora, para dizer que ao longo dos anos em que vivo exatamente a minha vida profissional nesta Casa, a gente vê a angústia dos governantes com certeza ao contemplarem os dados que muitas vezes são trazidos para a nossa consideração, angústia que devem ter, na minha visão, independente de todas as coisas que tem sido feitas para o aprimoramento do índice de desenvolvimento humano, e nós não possamos contemplar nesses anos todos, o investimento na educação e na saúde, acima dos tetos constitucionais, que não vejo nenhuma possibilidade de termos uma situação social melhor se nós não tivermos basicamente os investimentos exatamente feitos nestas condições, para que o remédio do posto de saúde pública seja na realidade dado à população que dele necessita, dando condições aos profissionais da área da saúde para exercitarem a sua função, como o pessoal da educação, no aprimoramento das escolas, no salário do professor, no salário do pessoal da saúde.

Fora disso, a despeito da riqueza do nosso Estado, do nosso país, eu vejo que dificilmente nós poderemos superar este problema de ordem social enquanto essas duas áreas não forem absolutamente prioritárias, para evitar depois os problemas na segurança, o problema dos desvios e das condutas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

Quero cumprimentar o Presidente da Casa, pelas medidas que toma em apoio à democratização, a possibilidade desse trabalho que é realizado, e no sentido que este Tribunal ocupe de fato, no plano estadual, o lugar que merecidamente deve ocupar.

Rapidamente, e acho que os investimentos na educação, na saúde, Conselheiro Luis Cunha, realmente nós estamos no caminho da construção da cidadania, esse, invariavelmente, na minha modesta manifestação, é o caminho a ser percorrido, e quem sabe, a gente festeje daqui para frente, não o aplauso somente, que deve ser feito quando se atinge o teto constitucional, mas muito mais do que isso, que os governos não fiquem limitados ao teto constitucional dos investimentos, especialmente na saúde e na educação.

Vejo que há algumas recomendações, gostaria apenas de fazer a consideração ao nosso Conselheiro Relator, é no que se refere ao que foi recomendado no ano passado ao Poder Legislativo, quando diz que o Poder Legislativo proceda a publicação da remuneração do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas, de acordo com o dispositivo constante na lei de diretrizes orçamentárias.

Novamente esta recomendação não foi cumprida. E passo também, apenas por uma questão de alerta, a essa situação que me reservo finalmente o direito de ler, que é a respeito do Executivo quando diz que foram abertos créditos adicionais com a fonte de recurso, excesso de arrecadação no valor de 1,02 bilhão, no entanto o excesso de arrecadação apurado no exercício foi de 995,6 milhões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

Assim, foram abertos os créditos no montante de 31,9 milhões, sem a correspondente fonte de recurso, descumprindo-se o previsto na lei 4.320/64, art. 43, bem como a LOA, no art. 6, I e II dessa lei.

De maneira que nessa condição, também o Poder Executivo abriu créditos adicionais suplementares correspondentes a 20,64% das despesas fixadas, portanto, superior ao limite de 18% autorizado na lei 7.370/2009, art. 6, II, descumprindo-se também a Constituição Federal.

Mas no geral, eu quero cumprimentar os servidores desta Casa, as autoridades aqui presentes, e dizer a Vossa Excelência que acompanho o seu voto na análise dessas contas.

Consº. Nelson Luiz Teixeira Chaves



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Luis da Cunha Teixeira**:

Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro Cipriano Sabino;

Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, doutora Maria Helena;

Quero cumprimentar o doutor Sérgio Bacury, secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, e que neste ato representa o Governador Simão Jatene;

Doutor Botelho, que representa neste ato a ex-governadora Ana Júlia Carepa, eu quero também em seu nome cumprimentar os secretários do Governo da Ana Júlia presentes neste Plenário, da mesma forma eu quero estender os cumprimentos que fiz ao doutor Sérgio Bacury, aos membros do Governo Simão Jatene, que também comparecem a esta Sessão.

Cumprimentar o Auditor Geral do Estado, nosso amigo Roberto Amoras, o deputado estadual Edilson Moura, que nos honra com a sua presença nesta Sessão, servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará e os nossos convidados aqui presentes.

Eu, pela primeira vez, tenho a oportunidade de votar, como membro do Tribunal de Contas do Estado do Pará, as contas de um Governo, um ano atrás atuava no outro campo, na minha condição de parlamentar, fazendo julgamento político e administrativo das contas do Governo na Assembleia Legislativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

Eu quero primeiramente elogiar o trabalho realizado pelo Conselheiro Ivan Barbosa da Cunha, a gente sabe das dificuldades que ele teve, principalmente na última quinzena, problemas de saúde que o levaram a ficar internado por uma semana, mesmo assim ele dedicou a atenção para fazer um bom trabalho.

Eu quero elogiar a qualidade técnica do trabalho, e quero estender esse elogio aos servidores da Casa que o ajudaram na elaboração deste relatório.

Da mesma forma, me dirigir ao Ministério Público, elogiar o relatório apresentado, e não poderia ser diferente, uma equipe altamente competente que temos no nosso Ministério Público de Contas, quero cumprimentar a doutora Maria Helena por isso.

Como eu disse, há um ano eu estava atuando no parlamento, como deputado estadual, participando da discussão e votação das contas do Governo, e eu quero aqui, para justificar melhor o meu voto, dizer que eu compreendo muito bem as dificuldades de um governo, levando em conta principalmente o viés político, que acaba sendo decisivo nos rumos de qualquer governo, eu tive condições de testemunhar as dificuldades que o Governo da ex-governadora Ana Júlia teve com o Parlamento Estadual, eu estava lá, e eu tenho certeza que aquelas dificuldades contribuíram, decisivamente, para o que hoje o Conselheiro Ivan Barbosa da Cunha relatou para o conhecimento de todos nós.

Não podemos desconsiderar o aspecto político, que acontece em qualquer esfera de governo, no município, no Estado, no Governo Federal, mas eu sei que aqui temos que fazer um julgamento técnico, e por isso elogiei a qualidade do trabalho, é importante para o conhecimento



daqueles que não compõem este Tribunal, temos aqui um quadro altamente preparado de servidores, que faz um estudo profundo, que orienta os Conselheiros na tomada de decisão.

Eu passei também o final de semana estudando este relatório, por sinal, quero parabenizar pela apresentação, a foto escolhida, retratando aqui o nosso tacacá, o Tacacá do Estado do Pará. Estudei o relatório, faço também as minhas ponderações, reconheço as dificuldades, as falhas apontadas, vejo como positivo o Governo ter atendido a mais de 60% das recomendações feitas no relatório de 2009, vejo como positivo também o Governo ter cumprido o que determina a Constituição no que diz respeito aos gastos com a educação e com a saúde, e quero até registrar, no caso da educação, no ano de 2010 o Estado obteve o segundo melhor desempenho, dos últimos quatro anos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como também, no caso da saúde, houve um registro positivo do número de leitos oferecidos, área de saúde.

Eu vejo também como muito positivo, o programa Navega Pará, principalmente quem tem vivência no interior como eu, saber que pessoas que não tinham condições de ter na sua casa, um computador, puderam ter a condição de utilizar esse instrumento para fazer pesquisa, para entrar na internet.

O programa Bolsa Trabalho avalio de forma muito positiva, porque permitiu a inclusão dessa nova geração de jovens, no mercado de trabalho.

Aqui eu estou diante de um amigo, porque eu o conheço muito antes do Governo, Justiniano, fez parte da equipe de segurança do Estado do Pará, o que é um desafio para qualquer governante no Brasil, temos que reconhecer o esforço que a Governadora fez para melhorar a área de segurança, contratando mais policiais, como, também, investindo em equipamentos.



Eu posso dar aqui um testemunho. Lá no meu município, Augusto Corrêa, eu como deputado estadual, durante quase vinte anos, briguei para a construção de uma delegacia, porque a que tinha lá, construída no governo do Alacid Nunes, era totalmente imprópria. Por isso que eu digo, me referi ao doutor Justiniano, pois ele esteve lá para inaugurar a nova delegacia, e ele percebeu o quanto aquilo foi importante para a população, uma coisa teoricamente pequena, mas que foi importante, e muitas outras foram feitas em todo o Estado do Pará.

A gente sabe que o sonho de um governante é fazer tudo, ou quase tudo, mas nenhum consegue, nenhum consegue.

E voltando à interpretação do viés político. O governo, na hora de fazer a composição da sua equipe, tem que atender o chamado político, e nem sempre consegue ter um pleno domínio de tudo que acontece no Governo, e nós temos que compreender isso, porque acontece em todo o Brasil.

Mas eu percebo com clareza, estou seguro do meu voto, depois de analisar tudo o que me chegou aqui, de que a Governadora Ana Júlia Carepa fez o possível, aquilo que estava ao seu alcance, para fazer um governo bom em favor da população, e que as falhas apontadas não maculam sua essência, ao ponto de aprová-las com ressalvas. Portanto, senhor Presidente, o meu voto é pela regularidade das contas sem a ressalva sugerida pelo digno Relator. Então eu voto pela regularidade das contas.

Consº. Luis da Cunha Teixeira

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Cipriano Sabino de Oliveira Junior (Presidente)**:

Acompanho o voto do relator, pela emissão de Parecer Prévio favorável à aprovação com ressalva pelo Poder Legislativo, das Contas referentes ao exercício de 2010 da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia de Vasconcelos Carepa.

Consº. Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Presidente



RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Em 17/06/2011 foi autuado o processo nº 2011/51675-9, o qual capeia o recurso de reconsideração interposto pela ex-Governadora, Sra. Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, contra a decisão do Plenário deste TCE, consubstanciada na Resolução n° 18.022, de 23 de maio de 2011, que emitiu Parecer Prévio Favorável, com ressalva, à aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas de Governo, referente ao exercício de 2010, baseado no voto do Exm° Conselheiro Relator, Ivan Barbosa da Cunha.

O processo encontra-se em tramitação, na forma regimental, não tendo sido submetido ainda à decisão do Colegiado desta Corte de Contas.

A versão digital deste documento, disponível em www.tce.pa.gov.br, será atualizada para conter a decisão sobre o recurso de reconsideração apresentado tão logo ocorra deliberação do Colegiado desta Corte de Contas acerca do recurso de reconsideração apresentado.